

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
TESE DE DOUTORADO**

DOMINGOS SÁVIO CAMPOS DE AZEVEDO

**COMO OCORRE A MATERIALIZAÇÃO DISCURSIVA DA
IDENTIDADE GAÚCHA NAS CHARGES: Um Estudo Discursivo
sobre a Determinação Histórica dos Processos Semânticos nos Jornais
Correio do Povo e Zero Hora**

Florianópolis

2007

DOMINGOS SÁVIO CAMPOS DE AZEVEDO

COMO OCORRE A MATERIALIZAÇÃO DISCURSIVA DA
IDENTIDADE GAÚCHA NAS CHARGES: Um Estudo Discursivo
sobre a Determinação Histórica dos Processos Semânticos nos Jornais
Correio do Povo e Zero Hora

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção da Universidade
Federal de Santa Catarina, como
requisito final para obtenção do título de
Doutorado em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Nelci Moreira de Barros, Dr. Eng.

Florianópolis, 2007.

DOMINGOS SÁVIO CAMPOS DE AZEVEDO

COMO OCORRE A MATERIALIZAÇÃO DISCURSIVA DA
IDENTIDADE GAÚCHA NAS CHARGES: Um Estudo Discursivo
sobre a Determinação Histórica dos Processos Semânticos nos Jornais
Correio do Povo e Zero Hora

Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.
Coordenador

**APRESENTADO À COMISSÃO EXAMINADORA INTEGRADA PELOS
PROFESSORES:**

Professor Nelci Moreira de Barros Dr. Eng.
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (Orientador)

Professora Evanir Dário Dra.
Faculdades Integradas de Florianópolis – ASSESC(Moderadora)

Professora Solange Maria Leda Gallo – Dra.
Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL

Professor Álvaro de Souza Gomes Neto Dr.
Faculdades da Rede Integrada UNIVEST – FACVEST

Professor Roberto Moraes Cruz – Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

FLORIANÓPOLIS, 2007.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha esposa, Renata Souza dos Santos; aos meus pais, Marília Campos de Azevedo e Renato Tadeu Vieira de Azevedo, que nos deixou em 2005, mas está em nosso coração e nossa mente; a minha irmã, Silvana e ao meu cunhado Conrado; ao meu irmão, Mateus e a minha cunhada Taís; a outra cunhada, Ana Carolina, e ao meu concunhado, Guto, e, finalmente, aos meus sobrinhos Mateus, Gabriel e Renato.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto da minha fé e perseverança. Quero dedicá-lo também a todos que não acreditam na imparcialidade e na neutralidade, e àqueles que sabem o quanto este sonho, agora realizado, me custou.

Quero agradecer também ao Zé Antônio e a Maria de Lourdes Henriques, professores da URCAMP – Bagé, por aquilo que nunca vou poder retribuir.

A professora Doutora Sandra Regina Ramalho de Oliveira, da UDESC, responsável pela minha entrada no PPGEP – UFSC.

Aos companheiros do “pinga fogo”, na UNISUL – Norte da Ilha, que me ajudaram na construção do problema, fundamental para que esta investigação tivesse êxito.

Às amigas, professoras Karem, Iria e ao professor Fábio, além de todos aqueles que me ajudaram na UNISUL, FAG, UNIVALI, URCAMP, FATEMI e FACVEST.

Ao professor Doutor Álvaro, “o da história”.

A Mari, da secretária do PPGEP, sempre muito atenciosa.

A Carmem Dora e Ederaldo, meus tios por me acolherem tão carinhosamente na sua casa, quando eu estava cumprindo os créditos.

À direção e colegas da UNIPAMPA – São Borja, que me ajudaram muito na reta final.

A professora Doutora Solange Leda Gallo, que me adotou teoricamente, e me ajudou a me tornar um analista de discurso.

E ao meu orientador, professor Doutor Nelci Moreira de Barros, que me acolheu quando eu estava sem orientador, “pior que cusco em tiroteio”, e acreditou no meu trabalho, além de ter uma paciência a toda prova, ele sabe o porquê, fica aqui o meu “muito obrigado”.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo identificar como ocorre a materialização discursiva da identidade gaúcha nas charges, tendo como referencial teórico-metodológico a análise de discurso, cujos procedimentos metodológicos são os seguintes: 1) – analisar cada charge em separado; 2) – agrupar as charges em formações discursivas; 3) – relacionar as formações discursivas com as formações ideológicas e 4) – detectar outras regularidades não detectadas, descritas ou interpretadas. O corpus deste trabalho são todas as charges publicadas pelos jornais Correio do Povo e Zero Hora, no período compreendido entre 1990 e 2006, nos dias 20 e 21 de setembro. Foi utilizando como quadro teórico de referência autores como Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Louis Althusser, Michel Foucault, Karl Marx e Sigmund Freud. É interessante destacar que existe um momento em que o discurso da identidade política gaúcha única não é o discurso dominante durante o período de tempo analisado. Em 2003 surge um discurso como resposta a uma dupla mudança da organização político-ideológica, tanto no plano estadual como no plano federal. Já em 2006 surge um discurso no sentido de formar a opinião dos leitores do jornal Zero Hora, contra a reeleição do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Como conclusões, afirmamos que a hipótese foi plenamente confirmada; que a ocorrência da autocritica por parte dos gaúchos, tanto na interpretação da criação como na da leitura, determina a charge como sendo um chiste. São charges como chistes criados por gaúchos e dirigidos contra as características dos gaúchos. Afirmamos que existe uma relação entre, de um lado, o recalçamento e retorno do recalcado como operações simétricas e inversas; e de outro lado, ascensão aos governos estadual e federal, respectivamente do Rio Grande do Sul e do Brasil, ora de uma organização político-ideológica que defende a maior liberdade de ação possível para a iniciativa privada; ora de uma organização política e ideológica que defende a participação do Estado como regulador e limitador da ação da iniciativa privada.

Palavras chave: Charges, Identidade Gaúcha e Análise de Discurso.

ABSTRACT

This study has as objective to identify how is happens the discursive materialization of gaúcho identity in the cartoons, having as theoretical-methodological reference the discourse analysis, which methodological procedures are the following ones: 1) – analyze each single cartoon; 2) – arrange the cartoons in discursive formations; 3) – relate the discursive formations with the ideological ones and 4) – detect other regularities which are not detected, described or interpreted. This work's corpus is all the published cartoons by the *Correio do Povo* and *Zero Hora* newspaper, in the comprised period between 1990 and 2006, in September 20 and 21. It was used as theoretical team authors as Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Louis Althusser, Michel Foucault, Karl Marx and Sigmund Freud. It is interesting to point out that exists a moment in which the unique political identity gaúcho is not the dominant discourse during the analyzed period of time. In 2003, appears a discourse as answers to a couple change of the political-ideological organization, in the state plan and in federal plan. Then, in 2006, it emerges a discourse to form the *Zero Hora* readers' opinion against president Luiz Inácio Lula da Silva reelection. As conclusions, we affirmed that the hypothesis was fully confirmed; the occurrence of self-criticism on the gaúchos' part, as much in the creation's interpretation as in reading, it determines the cartoon as being a joke. They are joke cartoons created by gaúchos and directed against their characteristics. We affirmed that exists a relation between, on the one hand, the repression and return of the pressed as symmetrical and inverse operations; and on the other hand, ascension to the estate and federal governments, respectively of Rio Grande do Sul and Brazil, sometimes of a political and ideological organization that defends the largest possible action's freedom to the private initiative; sometimes of a political and ideological organization that defends the State participation to regulate and limit the private initiative action.

Key-words: Cartoons, Gaúcho Identity and Discourse Analysis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.2 Contextualização do tema.....	11
1.3 Definição dos Principais Termos.....	12
1.4 Definição do Problema	14
1.5 Objetivo Geral	17
1.6 Objetivos Específicos	17
1.7 Justificativa	18
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1 História da identidade gaúcha	25
2.2 A mídia impressa do Rio Grande do Sul e a produção e reprodução da identidade gaúcha	33
2.3 A charge jornalística	34
2.5 O humor nas charges	37
2.6 As charges e os chistes	42
2.7 As charges e a criação	51
2.8 As bases lingüísticas	52
2.9 As bases filosóficas	52
2.11 A psicanálise e o recalçamento	63
2.12 A análise automática do discurso	69
2.13 A linguagem, o discurso e a análise de discurso	77
a) A Materialização Discursiva	82
b) O Texto e o Intertextual	83
c) O Discurso e o Interdiscurso	84
d) As Condições de Produção do Discurso e as Formações Discursivas	88
e) Paráfrase e Polissemia	91
f) Relações de força, Relações de sentido e Antecipações	92
g) O Sujeito do Discurso	94
h) Memória Discursiva	96
i) Discurso como Acontecimento	99
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	101
4 RESULTADOS DA PESQUISA	106
4.1 Análise de discurso aplicada	106
4.2 CHARGE 01 – CA90	107
4.3 Charge 02 – ZA90	109
4.4 Charge 03 – ZA91	110
4.5 Charge 04 – ZB91	111
4.6 Charge 05 – ZB92	113
4.7 Charge 06 – ZA95	114
4.8 Charge 07 – ZB96	116
4.9 CHARGE 08 – ZA97	117
4.10 Charge 09 – Zb97	119
4.11 Charge 10 – CA98	121
4.12 Charge 11 – ZA98	122
4.13 Charge 12 – ZA99X	125
4.13 Charge 13 – ZA99Y	126

4.14 Charge 14 – ZB99.....	128
4.14 - Charge 15 – ZB00.....	129
4.14 Charge 16 – ZA02.....	131
4.15 Charge 17 – CB03.....	132
4.16 CHARGE 18 – ZA03.....	133
4.18 Charge 19 – ZB03.....	135
4.19 Charge 20 – CB04.....	136
4.20 charge 21 – CA05.....	138
4.21 charge 22 – ZB06.....	139
4.22 Charge 01 – CA90.....	140
4.23 Charge 02 – ZA90.....	142
4.24 Charge 03 – ZA91.....	143
4.25 Charge 04 – ZB91.....	144
4.26 CHARGE 05 – ZB92.....	145
4.27 Charge 06 – ZA95.....	146
4.28 Charge 07 – ZB96.....	147
4.29 Charge 08 – ZA97.....	148
4.30 CHARGE 09 – ZB97.....	149
4.31 Charge 10 – CA98.....	150
4.31 Charge 11 – Za98.....	151
4.32 Charge 12 – Za99x.....	152
4.33 Charge 13 – Za99y.....	154
4.34 Charge 14 – Zb99.....	155
4.35 Charge 15 – Zb00.....	156
4.36 Charge 16 – Za02.....	157
4.37 Charge 17 – Cb03.....	159
4.38 Charge 18 – Za03.....	160
4.39 Charge 19 – Zb03.....	161
4.40 Charge 20 – Cb04.....	162
4.41 Charge 21 – Ca05.....	163
4.42 Charge 22 – Zb06.....	164
4.43 Formações Discursivas.....	166
b) – AS TRADIÇÕES GAÚCHAS.....	168
c) A Identidade Ítalo-Gaúcha.....	171
d) A Identidade Político-Esportiva Gaúcha.....	172
e) Outras Identidades.....	172
f) A Identidade Econômica Gaúcha.....	173
h) As Tradições Gaúchas.....	179
i) A Identidade Ítalo-Gaúcha.....	181
k) Outras Identidades.....	184
l) A Identidade Econômica Gaúcha.....	185
m) A Identidade Gaúcha Estereotipada.....	187
n) A Mídia.....	189
o) Discussão dos resultados.....	192
5. CONCLUSÃO.....	196
REFERÊNCIAS.....	221

“É que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas, além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso a um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases, nó em uma rede.”

MICHEL FOUCAULT
(FILÓSOFO)

1. INTRODUÇÃO

Os estudiosos do campo teórico da Análise de Discurso (AD), de linha francesa, baseada na contribuição teórica de Michel Pêcheux, vêm desde os anos 60, preocupando-se em saber quais são as características do processo discursivo pelo qual as identidades (lugares de identificação dos sujeitos), são construídas no discurso. O estudo a ser desenvolvido pretende apresentar o resultado de uma pesquisa acerca das características do processo discursivo pelo qual uma determinada identidade cultural, a identidade gaúcha, é construída no discurso da mídia impressa do Rio Grande do Sul.

Este estudo terá como tema a identidade gaúcha a partir das charges que têm, publicadas durante o período que vai de 1990 a 2006. Serão analisadas as relações entre os textos chargísticos, e os demais textos publicados nos jornais; bem como, a relação entre as charges enquanto seqüências discursivas do discurso midiático, ou seja, o discurso do jornalismo opinativo impresso, e outros discursos localizados fora da mídia, como o discurso do tradicionalismo gaúcho (CTGs), e o discurso da história oficial do Rio Grande do Sul.

O período a ser estudado mostra um momento histórico em que as identidades ganharam mais visibilidade no Brasil e no mundo. Vai-se tentar mostrar como as atividades discursivas cotidianas, como o trabalho jornalístico da produção de charges nos jornais diários do Rio Grande do Sul, configuram uma prática de construção discursiva da identidade gaúcha, tendo como pilares os conceitos de “comunidade imaginada” e “tradição inventada”, sobretudo porque se trata de textos com temática político-social.

Segundo Pena (2005), a prática do jornalismo é, do ponto de vista cognitivo, ou seja, da aquisição de conhecimentos, a construção social de uma suposta realidade. Assim, é no trabalho da construção dos enunciados (o que é dito) e de suas enunciações (como o que é dito, é dito) e da interpretação destes enunciados, que os jornalistas e

os seus leitores produzem os discursos que, submetidos a um conjunto de operações e pressões sociais, dão forma a um produto simbólico que o senso comum das redações chama de notícia.

A partir de um estudo prévio, que buscava catalogar todas as publicações científicas que articulassem o objeto empírico, que são as charges com os objetos teóricos que são o intertexto, o discurso e o interdiscurso, que articulam a identidade gaúcha, principalmente no seu aspecto não verbal, descobriu-se que o atual “estado da arte” ainda acumula uma quantidade pequena de conhecimento sistematizado.

1.2 Contextualização do tema

A escolha do tema desta investigação tem o propósito de dar continuidade aos estudos desenvolvidos no mestrado, e ampliar o conhecimento sobre a forma como a mídia impressa do Rio Grande do Sul produz e reproduz uma noção de identidade gaúcha, abordando este tema agora, a partir do referencial teórico-metodológico da AD de linha francesa, iniciada por Michel Pêcheux.

As características do processo discursivo pelo qual a identidade gaúcha se constrói no discurso da mídia impressa é um aspecto dos Estudos Culturais dentro da Teoria da Comunicação. Este aspecto, como diz Wolf (1999), um dos aspectos nos quais os estudos culturais tendem a se explicitar, é na direção dos estudos sobre a produção dos meios de comunicação de massa, enquanto sistemas complexos de práticas determinantes para a elaboração da cultura e da imagem da realidade social. A parcela delimitada do assunto que será estudada, é composta por todas as charges veiculadas nos dias 20 e 21 de setembro, no período que vai do ano de 1990 a 2006, e que têm como tema a identidade gaúcha,

A atualidade deste estudo está em dois pontos: primeiro, que a questão dos intercâmbios entre o local, o regional e o global, concentram a maior parte dos esforços de investigação para os chamados estudos culturais; por outro lado, no que se refere à AD, nada pode ser mais atual do que a emergência dos estudos sobre o interdiscurso, considerado como o terreno que possibilita a produção, circulação e recepção do discurso. Assim este trabalho, pode ser visto como uma introdução às tecnologias da comunicação, entendidas por Rocha (1996), como o estudo dos ofícios da comunicação utilizadas para a produção de conhecimento, dentro da disciplina de Introdução à Mídia e Conhecimento do PPGEP da UFSC.

Ainda é importante destacar a relevância da análise discursiva dos processos visuais ou não-verbais das charges para a linha de pesquisa de Mídia e Conhecimento, como ferramenta para elaborar e desenvolver cada vez mais e melhor o planejamento da produção do conhecimento e entender melhor os elementos da linguagem impressa como processo visual utilizado na produção do conhecimento por parte da mídia.

Por fim, destacamos que a presente investigação tem também aderência dentro da área de Mídia e Conhecimento por trabalhar questões como a estruturação do inconsciente: como linguagem, condensação, deslocamento e interpretação, todas colocadas dentro do escopo da disciplina de “Hermenêutica Psicanalítica como método de investigação”, do PPGEP da UFSC.

1.3 Definição dos Principais Termos

Identidade Cultural – “O sujeito pós-moderno, conceitualizado não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.” (HALL, 1998, p. 12, 13).

Identidade Nacional – “As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seus presente com seu passado e imagens que dela são construídas”. (HALL, 1998, p. 51).

Comunidade Imaginada – “Define-se como um grupo de pessoas, que necessariamente não precisam ter conhecimento uma das outras, e que estão unidas em torno de uma identidade física ou simbólica. A nação como comunidade imaginada, é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal”. (ANDERSON, 1989, p. 16).

Tradição Inventada — “Por tradição inventada, entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas. Tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuação em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”.(AZEVEDO, 1999. p. 42).

Identidade Gaúcha – “A noção de identidade gaúcha, construída pela mídia impressa, de circulação estadual, do Rio Grande do Sul, esta baseada em três fatores que são: 1º) A "comunidade imaginada" gaúcha, que é reatualizada anualmente pela mídia, durante a "Semana Farroupilha"; 2º) A "historia particular do Rio Grande do Sul" e, finalmente, em 3º) As "tradições inventadas em função desta história”. (AZEVEDO, 1999, p. 110 e 111).

Materialização Discursiva – “É a conjugação da linguagem, como estrutura, com a história, como sendo o acontecimento da enunciação, na produção de sentidos em uma forma material, que é o discurso, e que é a forma encarnada na história para produzir sentidos. Esta forma é, portanto, uma forma lingüístico-histórica”. (ORLANDI, 2002, p. 18).

Textos – “É um espaço discursivo organizado, simbolicamente fechado e ilusoriamente completo”.(INDURSKY, 2006, p. 70).

Intertextualidade – “É a relação de um texto com os demais textos de um mesmo espaço discursivo, levar em conta a intertextualidade no processo de leitura, é ter em mente que os sentidos de um texto se estabelecem pela relação que ele mantém com outros textos”. (ROMUALDO, 2000, p. 57).

Discurso – “A palavra discurso, traz consigo a idéia de percurso, movimento, o discurso é o signo em movimento, é a prática da linguagem; que é uma mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social”. (ORLANDI, 2002, p. 15).

Interdiscurso – “É o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob forma de pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. (ORLANDI, 2002, p.31).

Interdiscursividade – “É a relação de um determinado discurso com outros discursos, no que se refere a sua produção de sentido”. (BRANDÃO, 2000, p. 72).

Condições de Produção do Discurso — “Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”. (ORLANDI, 2002, p.30).

Formação Discursiva — “A formação discursiva se define como aquilo que, numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e deve ser dito”. (PÊCHEUX, 1990, p.166).

Formação Ideológica – “Cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem "individuais" nem "universais", mas se relacionam mais ou menos diretamente às posições de classe em confronto umas em relação as outras”. (BRANDÃO, 2000, p. 38).

1.4 Definição do Problema

Historicamente, os estudos de textos não verbais são muito recentes. A AD desenvolveu-se a partir da segunda metade do século XX, baseada em estudos de textos verbais. Somente trabalhos mais recentes têm apresentado análises do não-verbal. Em termos teóricos, discute-se a questão relativa à materialidade da linguagem (verbal e não-verbal).

Pinto (2000), afirma que, a AD parte da idéia de que qualquer imagem deve ser considerada um discurso, como por exemplo, as charges encontradas em jornais e revistas do mundo inteiro, onde é feito o uso extensivo da citação e da paródia nas imagens.

Na conclusão de sua dissertação de mestrado, Azevedo (1999), afirma que ficou claro que o discurso da mídia impressa do Rio Grande do Sul, tinha relações com outros discursos como, por exemplo, o discurso do MTG - Movimento Tradicionalista Gaúcho, e o discurso da história oficial do Rio Grande do Sul, divulgado pelos livros de história e pelas instituições de ensino.

Das ilustrações que se manifestam como desenho de humor, a charge se destaca. Se for olhado um grande jornal diário de informação, encontra-se provavelmente na seção de opinião uma charge, que é identificada, pelos leitores, na série sucessiva de números do diário como "a charge do fulano"! Não se conhece nenhum jornal que apresente um chargista diferente a cada edição, pois encontrar todos os dias o mesmo chargista parece ser um hábito do seu leitor.

A charge não é 'encomendada' pelos editores. O chargista, encarado numa perspectiva mais de artista do que de jornalista, tem a liberdade não só de escolher o assunto que pretende abordar, mas também o ângulo e a posição crítica. Existe uma única determinante, que é que o assunto seja da atualidade imediata, que é o aspecto propriamente jornalístico da charge. Assim, não só por sua localização, mas também por suas características opinativas, a charge é uma espécie de editorial gráfico-visual,

só que um editorial crítico e, às vezes, até contraditório com os outros discursos do jornal.

Na história do desenho de humor, somente as caricaturas são engraçadas por si mesmas, a prática do desenho sem palavras parece ser de origem inglesa. Vamos encontrá-lo em Punch e Funn. Antes disso, o procedimento corrente era explicar o desenho por meio de uma legenda. Desacredita-se, porém, que o uso de expressões verbais determine sempre um humor de texto, do qual o desenho seria apenas uma ilustração, mesmo quando o desenho é meramente apoio, como no caso de um diálogo, em que os personagens poderiam ser substituídos por uma indicação verbal.

Nesses casos, o desenho apenas estimula o humor verbal. O extremo oposto é o desenho sem nenhuma expressão verbal, que diz sua graça só no traço. A charge é um espaço de estratégias onde são forjados elos simbólicos com o sujeito interpretante. Destas estratégias fazem parte saberes, normas, valores e universos de referência supostamente partilhados. A mensagem não propõe um simples conteúdo de informação, mas sim conteúdos metonímicos, metafóricos, e uma forma trabalhada de enunciação. O enunciador deixa de ser explicitamente o enunciante para se transformar no narrador de uma história, ou a figura anônima do sujeito que mostra.

As mensagens chargísticas não podem ser identificadas como enunciados de ficção propriamente dita, nem como enunciados da realidade do estilo documentário; elas se apresentam mais como tipos de enunciados polimórficos que, por meio de estratégias de discurso, mobilizam procedimentos retóricos, de realidade ou ficção, cuja uma das finalidades é a captação dos sujeitos interpretantes. São produções fictícias que reconstituem cenas da vida cotidiana, da vida social, ou então criações de alegorias puramente imaginárias, que tem como fonte um acervo cultural compartilhado.

A charge quase sempre mobiliza em cena universos de referência. Estes podem ficar circunscritos a um espaço como a cidade, a natureza, lugares conhecidos; pode corresponder a práticas sociais como trabalho, lazer; ou pode ainda representar relações familiares, individuais, comportamentais, etc. A presença do 'acontecimento' (20 de Setembro), no discurso da identidade gaúcha, é intercultural aos universos de referência, presentes de forma mais acentuada na sociedade gaúcha, mas também presentes na sociedade brasileira.

No universo de informação e sedução, presente nas charges sobre o '20 de Setembro', que são analisadas, a identidade gaúcha é a essência do mundo que é proposto nelas. As imagens são centradas na descrição da história, dos costumes e tradições do povo

gaúcho ou na sua vida em situações e espaços reais. Não se conta uma realidade, mas se descreve um universo de valores que lhe são subjacentes. Nem sempre, no entanto, são reforçados estes valores, podendo-se assumir uma posição irônica e crítica.

Os personagens nas charges estão sempre representando um papel. A narrativa funciona nesses fragmentos da vida social, como uma justificativa para o lugar ocupado por cada um dessas personagens no interior de seus universos, lugar este que pertence a eles. As charges dentro deste modelo, e do modelo da retórica da imagem, impõem aos personagens os imaginários sociais presentes em cada grupo cultural.

Eleger a charge, como objeto teórico de investigação, já pressupõe uma instigante transposição dos critérios formulados para textos verbais; para uma modalidade de manifestação comunicativa de natureza mista, verbal e não-verbal, que é a charge. Textos são considerados produtos culturais, ou seja, formas empíricas onde é utilizada a linguagem verbal, ou não verbal.

Assim, espera-se estar justificado plenamente um esforço de investigação científica, tendo como foco a hipótese de que, de um lado, a relação das charges com os outros textos presentes no jornalismo impresso é o processo discursivo que materializa nas charges a "comunidade imaginada gaúcha"; enquanto, do outro lado, a relação do discurso, ao qual a charge pertence com outros discursos, é um processo discursivo que materializa nas charges as "tradições inventadas gaúchas".

Por fim, seguindo uma determinação do PPGEP – UFSC, expressa em seu modelo de projeto de pesquisa (cópia em anexo), na qual, citando Karl Popper, este modelo diz que perguntas tais como "Qual", "Quais" e "O que", não são pertinentes para a busca do conhecimento científico, pois levam o pesquisador a realizar buscas elementares e finais do problema, onde o problema é explicado pela sua essência a partir de elementos isolados.

Esta concepção restringe a criação de teorias independentes e novas, pois exime o investigador de buscar o entendimento da questão estudada. Para o citado modelo proposto pelo PPGEP, perguntas como "Existirá", "Haverá", "Por quê" e "Como" buscam as relações subjacentes aos aspectos ligados ao problema e, portanto, são mais pertinentes para a busca do conhecimento científico. Dentro do escopo de observações que foram desenvolvidas até aqui, cabe a seguinte questão de pesquisa:

Como ocorre a materialização discursiva da identidade gaúcha nas charges?

1.5 Objetivo Geral

Identificar como ocorre a materialização discursiva da identidade gaúcha nas charges.

1.6 Objetivos Específicos

Identificar alguns dos efeitos de sentido produzidos a partir das charges que têm como tema o “20 de setembro” e a identidade gaúcha, veiculadas nos jornais Correio do Povo e Zero Hora, em todas as edições dos dias 20 e 21 de setembro, durante os últimos dezessete anos.

Levantar como ocorre a materialização discursiva da “comunidade gaúcha imaginada” nas charges que têm como tema o '20 de setembro' e a identidade gaúcha, veiculadas nos dois principais jornais de circulação regional no Rio Grande do Sul, desde 1990, nas edições dos dias 20 e 21 de setembro, entre os anos de 1990 a 2006.

Verificar como ocorre a materialização discursiva das “tradições inventadas gaúchas” nas charges que tem como tema o '20 de setembro' e a identidade gaúcha, veiculadas nos jornais Correio do Povo e Zero Hora, em todas as edições dos dias 20 e 21 de setembro, durante os últimos dezessete anos.

Identificar como as charges que têm como tema o '20 de setembro' e a identidade gaúcha, veiculadas nos dois principais jornais de circulação regional no Rio Grande do Sul, desde 1990, nas edições dos dias 20 e 21 de setembro, entre os anos de 1990 a 2006 estão investidas de significância para e por sujeitos.

Levantar alguns dos “não ditos” em cada uma das charges que tem como tema o '20 de setembro' e a identidade gaúcha, veiculadas nos jornais Correio do Povo e Zero Hora, em todas as edições dos dias 20 e 21 de setembro, durante os últimos dezessete anos.

Verificar de que maneira as formas que a identidade gaúcha está materializada determinam a interpretação das charges que tem como tema o '20 de setembro' e a identidade gaúcha, veiculadas nos dois principais jornais de circulação regional, desde 1990, nas edições dos dias 20 e 21 de setembro, entre os anos de 1990 a 2006.

Caracterizar os domínios do campo enunciativo presentes nas charges que tem como tema o '20 de setembro' e a identidade gaúcha, veiculadas nos jornais Correio do Povo e Zero Hora, em todas as edições dos dias 20 e 21 de setembro, durante os últimos dezessete anos.

Verificar se foi feito algum deslocamento epistemológico entre a forma como a “comunidade imaginada gaúcha” e as “tradições inventadas gaúchas”, estão materializados nas charges que tem como tema o '20 de setembro' e a identidade gaúcha, veiculadas nos dois principais jornais de circulação regional desde 1990, nas edições dos dias 20 e 21 de setembro, entre os anos de 1990 a 2006,

1.7 Justificativa

A pesquisa torna-se relevante, na medida em que a produção de identidades culturais tornou-se, nos últimos tempos, um campo muito estudado pelo conjunto das ciências humanas; ao mesmo tempo em que a pesquisa em Análise do Discurso, toma como foco processos não verbais, é uma das tendências mais atuais em análise de discurso, o que trará um avanço considerável para as ciências que se preocupam com a "engenharia da produção de sentido".

O tema desta pesquisa surgiu, de um lado, a partir da constatação de que a mídia impressa do Rio Grande do Sul produz uma noção de identidade gaúcha, nos gaúchos que não cultuam as tradições gaúchas, a partir da visibilidade dada à identidade gaúcha pelas edições dos dias 20 e 21 de setembro; e reproduz uma noção de identidade gaúcha, nos gaúchos que cultuam estas tradições, a partir das tradições inventadas, tendo como base a história particular do Rio Grande do Sul. Por outro lado, ele surgiu a partir da afirmação da Análise de Discurso, de que a linguagem não é transparente, e da vontade de descobrir como as charges analisadas materializam discursivamente as afirmações da primeira parte deste parágrafo.

A importância do problema proposto por este estudo, está de um lado, em investigar a crescente presença da mídia como instância produtora e reprodutora dos mais variados tipos de identidades culturais, inclusive da identidade sub-nacional, como é o caso da identidade gaúcha; por outro lado, é importante dizer que o sub-nacionalismo gaúcho ainda carece de um estudo científico pormenorizado.

A relação desta pesquisa com as questões atuais da AD está na relação entre o problema proposto para esta investigação e esta área, ou seja, para responder qual a característica do processo discursivo que constrói a identidade gaúcha na mídia impressa gaúcha através das charges, uma das principais hipóteses que serão verificadas nesta investigação é a de que as “tradições inventadas gaúchas”, baseadas na história particular do Rio Grande do Sul, se constroem em um acontecimento discursivo, a partir da memória material do discurso da mídia impressa e os discursos do tradicionalismo gaúcho. Ora, em AD, uma das questões mais atuais é a assunção do acontecimento discursivo como principal unidade de estudo da AD.

A relação do problema com o contexto social atual, localiza-se no fato de que o discurso da mídia impressa é tomado, de maneira geral, pela nossa sociedade, como verdadeiro, e o que esta investigação estuda são algumas das formas de se produzir este efeito. O principal aspecto inovador deste estudo está no seu corpus, ou seja, nas charges, pois é muito pouco comum a eleição do discurso não-verbal como objeto de estudo, ainda que no presente caso tenham sido eleitos tanto o discurso verbal como o não verbal.

A escolha do grupo de edições a serem investigadas justifica-se primeiro porque a partir da década dos 90, com a eleição de um cultuador das tradições gaúchas para governador do Rio Grande do Sul, chamado Alceu Collares, a identidade gaúcha passou a ter mais visibilidade na mídia impressa do Rio Grande do Sul; também foi nesta década que surgiu um movimento separatista que pretendia fazer do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, uma nova nação chamada de República do Pampa.

Quanto às datas escolhidas, a justificativa é a seguinte: o dia 20 de setembro é o auge das comemorações da semana farroupilha, semana esta que comemora justamente a identidade gaúcha. Já o dia 21 de setembro, como o dia seguinte ao dia 20, é o dia onde as notícias dos acontecimentos do dia 20 repercutem na imprensa diária. Por fim os jornais Correio do Povo e Zero Hora, se justificam por serem hoje os dois principais jornais de circulação estadual no Rio Grande do Sul.

A utilidade deste estudo, para a prática profissional da Publicidade e Propaganda, está no fato de que as identidades culturais, como por exemplo, a identidade sub-nacional gaúcha, são utilizadas hoje pela publicidade como moeda de troca em favor do consumo de produtos, serviços e marcas. Portanto estudar o funcionamento destas identidades na mídia impressa é extremamente útil do ponto de vista profissional.

Por outro lado, é possível destacar a importância desta pesquisa do ponto de vista da sua contribuição na área social, já que a partir dela passa a ser entendido como a mídia produz seus engenhos discursivos, construindo no discurso as identidades que sustentam a nossa vida social, tomando-se como caso exemplar uma das formas de produção e reprodução da identidade gaúcha pela mídia impressa de circulação regional do Rio Grande do Sul, as charges.

“A tradição de todas as gerações já mortas se impõe como um pesadelo na mente dos vivos. é exatamente quando eles parecem engajados em transformar a si mesmos a às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente em tais períodos de crise revolucionária, eles ansiosamente esconjuram os espíritos do passado em seu auxílio e deles tomam emprestados, nomes, gritos de guerra e costumes, a fim de apresentar a nova cena da história mundial com esse disfarce honroso e com esta linguagem emprestada.”

KARL MARX
(FILÓSOFO)

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Destacando os efeitos recentes da globalização na economia mundial foram sentidos no Rio Grande do Sul. No final do século XX, os produtos industriais gaúchos sofreram concorrência dos produtos estrangeiros, provocando o declínio da produção, com efeitos sociais negativos, como o desemprego. A agricultura também tem de enfrentar a concorrência estrangeira e, com isso, o agricultor fica sem estímulo para produzir. Muitos trabalhadores rurais saíram do campo para as cidades, aumentando os bolsões de pobreza.

Para Quevedo (2003), em meio a estas alterações no panorama internacional e nacional, em 1988 Olívio Dutra (PT) foi eleito prefeito de Porto Alegre e em 1990 Alceu Collares (PDT), foi eleito para governar o Rio Grande do Sul até 1994. Nesta eleição, a primeira em dois turnos (o primeiro com todos os candidatos, e se nenhum candidato conseguir 51% dos votos válidos no primeiro turno, realiza-se um segundo com os dois candidatos mais votados no primeiro), Collares venceu Nelson Marchezan (PDS-PFL), José Fogaça (PMDB) e Tarso Genro (PT). Durante o seu governo, o Rio Grande do Sul entrou no Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL, formado pela Argentina, Uruguai e Paraguai, além do Brasil.

O MERCOSUL é um conjunto de acordos bilaterais e regionais sobre a livre circulação dos bens, serviços e produtos; acordos econômicos e a harmonização das legislações que dispõem sobre esses assuntos. Por outro lado, a situação interna do Rio Grande do Sul estava piorando, devido a vários fatores, entre eles o agravamento da falta de terra para o trabalhador rural, que engrossava o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o endividamento do Estado, ocasionando a diminuição dos investimentos na área social.

Em 1992 Tarso Genro (PT), que até então era vice-prefeito de Olívio Dutra (PT), eleito em 1988, foi eleito prefeito de Porto Alegre. Como nos diz Quevedo (2003), o Plano Real, criado em 1993 pelo então ministro da fazenda do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, gerou mudanças no Rio Grande do Sul. O governo federal parou com os investimentos em nosso Estado, a dívida pública aumentou e o governo começou a gastar mais do que a sua arrecadação. Nas eleições de 1994 para governador, venceu no segundo turno, o candidato apoiado por Fernando Henrique Cardoso, Antônio Britto (PMDB) com 52%; enquanto Olívio Dutra (PT), ficou com 48% dos votos válidos.

Em 1996 o Partido dos Trabalhadores, conquistava pela terceira vez consecutiva a prefeitura da capital dos gaúchos, Porto Alegre, com Raul Pont (PT). Britto que já estava no governo desde 1995, governou até 1998. No seu governo ocorreram as privatizações da CRT e CEEE. A indústria gaúcha foi abalada devido à inexistência de incentivos por parte do governo estadual e a abertura econômica feita pelo governo federal, que reduziu as tarifas de importação. Muitas empresas faliram, em especial as de médio e pequeno porte.

Para Machado (2004), no ano de 1998, o Rio Grande do Sul já contava com mais de 10 milhões de habitantes, e tinha sido considerado pela Organização das Nações Unidas – ONU, o estado federado com o maior Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Brasil. O mesmo documento da ONU apontou a capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, como a segunda capital do país também em termos de IDH.

Segundo a mesma autora, dos dois candidatos que foram para o segundo turno, Antônio Brito, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que concorria ao segundo mandato, contava com a simpatia dos grupos RBS e Globo, seus ex-patrões, pois Britto tinha trabalhado nesta empresa como jornalista. Já o candidato de oposição, Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), precisava superar o conservadorismo do interior do estado e a resistência da grande mídia.

Esta disputa reeditou, em parte, as campanhas eleitorais de 1988 à prefeitura de Porto Alegre, vencida por Olívio Dutra; e de 1994 ao governo do Rio Grande do Sul, vencida por Antônio Britto. E Junto com as eleições de 1998, vencidas por Olívio Dutra, estes processos eleitorais foram marcados pelas denúncias de manipulação das pesquisas eleitorais por parte da RBS e pelo apoio explícito desta empresa de comunicação ao candidato do PMDB.

Na edição de Zero Hora de 05/08/1998, segundo Machado (2004), na página 03 foi publicado um “a pedido” do PT, com o título “Ética, jornalismo e eleições”, denunciando que a coluna 10 deste jornal vinha sistematicamente demonstrando o seu comprometimento com a candidatura oficial do senhor Antônio Britto. Este fato gerou uma guerra de “a pedidos” e notas entre a Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Para Quevedo (2003), nas eleições de 1998, no segundo turno, a situação era igual a de quatro anos atrás, o vencedor desta vez foi Olívio Dutra (PT), com a coligação chamada Frente Popular, composta pelas forças e partidos de esquerda. Olívio Dutra derrotou Antônio Britto (PMDB) e a sua coligação chamada Rio Grande Vencedor. Na campanha política, Olívio afirmou que as prioridades do seu governo seriam os setores da saúde, educação, habitação e agricultura. Em 2000, Tarso Genro foi novamente eleito prefeito de Porto Alegre.

Para Machado (2004), em meio a instabilidade financeiro-mercadológica, a RBS teve que enfrentar uma nova ordem política no Rio Grande do Sul. O governador eleito, Olívio Dutra do PT, que assumiu o governo do estado em janeiro de 1999, promoveu uma reconfiguração de forças político ideológicas no Rio Grande do Sul, enquanto o jornal Zero Hora e a RBS ficaram vinculados a coligação “Rio Grande Vencedor”, derrotada nas urnas.

Ao longo do seu governo, segundo o mesmo Quevedo (2003), Olívio Dutra (PT) implantou uma série de iniciativas que tinham o objetivo de gerar transformações sociais do Rio Grande do Sul. Tais iniciativas estavam voltadas, na maioria das vezes, para os excluídos, que passaram a ter alternativas de inclusão social, como Por exemplo: a compra de terras para assentar trabalhadores sem terra e a criação de reservas para os povos indígenas, a manutenção do projeto Primeiro Emprego voltado aos jovens estudantes sem experiência no mercado de trabalho, a transformação da Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM) em Fundação de Apoio Sócio Educativo (FASE), que tinha como base um forte projeto pedagógico que previa a inserção dos jovens na sociedade e no mundo profissional.

Na área da educação, este governo transformou as antigas Delegacias de Ensino em Coordenadorias Regionais de Educação, com o objetivo de supervisionar e orientar a autonomia das escolas a partir de estatutos próprios, previstos na Constituinte Escolar, outro avanço foi a determinação de eleições diretas para diretores de escola.

A qualificação dos docentes esteve sempre presente nas práticas governamentais, gerando como resultado a criação Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), composta por várias Unidades de Ensino, distribuídas por todo o Estado. Foi implementado também o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), que a partir de 1999, reduziu o analfabetismo no Rio Grande do Sul.

Para aqueles jovens e adultos que já eram alfabetizados foi criado o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), constituído em módulos por disciplinas que possibilitaram a conclusão do ensino fundamental e médio num curto prazo de tempo. O ano de 2001 marcou o surgimento da primeira escola do ensino médio com o objetivo de formar professores indígenas.

Como lembra Quevedo (2003), na área da segurança pública, o governo Olívio Dutra, preocupou-se em integrar a Brigada Militar e a Polícia Civil. Além de implementar o projeto de municipalização solidária da saúde. A participação das comunidades foi realizada através do Orçamento Participativo (OP), projeto no qual a partir de assembleias públicas realizadas em todos os municípios e regiões do Rio Grande do Sul, a população propunha, debatia e estabelecia prioridades para as obras, serviços e programas de desenvolvimento regional. Nestas assembleias a comunidade votava e participava da escolha das prioridades locais e regionais.

No entanto o governo Olívio Dutra, por não ter maioria na Assembleia legislativa, enfrentou durante todo o seu mandato a oposição político-partidária da coligação derrotada nas eleições, que tinha a maioria no Legislativo, o que limitou o avanço das ações e dos projetos deste governo. Por outro lado, a tão esperada reforma tributária, que daria sustentação às transformações e à infra-estrutura do programa de governo não foi realizada pelo governo federal, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Nas eleições de 2002, como afirma o mesmo autor, ocorreu uma virada política, tanto no nível nacional, como no estadual. Para Presidente da República o candidato e ex-ministro de Fernando Henrique Cardoso, José Serra (PSDB), foi derrotado no segundo turno pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que obteve uma vitória sem precedentes na história das eleições presidenciais. Já no Rio Grande do Sul, o candidato da situação Tarso Genro (PT), cotado para substituir Olívio Dutra, manteve a liderança, nas primeiras pesquisas eleitorais, e tudo indicava que Olívio Dutra faria o seu sucessor.

No entanto, na reta final da eleição surgiu como a grande surpresa eleitoral o nome de Germano Rigotto, que no início da campanha eleitoral estava colocado em último lugar nas pesquisas durante a polarização Tarso Genro (PT) e Antônio Britto (PPS), mas que, no final, confirmou a vitória dos candidatos da aliança PMDB-PSDB, liderada por Germano Rigotto (governador) e Antônio Hohlfeldt (vice-governador). Em 2004, José Fogaça (PPS), foi eleito prefeito de Porto Alegre, depois de, no segundo turno, ter disputado a prefeitura com Raul Pont (PT).

Em 2006, nova surpresa política no plano estadual: o candidato da situação, Germano Rigotto, que durante todo o primeiro turno era apontado pelas pesquisas como um dos candidatos que estaria no segundo turno, disputando o governo do Rio Grande do Sul, foi, na apuração dos votos do primeiro turno, superado primeiro pela candidata Yeda Crussius (PSDB) e pelo candidato e ex-governador Olívio Dutra (PT), que efetivamente disputaram o governo gaúcho no segundo turno destas eleições, elegendo-se governadora, pela primeira vez, a candidata Yeda Crussius (PSDB).

No plano federal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e candidato a reeleição, disputou o segundo turno da eleição com o ex-governador de São Paulo e candidato à presidência da república, Geraldo Alckimin (PSDB), sendo que, pela primeira vez, na história política recente do Rio Grande do Sul, o candidato à presidência da república Luiz Inácio Lula da Silva, foi derrotado nas urnas no primeiro e no segundo turnos de uma eleição presidencial nas urnas gaúchas, apesar de ter sido reeleito presidente da República Federativa do Brasil até 2010.

2.1 História da identidade gaúcha

Azevedo (1999), diz que a identidade Gaúcha nem sempre foi como nós a conhecemos hoje. O certo é que os grupos indígenas que habitavam o Rio Grande antes do descobrimento, já tinham identidades locais. Primeiro a tradição Umbu (há mais ou menos 10.000 anos atrás), depois tradição Humaitá (há 6.600 anos atrás), mais recentemente, a tradição Sambaqui (há 4.000 anos atrás), e quase na era cristã (há 2.435 anos atrás), surgiu uma cultura que evoluiu da tradição Umbu, chamada de cerritos. Os Minuanos e os Charruas, que habitavam a metade sul do Rio Grande do Sul, eram os últimos remanescentes desta tradição, quando os europeus chegaram ao Brasil, em 1500.

Há cerca de 2.000 anos, ocorreu no Rio Grande do Sul uma grande invasão de índios agricultores e guerreiros, que pertenciam ao grande ramo Tupi, chamados Guaranis, que expulsaram quase todos os povos primitivos. Quando os Portugueses aqui chegaram, apenas os Charruas e os Minuanos resistiam nos campos rasos do sul. Foram os guaranis que introduziram o chimarrão e a expressão tchê, que em linguagem guarani quer dizer “meu”.

Ainda, segundo o mesmo autor, a identidade “gaúcha”, de alguma forma já existia antes da chegada dos europeus, mas os contornos que ela ganharia no Rio Grande do Sul a partir de 1500, definiriam a atual identidade gaúcha. A “descoberta” da América por Cristóvão Colombo em 1492, fez com que os países europeus em geral, e Espanha e Portugal em particular, desecadeassem uma verdadeira corrida pela posse do “novo mundo”. O tratado de Tordesilhas dividiu o mundo entre estes dois países, e tornou o sul do Brasil a única ‘fronteira viva’ entre a América Portuguesa e a América Espanhola.

O Rio Grande do Sul tornou-se para os gaúchos um “lugar antropológico”, ou seja, o seu lar, a sua residência, um espaço personalizado, ou seja, o espaço privado, particularizado, a terra dos gaúchos. Seus habitantes mantêm com este espaço uma relação de identificação com uma tradição baseada num passado histórico.

Sendo o Rio Grande do sul o espaço dos gaúchos, como nos diz Azevedo (1999), ele define a sua identidade como grupo, pois as origens étnicas do grupo são diversas, mas a identidade do espaço é uma só. E a identidade deste espaço é constituída pela história que nele e por causa dele se desenvolveu, como é o caso da história do Rio Grande do Sul a partir da chegada dos europeus. As características espaciais do território gaúcho, como o fato de, desde o tratado de Tordesilhas até a definição final das fronteiras entre Portugal e Espanha, sempre constituir a grande fronteira viva entre estes dois países gerando uma tradição de guerras que moldou a identidade de seus habitantes.

O fato de o litoral gaúcho ser reto e quase sem portos naturais determinou que a ocupação deste território fosse feita por terra, contrariando uma tendência, já consagrada nos empreendimentos coloniais da época, de ocupar os territórios descobertos a partir do litoral; e por fim o fato do Rio Grande do Sul apresentar um território na sua maioria coberto por pastagens naturais, e portanto próprio para criação de gado, que formaria, a partir da sua introdução pelos jesuítas na primeira metade do século XVI, o principal fator de desenvolvimento e a principal atividade

econômica do extremo sul do Brasil nos próximos quatro séculos, foram decisivos no processo de formação da identidade Gaúcha.

De fato a partir da fundação da colônia de Sacramento em 1680 até o final da Revolução Libertadora em 1923, ainda como diz o mesmo autor, o Rio Grande do Sul, em função das constantes guerras primeiro entre Portugal e Espanha e, depois entre o Brasil e seus vizinhos do Prata, Argentina e Uruguai, e também com o Paraguai (alem das revoluções internas); contribuiu com soldados e com o empenho da sua população para construir as fronteiras como são hoje, e até para aumentá-las como no caso da guerra da Cisplatina. Durante estes anos, com poucos períodos de pausa, o Rio Grande do Sul esteve transformado em um acampamento militar ou em palco de guerras, e quando não eram guerras externas, eram guerras internas contra o resto do Brasil, como no caso da Revolução Farroupilha; ou entre facções contrárias da aristocracia rural gaúcha.

Em determinados momentos deste longo período, a presença militar no Rio Grande do Sul foi tão intensa que quase todo exercito brasileiro estava em campos gaúchos, como por exemplo, na ofensiva final do exercito imperial brasileiro, durante a Revolução Farroupilha, foram utilizados 11400 soldados, o que significa dois terços do contingente total do exercito brasileiro, além, é claro, das forças revolucionárias. Essa movimentação militar que se tornou regra durante a nossa história até meados do século passado, fez com que em nosso território se cruzassem brasileiros de todas as regiões do Brasil. Neste contexto de integração, já se manifestava uma diferenciação cultural entre os Gaúchos e os demais Brasileiros. Telles (1996), relata que na Guerra Cisplatina, os componentes gaúchos do exercito imperial chamava de baianos a todos que não fossem naturais do Rio Grande do

Sul. A identidade gaúcha, mergulhada no tradicionalismo, procura manter os valores da “oligarquia rural gaúcha”, mas sempre associada aos valores emergentes da sociedade gaúcha que se urbanizava. Com a marca forte do positivismo, que construía ou reformava os heróis de uma tradição ordenada, buscando o progresso, o tradicionalismo gaúcho firmou-se, através da ideologia positivista das elites rurais gaúchas. Uma ligação do presente com o passado, do velho com o novo, que não se formava mais a partir da matriz econômica tradicional, mas a partir de outra matriz econômica centrada nas mudanças impressas pelo processo capitalista.

Um novo estágio no processo de globalização, como nos diz o mesmo autor, liderado pelo capital, mas mantendo a raiz mítica que originou a identidade gaúcha. O processo capitalista construiu os heróis, preservando o passado e ‘construindo um presente de progresso e bem estar comum’. Não se configurou um possível conflito, gerado pela luta de classes, mas sim uma nova forma de hegemonia das classes que detinham os meios de produção e mais modernamente os meios de comunicação no Rio Grande. Por este motivo, foi possível a aproximação entre a oligarquia rural e a burguesia industrial. O movimento tradicionalista é um movimento que tenta resgatar um tempo perdido. O modelo que se produz quando se fala em tradições gaúchas, está baseado na região da campanha e num gaúcho que anda livre e majestoso sobre o seu cavalo.

As mudanças econômicas que se fizeram sentir, a partir de 1870, com o crescimento da produção agrícola e do comércio nas colônias, e com a decadência do charque, levaram a campanha e o estancieiro a perder a sua hegemonia. A introdução de melhoramentos genéticos nos rebanhos, o cercamento dos campos e a melhoria da infra-estrutura de estradas, acabaram com a função de posteiros e agregados, expulsando esta mão de obra para a cidade.

Para Oliven (1992), a identidade gaúcha foi construída em várias etapas. Primeiro a figura marginalizada do gaúcho, em meados do século passado, desaparecendo e sendo absorvida, gradativamente, como peão de estância. Depois, a criação do Partenon Literário, em 1868, em Porto Alegre, por um grupo de intelectuais que procuravam valorizar modelos culturais europeus, e ao mesmo tempo exaltar a temática regional, numa característica marcadamente positivista da elite gaúcha.

Em 1898, é criado o Grêmio Gaúcho, com o objetivo de preservar as tradições, sem deixar de lado os costumes do presente. Neste ano toma posse, como presidente da província, Borges de Medeiros, que se manterá no poder por quase trinta anos, consolidando a República Positivista no Rio Grande. Ambas as associações tinham aspectos em comum, como o fato de serem formadas por pessoas pobres e que encontravam na atividade intelectual uma forma de inserção social.

Estas entidades ao procurar apagar os conflitos entre as classes, como diz o mesmo autor, estariam começando a construção dos mitos que viriam a contribuir mais tarde na produção da identidade gaúcha, sempre marcada pela tensão entre presente e passado, na construção do futuro. Nos anos seguintes, foram criadas entidades semelhantes em Pelotas, Bagé, e Santa Maria; numa segunda etapa, nas décadas de 30

e 40 do século XX, em que os gaúchos descendentes de emigrantes de origem alemã e italiana começaram a participar, são criadas, a Sociedade Gaúcha Lomba-Grandense, na colônia alemã, e o Clube Farroupilha de Ijuí, zona de colonização italiana e alemã. O ano de 1947 marca a criação do Departamento de tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil do Colégio, Júlio de Castilhos, por um grupo de estudantes secundaristas deste colégio de Porto Alegre. E de 07 a 20 de Setembro, deste ano, organizada por este departamento, acontece a 1ª Ronda Gaúcha, que mais tarde se transformaria na Semana Farroupilha (de 14 a 20 de Setembro). A Liga de Defesa Nacional, incluiu nos festejos da Semana da Pátria, o traslado dos restos mortais de um dos principais líderes da Revolução Farroupilha, Davi Canabarro, da cidade de Livramento para a capital gaúcha. Oito jovens integrantes deste departamento, com cavalos da Brigada Militar, formaram uma guarda de honra, para acompanhar o traslado do herói farroupilha.

Para os integrantes deste grupo de jovens (que eram naturais do interior do estado, mas estudavam na capital), segundo Oliven (1992), Porto Alegre causava medo e fascinação ao mesmo tempo, mas no fundo eles preferiam a segurança do pago, com seus hábitos campeiros. Impressionados com o Existencialismo pessimista de Sartre, e com os resquícios da política centralista do Estado Novo de Vargas, que proibia o uso das bandeiras estaduais, este grupo de jovens buscou abrigo nos antepassados, e na tradição, que se configuravam como alternativas seguras para enfrentar estes tempos de mudanças no Rio Grande do Sul.

Uma outra etapa para a construção da identidade gaúcha tem início no dia 24 de Abril de 1948, quando foi criado o primeiro CTG (Centro de Tradições Gaúchas), o CTG 35, em alusão ao início da Revolução Farroupilha. Este CTG foi criado por um grupo de 24 jovens, constituído exclusivamente por filhos de pequenos proprietários da região da campanha, que embora cultivando valores associados à tradição dos latifúndios gaúchos, não pertenciam a eles. Pretendiam ser uma espécie de academia tradicionalista.

Mesmo queixando-se de discriminação por parte dos habitantes da capital, Porto Alegre, e também por parte das elites que viam o movimento como ‘coisa de grosso’, como nos diz o mesmo autor, o movimento cresceu de tal maneira que o próximo CTG que surgiu no ano de 1948 foi, para o espanto dos tradicionalistas, em Taquara, uma zona típica de colonização alemã. Esta foi a maneira dos colonos de origem alemã afirmarem-se como cidadãos gaúchos e brasileiros, logo após a Segunda

Guerra, quando sofriam intensa discriminação. Por outro lado, o termo colono tinha um significado pejorativo, que identificava o descendente de imigrantes que tinha pouca terra, comparado aos padrões da região da campanha, e que tirava o seu sustento explorando a terra no sistema de economia familiar.

Além disto, o mesmo termo remetia a concepção de pessoa sem traquejo social, com uma postura tosca e sem elegância e com falta de ambição e capacidade para ascender socialmente. O gaúcho, por outro lado, era idealizado pelos imigrantes como sendo um tipo socialmente superior, pois além de os fazendeiros formarem a elite gaúcha da época, seu símbolo principal era o cavalo, que na Europa era considerado o símbolo de distinção da aristocracia rural. O sonho de todo o colono era adquirir um cavalo tão logo fosse possível, pois tornar-se gaúcho era uma forma simbólica de ascensão social.

Oliven (1992), diz que isto tudo associado à tendência hegemônica da cultura norte-americana do pós-guerra e as conseqüências da ditadura centralizadora do Estado Novo, fortaleceram muito o movimento tradicionalista. O CTG, funcionava como um elemento de reterritorialização para as pessoas de origens rurais, que estavam perdidas na cidade; além de catalisar a identificação das pessoas de origem urbana, que viam, na realidade idealizada, e nos valores cultuados pelo gaúcho, uma alternativa melhor à sua realidade urbana.

Desta forma o movimento tradicionalista reforça os elementos que constituem os pilares de qualquer cultura, ou seja, tradição, território e distinção. O apego às tradições dentro do espaço de reterritorialização, que era o CTG, possibilitava a aproximação dos iguais, e os distinguia dos outros, ou seja, dos 'urbanos'. A afirmação da cultura, transmitida pela tradição rural gaúcha garantiria com segurança o indivíduo contra as ameaças urbanas e estrangeiras.

O movimento tradicionalista cresceu, e a partir de 1954, os CTGs passaram a se reunir todos os anos. Também neste ano, o governo do Estado, criou uma nova divisão da Secretaria de Educação e cultura, chamada Instituto de Tradições e Folclore. Em 1974, este instituto se transformou na Fundação Instituto de Tradição e Folclore. Anteriormente em 1966, foi fundado o MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho), que hoje congrega a maior parte das entidades tradicionalistas do Rio Grande, além de entidades espalhadas no Brasil e no exterior.

Oliven (1992), nos mostra também a construção de arquétipos para a imagem do gaúcho, desde o Rei ou Monarca, até o Guerreiro, passando pelo herói. A própria

história do gaúcho e do Rio Grande do Sul, marcada por lutas, dá sentido a esta observação, pois o gaúcho foi constantemente guerreiro ao longo de sua história. Além disso, a hegemonia do estancieiro (o Rei) foi marcante no processo histórico do Estado.

É interessante observar que, neste processo, os representantes da oligarquia rural afastaram-se do movimento, evitando misturar-se com a plebe rural, buscando possivelmente, identificação com valores urbanos e alienígenas aos gaúchos. Uma negação de suas origens, que continha uma valorização negativa. Ao passo que pessoas, pertencentes ao grupo de pequenos agricultores, buscavam identificação com a elite rural, representada na figura do estancieiro.

Ao que tudo indica, segundo este autor, este foi o arquétipo, escolhido por todas as etnias que habitavam o estado, para representá-las, tornando-o símbolo de unificação entre elas, e de distinção para com outras culturas. Um arquétipo construído com as marcas da territorialidade e da tradição. É importante lembrar que esta identificação estava ligada a uma forte necessidade de ascensão social, por que o estancieiro representava a elite, um tipo socialmente superior, o detentor do poder.

Albeche (1996), mostra que o modelo exemplar, usado para representar o gaúcho, sofreu variações ao longo da história, em função dos interesses das elites. A imagem do gaúcho varia conforme o seu contexto histórico. O gaúcho real, o gaudério, o desempregado que vagava por estâncias à procura de trabalho sazonal, muitas vezes, era tido como pilhador, indisciplinado, marginal, homem sem lei e sem hierarquia, nem princípios de moral, foi esquecido na literatura. Assim o discurso republicano apagou a imagem real do gaúcho, porque ela representava a desordem social.

A ditadura positivista de Júlio de Castilhos, pela idéia da sociabilização, criou a imagem de um gaúcho submisso, ordeiro, civilizado pela estância. Os republicanos reordenaram a tradição, com base nas idéias positivistas de Auguste Comte, e declararam-se os continuadores dos ideais farroupilhas. Esta ditadura, através de Júlio de Castilhos e seus partidários, buscava a homogeneização social, criando homens educados para a realização do fim coletivo, homens seguidores do lema ‘ordem e progresso’.

Para a mesma autora, a ditadura positivista deu impulso a indústria, no Rio Grande do Sul, e para tanto necessitava de homens com esta formação. Era necessário criar um modelo exemplar, adequado às novas idéias. Desta forma, o arquétipo escolhido, foi o próprio Júlio de Castilhos, a quem atribuíram uma ‘época de ouro’, o tempo de

progresso, ordem e civismo; ele era o patriarca da nova sociedade gaúcha. A instauração da 'época de ouro', na ditadura positivista, guarda semelhança com a 'época de ouro' do neoliberalismo, colocando-a, não mais no passado, mas num futuro próximo.

Para Oliven (1992), havia um forte conflito entre as elites com relação ao modelo econômico a ser seguido. Este conflito gerou modelos exemplares, distintos para o gaúcho. Este conflito, de certa forma, permaneceu e deu origem ao movimento tradicionalista. Mas o gaúcho criado por este movimento já foi o gaúcho da tradição reordenada na época republicana, guardando, inclusive, a visão positivista do culto aos heróis, patriarcas e ancestrais de todos os tempos míticos por que passou.

As identidades são moldadas pela vivência e socialização culturais do cotidiano. Estas vivências e socializações continuam, mantendo atuais os temas da nação e tradição, mesmo em um mundo cada vez mais globalizado, porque o cotidiano forma o viver comum, a aspiração e a identificação com os símbolos e valores locais, regionais e nacionais. A valorização do regional tem sido cíclica ao longo da história brasileira, em função dos interesses dos grupos que dominam o cenário econômico e político do país.

Ainda segundo o mesmo autor, a figura do gaúcho assumiu significações diversas ao longo da história. No processo colonial, predominaram o guasca e mais tarde o gaudério. Este assumia uma conotação pejorativa, por ser designação, dada aos changadores, vagabundos e contrabandistas de gado. Quando a estância se organizava, a figura destacada do peão ou do guerreiro, inicialmente com conotação pejorativa e, mais tarde, ressemantizado de forma positiva.

Os interesses da oligarquia rural, sempre prevaleceram. Índios e negros escravos, foram quase sempre anulados e tornados invisíveis, no processo de construção da identidade gaúcha. O índio sofreu longo processo de aculturação, além de ter sido cassado pelos bandeirantes, para servir de mão de obra nos cafezais, com o passar do tempo foi dizimado ou se tornou mestiço. O negro nas charqueadas, era forçado a fazer trabalhos pesados, sofrendo os maus tratos do patrão e do capataz.

Algumas tradições foram inventadas e reapropriadas, como nos diz Oliven (1992), chegando a ser tão populares que chegaram a ser consideradas folclóricas. É o caso de algumas músicas e algumas danças criadas pelos tradicionalistas, e que passaram ao conhecimento popular como sendo de origem folclórica. Uma tradição inventada também foi a indumentária feminina, que foi uma criação, estipulada para dar uma

vestimenta típica para as mulheres. Os tradicionalistas criaram um híbrido do vestido caipira e dos vestidos das avós, baseados em fotografias antigas, para garantir uma indumentária típica à ‘prenda’.

Este fato deixa claro o papel secundário, destinado à ‘prenda’, pois a figura exaltada pelos tradicionalistas é sempre a masculina. O gaúcho é o tipo representativo de uma sociedade onde a mulher tem papel subalterno. Uma sociedade masculina, marcada por sua formação histórica, onde as mulheres não tinham funções definidas nas estâncias. E ainda hoje, no século XXI, o papel da mulher na campanha, é o de doméstica, cozinhando para os peões, em seu reduto próprio, a cozinha. O galpão de estância é reduto masculino, onde, no fim do dia, os homens se reúnem, para conversar sobre a história, as tradições e a mitologia gauchesca.

No Brasil, e especificamente no Rio Grande do Sul, na opinião do mesmo autor, a centralização econômica e política, aliada ao desenvolvimento das grandes redes de comunicação, com sua tendência culturalmente homogeneizadora, criou um movimento contrário de valorização do regional. Paralelamente ao processo de integração nacional, ocorre a afirmação das diferentes identidades locais e regionais. Na realidade brasileira, o conservadorismo se travesti de neoliberalismo, na busca de reformas que atendam os seus interesses.

Na cultura gaúcha, a identificação com a alegoria da estância rural e do estancieiro, como modelo exemplar de identidade cultural, foram escolhidas entre as diversas etnias que compõem a cultura. Em um mundo globalizado, uma fábrica global onde se destaca a sociedade industrial e pós-industrial, uma identificação com a cultura rural, parece ser o caminho para marcar as diferenças com relação às demais culturas.

2.2 A mídia impressa do Rio Grande do Sul e a produção e reprodução da identidade gaúcha

Segundo Azevedo (1999), explorando o universo da identidade cultural gaúcha, e verificando como as suas posições são representadas na imprensa gaúcha, ficou claro que a identidade cultural gaúcha é fruto da história particular do Rio Grande do Sul e das tradições gaúchas, inventadas a partir desta história; enquanto bens simbólicos, que são uma ‘referência cultural’ no desenvolvimento da cultura gaúcha. O discurso da mídia impressa do Rio Grande do Sul é basicamente um discurso que expressa uma

concepção de nação que não evidencia nenhuma relação entre matrizes culturais diversas, como de fato é a cultura gaúcha.

A ênfase está numa representação da cultura nacional, que apaga a diversidade cultural formadora da cultura gaúcha. O discurso jornalístico da mídia impressa do Rio Grande do Sul produz e reproduz uma noção de comunidade imaginada, o Rio Grande do Sul, como resultado da história particular deste estado, tendo como marco fundador a Revolução Farroupilha, cuja memória é preservada através das tradições que, todo ano, no 20 de setembro, fazem reviver aquele momento, além de produzir e reproduzir uma noção de identidade gaúcha baseada na história particular do Rio Grande do Sul, e nas tradições inventadas, tomando esta história como matéria prima. Ainda para Azevedo (1999), esta mesma mídia apropria-se de uma noção de identidade gaúcha que já existe na cultura da sociedade rio-grandense, e que é promovida pelo movimento tradicionalista gaúcho (MTG) e, portanto, reproduzindo-a e levando-a ao conhecimento de uma parcela considerável de leitores que, de outro modo, teriam pouco ou nenhum contato com a noção de identidade divulgada por aquele movimento e, portanto produzindo-a. Ao fazê-lo, o jornalismo impresso de grande circulação no Rio Grande do Sul produz e reproduz, para o seu público leitor, ou seja, a população rio-grandense, a sua identidade comunitária local em contraposição a uma identidade brasileira geral.

Vale ressaltar, especialmente, no caso do discurso jornalístico da mídia impressa do Rio Grande do Sul, o uso de palavras ou expressões que produzem um significado de homogeneidade e de unidade, como, por exemplo, a própria categoria “gaúchos”, que transforma a população do Rio Grande do Sul, numa totalidade destituída de qualquer traço de diversidade. Outra consideração importante que se pode fazer, a partir deste trabalho, é que a mídia impressa do Rio Grande do Sul interpreta os eventos históricos da Revolução Farroupilha, através de formas narrativas que lhes emprestam um sentido lógico e linear.

2.3 A charge jornalística

Romualdo (2000) chama a atenção para o fato de que, na atualidade, quando abrimos os jornais, encontramos uma série de ilustrações, que vão de desenhos diversos, passando pelas caricaturas e histórias em quadrinhos, e chegando às fotografias, que são mais comuns e aparecem em maior quantidade. Mas nem sempre a ilustração

acompanhou a imprensa escrita, nos primeiros tempos os jornais tinham uma aparência monótona, pois eram compostos, sem ilustrações, apenas por textos verbais. Somente com o aperfeiçoamento das técnicas de reprodução e com o aumento da propensão do público para consumir jornais ilustrados, é que as ilustrações foram ganhando espaço na imprensa.

A primeira gravura que ilustrou uma reportagem em jornal foi publicada em 1835, num jornal de Nova York, e tentava mostrar a bolsa dos comerciantes que havia incendiado naquele ano. Em 1845, o mesmo autor publicou um desenho do enterro do General Jackson, que apareceu manchado e indistinto. No início do jornalismo impresso, as máquinas de impressão eram pouco adaptadas para reprodução de ilustrações, o que tornava difícil dizer exatamente o que elas queriam mostrar.

O processo litográfico, ainda segundo o mesmo autor, inventado no século XVIII, passou a possibilitar a reprodução das ilustrações com ótima qualidade. Utilizando esta técnica, Nathaniel Currier publicou desenhos realistas de fatos ocorridos em 1840, mas os desenhos não acompanhavam as notícias, eram vendidos separadamente, obtendo enorme sucesso junto ao público.

Com o passar do tempo, aos poucos, a ilustração foi ganhando os jornais. Porém os proprietários dos jornais tinham certa resistência a publicar gravuras e os que adotavam esta prática podiam passar muitos meses entre a publicação de uma ilustração e outra. O primeiro jornal diário norte-americano a usar ilustrações regularmente foi o Daily Graphic, de Nova York, no século XIX. Os seus concorrentes logo perceberam a tendência do público em consumir os diários ilustrados e as ilustrações passaram definitivamente a fazer parte dos jornais norte-americanos.

Para Romualdo (2000), antes de acompanharem as notícias políticas dos jornais, de ilustrar comentários e atitudes editoriais, as caricaturas e as charges já circulavam entre os norte-americanos em folhetos. Tais caricaturas tiveram seu início antes da Revolução que libertou a colônia da metrópole. Neste sentido, Paul Revere com desenhos distribuídos pelas colônias, colaborou para fazer deflagrar a rebelião americana contra a Inglaterra. O teor crítico das charges e caricaturas ganha espaço nos jornais com a figura do Yellow Kid (O menino Amarelo), em 1895, no World.

O camisolão amarelo vestido pela personagem de Outcault, mantendo a tradição das charges políticas, exibia frases panfletárias ou cômicas a cada quadrinho. Os amigos do Kid viviam em Hogan's Alley, típica favela nova-iorquina, e o comportamento

tanto do menino quanto de sua turma era contra o establishment. O Yellow Kid tornou-se rapidamente a grande atração do jornal e com ele surgiram os quadrinhos como os conhecemos hoje, com personagens periódicas e seriadas; e surgiu, também, a "imprensa amarela", também chamada de imprensa marrom, para designar os jornais sensacionalistas.

Nos jornais norte-americanos, as caricaturas tem o objetivo de atrair os leitores para a página editorial e ilustrar comentários e atitudes editoriais. No entanto, o objetivo de uma caricatura não é só ilustrar a notícia, mas também interpretá-la. Na França, como nos diz o citado autor, a utilização pelo jornalismo do desenho e da caricatura ganhou as ruas a partir da Revolução Francesa. Mas foi somente no século XIX que a ilustração ganhou um lugar definitivo no jornalismo francês graças à descoberta de processos de impressão, como a fototipografia e fotogravura.

A primeira ilustração foi publicada, em 1839 pelo jornal *Lê Lithographe*. A propensão do público para consumir jornais ilustrados também foi sentida pelos franceses, e foi durante o Segundo Império que o *L'illustration* começou a utilizar reportagens com desenhos e fotografias. Como nos jornais norte-americanos, a ilustração foi progressivamente ganhando espaço nos jornais franceses. Com o *Excelsior*, diário ilustrado fundado em 1910, por Pierre Lafitte, a ilustração entra de uma vez por todas na imprensa francesa.

Aqui no Brasil, as primeiras ilustrações conhecidas foram feitas por Debret e Rugendas, entretanto, em termos de imprensa escrita, somente em 1831, com o surgimento do jornal *O Carcondão*, no estado de Pernambuco, é que começam a aparecer as primeiras caricaturas. As ilustrações na imprensa, aqui e no exterior, foram progressivamente ganhando espaço, vendidas no início de forma independente, num segundo momento passaram a fazer parte de algumas revistas, porém sem ligação com os textos verbais, finalmente, num terceiro momento passaram a acompanhar os textos verbais.

Surgida em fins de 1844, como nos mostra Romualdo (2000), "*A Lanterna Mágica*" inicia uma fase de publicações ilustradas com desenhos de humor. As ilustrações no início não pertenciam ao corpo da revista, aparecendo numa folha suplementar. Depois da *Lanterna Mágica*, "*A Marmota Fluminense*" foi outro jornal em que apareceram caricaturas fora do texto. Passa a ser comum então o uso da ilustração junto com o texto, alcançando seu apogeu graças às novas formas de impressão nos últimos anos do império. Assim o desenho, a caricatura e a charge foram adotados

pela imprensa brasileira, que teve seu momento máximo a partir da segunda metade do século XIX, e predominou por mais de cinquenta anos. Hoje predomina a fotografia, mas a charge, em especial, aparece na maioria dos jornais.

A imprensa somente voltou a interessar-se pela ilustração, que foi abandonada pela fotografia, com a segunda grande guerra, momento no qual, a charge política assumiu papel quase decisivo no jornalismo brasileiro. Embora a ilustração não ocupasse mais uma posição em que sozinha fosse capaz de sustentar a imprensa de grande circulação, ela assinala um novo marco em termos do espaço que ela passa a ocupar na imprensa. Combinando com o texto ou ainda nos telejornais, o desenho dá leveza, atração e originalidade, aumentando o interesse pela notícia. Deve-se, crer que a atração, a originalidade e o interesse despertados pela ilustração são claros e não merecem mais comentários. Mas o traço leveza merece algumas considerações.

Alguns jornais como Correio do Povo e Zero Hora, apresentam na página editorial uma página mais movimentada, na qual ao lado da "opinião séria", não faltam a crônica, o comentário político assinado, a charge e a "coluna dos leitores". Esses dois jornais teriam a página editorial marcada por uma certa leveza, acentuada pela ilustração ou caricatura.

As charges e caricaturas, como nos diz Romualdo (2000), acentuam a leveza da página editorial por provocar o humor e o riso. Em termos de conteúdo, uma caricatura ou uma charge, têm a possibilidade de serem muito mais densas que outros textos opinativos, como editorial. O leitor pode até deixar de ler o editorial para ler a charge que, sendo um texto imagético e humorístico, torna-se mais interessante e transmite com mais rapidez um posicionamento crítico do jornal, sobre os personagens e os fatos políticos do momento. A caricatura, como gênero jornalístico, possui uma função social mais profunda que a rotineira opinião nos veículos de comunicação coletiva, uma vez que a imagem, na imprensa, motiva o leitor de tal modo, que se torna um instrumento eficaz de persuasão.

2.5 O humor nas charges

O texto chargístico, como acentua Romualdo (2000), deve conter a crítica, a observação aguda, a análise, a contundência, a revelação, a criatividade e o humor. Um bom chargista, usando a criatividade, depois de observar com perspicácia e analisar um acontecimento, constrói um texto crítico, contundente e revelador. O

humor da charge abarca esses três últimos traços, revelando-os por meio do riso. A dificuldade da compreensão do que seja humor decorre muito da origem da palavra e de suas transformações semânticas, significando quase sempre coisas muito próximas umas das outras.

Embora a palavra humor apresente vários sentidos, devido às suas transformações semânticas, o termo, atualmente, já está generalizado. O Humor é hoje o nome que abrange toda a atividade ligada à provocação do riso. Apesar de suas restrições, pois o compromisso do humor é muito maior com a verdade das coisas do que com o riso, ele propõe o nome já generalizado de humorismo a toda atividade ligada à arte-de-fazer-rir.

Trabalhar-se-á com essa definição de humor, encarando-o nessa acepção generalizada de elemento causador do riso. Existe comicidade, e conseqüentemente o riso, apenas no que é propriamente humano. Assim, o homem, aquilo que se assemelha a ele ou que de algum modo denote sua presença é que nos faz rir. Portanto, o homem pode ser definido não somente como um animal que ri, mas também como um animal que faz rir, visto que qualquer outro animal ou objeto inanimado, que despertassem o riso, somente o conseguiriam por lembrarem semelhanças com o homem, o modo como ele os emprega, ou, ainda, características impressas por ele.

O mesmo autor afirma, ainda, que o maior inimigo do riso é a emoção, mas existe a possibilidade de se rir de alguém que inspire piedade ou mesmo afeição. Para que isto aconteça, deve-se esquecer por alguns momentos essa afeição ou emudecer nossa piedade. Percebe-se, portanto, que o riso exige um despojamento de sentimento, uma indiferença emocional em relação àquilo de que se ri. É possível rir do homem em quase todas as suas manifestações: podem ser ridículos os aspectos da pessoa, seu rosto, sua silhueta, seus movimentos.

Podem ser cômicos os raciocínios em que a pessoa aparenta pouco senso comum; um campo especial de escárnio é constituído pelo caráter do homem, pelo âmbito de sua vida moral, de suas aspirações, de seus desejos e de seus objetivos. Pode ser ridículo o que o homem diz, como manifestação daquelas características que não eram notadas enquanto ele permanecia calado. Em poucas palavras, tanto a vida física quanto a vida moral e intelectual do homem podem tornar-se objeto de riso.

O riso é sempre o riso de um grupo. Um riso, por mais franco que seja, oculta uma intenção de acordo, de cumplicidade, com outros indivíduos do grupo social, reais ou imaginários. Esse fato explicaria porque alguns efeitos cômicos são intraduzíveis de

uma língua para outra, uma vez que são relativos às idéias e costumes de determinada sociedade. Tem-se um repertório de experiências anteriores. Todos os homens pertencem a um grupo, e dentro destes desenvolvem-se e desenvolvem a sua linguagem. Com ela veicula-se a própria realidade interior, e a linguagem humorística não se desvia desta regra, pois ela também pertence ao grupo que tem condições comuns a seus membros.

A idéia é de repertório das experiências do indivíduo dentro do grupo. Pode-se concluir que esse conceito de repertório inclui, além da linguagem, todos os valores sócio-culturais, situações e experiências vividas pelo indivíduo. Este conceito está bastante próximo ao contexto extra-icônico, apresentado anteriormente.

Para Romualdo (2000), a decodificação de uma imagem está ligada a elementos de natureza diversa como tempo, instrução, idade, cultura, sociedade e ambiente em que se dá a comunicação. A decodificação e a compreensão da charge dependerão dos vários contextos, incluindo o extra-icônico, e gerarão, na maioria das vezes, o riso no receptor do texto. Cada época e cada povo possui seu próprio e específico sentido de humor e de cômico, que às vezes é incompreensível e inacessível em outras épocas. Épocas diferentes criam sentidos específicos de humor, de acordo com as mudanças de valores sócio-culturais. Para o estudo da charge, não é necessário levar-se em consideração esse problema de diferenciação histórica do humor em uma mesma sociedade, pois o período que será analisado é insuficiente para que ocorram mudanças expressivas no sentido desse termo.

Para o estudo do humor nas charges, é interessante outra dimensão de tempo, a atualidade, a contemporaneidade da charge com o fato ao qual ela se refere. O ilustrador não pode abandonar o sentido de atualidade, pois dela depende o efeito que sua obra produzirá. Se uma piada, uma historieta, uma caricatura, uma charge podem valer mais do que um editorial, devido ao seu teor crítico e à maior facilidade com que uma imagem é apreendida, depressa elas são esquecidas.

Este desgaste se torna inevitável, pois as charges se referem sempre a acontecimentos e personagens contemporâneos a elas. Com o passar dos anos, por causa das transformações constantes que vivem os homens e as sociedades, o contexto social modifica-se e, por isso, quando é revisto, velhas caricaturas ou charges não se compreende muitas vezes a intenção e o humor desses textos. É impossível rir do que não se conhece.

O mesmo autor diz que, se o leitor do texto chargístico é um indivíduo bem informado, integrado nas questões e acontecimentos políticos de sua época, há a possibilidade de que ele compreenda e capte o teor crítico de algumas charges, sem ler os outros textos presentes no jornal, com os quais elas se relacionam intertextualmente. O leitor pode desconhecer também o intertexto utilizado pelo chargista para transmitir o objeto da charge. O contexto necessário para a interpretação pode ter sido adquirido pelo leitor por outros veículos de comunicação e, desta forma, ele é capaz de apreender a mensagem do texto chargístico, sem precisar buscar no jornal o(s) intertexto(s) lingüístico(s) ou imagético(s).

Mas se ele não conhece o fato, a situação ou personagens presentes na charge, ou se ainda deseja precisar as informações acessórias, buscará o auxílio dos textos que mantêm relações com o chargístico. A charge serve de estímulo, portanto, à leitura das notícias, editoriais, opiniões assinadas. Embora as charges sejam de um período não mais tão atual (os últimos 15 anos), pode-se restabelecer os fatos políticos e reconhecer as personagens neles envolvidas somente pelo jornal. A pluralidade de textos, entre eles a charge, sobre assuntos de destaque possibilita a reconstrução do contexto por meio das relações intertextuais, mesmo estando-se afastado temporalmente do episódio. Juntamente com a compreensão, ressurgem o humor e o riso.

Romualdo (2000) diz que existe uma classificação dos diversos tipos de riso que parte da coleta e sistematização de um amplo material obtido na literatura clássica, no folclore, nas revistas satíricas e humorísticas, incluindo os folhetins publicados nos jornais. A tipologia estabelece seis tipos principais: o "riso de zombaria", o "riso bom", o "mau/cínico", o "alegre", o "ritual" e o "imoderado".

O "riso de zombaria" é o mais freqüente na vida e na arte, e traz, dentro de si, como o nome já diz, um matiz de zombaria, que pode estar declarado ou velado. Esse tipo de riso é suscitado por alguns defeitos daquilo ou de quem se ri. Os defeitos somente são risíveis se não adquirem o aspecto de vícios e não provocam repulsão. Nos casos em que os defeitos estão velados, a descoberta pode ser provocada por fatores diversos. O riso surge, nesses casos, da natureza física do homem – onde ela põe a nu os defeitos da natureza espiritual; das semelhanças e diferenças entre os indivíduos; do homem com aparência de animal ou coisa; da ridicularização das profissões; da paródia; do exagero; do malogro da vontade.

Para definir o "riso bom", segundo o mesmo autor, é preciso lançar mão da gradação. Se o riso só é possível quando defeitos de quem se ri não adquirem o aspecto de vícios e não provocam repulsão, pode acontecer que os defeitos sejam irrelevantes a ponto de suscitar não o riso, mas um sorriso. A definição de "riso bom" ajuda a definir e compreender o seu oposto: o "riso mau". Se no "riso bom" os pequenos defeitos daqueles que nós amamos só enuviam seus caracteres positivos e atraentes, no "riso mau" os defeitos, mesmo que só aparentes, imaginados ou inventados, "são aumentados, inflados, alimentando assim os sentimentos maldosos, ruins e a maledicência".

Psicologicamente, o "riso maldoso" aproxima-se do "riso cínico", uma vez que ambos originam-se de sentimentos ruins e maldosos. No entanto, sua substância é profundamente diferente, pois o "riso maldoso" está ligado a defeitos falsos, e o "cínico" ao prazer pela desgraça alheia. Assim, ri-se dos doentes ou dos velhos, quando alguém se machuca, quando um cego vai bater contra um poste, quando alguém é vítima de uma grande perda, do repentino aparecimento de uma dor física.

Ainda, para Romualdo (2000), o "riso alegre", muitas vezes, pode originar-se dos pretextos mais insignificantes, até mesmo sem nenhuma causa precisa. Desse riso, riem as pessoas alegres por natureza, boas, dispostas ao humorismo. O "riso ritual" marca-se pela obrigatoriedade. Em alguns casos, o riso era obrigatório, por exemplo, em mitos primitivos referentes à idéia de fertilidade, assim como em outros era obrigatório o choro, independente de o sujeito sentir dor ou não. O "riso imoderado" "expressa a alegria animal de sua própria natureza fisiológica". Este riso desenfreado não zomba nem satiriza; está ligado à ausência de fronteiras, à entrega completa de si àquilo que normalmente se considera ilícito e inadmissível, e que leva a uma grande risada.

Levando em consideração a classificação de riso proposta, percebe-se que a charge apresenta alguns aspectos do primeiro tipo, ou seja, do "riso de zombaria". A charge busca desnudar aquilo que está oculto, dando, pelo humor, uma outra visão sobre um acontecimento ou pessoa. Ao caricaturar uma personagem política, o chargista usa de forma hiperbólica as linhas e faz, sublinhando certos traços físicos do caricaturado, um julgamento de valor. Portanto, na charge, a caricatura é um meio de mostrar os defeitos velados dos caricaturados. Além da caricatura, estão presentes freqüentemente nos textos chárgicos a paródia, o exagero, o malogro da vontade das personagens, que são como elementos causadores do "riso de zombaria".

No entanto, esse tipo de riso não abarca a ambivalência apresentada nas charges. A caricatura, por exemplo, ao revelar os defeitos ocultos, causa a retirada da máscara da seriedade/autoridade, usada pelos poderosos. Mas isso só é possível se for realizada uma dupla leitura: lê-se a seriedade/autoridade (primeira máscara) e, ao mesmo tempo, a ridicularização dessa autoridade/seriedade (segunda máscara). Ambas as leituras são pressupostas para o entendimento da charge. O riso provém da simultaneidade dessas leituras, do contraste dessas duas máscaras.

Por fim Romualdo (2000) afirma que os chargistas lançam mão dos recursos citados acima e de outros para construir o humor e, conseqüentemente, o riso em suas charges. Encontram-se ainda o gag, a ironia, a divisão da charge em quadros (os primeiros com a função de preparar o desfecho humorístico do último) e a oposição entre o elemento verbal e o pictural. Como já foi dito, por meio do humor, a charge destrona os poderosos e busca revelar o que está oculto em fatos, personagens e ações políticas. Assim, acredita-se que o riso provocado pela charge engloba o "riso de zombaria", mas está mais próximo do "riso carnavalesco", pois este é marcado pela ambivalência, está dirigido contra o supremo, e busca a mudança dos poderes e verdades.

2.6 As charges e os chistes

Almeida (1998) assegura que não é somente a partir dos desconfortos, estranhamentos e enigmas, que o inconsciente (entendido como um sistema psíquico distinto dos demais, dotado de atividade própria e estruturado como uma linguagem), faz suas aparições. Existem também formas mais prazerosas que fazem o riso aparecer. São os chistes, ou seja, um jogo cúmplice com as palavras, que libera as amarras da censura, desferindo verdades que colocam o riso no lugar do mal estar ou da dor.

Aproveitando os mistérios do significante, que são palavras que habitam dentro das palavras, sob palavras, o chiste, desnuda a verdade das coisas através da criação verbal. Deixando cair o véu sisudo da verdade, o chiste faz com que ela brilhe nua na materialidade viva das palavras. Na psicanálise, o chiste junto com os sonhos, lapsos e sintomas, é uma das formas do inconsciente se manifestar. Dentro das teorias do humor, os chistes não possuem um contorno muito definido, dependendo da cultura de determinada época, sem um caráter que garanta-lhes reconhecimento como um objeto autônomo.

Ainda segundo a mesma autora, a produção teórica formulada a respeito do humor, vem sofrendo muitas transformações. De qualquer forma, o elemento denúncia está presente na maioria das obras humorísticas de todos os tempos. Denuncia-se o poder, os costumes, a moral, a estética; enfim, o humor permite que fale-se de quase tudo na posição onipotente de denunciar o que sabe-se sobre o outro.

Chiste não é uma palavra de uso corrente no Brasil, ainda que poucas pessoas saibam do que se trata. Elas dirão que trata-se de uma piada e não estarão erradas. Em português ou em espanhol, o chiste é uma anedota qualquer. A palavra "chiste" é derivada do castelhano e significa dito gracioso ou pilhéria. Em alemão, Witz quer dizer piada e espírito ao mesmo tempo. Em inglês, wit significa também graça e humor, porém engenhosos. Em francês, mot d'esprit dá o tom espirituoso à palavra.

Etimologicamente falando, para Almeida (1998), chiste deriva de chistar ou falar em voz baixa, e tem sua origem na interjeição espanhola "chist!", que é usada para chamar ou fazer calar alguém. Da mesma forma, originou-se "cochicho", o falar ao ouvido, quando pode-se ouvir apenas sons sibilantes. Há, descrita em sua etimologia, uma ligação antiga entre chistar e chiste. A palavra chiste poderia ser traduzida por piada, tanto no sentido de piar, ou seja, falar como os pássaros, como sentido de gracejo.

O chiste ganha formas e valores diferentes de tempos em tempos, e de acordo com a cultura e língua em que ele é expressado. Assim, o dito espirituoso da Antiguidade, não é o mesmo da Idade Média ou do Renascimento, nem é o mesmo na Bahia ou no Rio Grande do Sul; e nem na Inglaterra ou no Brasil, onde todas as formas de humor são uma piada.

Para esta autora, os chistes e sua relação com o inconsciente, e o próprio chiste, foram esquecidos ou desprezados pelos leitores de Freud, até que Jacques Lacan resgatou esta obra e a elevou de categoria, considerando-a como um dos clássicos em matéria de inconsciente, a partir daí os chistes, se tornaram uma incontestável manifestação do inconsciente. Os sonhos e os sintomas são caracterizados pelo processo de condensação, representativo do mecanismo metafórico. Os lapsos e os atos falhos encontram melhor o seu caminho na metonímia, dentro de uma relação de contigüidade graças a um deslocamento. Por sua vez o chiste tem a vantagem de reunir a condensação da metáfora e o deslocamento típico da metonímia.

Para que o chiste ocorra é preciso um reconhecimento implícito, partilhado pelos interlocutores, e que a significação formada seja reconhecida como mensagem dentro

do código. O sonho só interessa ao sonhador e o lapsos pode ser considerado um erro de linguagem social, mas o chiste emerge diante de alguém e, precisa desse alguém para efetivar-se. Então, ele não apenas constrói um laço social, mas o faz com ajuda do inconsciente num processo de irrupção que precisa do código e, ao mesmo tempo, dá os significados para ele.

A psicanálise contribui, segundo Almeida (1998), através dos instrumentais freudiano e lacaniano, para resgatar o chiste como objeto, dando as pistas do que pode ser um código particular na cultura do riso. O inconsciente, que é o significante da Psicanálise, e a mensagem, que é o significante da Comunicação, unem-se em uma rede sancionada, como diria Bakhtin, pela expressão semiótica.

O caráter descartável e efêmero do jornal que embrulha o peixe no dia seguinte, como mostra-nos a mesma autora, tem uma proximidade com o transitório da expressão oral, que talvez revele-se como a melhor forma de expressão para o chiste. Na oralidade, para conferir graça à piada, depende-se ainda da performance eficiente do locutor. A dificuldade de captar essa performance é curiosamente minimizada pela oralização e a capacidade do locutor em criar imagens através da linguagem. A escrita é empregada como instrumento da oralidade permitindo que o leitor use sua própria voz ao ler o jornal.

Freud (1996), diz que um chiste é algo cômico de um ponto de vista subjetivo, isto é, algo que é produzido pelo homem e que se liga a atitude dele como tal. Diante do chiste, se mantém sempre uma relação de sujeito, nunca de objeto, nem mesmo objeto voluntário. O efeito daquilo, que, se chama de chiste, é qualquer evocação consciente e bem sucedida do que seja cômico, seja a comicidade devida à observação ou à situação.

A caricatura está entre o chiste e o cômico. A comicidade se interessa pelo feio, em qualquer uma das suas manifestações. Se o que é feio for escondido, deve ser revelado à luz da maneira cômica de olhar as coisas; se é pouco notado, deve ser apresentado e tornado óbvio, de modo que permaneça claro, Desta maneira, nasce a caricatura.

Um chiste, para este mesmo autor, é um juízo que produz contraste cômico; e participa já, tacitamente, da caricatura, mas apenas no juízo assume sua forma peculiar e a livre esfera de seu desdobramento. Um chiste é um juízo lúdico. A liberdade produz chistes e os chistes produzem liberdade. Uma apreciada definição do chiste considera-o a habilidade de encontrar similaridades entre coisas dessemelhantes, isto é, descobrir similaridades escondidas

Numa outra definição de chiste, ele é a habilidade de fundir, com surpreendente rapidez, várias idéias, de fato diversas umas das outras, tanto em seu conteúdo interno, como no nexos aquilo a que pertencem. Os chistes também são definidos como “um contraste de idéias”, “nonsense” e “desconcerto e esclarecimento”. Um chiste é a conexão ou a ligação arbitrária, através de uma associação verbal, de duas idéias, que de algum modo contrastam entre si.

Em todos os casos, como ensina Freud (1996), o processo psicológico que o comentário chistoso provoca, e sobre o qual repousa o processo cômico, consiste na imediata transição dessa descoberta da verdade, para a impressão de relativa nulidade. O efeito de um chiste se manifesta primeiro com um desconcerto que é sucedido por um esclarecimento. Este estágio de esclarecimento pode ser dividido em dois, primeiro o esclarecimento do significado da palavra desconcertante, que é seguido por um segundo estágio, no qual se percebe que a palavra sem sentido que havia confundido os observadores, mostra então o sentido verdadeiro.

É apenas esse segundo esclarecimento, como explica o mesmo autor, de que a palavra é sem sentido, conforme o uso lingüístico normal, é a responsável por todo processo, que produz o efeito cômico. A brevidade é corpo e alma do chiste, sua própria essência. Um chiste diz o que tem a dizer, às vezes em poucas palavras, mas sempre em palavras que são insuficientes do ponto de vista da estrita lógica ou dos modos usuais de pensamento e de expressão. Já sabemos, pela conexão dos chistes com a caricatura, que eles devem apresentar alguma coisa ocultada ou escondida.

Os critérios e as características dos chistes, apresentados até agora, a atividade, a relação com o conteúdo de nossos pensamentos, a característica do juízo lúdico, a conjugação de coisas dissimilares, as idéias contrastantes, o ‘sentido no nonsense’, a sucessão de desconcerto e esclarecimento, a revelação do que estava escondido e a peculiar brevidade do chiste: tudo isso, é verdade, se parece à primeira vista tão estritamente adequado e tão facilmente confirmável pelos exemplos, que não se pode correr qualquer risco de subestimar tais concepções.

Para Freud (1996), a classificação dos chistes, que se encontram na literatura, descansa, por um lado, nos recursos técnicos empregados, como os trocadilhos e os jogos de palavras; e por outro lado, descansa no uso que se faz dos chistes no discurso, ou seja, chistes usados com o objetivo de caricatura, com o objetivo de caracterização, ou com o objetivo de afronta.

Pode-se ter também em mente o encanto peculiar e exercido pelos chistes em nossa sociedade. Um novo chiste age quase como um acontecimento de interesse universal, passa de uma a outra pessoa como se fosse a notícia da vitória mais recente. Mesmo homens eminentes que acreditam valer a pena contar a história de suas origens, das cidades e países que visitaram, das pessoas importantes com quem conviveram, não se envergonham de inserir em suas autobiografias o relato de algum excelente chiste que acaso ouviram.

Para Freud (1996), as principais técnicas pelas quais os chistes são formulados são a condensação e o deslocamento. A condensação é a técnica pela qual uma palavra que designa uma coisa passa a designar outra, por haver entre elas traços de semelhança, como por exemplo, na frase “a sua boca é um cadeado”, para se referir a uma pessoa que sabe guardar segredo. Na condensação ter-se-ia uma sobreposição dos significantes dando origem a metáfora.

Já o deslocamento é a técnica pela qual uma palavra que usualmente significa uma coisa passa a ser usada com outro significado. Essa transposição de significados é feita com base num relacionamento, ou seja, na contigüidade entre eles, como por exemplo, na frase “a mão que toca o violão, se for preciso faz a guerra”, para se referir ao homem dono da mão. No deslocamento, pela substituição dos significantes com base na contigüidade, ter-se-ia a metonímia.

Condensação, para este autor, é a técnica que consiste na síntese do curso do pensamento, na condensação da ênfase psíquica de um tópico para outro similar. Deslocamento é a técnica que consiste no desvio do curso do pensamento, no deslocamento da ênfase psíquica para outro tópico que não o original. O chiste de deslocamento independe, em alto grau, da expressão verbal. Depende aqui não das palavras, mas do curso do pensamento.

Freud (1996) afirma que apenas os chistes que têm um propósito correm o risco de encontrarem pessoas que não queiram ouvi-los. A substância de um chiste é independente do chiste, consistindo na substância do pensamento expresso como chiste. Tem-se em mente o fato de que os comentários chistosos produzem em nós uma impressão global na qual não conseguimos separar a parte devida ao conteúdo intelectual da parte devida à elaboração do chiste.

Os métodos técnicos do chiste possuem o poder de evocar um sentimento de prazer no ouvinte. O chiste trata de uma atividade que visa derivar prazer dos processos mentais. De modo geral, um chiste requer três pessoas, aquele que faz o chiste, o que

é tomado como objeto do chiste e uma terceira pessoa na qual se cumpre o objetivo do chiste de produzir prazer. Os chistes tornam possível a satisfação de um instinto hostil, em face de um obstáculo. Evitam esse obstáculo e assim extraem prazer de uma fonte que o obstáculo torna inacessível.

Para este mesmo autor, o poder que dificulta ou impossibilita mulheres e homens de desfrutarem da obscenidade sem disfarce denomina-se 'repressão'. Os chistes tendenciosos, ou seja, aqueles que servem a um fim específico, que não se esgota em si mesmo, têm a seu dispor fontes de prazer, além daquelas abertas pelos chistes inocentes, ou seja, aqueles que são um fim em si mesmos, não servindo a um objetivo particular; nos quais todo o prazer está de algum modo vinculado à técnica.

Desde nossa infância e, paralelamente, desde a infância da civilização humana, os impulsos hostis contra o nosso próximo têm-se sujeitado a restrições e a uma progressiva repressão. Os homens não conseguem ainda amar seus inimigos ou oferecer-lhes a face esquerda depois de esbofeteada a direita. Na medida em que se pode sentir parte de um povo, se permite desconsiderar a maior parte dessas restrições, contra o ódio ativo, com relação ao diferente.

Freud (1996), diz que já que os homens são obrigados a renunciar a expressão da hostilidade pela ação, desenvolveu-se uma nova técnica que objetiva o aliciamento de um observador contra um inimigo comum. Quando os homens tornam seus inimigos pequenos, inferiores, desprezíveis ou cômicos, conseguem por linhas transversas, o prazer de vencê-lo, fato que o observador, que não teve nenhum esforço, testemunha com seu riso.

Um chiste de agressividade hostil permite explorar no inimigo algo de ridículo que não se pode tratar aberta ou conscientemente, devido a obstáculos no caminho. O chiste evitará essas restrições e abrirá fontes de prazer que estavam inacessíveis. Além do mais, subornará o observador com a sua produção de prazer, fazendo com que ele se alinhe conosco sem uma investigação mais detida.

O chiste garante uma recepção do observador, segundo este autor, que não é possível de outra forma, a despeito da verdade que possa conter ou não. Os chistes tendenciosos são especialmente utilizados para possibilitar a agressividade ou a crítica contra pessoas em posições elevadas, que reivindicam o exercício da autoridade. O chiste assim significa a rebelião contra a autoridade, uma liberação de sua pressão.

Quem quer que permita à verdade escapar em um momento de distração, em realidade se alegra por livrar-se da mentira. O objeto de ataque de um chiste podem ser

igualmente as instituições, pessoas enquanto representantes das instituições, dogmas morais ou religiosos, concepções de vida respeitáveis, etc. O que os chistes dizem é que as vontades e os desejos dos homens têm o direito de se tornarem aceitáveis ao lado de uma moralidade severa e cruel.

Para Freud (1996), na medida em que a arte de curar não tem prosseguido em assegurar a eternidade para a vida humana e na medida em que os arranjos sociais não têm tornado a vida mais agradável, parece ser impossível que os homens sufoquem, dentro de si, a voz que se rebela contra as exigências da moralidade. Todo o homem honesto acabará admitindo isso, ao menos para seu uso próprio.

Entre as instituições habitualmente atacadas pelos chistes, nenhuma é mais importante, mais estritamente guardada pelos códigos morais e, ao mesmo tempo, mais convidativa ao ataque pelo chiste, que a instituição do casamento. Uma ocasião particularmente favorável a chistes tendenciosos é apresentada quando a pretendida crítica rebelde dirige-se contra a própria nação do sujeito.

A ocorrência da autocrítica, para esse autor, como determinante do chiste, pode explicar como é que inúmeros dos mais adequados chistes tenham germinado na vida popular de um povo. São chistes criados por elementos desse povo e dirigidos contra as características desse próprio povo. Deve-se também classificar como chistes tendenciosos essas histórias pessimistas em vista da alusão que elas fazem às diversas e desesperançadas misérias de um povo.

Para Freud (1996), poderia parecer supérfluo falar sobre os motivos dos chistes já que o objetivo de conseguir prazer deve ser suficiente para a elaboração do chiste. Embora a elaboração do chiste seja um excelente método para conseguir prazer dos processos psíquicos, é evidente que nem todas as pessoas sejam capazes de utilizar este método. A elaboração do chiste não está ao dispor de todos, e apenas alguns dispõem dela consideravelmente.

Os determinantes subjetivos da elaboração do chiste com frequência se situam muito próximo daqueles determinantes das doenças neuróticas. Mas existem chistes que são constantemente produzidos em conexão com os eventos do dia. O que determina a participação de determinados grupos de pessoas na elaboração e no consumo de chistes sobre o próprio grupo parece ser o fato de que a pessoa envolvida considera difícil a crítica ou a agressividade na medida em que estas sejam diretas.

Segundo esse autor, um segundo fato a respeito da determinação subjetiva dos chistes é a experiência geralmente reconhecida de que ninguém se contenta em fazer um

chiste apenas para si. Um impulso de contar o chiste a alguém está inevitavelmente ligado à elaboração do chiste. O processo psíquico da elaboração de um chiste não se encontra terminado quando o chiste ocorre a alguém, permanece algo que procura pela comunicação da idéia.

O chiste, no estágio inicial, enquanto jogo com as palavras e pensamento, dispensa uma pessoa como objeto. Mas já no estágio preliminar do gracejo, se o autor consegue salvar este jogo dos protestos da razão, isso requer uma outra pessoa a quem se possa comunicar o resultado. Essa segunda pessoa, no caso dos chistes, não corresponde à pessoa que é o objeto, mas a uma terceira pessoa, ou seja, um observador.

Freud (1996) afirma ainda que, quando um chiste esta a serviço de um propósito de desnudamento ou de um propósito hostil, pode-se descrevê-lo como um processo psíquico entre três pessoas. O processo psíquico nos chistes se cumpre entre a primeira pessoa e a terceira pessoa, a pessoa de fora, ou seja, o observador. O observador evidencia seu prazer com uma explosão de riso, enquanto o produtor propõe o chiste com uma aparência tensamente séria.

Do observador, pode-se dizer que o chiste lhe é presenteado. As palavras do chiste por ele ouvidas trazem-lhe necessariamente a idéia ou o curso de pensamentos cuja construção sofreu a oposição de graves inibições internas. Devido à introdução da idéia proscrita através da percepção do observador, uma quantidade de energia é descarregada pelo riso. Um chiste perde seu efeito de riso, mesmo em uma terceira pessoa, tão logo requeira um trabalho intelectual conexo.

Todo chiste, para esse autor, requer seu próprio público, partilhar o riso diante dos mesmos chistes evidencia uma abrangente conformidade psíquica. A concordância ou discordância entre os propósitos do chiste e o círculo de pensamentos dominante no ouvinte decidirá se a sua atenção permanecerá no processo chistoso ou lhe será retirada.

Freud (1996) constata que as características e efeitos dos chistes ligam-se a certas formas de expressão ou métodos técnicos, entre os quais os mais surpreendentes são a condensação e o deslocamento. Pode-se pensar que a elaboração dos chistes e a elaboração dos sonhos podem ser idênticas, pelo menos nos seus aspectos essenciais. O mergulho de um pensamento pré-consciente no inconsciente e sua revisão inconsciente apresentam o mesmo resultado nos chistes e nos sonhos.

Se diz que a formação dos chistes segue o este processo: um pensamento pré-consciente é abandonado por um momento à revisão do inconsciente e o resultado disso é imediatamente capturado pela percepção consciente. O chiste tem, em um grande número de vezes, a característica de ser uma noção que ocorre ‘involuntariamente’. Com respeito à associação, os chistes apresentam também um comportamento especial, freqüentemente não estão disponíveis na memória quando se precisa deles; mas em outros momentos aparecem, como que involuntariamente, no pensamento do produtor.

Para o mesmo autor, estas são apenas pequenas características indicativas de sua origem no inconsciente. A brevidade dos chistes, como a dos sonhos, seria uma necessidade concomitante das condensações que ocorrem em ambos, sendo nos dois casos uma conseqüência do processo da condensação. Essa origem explicaria o caráter especial da brevidade dos chistes.

É possível crer que condensações como estas que servem à técnica dos chistes, emergem automaticamente, sem qualquer intenção particular, durante os processos do pensamento no inconsciente. O infantil é a fonte do inconsciente e os processos de pensamento inconscientes são exatamente aqueles produzidos na primeira infância. Assim deve-se ser conduzidos pelos chistes a suspeitar que a revisão inconsciente do pensamento pré-consciente realizado no processo de formação dos chistes, nada mais é do que um tipo infantil de pensamento.

Os deslocamentos na elaboração dos sonhos, como ensina Freud (1996), apontam para a operação da censura pelo pensamento consciente e, em conseqüência, quando se encontra o deslocamento entre as técnicas dos chistes, entende-se que uma força inibitória opera também na formação dos chistes. Já se sabe que isto ocorre muito generalizadamente. Os métodos de deslocamento também ocorrem como técnicas de chiste, por exemplo, o deslocamento propriamente dito ou desvio de pensamento.

Assim, pode-se admitir que a característica peculiar dos chistes é a sua relação com o inconsciente. A atribuição da elaboração do chiste ao sistema do inconsciente torna-se muito mais importante agora que permite compreender o fato de que as técnicas a que os chistes aderem não são sua propriedade exclusiva.

Pode-se admitir, para este autor, que os chistes são formados no inconsciente quando se trata de chistes a serviço de propósitos inconsciente ou de propósitos reforçados pelo inconsciente; em tais casos, o propósito inconsciente draga o pensamento pré-consciente no inconsciente e lhe dá uma forma nova. Um propósito, continuamente na

mira da renovação da produção original de prazer, opera uma dragagem da ainda inconsciente expressão pré-consciente do pensamento.

O chiste é a mais social de todas as funções mentais que objetivam a produção de prazer. Convoca freqüentemente três pessoas e seu complemento requer a participação de alguém mais no processo mental iniciado. Está, portanto, preso à condição da inteligibilidade e pode utilizar apenas a possível distorção no inconsciente, através da condensação e do deslocamento, até o ponto em que possa ser reconstruído pela compreensão da terceira pessoa (FREUD, 1996).

Para Almeida (1998), a linguagem, por sua vez, representa o universo das relações sociais. Sempre que se fala, fala-se para um outro, para ser reconhecido por um outro. A lingüística, apesar de estudar os códigos verbais a partir dos significantes, mesmo que não dê grande importância ao inconsciente, afinal ele não é seu objeto de estudo, fala dele, e o reconhece dentro de seus movimentos. A poética também interessa-se pelos mecanismos dos chistes e dos sonhos, porque estão aí quase todas as conformações do código no seu comportamento de ruptura para figurar a própria estética poética. A descrição teórica e minuciosa dos chistes, demonstrando o inconsciente operando, pode ser considerada uma expressão semiótica do inconsciente. Provavelmente por esta razão, Lacan dita o aforismo: "inconsciente está estruturado como uma linguagem".

2.7 As charges e a criação

Para Martins (1997), o processo criativo do homem depende tanto das condições inatas do indivíduo, como também da sua inteligência, suas experiências e conhecimentos anteriores acumulados, sem esquecer o ambiente sociocultural em que vive. Para que o profissional da criação possa produzir criatividade, é fundamental o auxílio de dados existentes na sua memória, dados estes que servirão de matéria prima a sua capacidade criativa. Esta os reconstrói e os reorganiza pela crítica e pela análise, fazendo sínteses que se manifestam nas criações.

O homem tem capacidade de reviver imagens armazenadas, associá-las e combiná-las para chegar-se a determinados objetivos, como no caso da produção de charges pelos profissionais, que geralmente são denominados nas redações de chargistas. A criação resulta também de mecanismos de associação. Os homens não criam elementos do nada, mas valem-se de experiências anteriores e, a partir delas, inovam-nas.

De acordo com Martins (1997), qualquer ato de criação se processa em três momentos distintos na mente humana: num primeiro momento, a mente coleta informações e dados que são trabalhados pelo sistema pré-consciente e consciente; num segundo momento ocorre uma elaboração mental, realizada pelo sistema inconsciente; por fim, num terceiro momento, a mente, a partir do sistema pré-consciente e consciente, avalia e conforma o que foi elaborado no momento anterior,

2.8 As bases lingüísticas

Orlandi (2002), nos mostra que o não dizer tem sido objeto de reflexão de alguns lingüistas, dos quais tomo como exemplar o trabalho desenvolvido por O. Ducrot. Distinguindo, na origem de sua reflexão, como as diferentes formas do não dizer (implícito), o pressuposto e o subentendido, este autor vai separar aquilo que deriva propriamente da instância da linguagem (pressuposto) daquilo que se dá em contexto (subentendido).

O posto ou o dito, traz consigo necessariamente um pressuposto ou não dito, mas que esta presente, o subentendido é um não dito que não esta presente, e depende do contexto. O subentendido não pode ser considerado como necessariamente ligado ao dito. Se eu digo “deixei de fumar” (posto), o pressuposto é que eu fumava antes, ou seja, não posso deixar de fumar se não fumava antes. Pode-se pensar que deixei de fumar porque me fazia mal, que pode ser subentendido no contexto ou não.

Sabe-se assim, ainda segundo esta autora, que ao longo do dizer, há toda uma margem de não ditos que também significam. Na análise de discurso, existem noções que englobam o não dizer, como as noções de interdiscurso, ideologia e formação discursiva. Uma formação discursiva pressupõe outra, por exemplo a expressão “sem coragem” significa por suas diferenças com a expressão “sem medo”. Dito de outra forma, o interdiscurso determina o intradiscurso. O que é dito no presente se sustenta no que não é dito no presente, mas já foi dito no passado, ou seja, na memória discursiva.

2.9 As bases filosóficas

Um dos problemas fundamentais do marxismo, o das relações entre a infra-estrutura e as superestruturas, acha-se intimamente ligado, em muitos de seus principais aspectos,

aos problemas da filosofia da linguagem. A esfera de aplicação da categoria de causalidade mecanicista é extremamente limitada; mesmo nas ciências naturais ela reduz-se cada vez mais à medida que o materialismo dialético alarga seu campo de aplicação e aprofunda suas teses.

Toda explicação deve ter em conta a diferença quantitativa entre as esferas de influência recíproca, e seguir passo a passo todas as etapas da transformação. Apenas sob esta condição a análise desembocará, não na convergência superficial de dois fenômenos fortuitos e situados em planos diferentes, mas num processo de evolução social realmente dialético, que procede da infraestrutura e vai tomar forma nas superestruturas.

Para este mesmo autor, o problema da relação recíproca entre a infra-estrutura e as superestruturas, problema dos mais complexos e que exige, para sua resolução fecunda, um volume enorme de materiais preliminares, pode justamente ser esclarecido, em larga escala, pelo estudo do material verbal. De fato, a essência deste problema, naquilo que nos interessa, liga-se à questão de saber como a realidade, ou seja, a infra-estrutura, determina o signo. Como o signo reflete e refrata a realidade em transformação. Não é tanto a pureza semiótica da palavra que nos interessa na relação em questão, mas sua penetração social.

Tanto é verdade que a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada.

Bakhtin (1999) mostra-nos que o que se chama de psicologia do corpo social e que constitui uma espécie de elo entre a estrutura sócio-política e a ideologia, no sentido estrito do termo (ciência, arte, etc.), realiza-se, materializa-se, sob a forma de interação verbal. A psicologia do corpo social não se situa em nenhum lugar "interior" (na "alma") dos indivíduos em situação de comunicação; ela é, pelo contrário, inteiramente exteriorizada, na palavra, no gesto, no ato. As relações de produção e a estrutura sócio-política que delas diretamente derivam, determinam todos os contatos

verbais possíveis entre indivíduos, todas as formas; e os meios de comunicação verbal: no trabalho, na vida política, na criação ideológica, etc.

A psicologia do corpo social manifesta-se essencialmente nos mais diversos aspectos da "enunciação" sob a forma de diferentes modos de discurso, sejam eles interiores ou exteriores. Todas estas manifestações verbais estão, por certo, ligadas aos demais tipos de manifestação e de interação de natureza semiótica, à mímica, à linguagem gestual, aos gestos condicionados, etc. Estas formas de interação verbal acham-se muito estreitamente vinculadas às condições de uma situação social dada e reagem de maneira muito sensível a todas as flutuações da atmosfera social.

Assim, segue aquele autor, pode-se deduzir que a psicologia do corpo social deve ser estudada de dois pontos de vista diferentes. Primeiramente, do ponto de vista do conteúdo, dos termos que aí se encontram atualizados num dado momento do tempo; e, em segundo lugar, do ponto de vista dos tipos e formas de discurso através dos quais estes temas tomam forma, são comentados, realizam-se, são experimentados, são pensados, etc. A este respeito far-se-á simplesmente a seguinte observação: cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica.

A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, a cada forma de discurso social, corresponde um grupo de temas. Eis porque a classificação das formas de enunciação deve apoiar-se sobre uma classificação das formas da comunicação verbal. Estas últimas são inteiramente determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sócio-política. Uma análise mais minuciosa revelaria a importância incomensurável do componente hierárquico, no processo de interação verbal, a influência poderosa que exerce a organização hierarquizada das relações sociais sobre as formas de enunciação.

Todo signo, como diz Bakhtin (1999), resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados, no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece. Uma modificação destas formas ocasiona uma modificação do signo. É justamente uma das tarefas da ciência das ideologias estudar esta evolução social do signo lingüístico. Só esta abordagem pode dar uma expressão concreta ao problema da mútua influência do signo e do ser; é apenas sob esta condição que o processo de determinação causal do signo pelo ser

aparece como uma verdadeira passagem do ser ao signo, como um processo de refração realmente dialético do ser no signo.

Para tanto, é indispensável observar as seguintes regras metodológicas : primeiro, não separar a ideologia da realidade material do signo; segundo, não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social; e, finalmente, não dissociar a comunicação e suas formas da sua base material, ou seja da sua infra-estrutura econômica. Realizando-se no processo da relação social, todo signo ideológico, e, portanto também o signo lingüístico, vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinados.

Não há fronteira a priori entre o psiquismo e a ideologia. A intenção vale sempre menos do que a realização (mesmo falha). Mas, no contexto da consciência dos homens, esse pensamento pouco a pouco toma forma, apoiando-se no sistema ideológico, pois ele próprio foi engendrado pelos signos ideológicos que os homens assimilaram anteriormente. Os processos cognitivos provenientes de livros e do discurso dos outros e os que se desenvolvem na mente deles, pertencem à mesma esfera da realidade, e as diferenças que existem, apesar de tudo, entre a mente e os livros não dizem respeito ao conteúdo do processo cognitivo.

Para este autor, aceita-se, geralmente, uma correlação entre o individual e o social. De onde se extrai a conclusão de que o psiquismo é individual e a ideologia é social. Esta concepção revela-se radicalmente falsa. Social está em correlação com natural, não se trata aí do indivíduo enquanto pessoa, mas do indivíduo biológico natural. Esta é a razão porque o conteúdo do psiquismo "individual" é, por natureza, tão social quanto a ideologia e, por sua vez, a própria etapa em que o indivíduo conscientiza-se de sua individualidade e dos direitos que lhe pertencem é ideológica, histórica, e internamente condicionada por fatores sociológicos.

Todo signo é social por natureza, tanto o exterior quanto o interior. Para evitar os mal-entendidos, convém sempre estabelecer uma distinção rígida entre o conceito de indivíduo natural isolado, não associado ao mundo social, tal como o conhece e estuda o biólogo, e o conceito de individualidade, que já se apresenta como uma superestrutura ideológica semiótica, que se coloca acima do indivíduo natural e é, por consequência, social. Todo produto da ideologia leva consigo o selo da individualidade do seu ou dos seus criadores, mas este próprio selo é tão social quanto todas as outras particularidades e signos distintivos das manifestações ideológicas. Assim, todo signo, inclusive o da individualidade, é social.

2.10 O materialismo histórico e a ideologia

Sell (2002), diz que em Marx, a história é fruto do trabalho humano, dos homens, interagindo para satisfazer suas necessidades. O estudo da sociedade começa, quando se toma consciência de que “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral”.

Na produção social da própria existência, ou seja, na economia, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade. Estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva a superestrutura jurídica, política, cultural e ideológica e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.

Ainda para o mesmo autor, Marx chama a dimensão econômica da sociedade de “infra-estrutura”, e afirma que a infra-estrutura é a “base” da sociedade. Sobre esta base, é que esta construída a estrutura jurídica, política, cultural e ideológica da sociedade, que são chamadas de “superestrutura”. A infra-estrutura econômica, “condiciona” a superestrutura jurídica, política, cultural e ideológica da sociedade, portanto, para explicar a sociedade precisamos partir da análise de sua base material, ou seja, econômica e perceber como ela condiciona a vida política e ideológica da sociedade.

Sell (2002), afirma que em Marx, o elemento fundamental da economia é o trabalho. O ser humano, para sobreviver, precisa produzir os bens necessários para a satisfação de suas necessidades. É através do trabalho que o homem transforma a natureza e reproduz sua existência. O processo de trabalho, envolve, duas dimensões principais, a relação do homem com a natureza e a relação do homem com os outros homens, ambas pensadas no processo de trabalho.

A relação do homem com a natureza, é mediada pela matéria prima e pelos instrumentos de trabalho, que são os meios auxiliares que o homem desenvolve e que o auxiliam no processo de produção. O conjunto formado pela matéria prima e pelos meios de produção de uma sociedade é chamado de forças produtivas. Os homens não escolhem livremente as suas forças produtivas, a base de toda a sua história, pois toda a força produtiva é uma força adquirida, o produto da atividade anterior. A história social dos homens é a história de seu desenvolvimento individual, tenham ou não tenham consciência disso.

Ainda para este autor, a produção, ou seja, o processo de trabalho, não é um fenômeno isolado, mas sim um fenômeno social, coletivo. Envolve a relação do homem com o próprio homem. Por isso, no processo de trabalho, o homem cria também relações de produção. As relações de produção são as interações que os homens estabelecem entre si nas atividades produtivas. Correspondem, de forma geral, à divisão do trabalho, seja dentro de uma atividade específica, seja entre as diversas atividades em seu conjunto.

Os homens, ao desenvolverem as suas forças de produção, isto é, ao viverem, desenvolvem certas relações entre si, e o modo de ser dessas relações muda necessariamente com a mudança e o crescimento dessas forças de produção. Os homens produzem também as relações sociais de acordo com as suas forças produtivas. O conjunto das forças produtivas e das relações de produção é que forma a base econômica da sociedade. Toda a sociedade precisa organizar seu processo de trabalho.

Sell (2002), diz que, para se entender a vida de uma sociedade, é preciso acompanhar a evolução de suas forças produtivas, pois são elas que determinam o tipo de relações de produção existentes. São as forças produtivas da sociedade que condicionam o tipo de relações sociais que os homens estabelecem entre si.

Partindo da análise das relações de produção, constatou-se que a sociedade se dividia em classes sociais. As classes sociais são o fruto das relações de produção que os homens estabelecem entre si no processo de produção. Elas surgem quando um grupo social se apropria das forças de produção e se torna proprietário dos instrumentos de trabalho. As classes sociais dividem a sociedade em dois grupos fundamentais: os proprietários dos meios de produção e os não proprietários dos meios de produção. A existência das classes só se liga a determinadas fases históricas de desenvolvimento da produção.

Sell (2002), afirma que, para consolidar seu domínio sobre os não proprietários, as classes dominantes precisam fazer uso da força e da ideologia. É neste momento que surge o Estado. De modo geral, o Estado é um instrumento criado pelas classes dominantes para garantir seu domínio econômico sobre as outras classes. As leis e as determinações do Estado estão sempre voltadas para o interesse da classe dos proprietários.

Quando as leis e as normas do Estado falham, o poder estatal tem ainda o recurso da força, principalmente das forças armadas, que garantem os interesses da classe

dominante. O Estado é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento. O Estado é a confissão de que esta sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e esta dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue acomodar.

Mas, ainda para este autor, para que estes antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder que, nascido da sociedade, mas posto acima dela, e que se distancia cada vez mais, é o Estado.

Um segundo instrumento das classes proprietárias para garantir seu domínio econômico é a ideologia. Para Sell (2002), o Estado e a Ideologia são, em Marx, os dois elementos da superestrutura. Mas para entender o funcionamento do Estado e da Ideologia é preciso “descer” até a infra-estrutura. Sobre o conceito de ideologia veremos mais adiante como Louis Althusser (1985) vai desenvolver um conceito marxista de ideologia.

Sell (2002), diz que em Marx, a infra-estrutura e a superestrutura constituem o que ele chama de modo de produção, que na atualidade corresponde ao modo de produção capitalista. Com esta teoria, Marx criou um novo jeito de interpretar a história. As sociedades se transformam quando os homens alteram o modo de produzir. É por esta razão, que a história das sociedades é contada a partir da história dos modos de produção destas sociedades, e é chamada de “materialismo histórico”.

Analisando a infra-estrutura da sociedade ao longo da história, Marx elaborou um esquema de evolução da sociedade ocidental, mostrando como as modificações das forças produtivas alteravam as relações de produção, ou seja, as classes sociais, e também produzia novas classes dominantes e novas formas de enxergar a realidade, ou seja, novas ideologias.

Althusser (1985), mostra que o aparelho ideológico da informação, denominado pelo “senso comum” de “mídia”, despeja pelos jornais impressos (diários, semanais, quinzenais, mensais, bimensais, etc.), pelos outdoors (meios de comunicação colocados na rua), pelas revistas (diárias, semanais, quinzenais, mensais, bimensais, etc.), pelo rádio, pela televisão e pela WEB, entre outras mídias, doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc.

A ideologia em geral e as ideologias particulares correspondem a posições de classe. Uma teoria das ideologias deve se basear nessa dupla relação, e repousa na história das formações sociais, e das lutas de classe que se desenvolvem nelas. Não se trata de uma teoria das ideologias em geral, uma vez que as ideologias em geral, definidas pela dupla relação indicada acima, ou seja, regional e de classe, têm uma história cuja determinação se encontra fora delas, ou seja, a ideologia não tem história.

Ainda segundo este autor, para Marx, em “A ideologia Alemã”, a ideologia é pura ilusão, puro sonho, toda realidade da ideologia esta fora dela. A ideologia é um sistema de idéias e de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social. A ideologia é pensada aqui como uma construção imaginária cujo estatuto é igual ao estatuto teórico do sonho nos autores anteriores a Freud. A ideologia é pensada como uma bricolagem imaginária, puro sonho, vazio e vão, constituído pelos “resíduos diurnos” da história concreta dos indivíduos concretos e materiais, produzindo concretamente a sua existência.

Althusser (1985), diz que a ideologia tem uma história sua que é determinada pela luta de classes. A ideologia não tem história num sentido totalmente positivo se consideramos que a ideologia tem uma estrutura e um funcionamento que se apresenta da mesma forma imutável em toda a história das sociedades de classe. Dizer que a ideologia não tem história é o mesmo que dizer que “o inconsciente é eterno”, ou seja, não tem história, logo à ideologia é eterna.

A ideologia em geral é uma “representação” da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Para abordar esta tese, Althusser apresenta duas teses, uma positiva e outra negativa:

Tese 01 – A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência, ou seja, como os indivíduos se imaginam relacionados com suas condições reais de existência.

Se não se vive uma ideologia como verdade, esta ideologia é em grande parte imaginária, ou seja, não corresponde à realidade. E se as ideologias constituem uma ilusão, mas se referem à realidade, logo basta interpretá-las para encontrar, sob a sua representação imaginária do mundo, a realidade desse mundo.

Ainda para este autor, o porquê os homens “necessitam” dessa transposição imaginária de suas condições reais de existência, para representarem, de forma imaginária, a sua relação com as suas condições de existência reais pode ter várias respostas: a primeira é a mecanicista, ou seja, Deus é a representação imaginária do

rei real, outra possibilidade de resposta é a hermenêutica, ou seja, Deus é a representação imaginária do homem real, no sistema capitalista, podemos pensar em Deus como sendo o “mercado”.

A causa da segunda resposta é a alienação material que reina nas condições de existência do homem. Estas condições são dominadas pela essência da sociedade alienada, que é “o trabalho alienado”, ou seja, os sujeitos não trabalham para si mesmos, e sim para os outros (no capitalismo para o(a) ou para os(as) capitalistas).

O que é representado na ideologia, no entender de Althusser (1985), é a relação imaginária dos homens com as suas condições reais de existência, os sujeitos trabalham para os outros, mas pensam que trabalham para si. Toda a ideologia representa em sua deformação imaginária, a relação imaginária dos indivíduos com as relações de produção e demais relações derivadas destas. O que é representado na ideologia é a relação imaginária dos indivíduos com as relações reais sob as quais estes indivíduos vivem.

Tese 02 – A ideologia tem uma existência material

Para este mesmo autor, as idéias ou representações que compõem a ideologia têm uma existência material. Cada “Aparelho Ideológico do Estado” é a realização de uma ideologia. A unidade destas diferentes ideologias regionais é assegurada por sua subordinação à ideologia dominante. Uma ideologia existe sempre em um “Aparelho Ideológico do Estado” e em sua prática ou práticas, e esta existência é material.

A matéria existe, para este mesmo autor, de diferentes formas (tinta, papel, deslocamento de ar, movimentos do corpo, ondas eletromagnéticas, pixels, etc.), todas enraizadas na matéria física. Assim ideologia significa relação imaginária com as relações reais. Esta relação imaginária é dotada de existência material. O indivíduo participa de certas práticas regulamentadas, que são as práticas do “Aparelho Ideológico do Estado” do qual dependem as idéias que ele livremente escolheu com plena consciência, enquanto sujeito.

A representação ideológica da ideologia é forçada a reconhecer que todo sujeito dotado de consciência, e crendo livremente nas idéias de sua consciência, deve imprimir nos atos de sua prática material, estas idéias suas. A ideologia da ideologia reconhece que as idéias de um sujeito existem em seus atos.

Falar-se-á de atos inscritos em práticas, e observar-se-á que estas práticas são reguladas por rituais nos quais estas práticas se inscrevem na existência material de um “Aparelho Ideológico do Estado”. Dir-se-á que as idéias, nas quais um indivíduo

acredita, são materiais, pois suas idéias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por um ritual material, definido, pelo “Aparelho Ideológico do Estado” material, de onde provêm as idéias deste indivíduo tornado sujeito.

Althusser (1985), afirma que uma frase é uma modalidade de ato material, um discurso verbal interno (um pensamento, a consciência) ou um discurso verbal externo, são também modalidades de atos materiais, porém não são uma mesma e única materialidade. As idéias desaparecem enquanto tais na medida em que se evidencia que sua existência está inscrita nos atos das práticas reguladas por rituais definidos por um “Aparelho Ideológico do Estado”.

O sujeito atua enquanto agente do seguinte sistema: a ideologia existente em um aparelho ideológico material, que prescreve práticas materiais reguladas por um ritual material, práticas estas que existem nos atos materiais de um sujeito, que age conscientemente segundo a sua crença. Só existe prática através de e sob uma ideologia, e só existe ideologia pelo sujeito e para o sujeito. A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos. A categoria de sujeito é a categoria constitutiva de toda a ideologia, e ao mesmo tempo toda a ideologia tem por função constituir indivíduos concretos em sujeitos.

O funcionamento de toda a ideologia, ainda segundo este autor, se localiza neste jogo de dupla constituição. A ideologia é o funcionamento deste jogo de dupla constituição nas formas materiais de existência deste funcionamento. Tanto aquele que escreve como aquele que lê são sujeitos ideológicos, ou seja, ambos vivem “espontaneamente” ou “naturalmente” na ideologia.

O homem é por natureza um animal ideológico, a evidência de que todos os homens são sujeitos é um efeito ideológico elementar. O efeito característico da ideologia é o de impor, sem parecer fazê-lo (uma vez que se trata de evidências), as evidências como evidências, que não se pode mais deixar de reconhecer, e diante das quais se exclama em voz alta ou no silêncio da consciência: é evidente! É exatamente isso! É verdade!

Para Althusser (1985), o que é escrito e a leitura que é feita do que é escrito estão entre os rituais de reconhecimento ideológico, inclusive a “evidência” através da qual, se pode impor, a vocês, a verdade ou a falsidade do que é escrito. Toda a ideologia interpela os indivíduos concretos enquanto sujeitos concretos, através do funcionamento da categoria de sujeito.

A ideologia funciona de tal forma que ela transforma os indivíduos em sujeitos por meio desta operação de interpelação do tipo “hei, você aí!”. O que aparentemente ocorre fora da ideologia, ou seja, na rua, ocorre na realidade na ideologia, portanto o que ocorre na ideologia parece ocorrer fora dela. Os indivíduos interpelados se tornam sujeitos por que reconhecem que a interpelação se dirige a eles, e que são eles os interpelados. A existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos enquanto sujeitos são uma única e mesma coisa.

Aqueles que estão dentro da ideologia, para o mesmo autor, se pensam como fora delas, este é um dos efeitos da ideologia, a negação prática do caráter ideológico da ideologia, pela própria ideologia. A ideologia não possui um exterior, para si mesma, mas sendo a ideologia eterna, a ideologia sempre, já interpelou os indivíduos como sujeitos, ou seja, os indivíduos são sempre já sujeitos.

Althusser (1985) mostra que só existem sujeitos de um determinado tipo de ideologia, por exemplo, sujeitos religiosos, sob a condição absoluta da existência de um outro sujeito único, absoluto, ou seja, Deus. Chamar-se-á este novo e singular sujeito de Sujeito (com maiúscula). A interpelação dos indivíduos como sujeitos supõe a existência de um outro Sujeito, único e central, em nome do qual a ideologia religiosa interpela todos os indivíduos como sujeitos. Este Sujeito (Deus) se define como o sujeito por excelência, aquele que é por si e para si, aquele que chama o seu sujeito (com minúscula), o indivíduo que, pelo próprio chamado, está ao Sujeito (com maiúscula) submetido. O sujeito precisa do Sujeito e o Sujeito precisa do sujeito.

A estrutura de toda a ideologia ao interpelar os indivíduos, enquanto sujeitos em nome de um Sujeito único e absoluto, é especular, isto é, funciona como um espelho, e duplamente especular: este desdobramento especular é constitutivo da ideologia e assegura o seu funcionamento. Toda ideologia tem um centro, lugar único, ocupado pelo Sujeito absoluto, que interpela à sua volta, uma infinidade de indivíduos como sujeitos, numa dupla relação especular que submete os sujeitos ao Sujeito, dando-lhes no Sujeito a oportunidade de qualquer sujeito contemplar a sua própria imagem (presente e futura) e a garantia de que certamente se trata deles e Dele.

Para o mesmo autor, a interpelação dos indivíduos enquanto sujeitos, sua submissão ao Sujeito, o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, entre os próprios sujeitos e finalmente o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo; e ainda a garantia absoluta de que tudo está bem assim, e sob a condição de que se os sujeitos reconhecerem o que são e se conduzirem de acordo com esse reconhecimento, tudo

irá bem. As formas concretas da ideologia se realizam nos “Aparelhos Ideológicos do Estado”.

O indivíduo é interpelado como sujeito livre para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar livremente a sua submissão, para que ele realize por si mesmo os gestos e atos de sua submissão. Para que um indivíduo possa se tornar um sujeito é preciso que ele se submeta a um Sujeito.

A palavra é utilizada, segundo Althusser (1985), para que a reprodução das relações de produção seja, nos processos de produção e de circulação, assegurada diariamente, na “consciência”, ou seja, no comportamento dos sujeitos, ocupantes dos postos que a divisão social-técnica do trabalho lhes designa na produção, na exploração, na repressão, na ideologização, etc. A primeira identidade de um indivíduo é a identidade sexual, ou seja, o sujeito pode ser menina ou menino.

2.11 A psicanálise e o recalçamento

Garcia-Rosa (1988), afirma que para Freud a “teoria do recalçamento” é a base fundamental sobre a qual repousa a teoria da psicanálise em sua totalidade. Foi confrontando-se com o fenômeno clínico da resistência e ao empreender a superação da teoria do trauma (que afirmava que o sistema nervoso pode ter uma predisposição hereditária para, em função de um trauma psíquico, produzir um estado hipnótico permanente, que poderia se somatizar em uma paralisia, uma cegueira ou qualquer outro tipo de sintoma), que Freud produziu o conceito de recalçamento. Quando Freud abandona a hipnose e solicita aos seus clientes que se lembrem do fato traumático sem o auxílio da hipnose, ele passa a se defrontar com um fato novo que era inteiramente ocultado pela própria hipnose, chamado de resistência.

Esta resistência por parte do paciente se manifestava sob a forma de falha de memória ou de incapacidade de falar sobre um fato traumático de sua vida, caso este fato lhe fosse sugerido. A resistência foi entendida por ele como sinal externo de uma defesa cuja idéia era manter fora da consciência uma idéia ameaçadora. A defesa nada mais era do que a censura do ego (entendido como efeito das sensações corporais e encarado ele próprio, como uma projeção da superfície corporal, que pertence ao sistema pré-consciente-consciente e ao sistema inconsciente), sobre uma idéia ou um conjunto de idéias que despertavam sentimentos de auto-censura e de dor psíquica.

Ainda segundo este autor, sendo o conceito de defesa um sinônimo parcial do conceito de recalque, foi somente no artigo “Die Verdrängung”, de 1915, que Freud define o recalçamento como o processo cuja essência consiste no fato de afastar determinada representação do sistema consciente, mantendo-a à distância. O objeto do recalçamento é um dos representantes da pulsão, que é o representante ideativo, capaz de provocar desprazer em face das exigências da censura do sistema pré-consciente-consciente.

Apesar de Freud apontar o recalçamento como um dos destinos da pulsão, ficamos sabendo que aquilo sobre o qual incide o recalçamento é o representante ideativo. Além do mais, se a finalidade do recalçamento é evitar o desprazer, ficaria difícil explicar como é que a satisfação de uma pulsão poderia provocar desprazer. A satisfação de uma pulsão é sempre prazerosa.

Garcia-Rosa (1988), diz que quando Freud fala em recalçamento da pulsão, devemos ter sempre em mente que ele está se referindo ao representante ideativo da pulsão, ou seja, à idéia que representa a pulsão, esta sim, capaz de provocar desprazer ao ser confrontado com o sistema pré-consciente-consciente. O que pode ser tornado inconsciente é a idéia à qual o afeto estava ligado, podendo este último ser deslocado para outra idéia semelhante. O que o recalçamento produz é uma ruptura entre o afeto e a idéia à qual ele pertence.

Afirma-se que o recalçamento só está presente a partir da divisão entre o sistema inconsciente e o sistema pré-consciente-consciente, a afirmação faz pleno sentido na medida em que sabemos que o recalçamento é um mecanismo do qual lança mão o sistema pré-consciente-consciente para impedir que certos conteúdos do sistema inconsciente tenham acesso à consciência. Mas, por outro lado, quando perguntamos pelo que produz a cisão do psiquismo em dois sistemas distintos, obtemos como resposta que é o recalçamento. Ou o recalçamento é um mecanismo do sistema pré-consciente-consciente ou ele é o responsável pela cisão do psiquismo, sendo assim constituinte de cada um destes sistemas.

Para este autor, objetivando resolver a aparente contradição, Freud propõe a distinção entre recalçamento originário e recalçamento propriamente dito. Freud distingue três fases no processo de recalçamento; são elas: a fixação, o recalçamento propriamente dito e o retorno do recalçado. É essa primeira fase, a da fixação ou inscrição, é a fase que Freud vai denominar de recalçamento originário.

O recalçamento originário é uma fase “precursora e condição necessária de todo recalçamento”, e a descreve como o mecanismo segundo o qual a pulsão (que é o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente), é inibida em seu desenvolvimento, permanecendo fixada num estágio infantil, e mantendo-se inconsciente, não no inconsciente recalçado, pois este ainda não se constituiu.

Para Freud (1974), existem motivos suficientes para supor que há um recalçamento originário, que seria uma primeira fase do recalçamento, que consistiria em negar a entrada no sistema consciente do representante ideativo da pulsão. Assim se estabelece uma fixação; a partir daí, este representante ideativo continua inalterado, e permanece ligado à pulsão. Para Lacan (1979), pode existir a inscrição de uma experiência no domínio do imaginário, sem que esta experiência tenha uma eficácia psíquica. Ela não é ainda dotada de significação, o que somente vai ocorrer depois de sua integração no sistema simbólico do sujeito através da linguagem.

Garcia-Rosa (1988) afirma que a inscrição desta experiência é que será objeto de reintegração em função da entrada no simbólico. Para este autor esta reintegração de uma experiência do passado acontece em função do sujeito estar se desenvolvendo, ressaltando que é essa posterioridade que confere eficácia causal a uma experiência que até aquele momento, apenas estava inscrita sem uma significação correspondente no inconsciente. O recalçamento originário é constituído por esta inscrição, que vai tornar possível o recalçamento secundário.

Assim, antes de serem formados, os sistemas inconsciente e pré-consciente-consciente, certas experiências, cuja significação inexistente para o sujeito, são escritas no inconsciente e têm seu acesso à consciência vedada a partir de então. Essas inscrições funcionarão como o “recalçado” original que servirá de pólo de atração para o recalçado secundário.

Para este mesmo autor, essas inscrições se dão antes do ingresso no simbólico e permanecem no registro do imaginário até que recebam significação a partir do momento em que o sujeito atinge a verbalização. É somente ao receber significação por parte do simbólico, que seu caráter traumático vai ser experimentado pelo sujeito e ocorrerá o recalçamento secundário.

Mas que inconsciente é esse no qual se dá a inscrição? Por que seria vedada à criança uma significação, ainda que extremamente simples, dessa experiência? E se os sistemas inconsciente e pré-consciente-consciente ainda não estão formados na época

do recalçamento originário, de onde provém a sua energia de investimento? O que responde estas perguntas é o fato de que um fator instintivo seria o núcleo do inconsciente, um tipo de atividade mental primitiva que seria depois encoberto pela razão humana, quando essa faculdade viesse a ser adquirida.

Garcia-Rosa (1988), diz que este fator instintivo é comparável ao instinto dos animais, ou seja, algo filogeneticamente adquirido na vida mental e que, apesar de não estar restrito ao comportamento sexual, estaria intimamente ligado a ele. O recalçamento seria o retorno a esse estágio instintivo. Para que haja o recalçamento não é suficiente à ação exercida pelo sistema pré-consciente-consciente: é necessária a atração exercida por representações inconscientes.

Essas representações inconscientes que vão servir de pólo de atração para o recalçamento, se formam como um símile do instinto que funcionaria como uma primeira indicação, ainda bastante primitiva, para as inscrições que vão se constituir no recalçamento original. É esse “quase-instinto” que vai constituir o núcleo embrionário do futuro sistema inconsciente, dotá-lo de significantes elementares que funcionarão como pólos de atração para o recalque secundário.

Para Laplanche e Leclaire (1970), o recalçamento originário pode ser desdobrado em dois momentos, num primeiro momento ou primeiro nível de simbolização, haveria apenas uma rede de oposições significantes sem que nenhum significado particular estivesse preso a ela. Um segundo momento, ou segundo nível de simbolização, seria caracterizado pela “ancoragem” dessas oposições significantes no universo simbólico. Esse segundo momento é o que corresponderia ao recalçamento original de Freud e, portanto, criaria o sistema inconsciente.

Garcia-Rosa (1988), diz que Freud nos revela, sobre a natureza do conteúdo do recalque originário, que ele é constituído de representantes da pulsão. Esses representantes são imagens de objetos ou de algo do objeto que se inscrevem nos sistemas mnêmicos, ou seja, de nossa memória, e se reduzem ao imaginário e, sobretudo, ao imaginário visual, por oposição a representação por palavras que é característica do sistema pré-consciente-consciente.

O recalque originário é condição necessária para que ocorra o recalçamento secundário, ou recalçamento propriamente dito. Para Freud (1974), o recalçamento secundário é uma pressão posterior, além disso, é errado dar ênfase apenas à repulsão que atua a partir da direção do consciente sobre o que deve ser recalçado; igualmente

importante é a atração exercida por aquilo que foi primeiramente repellido sobre tudo aquilo com que ele possa estabelecer uma ligação.

Ainda para este autor, enquanto o recalçamento originário é o responsável pela clivagem do psiquismo em instâncias diferenciadas, o recalçamento secundário é um processo que pressupõe esta clivagem. O recalçamento secundário é efeito pelo conflito entre o sistema inconsciente e o sistema pré-consciente-consciente, sendo que é a partir do sistema pré-consciente-consciente, que o recalçamento secundário é exercido. A função do recalçamento secundário é a de impedir que certas representações pertencentes ao sistema inconsciente, tenham acesso ao sistema pré-consciente-consciente. O recalçamento secundário incide sobre o representante ideativo da pulsão.

O que é recalçável é o representante ideativo da pulsão ao qual um afeto está ligado. Uma vez recalçado, o representante ideativo continua a ter existência independente, produzindo derivados e estabelecendo novas conexões. O recalçamento interfere apenas na relação do representante ideativo com o sistema pré-consciente-consciente, mas não com o seu modo de ser no interior do sistema inconsciente. Para Freud (1974), se alguma influência existe, é a de possibilitar ao representante ideativo desenvolver-se mais profusamente e estabelecer articulações mais numerosas exatamente pelo fato de ele estar livre da influência consciente pelo efeito do recalçamento.

Garcia-Rosa (1988), mostra que o recalçamento é uma defesa do sistema pré-consciente-consciente, e ele vai afetar não só o representante ideativo da pulsão, mas também seus derivados, e estes serão tanto mais afetados quanto mais próximos se encontrarem do representante ideativo em questão. Por um raciocínio inverso, podemos admitir que, se alguns desses derivados se encontram suficientemente afastados do representante ideativo original, eles podem conseguir escaparem à censura do sistema pré-consciente-consciente, e terem acesso à consciência.

Essa distância do derivado em relação ao representante recalçado é marcada, sobretudo, pelo grau de sua distorção. É o caso, por exemplo, do sonho que, por efeito da elaboração onírica, consegue acesso à consciência, sem que seu caráter ameaçador seja percebido pelo sonhador. A importância desses derivados para a prática psicanalítica é extrema, pois é através deles que o analista pode ter acesso ao material recalçado.

Freud (1974), dia que ao executarmos a técnica da psicanálise, continua-se exigindo que o paciente produza derivados do recalcado. A chamada regra fundamental, sobre a qual se instituiu a situação analítica, nada mais é do que um convite a que o analisado produza derivados do recalcado que, por sua distância no tempo ou pela distorção a que foram submetidos, possam romper a censura do sistema pré-consciente-consciente, e servir de acesso ao material inconsciente. Praticar o método da “associação livre” é, dentro do possível, afrouxar a censura consciente e permitir que os derivados do componente ideativo em questão, ainda que remotos, possam aflorar à consciência para serem analisados.

Cada derivado do recalcado tem sua vicissitude especial. Assim um determinado derivado pode vir a constituir uma perversão, enquanto outro derivado constituirá uma obra de arte. Esta é a razão pela qual o mesmo autor afirma que o recalçamento é um processo não só individual, mas extremamente móbil. Além do mais, o recalçamento não é um processo que ocorre uma vez e, daí por diante, o destino do representante ideativo recalcado esteja definitivamente selado. Ele exige um dispêndio permanente de força, de tal forma que qualquer relaxamento poderá ter como resultado o afloramento do recalcado em nível de consciência.

Garcia-Rosa (1988), mostra que a terceira e última fase do processo de recalçamento, a partir de Freud, é o “retorno do recalcado”. Para este autor, Freud concebe o retorno do recalcado num sentido quase que literal, ou seja, o recalcado retornaria utilizando os mesmos caminhos associativos adotados por ocasião do recalçamento. Recalçamento e retorno do recalcado seriam, pois, operações simétricas e inversas.

As condições segundo as quais se dá o retorno do recalcado são: a) por enfraquecimento do contra-investimento por parte do ego; b) por um esforço de pressão pulsional; c) se uma experiência recente, por sua estreita semelhança com o material recalcado, desperta este último, nesse caso, a experiência atual é reforçada pela energia do recalcado. Seja qual for, porém, a condição que possibilita o retorno do recalcado, este nunca se dá na sua forma original. O deslocamento, que pode ser relacionado à figura da metonímia; e a condensação, que pode ser relacionada à figura da metáfora, são os meios mais freqüentes utilizados para que esse acesso seja possível.

Ainda para o mesmo autor, o modo de funcionamento do aparelho psíquico, quando participa apenas o sistema inconsciente, é chamado de “processo primário”; já o modo de funcionamento do sistema pré-consciente-consciente é chamado de processo

secundário. Aqueles processos psíquicos que aparecem a nós como irracionais são processos primários que não tiveram sua energia inibida pelo processo secundário, enquanto outros, por representarem impulsos impregnados de desejos infantis, incompatíveis com o processo secundário, foram recalçados.

2.12 A análise automática do discurso

Pêcheux (1990), afirma que o quadro epistemológico da Análise de Discurso reside na articulação de três regiões do conhecimento científico, que são: o materialismo histórico, como teoria das transformações das formações sociais, compreendida aí a teoria das ideologias; a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação, ao mesmo tempo, e a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica. Isso nos levará a reformular a questão dos efeitos autor/leitor (produtor/receptor), como constitutivos da subjetividade, e caracterizados pelo fato de que, para que eles se realizem, é necessário que as condições de existência destes efeitos, estejam dissimuladas para o próprio sujeito autor/leitor (produtor/receptor). Acerca deste ponto tentaremos levar em conta o que neste esquecimento, que vamos chamar de esquecimento número 1, pertence especificamente ao domínio lingüístico, em relação às regiões não ou pré-lingüísticas.

Pêcheux (1990), diz que é difícil evitar as traduções espontâneas que fazem com que o materialismo histórico (entendido como sendo a história da dominação exercida por um grupo social sobre os demais grupos sociais, a partir da apropriação das forças de produção, para se tornarem proprietários dos instrumentos de trabalho, e da manutenção das relações de produção, próprias a esta situação histórica), se transforme em “sociologia”, e que a teoria do discurso (enquanto teoria da determinação histórica dos processos semânticos), se transforme no estudo do aspecto social da linguagem.

Retomando o estado mais recente desta formulação, colocaremos inicialmente que a região do materialismo histórico que nos diz respeito é a da superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada. No trabalho marxista, chamado de “Aparelhos Ideológicos de Estado” de Louis

Althusser, nos mostra a insuficiência de considerar a superestrutura ideológica como expressão direta da “infra-estrutura de base econômica”, como se a ideologia fosse constituída pela “esfera das idéias”, acima do mundo das coisas, dos fatos econômicos, etc.

Ainda para este autor, a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar de interpelação, ou o assujeitamento do indivíduo como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em relação a uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção vigente na formação social estudada (ou aquela categoria, camada ou fração de classe, ligada a uma dessas duas classes).

Esta reprodução contínua das relações de classe, quer dizer, relações de produção de base econômica e não econômica, são asseguradas materialmente pela existência de realidades complexas designadas por Althusser como “Aparelhos Ideológicos do Estado”, e que se caracterizam pelo fato de colocarem em jogo práticas associadas a lugares ou a relações de lugares que remetem as relações de classes, sem, no entanto, decalcá-las exatamente.

Pêcheux (1990), diz que num dado momento histórico, as relações de classes, ou seja, a luta de classes, se caracterizam pelo afrontamento, no interior mesmo desses aparelhos, de posições políticas e ideológicas ”que não constituem a maneira de ser dos indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. Falaremos de formação ideológica para caracterizar este aspecto da luta de classes nos aparelhos ideológicos do estado, suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento.

Desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente, a posições de classes em conflito umas com as outras. Assim, somos levados a nos colocar a questão da relação entre ideologia e discurso. Considerando o que precede, vê-se claramente que é impossível identificar a ideologia com o discurso, o que seria uma concepção idealista da ideologia como esfera das idéias e dos discursos, assim deve-se conceber o discurso como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica.

Ainda para este autor, dito de outro modo, a espécie discursiva, pertence ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas de que acabamos de falar comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita também numa relação de classes. Diremos, então, que toda formação discursiva de condições de produção específicas, identificáveis a partir do que acabamos de designar, pertence a uma formação ideológica.

Logo “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”: esta lei constitutiva da ideologia nunca se realiza “em geral”, mas sempre através de um conjunto complexo e determinado de formações ideológicas que desempenham no interior desse conjunto, em cada fase histórica da luta de classes, um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção, isto é, em razão das suas características regionais (o Direito, a moral, a informação, o conhecimento, Deus etc.) e, ao mesmo tempo, de suas características de classe. Por estas duas razões, as formações discursivas intervêm nas formações ideológicas enquanto componentes.

Enfim, como dos diz Pêcheux (1990), sublinhemos que uma formação discursiva, que existe historicamente no interior de determinadas relações de classes, pode fornecer elementos que se integram em novas formações discursivas, constituindo-se no interior de novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas.

O ponto da exterioridade relativa de uma formação ideológica em relação a uma formação discursiva se traduz no próprio interior desta formação discursiva: ela designa o efeito necessário de elementos ideológicos não discursivos numa determinada formação discursiva. Ou melhor, no próprio interior do discursivo, ela provoca uma defasagem que reflete esta exterioridade. Trata-se da defasagem entre uma e outra formação discursiva, a primeira servindo de algum modo de matéria-prima representacional para a segunda, como se a discursividade desta “matéria-prima” se desvanecesse aos olhos do sujeito falante.

Trata-se, ainda para o mesmo autor, do que caracterizamos como esquecimento número 1, inevitavelmente inerente à prática subjetiva ligada à linguagem. Mas, simultaneamente, e isto constitui uma outra forma do mesmo esquecimento, o processo pelo qual uma seqüência discursiva concreta é produzida, ou reconhecida

como tendo um sentido para um sujeito, se apaga aos olhos do sujeito, que passa a acreditar que tal seqüência discursiva é de sua autoria.

Queremos dizer que a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre seqüências tais que as famílias parafrasísticas destas seqüências constitui o que se poderia chamar de matriz do sentido. Isso equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este efeito.

Compreendemos então, segundo Pêcheux (1990), que a evidência de leitura subjetiva segundo a qual um texto é biunivocamente associado a um sentido, com ambigüidades sintáticas e ou semânticas, é uma ilusão constitutiva do efeito-sujeito em relação à linguagem e que contribui, neste domínio específico, para produzir o efeito de assujeitamento que mencionamos antes.

Na realidade, afirmamos que o “sentido” de uma seqüência discursiva só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente a esta ou aquela formação discursiva, o que explica de passagem que esta seqüência possa ter vários sentidos, e que está sendo chamado de heterogeneidade discursiva.

Para este autor, o fato de toda seqüência discursiva pertencer necessariamente a uma formação discursiva para que seja “dotada de sentido”, fato este que se acha recalcado para o/pelo sujeito, e recoberto para o mesmo sujeito, pela ilusão de estar/ser a fonte do sentido, sob a forma da retomada pelo sujeito de um sentido universal preexistente, o que explica, particularmente o eterno par individualidade/universalidade, característico da ilusão discursiva do sujeito.

Nesta medida e na condição de entender por processo discursivo as relações de paráfrase interiores ao que chamamos de “a matriz do sentido”, inerente à formação discursiva, diremos que o procedimento (metodológico) da Análise de

Discurso constitui o esboço de uma análise não-subjetiva dos efeitos de sentido que atravessam a ilusão do efeito sujeito (produção/leitura[recepção]), e que retoma o processo discursivo a partir de uma arqueologia regular. Em seu estado atual, a Análise de Discurso fornece o que se pode chamar de traços do processo discursivo, que são assumidos como objeto de estudo.

Como acabamos de ver, para Pêcheux (1990), os processos discursivos (que são as relações de paráfrase interiores a famílias parafrasísticas que chamamos de “a matriz do sentido”), como foram aqui concebidos, não poderiam ter origem no sujeito.

Contudo eles se realizam necessariamente neste mesmo sujeito. Esta aparente contradição remete na realidade à própria questão da constituição do sujeito e ao que chamamos de seu assujeitamento.

Existia uma ambigüidade, com relação à noção de “condições de produção”: esta ambigüidade residia no fato de que o termo “condições de produção” designava, ao mesmo tempo, o efeito das relações de lugar nas quais se acha escrito o sujeito; e por outro lado, a ‘situação’ no sentido concreto e empírico do termo, isto é, o ambiente material e institucional, os papéis mais ou menos conscientemente colocados em jogo etc. No limite, as condições de produção, neste último sentido, determinariam “a situação vivida pelo sujeito” no sentido de variável subjetiva, ou seja, suas “atitudes”, suas “representações” etc., inerentes a uma situação experimental.

Pode-se agora, segundo Pêcheux (1990), precisar que a primeira definição se opõe à segunda, como o real se opõe ao imaginário, e o que faltava no texto de 1969, era precisamente uma teoria deste imaginário localizada em relação ao real. Na falta desta localização era inevitável, e foi o que realmente aconteceu, que as relações de lugar fossem confundidas com o jogo de espelhos de papéis interiores a uma instituição.

Em outros termos, o que faltava, e ainda falta parcialmente, é uma teoria não subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador. O fato de se tratar fundamentalmente de uma ilusão não impede a necessidade desta ilusão, e impõe como tarefa (ao analista), pelo menos, a descrição da estrutura desta ilusão, sob a forma de um esboço descritivo dos processos de enunciação, e possivelmente também, a articulação da descrição desta ilusão com o que aqui chamamos de “esquecimento número 1”.

A lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação, como foi dito antes, para Pêcheux (1990), o dispositivo da Análise de Discurso visa a colocar em evidência os traços dos processos discursivos. Sendo o corpus discursivo, o ponto de partida da Análise de Discurso, é normal que o dispositivo comporte uma fase de análise lingüística, já que os textos pertencentes ao corpus estão evidentemente em “língua natural”.

Mas a escolha desta ou daquela prática de análise lingüística pressupõe uma definição prévia da natureza e do papel que se atribui à língua. De fato, que relação existe entre os processos discursivos e a língua, do ponto de vista da teoria do discurso? A perspectiva de conjunto é a seguinte: estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam

estes efeitos de sentido. A caracterização desta materialidade constitui todo o problema da lingüística.

Efetivamente, a questão gira em torno do papel da semântica na análise lingüística. A análise lingüística, que a Análise de Discurso almeja, deve ser essencialmente de natureza morfossintática e, por esta razão, deve permitir a des-linearização especificamente lingüística dos textos. Não seria, pois, o caso de introduzir uma “concepção de mundo” que repousasse numa semântica universal e a priori, já que isto significaria voltar a incluir no próprio funcionamento da língua os processos discursivos historicamente determinados que não podem ser colocados como co-extensivos à língua, a não ser que se possa identificar ideologia e língua?

Tudo se passa, para este autor, como se a análise morfossintática colocasse necessariamente em jogo elementos que temos o hábito de denominar semânticos. O que falta atualmente é uma teoria do funcionamento material da língua em sua relação consigo própria, isto é, uma sistematicidade que não se opõe ao não-sistemático (língua/fala), mas que se articula em processos. Convencionou-se chamar de “semântica formal” à teoria deste funcionamento material da língua. Então se pode dizer que o que falta à análise lingüística é precisamente esta semântica formal.

A expressão semântica formal, tomada de empréstimo de A. Culioli, que definiremos adiante como o último nível da análise lingüística, atingiria, neste sentido, o lugar específico da língua, que corresponde à construção do efeito-sujeito. Se for justa a nossa hipótese, isto significa igualmente que a Análise de Discurso, que deseja “atravessar o efeito-sujeito”, deve aferir onde ela o atravessa na língua; não reproduzir este efeito na prática de uma análise objetiva é uma preocupação legítima; esquecer a sua existência no objeto de estudo é, ao contrário, um erro.

Isto nos conduz à questão da enunciação, para Pêcheux (1990), a referência ao funcionamento material dos mecanismos sintáticos em relação a eles mesmos, introduzida acima, permite precisar o que entendemos por enunciação. Diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem por característica colocar o “dito” e em conseqüência rejeitar o “não dito”. A enunciação equivale, pois a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos, através do se constitui o “universo do discurso”, e o que é rejeitado.

Desse modo, se acha, pois, desenhado, num espaço vazio, o campo de “tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer, mas que ele não diz” ou o campo de “tudo a que se

opõe o que o sujeito disse”. Esta zona do “rejeitado” pode estar mais ou menos próxima da consciência e existem questões do interlocutor, visando a fazer, por exemplo, com que o sujeito indique com precisão “o que ele queria dizer”, que o fazem reformular as fronteiras e re-investigar essa zona. Propomos chamar este efeito de ocultação parcial de esquecimento número 2 e de identificar aí a fonte da impressão de realidade do pensamento para o sujeito, ou seja, “eu sei o que eu digo” ou “eu sei do que eu falo”.

Decorre do que precede que o estudo das marcas ligadas à enunciação deve constituir um ponto central da fase de análise lingüística da Análise de Discurso, e que este estudo induz à modificações importantes na concepção da língua. Antes de qualquer coisa, o léxico pode e deve ser considerado como um conjunto de elementos estruturados sobre a sintaxe. Em segundo lugar, a sintaxe passa a constituir o modo de organização, próprio de uma determinada língua, dos traços das referências enunciativas. As construções sintáticas, deste ponto de vista, têm, pois, uma “significação” que convém destacar.

Nesta perspectiva, para o mesmo autor, é interessante precisar a ligação entre os dois esquecimentos que qualificamos respectivamente de número 1 e número 2: que relação existe entre a família de seqüências parafrasísticas, constitutivas do efeito de sentido; e o não dito, que estão ambos, colocados fora do jogo?

Consideremos o que designamos respectivamente com o nome de “esquecimento número 1” e de “esquecimento número 2”. Vemos que estes dois esquecimentos diferem profundamente um do outro. Constata-se, com efeito, que o sujeito pode penetrar conscientemente na zona do esquecimento número 2, e que ele o faz, em realidade, constantemente, por um retorno de seu discurso sobre si, uma antecipação de seu efeito, e pela consideração da defasagem que aí introduz o discurso de um outro.

Para Pêcheux (1990), na medida que o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar “o que pensa” e formulá-lo mais adequadamente, pode-se dizer que esta zona do esquecimento número 2, que é a zona dos processos de enunciação, se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente-consciente.

Por oposição, o esquecimento número 1, cuja zona é inacessível ao sujeito, precisamente por esta razão, aparece como constitutivo da subjetividade na língua. Desta maneira pode-se adiantar que este recalque, que tem ao mesmo tempo como objeto o próprio processo discursivo e o interdiscurso, ao qual ele se articula por

relações de contradição, submissão ou usurpação, é de natureza inconsciente, no sentido em que a ideologia é constitutivamente inconsciente dela mesma.

Esta oposição, segundo este autor, entre os dois tipos de esquecimento, tem relação com a oposição já mencionada entre, por um lado, a situação empírica concreta na qual se encontra o sujeito, marcada pelo caráter de identificação imaginária onde o outro é um outro eu (“outro” com o minúsculo); e por outro lado, pelo processo de interpelação-assujeitamento do sujeito, que se refere ao que Jacques Lacan designa metaforicamente pelo “Outro” com O maiúsculo. Em outros termos, colocamos que a relação entre os “esquecimentos número 1 e número 2”, remete à relação entre a condição de existência, não subjetiva, da ilusão subjetiva e as formas subjetivas de sua realização.

Utilizando aqui a terminologia freudiana que distingue, por um lado, o pré-consciente-consciente, e por outro lado, o inconsciente; queremos apenas caracterizar o fato de que uma formação discursiva é constituída margeada pelo que lhe é exterior, logo por aquilo que aí é estritamente não-formulável, já que a determina. Queremos também, ao mesmo tempo, sublinhar que esta exterioridade constitutiva em nenhum caso poderia ser confundida com o espaço subjetivo da enunciação, espaço imaginário que assegura ao sujeito falante seus deslocamentos no interior do reformulável, de forma que ele faça incessantes retornos sobre o que formula, e aí se reconheça na “relação reflexiva” ou pré-consciente com as palavras, que faz com que elas nos apareçam como a expressão das coisas”.

Pêcheux (1990), diz que esta “desigualdade” entre dois esquecimentos corresponde a uma relação de dominância que se pode caracterizar dizendo que “o não afirmado precede e domina o afirmado”. Além disso, é preciso não perder de vista que o recalque que caracteriza o “esquecimento número 1” regula, afinal de contas, a relação do dito e o não dito no “esquecimento número 2”, onde se estrutura a seqüência discursiva. Isto deve ser compreendido no sentido em que, para Jacques Lacan, “todo discurso é ocultação do inconsciente”.

Para concluir esta apresentação geral, diremos que com relação ao termo “discurso”, tal como funciona na expressão “teoria do discurso”, gostaríamos de fazer duas reafirmações fundamentais para a Análise de Discurso: em primeiro lugar, a teoria do discurso e os procedimentos que ela engaja não podem ser identificados com uma

“lingüística da fala”, pois o discurso é diferente da fala no sentido saussuriano; em segundo lugar gostaríamos de reafirmar que o discurso não é um elemento particular do sistema da língua e, portanto, não é um “suplemento social” do enunciado que a “lingüística clássica teria negligenciado”.

Pêcheux (1990), afirma que diante dessas duas deformações da realidade designada pelo termo “discurso”, achamos útil introduzir a distinção entre “base lingüística” e “processo discursivo”, que se desenvolve sobre a base lingüística, distinção que, achamos, somente ela pode autorizar a consideração das relações de contradição, antagonismo, aliança, absorção, etc.; entre formações discursivas que pertencem a formações ideológicas diferentes, sem implicar, para tanto, a existência mítica de uma pluralidade de línguas, pertencendo a estas diferentes formações ideológicas.

E não a existência de uma pluralidade de línguas pertencente a estas diferentes formações, que a partir do segundo equívoco mencionado antes, entende que o nível do discurso se integraria à língua, por exemplo, sob a forma de uma competência de tipo particular, cujas propriedades variariam em função da posição social (do sujeito), o que equivaleria à idéia de que existem línguas (diferentes para classes sociais diferentes), tomando ao pé da letra a expressão, politicamente justa, mas linguisticamente discutível, segundo a qual “patrões e empregados não falam a mesma língua”.

Ainda para tal autor, a responsabilidade específica da Análise de Discurso é a de realizar uma leitura não subjetiva das seqüências discursivas. O interdiscurso é o conjunto de outros processos (discursivos), que intervêm no processo discursivo em questão, para constituí-lo, fornecendo-lhe seus pré-construídos; e para orientá-lo, desempenhando em relação ao processo discursivo em questão, o papel de discurso transversal ou, como dizíamos há pouco, de discurso perpendicular.

2.13 A linguagem, o discurso e a análise de discurso

Orlandi (2002), afirma que a partir da constatação, de que se pode significar um texto de várias maneiras diferentes, os estudiosos começaram a interessar-se pela linguagem de uma forma específica que deu origem à Análise de Discurso. A Análise de Discurso trata do discurso, que na sua etimologia traz a idéia de percurso, de movimento. O discurso são, então, os signos em movimento, ou seja, a prática de

qualquer tipo de linguagem. A Análise de Discurso proporciona ao seu analista a observação do homem praticando a linguagem, como trabalho simbólico.

O analista procura compreender a prática da linguagem fazendo sentido, enquanto parte do trabalho social geral. Este trabalho simbólico, que é a prática da linguagem, é capaz de constituir o homem e a sua história. A Análise de Discurso percebe a linguagem como mediação necessária entre a realidade natural e social e o Homem. E então essa mediação que é o discurso, ou o trabalho simbólico de praticar a linguagem, possibilita tanto a conservação como a mudança do homem e da realidade onde vive.

Segundo Gallo (2005) análise do discurso é uma disciplina de interpretação de textos. Mas não trata-se de um tipo de interpretação que parte da questão "o que o texto significa"? mas sim, "como o texto significa"?. Ou melhor, não trata-se "do que o autor do texto quis dizer"?, mas de uma outra questão: "quais os saberes necessários para que se compreenda o texto"? Esses saberes são do âmbito social, histórico e ideológico.

A Análise de Discurso, segundo Orlandi (2002), trabalha com a linguagem no mundo, com as maneiras de significar, com homens produzindo discursos, concebendo a produção de sentidos como parte de suas vidas, tanto enquanto sujeitos como enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. A Análise de Discurso leva em conta a História do Homem, quando leva em consideração a relação entre a linguagem, os sujeitos que a praticam e a situação em que praticam a linguagem. Desta forma o analista de discurso relaciona a linguagem á sua exterioridade para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção.

Como conseqüência disto, a Análise de discurso trabalha com o discurso concebido como um objeto sócio-histórico, no qual o lingüístico intervém como pressuposto. Partindo da idéia de que a linguagem é a materialidade específica do discurso, e de que o discurso é a materialidade específica da ideologia, a Análise de Discurso analisa a relação linguagem-discurso-ideologia-história. Tal relação, adquire sentido, a partir do fato de que, como diz, Pêcheux (1990), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia : o individuo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a linguagem faz sentido. Então o discurso é o lugar onde pode-se observar as relações entre a linguagem e a ideologia, para poder-se compreender como a linguagem produz sentidos por sujeitos e para os sujeitos.

Como mostra Gallo (2005), isso leva à afirmação de que só pode-se fazer análise do discurso "a posteriori", ou seja, o analista não poderá ser, em hipótese alguma, o próprio sujeito da enunciação que ele analisa, porque, nessa condição, por natureza, o sujeito não tem nenhum distanciamento da situação. Ele está tomado por ela, ele é parte da enunciação, e sua interpretação é totalmente relativizada por essa condição.

Tomando o discurso como seu objeto próprio, segundo Orlandi (2002), a Análise de Discurso tem seu início durante o século XX, na década de 60. A Análise de discurso considera que a linguagem não é transparente, e por tanto não pretende atravessar o texto para encontrar o sentido do outro lado. A questão colocada pela Análise de Discurso é : Como os textos significam ? A Análise de Discurso produz um conhecimento a partir do texto em si, porque enxerga no texto uma materialidade simbólica significativa e própria, ou seja, uma espessura semântica. A análise de discurso concebe o texto em sua discursividade.

Durante a década de 60, a Análise de Discurso constitui-se num espaço de questões geradas pela relação entre a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Da Linguística, a Análise de Discurso herda a afirmação da não transparência da linguagem, quando procura demonstrar que a relação entre o mundo, a linguagem e o pensamento, não se passa diretamente de um para outro, pois cada um tem a sua especificidade própria. Do Materialismo histórico, a Análise de Discurso pressupõe, como seu legado, a idéia de que existe um real da história de tal forma que a história feita pelo homem, não lhe é transparente.

Os estudos discursivos, como diz esta autora, conjugando a história e a língua, na produção de sentidos vão trabalhar a linguagem na sua forma encarnada na história para produzir sentido, forma esta que é lingüístico-histórica. Nestes estudos não separa-se o conteúdo da forma, e procura-se compreender a linguagem ao mesmo tempo como uma estrutura e como um acontecimento. A partir desta compreensão da linguagem a forma encarnada na história é vista como o acontecimento do significante em um sujeito afetado pela história. Por fim, da Psicanálise, a Análise de Discurso apropria-se do deslocamento da noção de homem para a noção de sujeito, que constitui-se na relação com o simbólico, na história.

A linguagem, para a Análise de Discurso, tem sua ordem própria, mas é só relativamente autônoma. A Análise de Discurso introduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem. A história, para a Análise de Discurso, tem seu real afetado pelo simbólico quando os fatos reclamam sentidos. E o sujeito de linguagem,

para a Análise de Discurso, por ser afetado ao mesmo tempo pelo real da linguagem e pelo real da história, por isso ele é descentrado, ou seja, não tem o controle sobre o modo como elas. A história e a linguagem o afetam, desta forma o sujeito discursivo funciona a partir da ideologia e também a partir do inconsciente. A linguagem do cotidiano chega carregada de sentidos, que não sabe-se como constituíram-se, e que, no entanto significam para nós e significam em nós.

Para Gallo (2005), o indivíduo é uma categoria pragmática, o corpo que tem uma mesma identidade durante toda sua existência, enquanto o sujeito é uma categoria simbólica: a cada enunciação o indivíduo é interpelado como um sujeito único, cuja existência encerra-se nessa aparição singular e nunca mais repetir-se-á como tal, nas mesmas e exatas condições, pois, no mínimo, o tempo enunciativo será outro. Então podemos dizer que a análise do discurso já é, por definição, o trabalho de um sujeito a respeito de outro sujeito.

Esta-se, então, postulando que do ponto de vista da análise do discurso, interessa a dimensão de sujeito e não de indivíduo. Ou seja, a análise do discurso trabalha com a dimensão simbólica do indivíduo. Interessa como o indivíduo representa-se e representa a sua realidade, pela linguagem. Não interessa suas ações no mundo, enquanto corpo que movimenta-se, mas a forma simbólica de representar esse movimento e as relações com outros sujeitos e com o mundo, através da linguagem.

Orlandi (2002), diz que a noção de discurso, em sua definição, mostra-nos que emissor e receptor estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação, podendo ou não existir uma linearidade nesta comunicação. Tem-se então que emissor e receptor podem ou não, significar ao mesmo tempo o discurso. Não trata-se de transmissão de informação apenas, pois a linguagem em seu funcionamento relaciona sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, num processo complexo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos. Por outro lado, a linguagem serve para comunicar e para não comunicar. Os efeitos das relações de sujeitos e de sentidos, que constituem as relações de linguagem, são múltiplos e variados. Assim o discurso é definido como sendo efeito de sentido entre locutores.

O discurso tem uma regularidade e um funcionamento próprio, funcionamento este que só pode ser apreendido se não opusermos a sua realização ao sistema ao qual pertence. A Análise de Discurso faz um recorte teórico, onde estabelece uma relação entre discurso e língua, na qual não há separação estável entre eles, o que existe é uma relação de recobrimento. A língua é assim a condição de possibilidade do discurso.

Assim nem o discurso é visto como um ato livre, sem condicionantes lingüísticos ou determinações históricas, e nem a língua é vista sem falhas ou equívocos, completamente fechada em si mesma.

A mesma autora, mostra-nos que a Análise de Discurso teoriza a interpretação, ou seja, coloca a interpretação em questão. Seu objetivo é compreender como os artefatos simbólicos produzem sentidos, analisando os gestos de interpretação como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A análise de discurso trabalha os mecanismos de interpretação como parte dos processos de significação. Não existe uma verdade oculta atrás do texto, o que existe é o método, é a construção de um dispositivo teórico. Deve-se fazer a distinção entre inteligibilidade, interpretação e compreensão, a primeira refere o sentido à língua, “ele disse tal coisa”, é inteligível; a segunda refere o sentido pensando-se o co-texto, as outras frases do texto, e o contexto imediato; por fim a compreensão refere o sentido, procurando saber como um objeto simbólico, texto, charge, fotografia, música, etc.; produz sentido.

Assim, a análise de discurso procura compreender como um objeto simbólico produz sentidos, ou seja, como este objeto está investido de significância por sujeitos e para sujeitos. Isto implica em mostrar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam o sujeito com o sentido. Existe uma distinção entre o dispositivo teórico da interpretação e o dispositivo analítico. O primeiro deriva da sustentação do analista no rigor do método e no alcance teórico da análise de discurso, e tem como objetivo realizar a mediação do movimento entre a descrição e a interpretação. O dispositivo teórico da interpretação está sustentado nos princípios gerais da análise de discurso, enquanto forma de conhecimento com seus princípios e métodos.

Já o segundo, para Orlandi (2002), é da responsabilidade do analista, ou seja, é a formulação da questão que desencadeia a análise, pois cada material de análise pede que seu analista mobilize determinados conceitos de acordo com a questão formulada. Cada análise determina o seu dispositivo analítico. Quando se pensa em dispositivo analítico, refere-se ao dispositivo teórico já individualizado a uma análise específica.

Em conjunto a questão formulada pelo analista, a natureza do material analisado e o objetivo da análise; determinam a forma do dispositivo analítico. Com a análise concluída, e a compreensão do processo discursivo, os resultados são disponibilizados

para que o analista os interprete de acordo com os instrumentos teóricos dos diferentes campos disciplinares aos quais ele pertence e dos quais ele partiu.

Quebrada a ilusão da transparência da linguagem, e estando a materialidade do processo de significação e da constituição do sujeito, expostos ao analista, este deverá retornar a sua questão inicial para refletir os resultados da análise a luz da teoria do seu domínio disciplinar específico. O dispositivo analítico

a) A Materialização Discursiva

A Análise de Discurso não procura o sentido verdadeiro, mas o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica. A ideologia não se aprende, e o inconsciente não controla-se com o saber. A própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo. Todo enunciado é lingüisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível oferecendo lugar à interpretação. Ele é sempre suscetível de ser ou tornar-se outro. Esse lugar do outro enunciado é o lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos.

Orlandi (2002), diz que a materialização discursiva é a conjugação da linguagem, ou seja, a estrutura com a história, que é o acontecimento da enunciação; na produção de sentidos em uma forma material, que é o discurso, e que é a forma encarnada na história para produzir sentidos. Esta forma é portanto lingüístico-histórica. Já segundo Gallo (2005), a dimensão histórica do sentido constitui sua materialidade e sua conseqüente opacidade. Desfeita a ilusão da transparência da linguagem, e exposto à materialidade do processo de significação e da constituição do sujeito, o analista retoma sua questão inicial.

Ela está no início, como elemento desencadeador da análise e da construção do dispositivo analítico correspondente, e, no final, ela retorna, gerindo a maneira como o analista deve referir os resultados da análise à compreensão teórica do seu domínio disciplinar específico, que pode ser o da própria Análise de Discurso, se for o caso, ou da Lingüística, mas também o da Política, da Sociologia, da Antropologia, etc, dependendo da disciplina a que filia-se o analista. Todos esses elementos, a natureza

dos materiais analisados, a questão colocada, as diferentes teorias dos distintos campos disciplinares, constituem o dispositivo analítico construído pelo analista.

b) O Texto e o Intertextual

O texto é a estrutura material lingüística, é uma totalidade que tem uma natureza específica e uma qualidade particular, é segundo Gallo (2005), a unidade de sentido que constrói o efeito-autor. Já para Orlandi (2002), o texto é uma materialidade simbólica que tem espessura semântica. Para Indusky (2006), o texto é um espaço discursivo, que não se fecha em si mesmo, pois estabelece relações com o contexto, com outros textos e com outros discursos. Assim, o fechamento de um texto, dentro de uma perspectiva teórica, é a um só tempo simbólico e indispensável.

Segundo Indusky (2006), um texto em que são mobilizados diferentes textos, contextos e intertextos, está atravessado de forma bastante significativa por subjetividades diferentes que fazem ressoar sentidos diferentes inscritos em formações discursivas diferentes. Assim o texto só pode ser pensado como um espaço discursivo heterogêneo e simbolicamente fechado pelo trabalho discursivo do sujeito autor. Este efeito-texto, tem a característica de se apresentar como uma peça de linguagem com começo, meio e fim; resultado da ilusão de que tudo o que deveria ser dito, foi dito;

Para esta mesma autora, o texto é considerado discursivamente um efeito-texto, ou seja, um espaço discursivo organizado, simbolicamente fechado e ilusoriamente completo. Assim o efeito-texto se apresenta como uma peça de linguagem completa, acabada e fechada. Para a análise de discurso, o texto é um efeito texto, espaço discursivo, ilusoriamente completo e homogêneo, sendo seu fechamento da ordem do simbólico. O mais comum na cultura midiática contemporânea são os textos mistos, que reúnem texto verbal e imagens, que são textos não verbais. Orlandi (2002), afirma que o intertexto é a relação de um texto com os demais textos, dentro de um mesmo espaço discursivo.

Orlandi (2002), diz que levar em conta a intertextualidade no processo de leitura, é ter em mente que os sentidos de um texto se estabelecem pela relação que ele mantém com outros textos. Já Romualdo (2000), diz que Intertextualidade é a relação de um texto com os demais textos de um mesmo espaço discursivo. Para ele a intertextualidade no interior de um discurso deve ser entendida como o diálogo entre

muitos textos da cultura no interior de cada texto. Aqui o texto é concebido como um cruzamento de vozes oriundas de práticas de linguagem socialmente diversificadas.

Intertextualidade é o processo através do qual todo texto constrói-se como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto.

Intertextualidade é a relação que um texto mantém com outros textos.

Intertextualidade designa as diferentes maneiras pelas quais a produção e a recepção de um determinado texto, dependem do conhecimento, por parte dos interlocutores, se outros textos. Para Pinto (2002), a intertextualidade em sentido estrito é também chamada de heterogeneidade mostrada.

Na intertextualidade, o discurso define-se por sua relação com discursos do mesmo campo discursivo, podendo divergir ou apresentar enunciados semanticamente vizinhos. Não existe campo discursivo isolado, o que existe é um universo discursivo onde há uma intensa circulação de uma região do saber para outra. Tal circulação caracteriza-se pela sua instabilidade, ocorrendo trocas bastante diversificadas conforme os discursos e as suas condições de produção.

Romualdo (2000), mostra que as relações que os textos estabelecem com as datas especiais, de publicação do jornal, justificam-se como intertextuais por envolverem conhecimentos que fazem parte do repertório de toda a comunidade. Portanto, fazem parte da chamado senso comum. O leitor, para compreender as informações da charge, pode buscar no próprio jornal a data em questão. Ao deparar-se com a data, e sabendo que ela é um dia considerado especial, vai relacioná-la com seu conhecimento de mundo. Vinculando a charge com a data e, daí, com seu conhecimento de mundo, o leitor estabelece as relações intertextuais e chega ao humor do texto.

Para que essa relação aconteça, como já foi dito, a data pode ser festiva, por exemplo, o dia das mães, dos namorados, vinte de setembro, ou um dia que seja considerado pelo senso comum como um dia especial por algum motivo, como domingo, que é o dia de descanso, sexta-feira treze, dia agourento, primeiro de abril, dia da mentira entre outros. Mas na presente investigação, nos deteremos em casos nos quais o texto chargístico se relaciona, no jornal, apenas com a data, livre de qualquer vínculo com outro texto publicado que enfoque questões políticas, seja ele verbal ou visual.

c) O Discurso e o Interdiscurso

Orlandi (2002), afirma que a palavra discurso, etimologicamente falando, remete a idéia de curso, percurso e de movimento. O discurso é o signo em movimento, prática de linguagem, com o estudo do discurso observa-se o homem produzindo linguagem.

O discurso

A mesma autora diz que interdiscurso é o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob forma de pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. Definimos interdiscurso como sendo aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente, ou seja, o saber discursivo que torna possível, todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, do já dito, que esta na base do dizível, sustentando cada nova retomada de um signo ou conjunto de signos.

É também em relação à interpretação que pode-se considerar o interdiscurso, ou seja, o seu exterior como a alteridade discursiva. É porque há o outro nas sociedades e na história, diz M. Pêcheux (1990), correspondente a este outro linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes.

Orlandi (2002), afirma que o interdiscurso aciona dizeres que, numa situação discursiva determinada, afetam o modo como o sujeito significa. Todos os sentidos já ditos por alguém, em outro momento qualquer, e em algum lugar, tem um efeito sobre o que é dito agora. Este dizer não é propriedade particular, ele significa pela história e pela linguagem. O que é dito em outro lugar também significa no que esta-se dizendo. O sujeito pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem naquilo que ele esta dizendo para os seus interlocutores.

Por tanto, do ponto de vista discursivo, não tem sentido perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse o que disse, pois o que ele sabe, sobre o que ele disse, não é suficiente para que possamos compreender que efeitos de sentido estão presentes no seu dizer, quando este dizer é interpretado pelos seus interlocutores, principalmente quando trata-se de comunicação de massa.

O fato de que existe um interdiscurso, que segundo esta mesma autora, sustenta a possibilidade de todo discurso, como nos mostra a mesma autora, é fundamental para

que possamos compreender o seu funcionamento e a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. Existe então uma relação entre o já-dito e o que esta-se dizendo, ou seja, entre o interdiscurso e o intradiscurso, ou ainda em outras palavras, entre a constituição do sentido e a formulação do sentido.

Considera-se o interdiscurso como sendo representado por um eixo vertical, onde teria-se todos os dizeres já ditos e esquecidos em uma seqüência de enunciados, que em seu conjunto, representa todo o dizível, e considera-se também o intradiscurso como sendo representado por um eixo horizontal, onde teria-se aquilo que está-se dizendo naquele momento, e naquelas condições em que está-se dizendo o que está-se dizendo.

O intradiscurso está determinado pela relação que é estabelecida com o interdiscurso. O interdiscurso determina o intradiscurso, pois só pode-se dizer algo, se for colocado na perspectiva do que já foi dito. Todo dizer se encontra na junção do intradiscurso e do interdiscurso, e é desta junção que tiram seus sentidos. O interdiscurso é também a historicidade, que determina aquilo que é relevante para a discursividade, das condições de produção de um discurso. Segundo Pêcheux (1990), é o interdiscurso que especifica as condições nas quais um acontecimento histórico, descontínuo e exterior pode inscrever-se no espaço potencial de coerência, contínuo e interior, próprio de uma memória.

Para que o que é dito tenha sentido é preciso que o que é dito já faça sentido. E este é o efeito do interdiscurso, ou seja, é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que passando para o “esquecimento”, possa fazer sentido em minhas palavras. Orlandi (2002), diz que no interdiscurso fala uma voz sem nome. Ao dizermos algo, nos filiamos a redes de sentidos, mas não aprende-se como os homens filiam-se, eles ficam então por conta do inconsciente e da ideologia. São a história, o acaso e o jogo da linguagem e do equivoco que determinam o porquê são afetados por certos sentidos e não por outros. Mas certamente ao dizer, o dizem determinados por nossa relação com a linguagem e com a história; e ainda por essa experiência simbólica e de mundo, através da ideologia.

A prática da leitura discursiva, da qual vale-se a Análise de Discurso, considera o que é dito em um discurso e o que é dito em outro; considera o que é dito de um modo e o que é dito de outro modo e considera o que não é dito naquilo que é dito, como a presença de uma ausência necessária para a constituição do discurso. Isso porque só

uma parte do interdiscurso é acessível ao sujeito, na forma do pré-construído, pois mesmo aquela parte do interdiscurso que é inacessível ao sujeito, porque ele não diz ou desconhece, significa no que ele diz. Para Pinto (2002), a heterogeneidade constitutiva é o Interdiscurso.

Para explicar o que é o interdiscurso, Maingueneau (1997), distingue universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. O universo discursivo é constituído pelo conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada, apresenta pouco interesse ao analista, pois não pode ser apreendido na sua globalidade; o campo discursivo é constituído por um conjunto de formações discursivas que encontram-se em concorrência, se delimitam reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo, geralmente não é possível estudar um campo discursivo na sua integralidade; por fim, os espaços discursivos são recortes discursivos que o analista isola no interior de um campo discursivo, tendo em vista propósitos específicos de análise.

Para fazer estes recortes são necessários um conhecimento, e um saber histórico, que permitirão o levantamento das hipóteses, a serem confirmadas ou não ao longo da pesquisa. Ao nível da superfície discursiva, as formações discursivas pertinentes a um espaço discursivo podem apresentar poucos elementos indicativos da relação que as constitui, por este motivo, Maingueneau (1997), propõe levar em consideração os fundamentos semânticos do discurso. E como os discursos se fundam na relação interdiscursiva, deve-se construir um sistema no qual a definição de rede semântica que circunscreve a superfície semântica de um discurso coincida com a definição das relações deste discurso com o seu outro.

Assim um discurso nunca seria autônomo, na medida de que um discurso sempre remete a outros discursos, e por tanto, suas condições de possibilidades semânticas caracterizariam-se num espaço de trocas, e não como uma identidade fechada. A noção de formação discursiva implica, portanto na sua relação com o interdiscurso, a partir do qual ela define-se. O interdiscurso consiste em um processo de reconfigurações constante, no qual uma formação discursiva é conduzida a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior dela própria; a produzir sua redefinição e seu retorno, a suscitar a lembrança de seus próprios elementos, a organizar sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação.

Maingueneau (1997), diz que no espaço discursivo, o interdiscurso não é nem um fragmento localizável, nem uma citação, nem uma entidade exterior, não é necessário que ele seja atestável por alguma ruptura visível no discurso. O interdiscurso encontra-se na raiz de um intradiscurso sempre já descentrado em relação a ele próprio, que não é em momento algum localizável sob a figura de uma plenitude autônoma.

O interdiscurso é ao mesmo tempo o que sempre falta a um discurso, e o que permite a este discurso fechar-se em um todo. Ele é esta parte do sentido que foi preciso que o discurso sacrificasse para construir sua identidade. A relação do discurso com o interdiscurso, deve ser percebida independentemente de qualquer forma de alteridade marcada.

Sobre a relação interdiscursiva, ou seja, a interdiscursividade, Maingueneau (1997), diz que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos. Esta afirmação pode ser interpretada de duas maneiras. A primeira é que o estudo da especificidade de um discurso faz-se colocando-o em relação com outros discursos. A segunda é que o interdiscurso passa a ser o espaço de regularidade pertinente, do qual os diversos discursos não seriam senão componentes. Estes discursos teriam sua identidade estruturada a partir da relação interdiscursiva, e não independentemente uns dos outros, para depois serem colocados em relação.

A interdiscursividade é a relação de um determinado discurso com outros discursos, no que refere-se a sua produção de sentido. Na interdiscursividade, o discurso define-se por sua relação com discursos de outros campos discursivos, conforme os enunciados destes campos discursivos sejam citáveis ou não. O fato dos campos discursivos serem intercambiáveis toca na questão da eficácia discursiva, ou seja, ao fazer a remissão a outro discurso ou a outros discursos o sujeito recorre a elementos pré-construídos, os quais, intervindo sub-repticiamente, criam um efeito de evidência que conquista a adesão do seu público alvo.

d) As Condições de Produção do Discurso e as Formações Discursivas

Orlandi (2002), afirma que as condições de produção compreendem basicamente os sujeitos que relacionam-se a partir do discurso, a situação em que da-se o discurso e a memória acionada a partir do discurso. Em sentido estrito, as condições de produção

compreendem as circunstâncias da enunciação, ou seja, o contexto imediato; já num sentido mais amplo, elas vão compreender o contexto sócio-histórico e ideológico. Por sua vez a memória quando pensada em relação ao discurso tem as suas características, nessa perspectiva ela é chamada de memória discursiva ou interdiscurso.

Para Pêcheux (1990) com para Orlandi (2002), formação discursiva define-se como aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e deve e o que não pode e não deve ser dito. Desta maneira, pode-se dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que os discursos são produzidos e consumidos. Os discursos mudam de sentido segundo as posições daqueles que os empregam. Eles tiram seu sentido dessas posições, ou seja, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

A formação discursiva, como diria Foucault (2000), pode ser identificada, se for possível descrever, dentro de um conjunto de enunciados, o seu sistema de dispersão; e se entre os objetos deste discurso, os tipos de enunciação, os seus conceitos e as suas escolhas temáticas, houver uma regularidade como uma ordem comum, ou correlações comuns, ou posições comuns ou ainda funcionamentos comuns, vamos dizer por convenção que estes enunciados constituem uma formação discursiva.

Como decorrência desta afirmação. Passa-se a expor dois pontos. O primeiro ponto é que o discurso constitui o seu sentido porque aquilo que o sujeito diz inscreve-se em uma formação discursiva e não em outra para ter um sentido e não outro. O dizer, não tem um sentido nele mesmo, ele tira seus sentidos das formações discursivas nas quais inscrevem-se. As formações discursivas representam no discurso as formações ideológicas, que para Pêcheux (1990), caracterizam um aspecto da luta de classes nos Aparelhos Ideológicos de Estado, que são capazes de atuar como forças de confronto com outras forças de confronto, numa conjuntura ideológica contextualizada em uma formação social de um momento histórico definido.

Portanto, os sentidos são sempre determinados ideologicamente. Tudo que é dito tem um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos, e isto não está na essência dos dizeres, mas na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. Os dizeres falam com outros dizeres. Todo dizer sempre faz parte de um discurso, e todo discurso delinea-se em relação a outros discursos,

dizeres presentes e dizeres que encontram-se na memória. As formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações.

Então a noção de metáfora, que aqui é definida como a tomada de um dizer por outro, ou seja, significa basicamente transferência, estabelecendo como os dizeres significam. Segundo Orlandi (2002), o sentido é sempre um dizer tomado por outro dizer, de modo que essa superposição, essa transferência de elementos significantes passam a confrontar-se, de modo que se revestem de sentido.

Já o segundo ponto, para Orlandi (2002), é que é pela referência à formação discursiva, que pode-se compreender, os diferentes sentidos no funcionamento do discurso. Dizeres iguais podem significar de maneiras diferentes, porque inscrevem-se em formações discursivas diferentes. As maneiras de usar-se um dizer dá-se em condições de produção diferentes e podem ser associadas a diferentes formações discursivas. Observando as condições de produção e verificando o funcionamento da memória, deve-se remeter o dizer a uma formação discursiva e não a outra, para poder-se compreender o sentido que ali está dito.

As formações discursivas, como diria Gallo (2005), são regiões discursivas delimitadas e que determinam para o sujeito, em uma conjuntura dada e a partir de uma posição dinâmica e definida na estrutura social, o que pode ser dito. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação à outra. As formações discursivas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras configuram-se e reconfiguram-se continuamente em suas relações.

As formações ideológicas são constituídas pela organização das posições políticas e ideológicas, que se afrontam, e que podem manter entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação, caracterizando assim as relações de classe, no interior dos aparelhos ideológicos do estado, num determinado momento histórico. Segundo Pêcheux (1990), falaremos de formação ideológica para caracterizar este aspecto da luta de classe nos aparelhos, suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento. As formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito, articulado sob a forma de discurso a partir de uma posição

dada numa conjuntura, e inscrita numa relação de classes. As formações discursivas são governadas pelas formações ideológicas.

São as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. Assim cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras. A espécie discursiva pertence, assim pensamos, ao gênero ideológico, O discurso deve ser concebido como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica.

e) Paráfrase e Polissemia

Ao ser pensada a linguagem de forma discursiva, como nos mostra Orlandi (2002), torna-se difícil demarcar o limite entre o igual e o diferente, entre o mesmo e o outro, entre a identidade e a diversidade. Então considera-se que todo o funcionamento da linguagem está baseado na tensão entre processos parafrasísticos e processos polissêmicos. Nos processos parafrasísticos, sempre que é dito algo, existe algo que se mantém, ou seja, o dizível, a memória, o interdiscurso. A paráfrase é a produção de diferentes formulações de um mesmo dizer sedimentado. A paráfrase esta do lado da estabilização.

Por outro lado nos processos polissêmicos, sempre que é dito algo, produzimos uma mexida na rede de filiações dos sentidos. A polissemia é a produção do deslocamento e da ruptura dos processos de significação. A polissemia joga com o equívoco. São essas duas forças, a paráfrase e a polissemia, que interferem continuamente em todo trabalho de produção do dizer, de tal forma que modo o discurso é produzido nesta tensão entre o igual e o diferente, o mesmo e o outro, o idêntico e o diverso. E é nessa tensão entre o que já foi dito e o que ainda está por dizer-se, que os sujeitos e os sentidos movimentam-se, fazendo seus percursos, significando-se.

Se o real da linguagem não fosse sujeito à falha e o real da história não fosse sujeito a ruptura, para esta mesma autora, não existiria movimento possível, nem para os sujeitos e nem para os sentidos. O discurso, os sujeitos e os sentidos estão sempre se construindo num trabalho contínuo, num movimento constante do simbólico e da história. Produzirem-se na relação tensa entre paráfrase e polissemia, é a condição de

existência dos sujeitos e dos sentidos. Os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros, mas nem sempre são, tudo vai depender de como são afetados pela linguagem e de como se inscrevem na história.

Em Análise de Discurso, vai-se estar sempre entre a produtividade e a criatividade. Produtividade é a criação em sua dimensão técnica, repetição de processos já cristalizados. A produtividade, regida pelo processo parafrasístico, mantém o sujeito num processo constante retorno ao mesmo dizer, produzindo uma variedade do mesmo. Criatividade, por sua vez, implica na ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a linguagem, aparecendo desta forma sentidos diferentes. O que é observado com mais frequência, na mídia, por exemplo, é a produtividade e não a criatividade.

A paráfrase, como nos mostra Orlandi (2002), é a matriz de todo sentido, pois não existe sentido sem repetição, já a polissemia é a fonte da linguagem, condição de existência dos discursos, pois se os sujeitos e os sentidos não fossem múltiplos não existiria a necessidade do dizer. A polissemia é a simultaneidade de movimentos de sentido, no mesmo objeto simbólico. Esta tenção entre paráfrase e polissemia demonstra o confronto entre o simbólico e o político, então todo dizer é ideologicamente marcado. É na linguagem que a ideologia materializa-se nos dizeres dos sujeitos. O discurso é o lugar do trabalho da linguagem e da ideologia.

f) – Relações de força, Relações de sentido e Antecipações

Orlandi (2002), diz que as condições de produção, que constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Um deles é o que é chamado de relação de sentido, ou seja, os sentidos resultam de relações, um discurso aponta para outros discursos que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo e contínuo. O discurso, desse modo, não tem começo absoluto nem ponto final. Um discurso tem relações com outros discursos realizados, imaginados ou possíveis.

Outro fator, para a mesma autora, é o mecanismo de antecipação, segundo o qual todo o sujeito tem a capacidade de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor recebe o seu discurso. O sujeito antecipa-se ao seu interlocutor, quanto ao sentido que o seu discurso produz. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito

dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu receptor. Este aspecto varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que é seu adversário. Dessa maneira, este mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor.

De acordo com Véron (1983), o conceito de contrato de leitura implica que o discurso de um veículo de imprensa é um espaço habitado, cheio de atores, de decoração e objetos, e ler é por em movimento esse universo, aceitando ou recusando-o. É o contrato de leitura quem dá o aval à ligação entre o veículo, ou seja o jornal, e seu público leitor. O rompimento deste contrato pode ser feito por ambas as partes, de um lado, o leitor vai elegendo, ao longo do tempo novas modalidades de dizer, e quando o veículo não percebe esta mudança, fatalmente ocorrerá uma estagnação ou uma diminuição do seu leitorado; por outro lado, o próprio veículo, ao introduzir modos diferentes de dizer, sem a cumplicidade de seu parceiro, gera uma incoerência no contrato estabelecido, provocando assim o rompimento do mesmo.

Por fim, para Orlandi (2002), tem-se um terceiro fator que é a relação de forças, segundo qual pode-se dizer que o lugar a partir do qual o sujeito diz algo, é constitutivo do que ele diz. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na comunicação. Todos esses fatores de funcionamento do discurso repousam no que chamamos de formações imaginárias. Assim, são as imagens dos sujeitos físicos e de seus lugares empíricos, resultantes de suas projeções, que funcionam no discurso. São essas projeções que permitem passar dos lugares dos indivíduos, ou seja, das situações empíricas, para as posições dos sujeitos no discurso, e essa é a distinção entre lugar e posição.

Em toda linguagem existem regras de projeção que permitem ao sujeito passar dos lugares de indivíduo para as posições de sujeito no discurso. O que tem significado no discurso são essas posições. As posições de sujeito significam em relação ao contexto sócio-histórico e também em relação á memória, ao saber discursivo, ao já-dito. As condições de produção do discurso são constituídas em três níveis. O primeiro é o nível material, ou seja, a linguagem sujeita ao equívoco e a historicidade; já o segundo é o nível institucional, que é a formação social em sua ordem; por fim o terceiro é o nível do mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz as imagens dos sujeitos e a imagem do objeto do discurso, dentro de uma determinada conjuntura sócio-histórica.

Tem-se assim, segundo essa mesma autora, a imagem do sujeito produtor do discurso para ele mesmo, ou seja, quem sou eu para dizer-lhe desta forma; a imagem do sujeito interlocutor para ele mesmo, ou seja, quem sou eu para que digam-me desta forma; a imagem do sujeito interlocutor para o sujeito produtor do discurso, ou seja, quem é ele para que eu diga-lhe desta forma; a imagem do sujeito produtor do discurso para o sujeito interlocutor do discurso, ou seja, quem é ele para que diga-me desta forma; a imagem do objeto do discurso para o sujeito produtor do discurso, ou seja, do que eu estou dizendo; e a imagem do objeto do discurso para o sujeito interlocutor do discurso, ou seja, do que ele esta dizendo-me.

Na relação discursiva, para esta autora, são as imagens que constituem as diferentes posições. O que funciona no discurso é a posição discursiva produzida pelas formações imaginárias. É assim que as condições de produção estão presentes nos processos de identificação dos sujeitos trabalhados nos discursos. E as identidades resultam desses processos de identificação, em que o imaginário tem sua eficácia. Pensando as relações de sentido, a antecipação, a relação de força sob o modo de funcionamento das formações imaginárias, pode-se ter muitas e diferentes possibilidades regidas pela maneira como a formação social esta na história.

O produtor do discurso, segundo Orlandi (2002), ajusta seu dizer aos seus objetivos políticos, trabalhando esse jogo de imagens. Como num jogo de xadrez, o melhor produtor de discursos é aquele que consegue antecipar o maior número de jogadas, ou seja, aquele que mobiliza melhor o jogo de imagens na constituição dos sujeitos, esperando-os onde eles estão, com as palavras que eles gostariam de ouvir. Na Análise de Discurso não se deve desprezar a força que a imagem tem na constituição do dizer. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz e assenta-se no modo como as relações sociais inscrevem-se na história e são regidas, numa sociedade como a nossa, por relações de poder. Os sentidos não estão nos signos, estão aquém e além deles.

g) O Sujeito do Discurso

Para Orlandi (2002), a forma do sujeito histórico que corresponde à forma da sociedade atual representa bem esta contradição, este sujeito é ao mesmo tempo livre e submisso. Ele pode dizer tudo, desde que, submetam-se, às possibilidades das linguagens. Essa é a base do que é chamado de assujeitamento. Não pode-se reduzir,

pois a questão da subjetividade ao lingüístico; deve-se fazer entrar em conta também sua dimensão histórica e psicanalítica. Embora a subjetividade repouse na possibilidade de mecanismos lingüísticos específicos, não pode-se explicá-la estritamente por eles.

Para não se ter apenas uma concepção intemporal, a-histórica e mesmo biológica da subjetividade, reduzindo o homem ao ser natural, é preciso procurar compreendê-la através de sua historicidade. E aí pode-se compreender essa ambigüidade da noção de sujeito que, determina-se o que diz, no entanto, é determinado pela exterioridade na sua relação com os sentidos. A forma-sujeito religioso, característica da Idade Média, representou uma forma-sujeito diferente da moderna forma-sujeito jurídico. Com a transformação das relações sociais, o sujeito teve de tornar-se seu próprio proprietário, dando surgimento ao sujeito-de-direito com sua vontade e responsabilidade. A subordinação explícita do homem ao discurso religioso dá lugar à subordinação, menos explícita, do homem às leis: com seus direitos e deveres.

Daí, segundo esta autora, a idéia de um sujeito livre em suas escolhas, o sujeito do capitalismo. A submissão a Deus, dá lugar à submissão ao Estado e às Leis. Crença nas cifras, na precisão, sustentada pelo mecanismo lógico. Essa é uma submissão, diz a autora, menos visível porque preserva a idéia de autonomia, de liberdade individual, de não-determinação do sujeito. É uma forma de assujeitamento mais abstrata e característica do formalismo jurídico, do capitalismo. É preciso acrescentar que a noção de sujeito-de-direito distingue-se da de indivíduo. O sujeito de direito não é uma entidade psicológica, ele é efeito de uma estrutura social bem determinada: a sociedade capitalista. Em consequência, há determinação do sujeito, mas há, ao mesmo tempo, processos de individualização do sujeito pelo Estado. Este processo é fundamental no capitalismo para que possa-se governar.

Submetendo o sujeito, mas ao mesmo tempo apresentando-o como livre e responsável, o assujeitamento faz-se de modo a que o discurso apareça como um instrumento límpido do pensamento e um reflexo justo da realidade. Na transparência da linguagem, é a ideologia que fornece as evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito. É aí que sustenta-se a noção de literalidade, o sentido literal, na concepção lingüística imanente, é aquele que uma palavra tem independentemente de seu uso em qualquer contexto. Daí seu caráter básico, discreto, inerente, abstrato e geral.

No entanto, para Orlandi (2002), se levada em conta, como na Análise de Discurso, a ideologia, somos capazes de apreender, de forma crítica, a ilusão que está na base do estatuto primitivo da literalidade, o fato de que ele é produto histórico, efeito de discurso que sofre as determinações dos modos de assujeitamento das diferentes formas-sujeito na sua historicidade e em relação às diferentes formas de poder. O falante não opera com a literalidade como algo fixo e irreduzível, uma vez que não há um sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso.

Para Brandão (2000), existem outras abordagens que concebem a noção de sujeito, para essas abordagens a noção de história é fundamental para a compreensão da noção de sujeito, pois o sujeito é marcado espacialmente e temporalmente ele é essencialmente histórico. É porque seu dizer é produzido a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo, à concepção de um sujeito histórico articula-se outra noção fundamental que é a de sujeito ideológico.

Todo dizer é uma representação de um tempo histórico e de um espaço social, desta forma o sujeito, estando projetado num espaço e num tempo e orientado socialmente, situa o seu discurso em relação aos discursos dos outros. Outro que envolve ao mesmo tempo, de um lado o seu destinatário para quem planeja e ajusta a sua fala, ou seja, o nível intradiscursivo; e de outro lado outros discursos historicamente já constituídos e que emergem no seu dizer, ou seja, o nível interdiscursivo a partir do pré-construído.

h) Memória Discursiva

De maneira geral, para Brandão (2000), a toda formação discursiva vê-se associar uma memória discursiva, no nível da intertextualidade interna, aquela que da-se no interior do campo discursivo. É esta memória que torna possível a circulação de formulações anteriores, já enunciadas, por parte da formação discursiva que está sendo analisado. É a memória discursiva que permite o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes a formações discursivas historicamente contíguas. Trata-se de uma memória que supõe o enunciado inscrito na história.

Para Maingueneau (1997), não existe discurso autofundado, de origem absoluta, a partir do momento que liga-se a questão da interdiscursividade com a gênese discursiva. Enunciar é sempre situar-se em relação a um já dito que constitui-se no

interdiscurso do discurso. Na medida em que cronologicamente é o discurso segundo que constitui-se através do primeiro, é lógico pensar que este discurso primeiro é o interdiscurso do segundo, sendo impossível o contrário. Na medida em que retiramos fragmentos de um discurso e os inserimos em outro discurso, mudamos também as condições de produção deste discurso, e assim a significação desses novos fragmentos adquire uma nova configuração semântica.

A configuração de um campo enunciativo, para Brandão (2000), faz com que coexistam diferentes formações discursivas. Segundo Foucault (2000), essas formas de coexistência delineiam três aspectos diferentes. O primeiro é um campo de presença que reúne todos os enunciados já ditos anteriormente e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, compreende também tanto os enunciados que são rejeitados ou excluídos como os que são discutidos e julgados. Nesse campo de presença, as relações instauradas podem ser da ordem da repetição pura e simples e da aceitação justificada pela tradição e pela autoridade.

Para este autor, o segundo é um campo de concomitância que compreende enunciados que dizem respeito a domínios de objetos inteiramente diferentes e que pertencem a tipos de discursos totalmente diversos. Por fim o terceiro aspecto é um domínio da memória que compreende enunciados em relação aos quais estabelecem-se laços de filiação, de gênese, de transformação, de continuidade e de descontinuidade histórica. Restringindo-se a categoria temporal e a partir da consideração do texto como uma dispersão de seqüências discursivas cuja organização é comandada por formas de repetição que combinam essas seqüências discursivas em domínio de objetos, Brandão (2000), distingue três domínios. O primeiro é o domínio de memória, o segundo é o domínio de atualidade e o terceiro é o domínio de antecipação.

O domínio de memória diz respeito ao conjunto de seqüências discursivas pré-existentes a seqüência discursiva de referência, as formulações pertencentes a essas seqüências discursivas preexistentes constituem, com as formulações de referência, redes de formulações que nos permitirão verificar os efeitos de memória que a enunciação de uma seqüência discursiva de referência determinada produz em processo discursivo. Mobiliza-se, assim, a noção de memória discursiva, que implica o estatuto histórico do enunciado inserido nas práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos de estado.

A memória discursiva enquadra-se naquilo que Foucault (2000), classificou como procedimentos de delimitação e controle do discurso, ou seja, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que tem por papel conjurar dele os poderes e os perigos, de dirigir o acontecimento aleatório. A noção de memória discursiva separa e elege dentre os elementos constituídos em uma determinada contingência histórica, aquilo que, numa outra conjuntura dada, pode emergir e ser atualizada, rejeitando o que não deve ser trazido à tona.

O domínio de atualidade reúne um conjunto de seqüências discursivas que coexistem em uma conjuntura histórica determinada e inscrevem-se na instância do acontecimento. O efeito de atualidade produzido por este domínio é resultante do desenvolvimento processual dos efeitos de memória, ou seja, é a memória que faz irromper um acontecimento passado em uma conjuntura presente, reatualizando-o. Por isso o aspecto dialogado que assumem as seqüências discursivas que se citam, respondem-se ou refutam-se, passa a ser constitutivo deste domínio.

Por fim, o domínio da antecipação reúne as seqüências discursivas que entretém no nível intradiscursivo relações interpretáveis com efeitos de antecipação.

Brandão (2000), diz que a existência de uma formação discursiva como memória discursiva e a caracterização de efeitos de memória em discursos produzidos em uma determinada conjuntura histórica com os dois níveis de descrição de uma formação discursiva, ou seja, o nível interdiscursivo em que os objetos chamados enunciados, na formação dos quais constitui-se o saber próprio a uma formação discursiva, existem no tempo longo de uma memória, este saber envolve toda uma tradição cultural transmitida de geração a geração e regulada pelas instituições, os aparelhos ideológicos do estado dos quais Althusser falava; e o nível intradiscursivo em que as formulações são tomadas no tempo curto da atualidade de uma enunciação.

O efeito de memória é produto da relação entre o nível interdiscursivo e o nível intradiscursivo, ao fazer-se emergir uma formulação-origem na atualidade de uma conjuntura discursiva. A formulação discursiva, sendo determinada pelo interdiscurso, pode inscrever-se em duas ordens. A primeira é da ordem de uma memória plena que funciona como possibilidade de preenchimento de uma superfície discursiva com elementos retomados do passado e reatualizados, criando um efeito de consistência no interior de uma rede de formulações; a estratégia usada aqui seria a da repetição. Já a segunda é da ordem de uma memória lacunar que funciona como produtora de

deslocamentos, vazios, esquecimentos que podem provocar um efeito de inconsistência na cadeia do reformulável. A estratégia usada aqui seria a do apagamento.

i) Discurso como Acontecimento

Para Pêcheux (1997), um enunciado pode ser trabalhado como um acontecimento, ou seja, como o ponto de encontro de uma atualidade com uma memória. Mas temos que esclarecer qual é a relação entre a análise como descrição e a análise como interpretação. O acontecimento é o fato novo e seus desdobramentos, ele é trabalhado em seu contexto de atualidade, mas também no espaço da memória que este acontecimento evoca.

Este acontecimento que aparece na mídia, é o acontecimento jornalístico e dos mass-media que remete a um conteúdo sócio-político ao mesmo tempo perfeitamente transparente e profundamente opaco. A opacidade deste acontecimento, está inscrita no jogo oblíquo de suas denominações, ou seja, os enunciados. Esses enunciados remetem ao mesmo fato, mas eles não constroem as mesmas significações.

Por outro lado, ainda segundo este autor, um enunciado pode ser profundamente opaco, ou seja, sua materialidade léxico-sintática pode imergir esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas do tipo paráfrases, implicações, comentários, alusões, isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável. Assim pode-se afirmar que existe um real, sobre o qual o pensamento vem dar, no entrecruzamento da linguagem e da história.

O estruturalismo trouxe novas práticas de leitura aplicadas aos textos. O princípio dessas leituras consiste, como se sabe, em multiplicar as relações entre o que é dito aqui ou em tal lugar, e dito assim e não de outro modo; com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de “entender” a presença de não-ditos no interior do que é dito. A revolução cultural estruturalista traduz o reconhecimento de um fato estrutural próprio à ordem humana, ou seja, o da castração simbólica.

Mas, para Pêcheux (1997), o estruturalismo se tornou uma nova forma de narcisismo teórico, digamos um narcisismo da estrutura. No início dos anos 80 a intelectualidade francesa desenvolveu um ressentimento maciço em face das teorias, suspeitas de

terem pretendido falar em nome das massas. Esse ressentimento é um efeito de massa, uma espécie de contra-golpe ideológico que força a reflexão. A grande força dessa revisão crítica, é colocar em causa as teorias nos níveis das quais o estruturalismo político tinha pretendido construir sua relação com o estado.

Este choque em retorno, obriga os olhares a se voltarem para o que se passa realmente “em baixo”, nos espaços infra-estatais que constituem o ordinário das massas, especialmente em períodos de crise. Em história e em sociologia, aparece cada vez mais explicitamente a preocupação de se colocar em posição de entender esse discurso, a maior parte das vezes silencioso, da urgência às voltas com os mecanismos da sobrevivência. Trata-se de se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido.

“A indução foi sempre um dos critérios mais populares para a demarcação do campo da ciência, as ciências empíricas são, via de regra, caracterizadas pelos seus métodos, os quais, por sua vez, são geralmente qualificados de indutivos.”

KARL POPPER
(FILÓSOFO)

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa, como já se afirmou antes na introdução, será realizada tendo como corpus um conjunto de vinte uma (21) charges, publicadas entre 1990 e 2005, nos jornais Correio do Povo e Zero Hora (jornais de circulação regional, editados e produzidos no Rio Grande do Sul), somente nos dias 20 e 21 de setembro, o dia 20 porque é o dia em que se comemora a identidade gaúcha e o dia 21 porque os fatos ocorridos no dia 20 repercutem na imprensa escrita do Rio Grande do Sul, apenas no dia seguinte.

A amostra da minha pesquisa, que é uma amostra não probabilística, foi selecionada a partir de uma pesquisa prévia que se fez junto ao museu da comunicação Hipólito da Costa em Porto Alegre, e posteriormente se adquiriu as edições onde apareciam charges pertencentes a amostra, junto aos referidos jornais. A técnica que se utilizou nesta pesquisa é a da observação direta do corpus analisado. Então após todo que se disse acima, se pode dizer que o caminho metodológico da presente investigação está, grosso modo, dividido em quatro procedimentos que são os seguintes:

No primeiro procedimento, vai-se analisar cada uma das charges individualmente, nesta etapa se fará três movimentos, primeiro uma descrição do material simbólico (verbal) e icônico (não – verbal), no nível lingüístico (semântico), depois vai-se construir uma outra possibilidade de texto (dizendo o mesmo de outra forma, ou seja parafraseando), a partir de uma descrição da cena enunciativa, observando e questionando os sujeitos da enunciação (os chargistas), “o eu consciente” e a intenção, e por fim vai-se observar a intertextualidade (o intertexto), vai-se procurar relacionar a data da edição com o jornalismo impresso opinativo da charge. A primeira etapa será a passagem da superfície lingüística (o material de linguagem bruto coletado, tal como são as charges) para o objeto discursivo (que é a charge como uma possibilidade discursiva), que é definido pelo fato de que o corpus já se encontra des-superficializado.

Esse processo de-superficialização é a análise da materialidade linguística: o como se diz, o quem diz, em que circunstâncias etc.

Vai-se observar isso em função de formações imaginárias (a imagem que se tem no Rio Grande do Sul da identidade gaúcha, das tradições inventadas gaúchas, da comunidade imaginada gaúcha, da história específica do Rio Grande do Sul, etc), em suas relações de sentido e de forças (de que lugar falam os chagistas dos jornais Correio do Povo e Zero Hora, etc), através dos vestígios que deixam no fio do discurso. Com isto se procurará dar conta do que Pêucheux (1990), chama de esquecimento número 2 (do domínio da enunciação), que dá a impressão de que aquilo que foi dito só poderia ser dito daquela maneira, e que quem diz é o autor deste dizer.

Com esse primeiro movimento de análise, vai-se trabalhar no sentido de desfazer os efeitos dessa ilusão: vai-se construir, a partir do material bruto, um objeto discursivo em que vai-se analisar o que é dito nesse discurso e o que é dito em outros, em outras condições, afetados por diferentes memórias discursivas. A partir desse momento, esta-se em medida de analisar propriamente a discursividade que é o objetivo desta pesquisa, porque já se começa a entrar no processo discursivo.

O ponto de partida é o de que a análise de discurso visa compreender como um objeto simbólico produz sentidos. Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do corpus, delineando-se seu limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções, pois a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise. Esse procedimento dá-se ao longo de todo o trabalho.

No segundo procedimento, vai-se agrupar as charges em formações discursivas, nesta segunda etapa se fará cinco movimentos, primeiro se vai observar a interdiscursividade (o interdiscurso), com uma descrição do interdiscurso a partir do pré-construído no período de 1990 à 2005, realizando uma descrição deste nas charges e nas formações discursivas, em seguida vai-se observar o não dito, tanto o pressuposto como o subentendido, depois se vai agrupar as charges que constituem famílias parafrasísticas (ou seja charges que mantêm o mesmo sentido de formas diferentes), na sequência vai-se relacionar estas famílias parafrasísticas uma com as

outras, por fim se vai observar a existência de objetos discursivos que pertencem a mais de uma formação discursiva ao mesmo tempo.

Assim vai-se procurar detectar a relação dos objetos discursivos (as charges como discursos), entre si, a dos objetos discursivos com as formações discursivas, e a das formações discursivas entre si. Começa-se por observar o modo de construção, a estruturação, o modo de circulação e os diferentes gestos de leitura que constituem os sentidos do texto submetido à análise. Começa a aparecer aí o modo de funcionamento do discurso observada a relação que existe entre diferentes superfícies lingüísticas face ao mesmo processo discursivo.

No terceiro procedimento, vai-se identificar as relações que existem entre as formações discursivas e as formações ideológicas, nesta terceira etapa, se fará a passagem para o processo discursivo, se passará ao mesmo tempo do delineamento das formações discursivas para sua relação com a ideologia, o que permite compreender como se constituem os sentidos desse dizer. A partir desse momento se está em condição de desenvolver a análise, a partir dos vestígios que aí se vai encontrando, podendo ir mais longe, na procura do que se chama processo discursivo. Entre as inúmeras possibilidades de formulação, os sujeitos dizem x e não y, significando, produzindo-se em processos de identificação que aparecem como se estivessem referidos a sentidos que ali estão, enquanto produtos da relação evidente de palavras e coisas. Mas, como se diz, as palavras refletem sentidos de discursos já realizados, imaginados ou possíveis. É desse modo que a história se faz presente na língua.

Pelo seu trabalho de análise, pelo dispositivo que constrói, considerando os processos discursivos, ele pode explicitar o modo de constituição dos sujeitos e de produção dos sentidos. Passa da superfície lingüística (corpus bruto, charges) para o objeto discursivo e deste para o processo discursivo. Isto resulta, para o analista com seu dispositivo, em mostrar o trabalho da ideologia. Em outras palavras, é trabalhando essas etapas da análise que ele observa os efeitos da língua na ideologia e a materialização desta na língua. Ou, o que, do ponto de vista do analista, é o mesmo: assim que ele apreende a historicidade do texto. Destaca-se aí a textualização do político, entendida discursivamente: a simbolização das relações de poder presentes no texto.

Por fim, no quarto procedimento, se vai identificar a possibilidade da existência de outras regularidades que ainda não tenham sido detectadas e/ou descritas e/ou

interpretadas. Para Pêcheux (1997), a maneira da análise de discurso de trabalhar a linguagem, impõe um certo número de exigências que é preciso explicar em detalhe:

A) a primeira exigência consiste em conceder, durante a investigação, o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas. Essa concepção da descrição supõe o reconhecimento de um real específico sobre o qual ele se instala: o real da língua, ou seja, aquilo que é colocado pelos lingüistas como a condição de existência, sob a forma da existência do simbólico, no sentido de Jakobson e de Lacan.

A pesquisa lingüística, para este autor, começaria assim a se deslocar da obsessão da ambigüidade, entendida como a lógica do “ou...ou”, para abordar o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta, etc. Isso obriga a pesquisa lingüística a se construir procedimentos metodológicos capazes de abordar explicitamente o fato lingüístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico. Isto é, a necessidade de trabalhar no ponto em que cessa a consistência da representação lógica no espaço dos “mundos normais”.

O objeto da lingüística, ou seja, o próprio da língua, aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento; e o espaço de transformações de sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações.

Pêcheux (1997), nos diz que esta fronteira entre os dois espaços é tanto mais difícil de determinar na medida em que existe toda uma zona intermediária de processos discursivos que oscilam em torno dela. Já nesta região discursiva intermediária, as propriedades lógicas dos objetos deixam de funcionar, os objetos tem ou não tem esta ou aquela propriedade, os acontecimentos têm e não têm lugar, segundo as construções discursivas nas quais se encontram escritas os enunciados que sustentam esses objetos e acontecimentos. O humor pertence aos meios fundamentais de que dispõe a inteligência política e teórica.

B) A conseqüência do que precede é que toda a descrição está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua. Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso.

É porque existe “outro” nas sociedades e na história, segundo este autor, correspondente a esse outro próprio ao discursivo, que aí pode existir ligação, identificação ou transferência, ou seja, a existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. A descrição de um enunciado ou de uma seqüência coloca necessariamente em jogo o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa seqüência.

Esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível do enunciado ou da seqüência, marca, do interior desta materialidade, a existência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico.

C) Este ponto desemboca sobre a questão da discursividade como estrutura ou como acontecimento. Para Pêcheux (1997), a partir do que precede, diremos que o gesto que consiste em inscrever tal discurso dado em tal série, a incorporá-lo a um “corpus”, corre sempre o risco de absorver o acontecimento desse discurso na estrutura da série na medida de que esta tende a funcionar como transcendental histórico, grade de leitura ou memória antecipadora do discurso em questão.

Por meio das descrições regulares de montagens discursivas, se pode detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, ou seja, com efeitos de identificação assumidos.

Assim pode-se a partir destes procedimentos repetir o presente estudo com o mesmo objeto ou com qualquer outro objeto que seja pertinente do ponto de vista científico.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 Análise de discurso aplicada

Francisco Antônio Pereira Fialho e seus colaboradores do departamento de expressão gráfica do programa de Pós-Graduação de Engenharia da Produção da UFSC, em um artigo publicado nos anais do “Gráfica 96”, desenvolveram um panorama dos elementos com os quais se produz uma vinheta, que do espanhol quer dizer estória em quadrinho ou cartoon e também charge. Para Fialho et alii (1996), as vinhetas sempre apresentaram uma estrutura repetitiva, tendo como base uma contínua série de variações e repetições de um mesmo tema. Este fato torna comuns todas às histórias cômicas.

Foi selecionado alguns dos elementos apontados por eles para auxiliar na análise das charges que agora se inicia. São eles: os elementos da vinheta (plano e formato), o ângulo de visão, os textos (os balões, as letras e os letreiros), as metáforas visuais e a montagem. Quanto aos planos, que são o enquadramento e representam o espaço, eles podem ser: geral que é um enquadramento amplo que situa mais de uma figura no seu interior e total que é o enquadramento situa uma figura humana completa, quanto aos formatos, que são a configuração que o enquadramento apresenta no papel, eles podem ser retângulos horizontais ou quadrados.

Os ângulos de visão podem ser médio ou superior; quanto aos balões, que são uma evolução das faixas escritas nas pinturas cristãs (são constituídos pelo corpo e pelo rabicho), eles podem ser: balão-fala, aquele que apresenta um traço contínuo e um rabicho que sai da boca do falante, o balão-pensamento, aquele que apresenta um traço contínuo mas com rabicho em forma de pequenos círculos e o texto solto, próximo do falante, apenas com um pequeno traço saindo de sua boca; quanto as letras, elas podem ser: de imprensa que significam neutralidade, e escrita a mão, que destaca um aspecto psicológico peculiar do personagem; e os letreiros que incluem nas vinhetas um discurso externo a situação da charge.

Por sua vez as metáforas visuais, dizem ainda os mesmos autores, são uma convenção gráfica, que tem por objetivo expressar o estado psicológico, dos personagens da charge, mediante imagens de caráter metafórico. E finalmente a montagem, operação pela qual se define a forma com a qual serão articulados os espaços e os tempos significativos. Alguns dos recursos utilizados para conectar uma vinheta a outra são

os seguintes: as fusões, os espaços contíguos, os letreros e as ligações superpostas e as alterações da continuidade linear “sonho-realidade-futuro”. Todos estes elementos vão aparecer na descrição do texto icônico.

4.2 CHARGE 01 – CA90



TEXTO NÃO VERBAL 01 – Na imagem desta charge, aparece um homem colocado a direita do quadro, segurando com a mão esquerda um barril de madeira (tipo chopp), que cobre quase todo o seu corpo, da altura do peito até o calcanhar, ele está com um chapéu de aba larga, desgastado, de pés descalços em cima de uma poça de água, além disso, tem os ossos dos ombros bem visíveis, como se estivesse muito magro e os dentes falhados como se já estivesse perdido alguns dentes. O plano em que a charge foi construída é total, o formato da charge é retangular horizontal, o ângulo de visão da charge é médio, o texto está inserido em um balão-fala e a sua forma é oval – horizontal, lisa com um rabicho que sai da boca do homem que protagoniza a charge, o texto está escrito em letras de imprensa, não tem um letrero, a metáfora visual mostra o personagem desanimado e não tem montagem.

TEXTO VERBAL 01 – O texto desta charge diz, em duas linhas, o seguinte: “Eles Pelo Menos Tinham Farrapos”.

INTERTEXTO 01 – Vai-se agora explorar uma possibilidade de relação intertextual que é a relação da charge, como texto com a simbologia criada em torno das datas

especiais de publicação do jornal também como texto, pois esta impressa em todas as páginas do jornal. Assim o jornal funciona devido a sua estruturação como calendário. Essas relações justificam-se como intertextuais por envolverem conhecimentos que fazem parte do repertório de toda a comunidade, como o motivo pelo qual se comemora aquela data, portanto, fazem parte do senso comum. O leitor, para compreender as informações da charge, pode buscar no próprio jornal a data em questão. Ao se deparar com a data, e sabendo que ela é um dia considerado especial, vai relacioná-la com seu conhecimento de mundo. Vinculando a charge, como texto com a data, também como texto e, daí, com seu conhecimento de mundo, o leitor estabelece as relações intertextuais e chega ao humor do texto.

Para que essa relação aconteça, como já se disse, a data pode ser festiva, por exemplo, “o vinte de setembro”. Mas, na presente pesquisa, vai-se deter em casos nos quais o texto chargístico se relaciona, no jornal, apenas com a data, livre de qualquer vínculo com outro texto publicado que enfoque questões políticas, seja ele texto ou imagem.

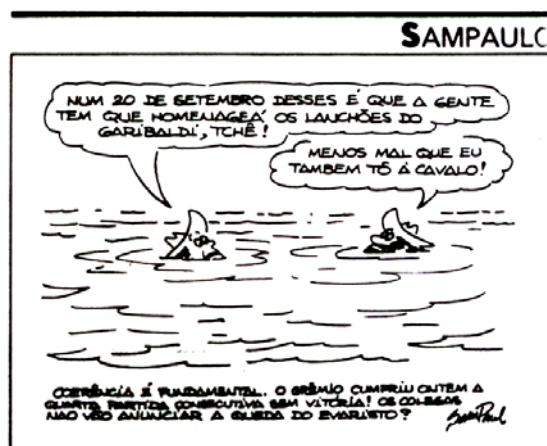
A primeira charge que se analisou é a de número 01, nela o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha.

O seu reconhecimento da intertextualidade é possível por um texto que remete aos farrapos. Este texto verbal se relaciona com o texto verbal da data. Aqui dois textos verbais serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculada socialmente a relação de identidade entre a palavra gaúcho e a palavra farrapo.

Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, em 1990.

PARÁFRASE 01 – Nós não temos nem farrapos.

4.3 Charge 02 – ZA90



TEXTO NÃO VERBAL 02 – Na imagem desta charge, aparecem às cabeças de dois homens, ambas com chapéu de aba larga, um de frente para o outro, acima de uma superfície líquida. Os homens tem que inclinarem as suas cabeças para cima, afim de conseguirem deixar as suas bocas acima da superfície líquida. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é quadrado, o ângulo de visão da charge é médio, o texto esta inserido em um balão-fala e a sua forma é oval – horizontal, ondulada com um rabicho que sai da boca dos homens que protagonizam a charge, o texto esta escrito em letras de imprensa, esta charge tem um letreiro sem moldura na sua parte inferior, não tem metáfora visual e não tem montagem.

TEXTO VERBAL 02 – O texto do balão do homem da esquerda, que esta acima do outro balão diz o seguinte em três linhas: “NUM 20 DE SETEMBRO DESSES É QUE A GENTE TEM QUE HOMENAGEÁ OS LANCHÕES DO GARIBALDI, TCHÊ !”;

já o texto do homem da direita, que esta abaixo do anterior, diz o seguinte em duas linhas: “ MENOS MAL QUE EU TAMBÉM Tô À CAVALO ! ”.

Na parte inferior da charge, tem ainda letreiro sem moldura com um texto corrido que ocupa toda a largura do quadro da charge e que diz o seguinte: COERÊNCIA É FUNDAMENTAL. O GRÊMIO CUMPRIU ONTEM A QUARTA PARTIDA CONSECUTIVA SEM VITÓRIA ! OS COLEGAS NÃO VÃO ANUNCIAR A QUEDA DO EVARISTO ?

INTERTEXTO 02 – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha.

O seu reconhecimento da intertextualidade é possível a partir do texto que remete diretamente para a data do jornal. Este texto verbal, presente na charge, se relaciona com o texto verbal da data. Aqui dois textos verbais serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculada socialmente a relação de respeito ao dia vinte de setembro, como sendo a data em que se celebra a identidade gaúcha.

Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, naquela em 1990.

PARÁFRASE 02 – No passado os farroupilhas lutavam até por mar com Garibaldi, hoje os gaúchos mal sobrevivem em terra, sem Garibaldi.

4.4 Charge 03 – ZA91



TEXTO NÃO VERBAL 03 – Na imagem desta charge, aparecem dois homens, posicionados mais para a esquerda do quadro, um de frente para o outro, o homem da esquerda tem um chapéu de aba curta esfarrapado na cabeça e está tomando chimarrão com os pés descalços, o homem da direita está sem chapéu e com os braços cruzados. Os dois homens têm as roupas sujas e esfarrapadas. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é quadrado, o ângulo de visão da charge é médio, não existe balão para o texto, que está solto, tendo apenas um traço que une a base do texto à cabeça do homem da direita, o texto está escrito em letras de imprensa, esta charge não tem um letreiro, não tem metáfora visual e não tem montagem.

TEXTO VERBAL 03 – O texto desta charge diz o seguinte, em três linhas: “A CADA ANO QUE PASSA MAIS A GENTE HOMENAGEIA OS FARRAPOS...”

INTERTEXTO 03 – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha. O seu reconhecimento da intertextualidade é possível a partir do texto que remete aos farrapos. Este texto verbal, presente na charge, se relaciona com o texto verbal da data. Aqui dois textos verbais serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculada socialmente a relação de identidade entre a palavra gaúcho e a palavra farrapo. Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, em 1991.

PARÁFRASE 03 – A cada ano novo mais os farrapos se parecem com a gente.

4.5 Charge 04 – ZB91



TEXTO NÃO VERBAL 04 – Na imagem desta charge, aparece ocupando 80 % da metade inferior do quadro, uma nuvem que começa mais alta na esquerda e termina mais baixa na direita. Na extremidade esquerda da nuvem, mais alta, aparecem dois homens com aureolas nas suas cabeças, um ao lado do outro, e de frente para quem lê a charge, o homem da esquerda é mais baixo e gordo do que o da direita, e é careca tendo cabelos apenas nos lados; ambos vestem camisões até a altura dos pés. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é retangular horizontal, o ângulo de visão da charge é superior, o texto esta inserido em um balão-fala e a sua forma é oval – horizontal, ondulada com um rabicho que sai da boca dos homens que protagonizam a charge, o texto esta escrito em letras de imprensa, esta charge não tem

um leteiro, a metáfora visual mostra os personagens com as mãos para traz, como se estivessem comentando algo.

Na outra extremidade da nuvem mais baixa em relação aos dois homens da esquerda, esta um homem de cabelos pretos e longas costeletas que veste uma casaca militar de alta patente, e esta debruçado na borda da nuvem olhando o contorno do mapa da América do Sul no quarto superior esquerdo do planeta terra abaixo no canto inferior direito do quadro, aqui a metáfora visual é de desespero e apreensão e não tem montagem.

TEXTO VERBAL 04 – O texto desta charge diz o seguinte em três linhas: “Todos Os 20 de Setembro O Bento Faz A Mesma Coisa: Fica O Dia Inteiro Ali, Frustrado, Na Esperança De Que Alguém Já Tenha Restituído O Respeito Ao Rio Grande...”

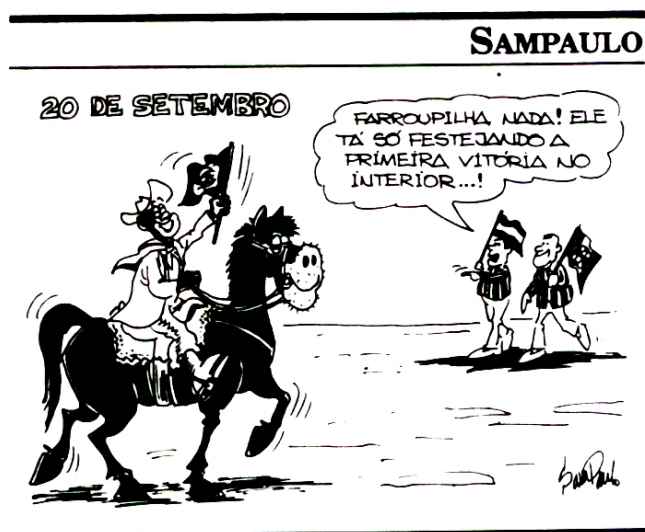
INTERTEXTO 04 – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha. O seu reconhecimento da intertextualidade é possível porque o texto remete diretamente para a data de publicação deste jornal.

Este texto verbal, presente na charge, se relaciona com o texto verbal da data. Aqui dois textos verbais serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculada socialmente a relação de respeito ao dia vinte de setembro, como sendo a data em que se celebra a identidade gaúcha.

Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, em 1991.

PARÁFRASE 04 – As datas farroupilhas sempre passam com o bento esperando até o fim, que o rio grande se faça respeitar a partir de agora.

4.6 Charge 05 – ZB92



TEXTO NÃO VERBAL 05 – Na imagem desta charge, aparecem dois blocos de imagens distintos, o primeiro mais a esquerda e em primeiro plano trás um homem afro descendente vestido com uma indumentária típica dos gaúchos (chapéu de aba larga, lenço no pescoço, bombacha e bota, montando um cavalo negro; no segundo bloco mais a direita e em segundo plano aparecem dois homens vestindo camisas listradas, o primeiro mais a esquerda segura uma bandeira de três listras com uma mão e aponta o cavaleiro com a outra, o segundo mais a direita segura uma bandeira com um símbolo redondo no seu centro diferente do da bandeira do homem negro. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é quadrado, o ângulo de visão da charge é médio, o texto esta inserido em um balão-fala e a sua forma é oval – horizontal, ondulada com um rabicho que sai da boca do homem que esta a direita do segundo bloco de imagens da charge, o texto esta escrito em letras de imprensa, esta charge não tem um letreiro, a metáfora visual mostra a alegria do homem negro a cavalo com uma bandeira do internacional e não tem montagem.

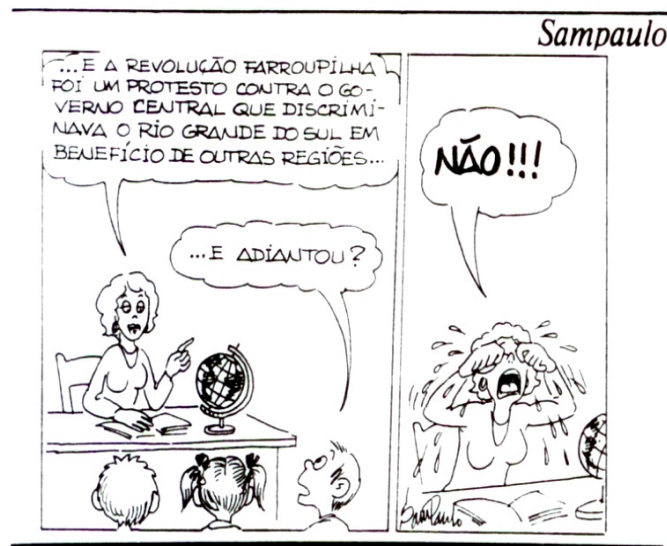
TEXTO VERBAL 05 – O texto desta charge diz o seguinte em quatro linhas: “Farroupilha Nada ! Ele Tá Só Festejando A Primeira Vitória No Interior...!”

INTERTEXTO 05 – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha. O seu reconhecimento da intertextualidade é possível por um recurso verbal que é uma espécie de título, colocado no canto superior do quadro da charge, e que faz uma alusão textual idêntica a data comemorativa do dia anterior. Este texto verbal, presente na charge, se

relaciona com o texto verbal da data. Aqui dois textos verbais serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, em 1992.

PARÁFRASE 05 – Gaúcho não ! ele só esta comemorando a primeira vitória fora da capital...!

4.7 Charge 06 – ZA95



TEXTO NÃO VERBAL 06 A – Na imagem desta charge, o quadro aparece dividido em dois outros quadros com imagens distintas, o primeiro mais a esquerda e que ocupa dois terços do quadro principal, trás uma cena de uma escola de ensino fundamental, onde aparecem em primeiro plano na base deste quadro as cabeças de três alunos, o primeiro mais a esquerda é um menino de costas, a segunda no meio do quadro é uma menina, também de costas, com o cabelo preso com “chiquinhas” e por fim no canto direito deste primeiro quadro e de perfil, outro menino que fala com a professora, esta aparece em segundo plano, atrás de uma mesa, a partir da altura do umbigo, com a mão esquerda sobre um livro aberto que esta sobre a mesa. Ela esta olhando para os alunos e com a mão direita em posição de quem esta explicando a matéria, e tem ainda no canto direito (desde a sua perspectiva), um globo terrestre do tamanho de uma bola de futebol de campo num suporte sobre uma base redonda. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é quadrado, o ângulo de visão da charge é médio, o texto esta inserido em um balão-fala e a sua forma é oval – horizontal, ondulada com um rabicho que sai da boca da professora e do menino que esta mais a direita deste primeiro quadro da charge, o texto esta escrito

em letras de imprensa, esta charge não tem um letreiro, não tem metáfora visual e não tem montagem.

TEXTO VERBAL 06 A – O texto do balão da professora da esquerda, que esta acima do outro balão diz o seguinte em cinco linhas: “...e a revolução farroupilha foi um protesto contra o governo central que discriminava o rio grande do sul em benefício de outra regiões...”; já o texto do menino da direita, que esta abaixo do anterior, diz o seguinte em uma linha: “ ...E ADIANTOU ? ”.

INTERTEXTO 06 A – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha. O seu reconhecimento da intertextualidade é possível por causa do texto da charge que faz alusão direta a revolução farroupilha, que é o acontecimento histórico que deu origem a esta data. Este texto verbal, presente na charge, se relaciona com o texto verbal da data. Aqui dois textos verbais serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculada socialmente a história da revolução farroupilha, e a relação que esta tem com a identidade gaúcha. Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, em 1995.

PARÁFRASE 06 A – ...E a guerra dos farrapos foi uma reação do rio grande do sul contra o brasil império que favorecia as outras regiões do pais em detrimento do rio grande.../ /e fracassou ?

TEXTO NÃO VERBAL B – No segundo, a direita do quadro principal e ocupando um terço deste, com a cena fechada na professora, esta aparece chorando aos prantos (com várias lagrimas caindo para ambos os lados) e com as mãos enxugando os olhos. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é quadrado, o ângulo de visão da charge é médio, o texto esta inserido em um balão-fala e a sua forma é oval, ondulada com um rabicho que sai da boca da professora que esta no centro deste segundo quadro da charge, o texto esta escrito em letras de imprensa, esta charge não tem um letreiro, a metáfora visual mostra a professora desesperada e aqui o espaço é articulado em espaços contíguos.

TEXTO VERBAL 06 B – O texto do balão da professora diz o seguinte em uma palavra com corpo aumentado e em negrito: “NÃO !!!”

INTERTEXTO 06 B – Aqui não há intertexto. PARÁFRASE 06 B – SIM!!!

4.8 Charge 07 – ZB96



TEXTO NÃO VERBAL – Na imagem desta charge, aparecem dois blocos de imagens distintos, o primeiro em primeiro plano trás dois homens colocados no centro do quadro e vestidos com terno e gravata, homem da esquerda esta de perfil e com as mãos no bolso de um terno cinza, o homem da direita esta de frente para o leitor, veste um terno preto, e segura um leque de papéis com as mãos, que tapam o seu peito; em segundo plano mais ao fundo aparecem dois carros indo um de frente para o outro, da janela de cada um deles sai uma enorme bandeira. Completando a cena o chão esta cheio de papéis. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é quadrado, o ângulo de visão da charge é médio, não existe balões para os textos, que estão soltos, tendo apenas um traço que une a base dos textos as cabeças dos homens, o texto esta escrito em letras de imprensa, esta charge não tem um letreiro, não tem metáfora visual e não existe montagem..

TEXTO VERBAL 07 – O texto do homem da esquerda diz o seguinte em duas linhas: “QUE FERIADO FOI ONTEM ?”; já o texto do homem da direita diz o seguinte em três linhas: “ACHO QUE FOI O DIA DE TODOS OS SANTOS...”.

INTERTEXTO 07 – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha.

O seu reconhecimento da intertextualidade é possível através do texto, que nos remete ao feriado do dia anterior a data de publicação deste jornal. Este texto verbal, presente na charge, se relaciona com o texto verbal da data.

Aqui dois textos verbais serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculada socialmente a idéia de que todos os gaúchos sabem quando é o feriado de 20 de setembro. Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, em 1996.

PARÁFRASE 07 – Ontem foi feriado ?/ /acho que foi um dia de campanha política..

4.9 CHARGE 08 – ZA97



TEXTO NÃO VERBAL 08 – Na imagem desta charge, aparecem três blocos de imagens distintos, o primeiro mais a esquerda e em primeiro plano trás quatro cavalos e dois cavaleiros (bem a esquerda aparecem as traseiras de dois cavalos, dos dois aparecem apenas a parte traseira do dorso e uma pata), quanto aos cavaleiros, eles aparecem um ao lado do outro, em cima dos seus dois cavalos, cada um segurando uma bandeira de três listras com a mão direita, e tendo o queixo formando um ângulo de 90° com o pescoço, além de estarem de olhos fechados (os dois estão com chapéus de aba larga na cabeça, lenço no pescoço, e o que aparece de corpo inteiro esta de bombacha e bota); no segundo bloco mais ao centro e em segundo plano aparecem um menino e um homem vestindo roupas urbanas, o menino mais a esquerda faz uma

pergunta, o seu pai mais a direita responde a pergunta; por fim no terceiro bloco bem a direita do quadro, aparecem três homens sem cavalo (a pé), todos com uma bandeira de três listras na mão direita, com chapéus de aba larga, com lenços no pescoço, com bombachas e botas, o que está mais a frente e o que está mais atrás tem cintos na cintura e estão com os olhos arregalados, o do meio não tem cinto e está com os olhos fechados. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é quadrado, o ângulo de visão da charge é médio, os textos estão inseridos em dois balões-fala e a sua forma são oval – horizontal, ondulada com um rabicho que sai da boca do homem e do menino que protagonizam a charge, o texto está escrito em letras de imprensa, esta charge não tem um letreiro, a metáfora visual mostra os gaúchos a cavalo com os queixos para cima orgulhosos e dois dos gaúchos sem cavalo com os olhos arregalados como se estivessem assustados, e não tem montagem.

TEXTO VERBAL 08 – O texto do balão do menino da esquerda, que está acima do outro balão diz o seguinte em duas linhas: “...E AQUELES ALI ATRÁS, PAI, SÃO OS SEM TERRA ?”; já o texto do homem da direita, que está abaixo do anterior, diz o seguinte em duas linhas: “ NÃO FILHO ! SÃO OS SEM CAVALO ! ”.

INTERTEXTO 08 – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha.

O seu reconhecimento da intertextualidade é possível por intermédio de uma espécie de título que faz alusão ao desfile, que é uma das cerimônias específicas que só acontecem no dia 20 de setembro. Este texto verbal, presente na charge, se relaciona com o texto verbal da data.

Aqui dois textos verbais serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculada socialmente a relação que existe entre o dia 20 de setembro e o desfile do 20 de setembro, que comemora a volta dos farrapos da guerra após a celebração da paz. Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, em 1997.

PARÁFRASE 08 – Os que estão ali na frente, pai, são so com terra ?/ /não filho !
são os com cavalos !

4.10 Charge 09 – Zb97



TEXTO NÃO VERBAL 09 A – Na imagem desta charge, o quadro aparece dividido em quatro outros quadros com imagens distintas, o primeiro mais a esquerda e que ocupa mais ou menos um quarto do quadro principal, tem um homem, vestindo uma indumentária típica dos gaúchos (chapéu de aba larga e lenço no pescoço), enquadrado na metade inferior do quadro, do umbigo para cima, falando ao telefone, pego pela mão esquerda e lavado ao ouvido esquerdo. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é retangular horizontal, o ângulo de visão da charge é médio, o texto esta inserido em um balão-fala e a sua forma é oval – horizontal, ondulada com um rabicho que sai da boca do homem deste primeiro quadrado da charge, o texto esta escrito em letras de imprensa, esta charge não tem um letreiro.

TEXTO VERBAL 09 A – Os textos desta charge são cinco, um em cada quadro e um que vai acima do quadro principal e diz o seguinte: “SOFRENILDO E A TRADIÇÃO”, já o texto do balão do homem diz o seguinte em nove linhas: ‘ALÔ LELÉ. AVISA PRA MARISA QUE EU VOU CHEGAR MAIS TARDE POR QUE TENHO QUE APAGAR A “CHAMA CRIOLA”’.

TEXTO NÃO VERBAL 09 B – No segundo, a direita do primeiro quadro e ocupando mais ou menos um quarto do quadro principal, com a cena aberta vista de dentro de uma peça de uma casa, onde aparece uma mulher entrando por uma porta e fazendo uma pergunta a um menino, que esta de costas para o leitor e com as mãos presas uma

na outra pelas costas. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é retangular horizontal, o ângulo de visão da charge é médio, o texto esta inserido em um balão-fala e a sua forma é oval – horizontal, ondulada com um rabicho que sai da boca da mulher deste segundo quadrado da charge, o texto esta escrito em letras de imprensa, esta charge não tem um leteiro.

TEXTO VERBAL 09 B – O texto do balão da mulher diz o seguinte em duas linhas: “OI, LELÉ. O NILDO JÁ VEIO ?”.

TEXTO NÃO VERBAL 09 C – No terceiro, a direita do segundo quadro e ocupando mais ou menos um quarto do quadro principal, com a cena fechada no menino que aparece a partir de um pouco abaixo do peito, este aparece de frente para o leitor (com o cabelo baixo e repicado), olhando para cima e respondendo a pergunta feita pela mulher do quadro anterior. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é retangular horizontal, o ângulo de visão da charge é médio, o texto esta inserido em um balão-fala e a sua forma é oval – horizontal, ondulada com um rabicho que sai da boca do menino deste terceiro quadrado da charge, o texto esta escrito em letras de imprensa, esta charge não tem um leteiro.

TEXTO VERBAL 09 C – O texto do balão do menino diz o seguinte em nove linhas: “Ainda não, mas telefonou avisando que vai chegar mais tarde porque nesta noite ele vai tê que apagá a chama duma crioula”.

TEXTO NÃO VERBAL 09 D – No quarto e último, a direita do terceiro quadro e ocupando mais ou menos um quarto do quadro principal(sendo que este quadro é o que ocupa a maior área entre os quatro quadros em que esta dividido o quadro principal), com a cena fechada na mulher que aparece de corpo inteiro sentada de lado numa cadeira e olhando para a porta, com a perna direita cruzada por cima da esquerda, com a mão direita segurando um rolo de massa e com os bicos das aureolas dos seios, fazendo volume na blusa que ela veste. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é retangular horizontal, o ângulo de visão da charge é médio, o texto esta inserido em um balão-pensamento e a sua forma é oval, ondulada com um rabicho de pequenos círculos que sai da cabeça da mulher que esta centada neste último quadro da charge, o texto esta escrito em letras de imprensa, esta charge não tem um leteiro, a metáfora visual mostra a mulher brava e aqui o espaço é articulado em espaços contíguos.

TEXTO VERBAL 09 D – O texto do balão - pensamento da mulher diz o seguinte em cinco linhas: “HOJE ELE ME PAGA !...E AINDA FICA CONTANDO AS SUAS PATIFARIAS PRA UMA CRIANÇA...!”.

INTERTEXTO 09 – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha. O seu reconhecimento da intertextualidade é possível pelo recurso de uma espécie de título que remete a tradição, e pro consequência a tradição gaúcha que é celebrada no dia 20 de setembro. Este texto verbal, presente na charge, se relaciona com o texto verbal da data. Aqui dois textos verbais serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculada socialmente a relação de complementariedade entre a identidade gaúcha e a tradição. Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, em 1997.

PARÁFRASE 09 A – Oi lelé, diz para a marisa que eu não vou chegar cedo por que a chama crioula tem que ser apagada, e eu quero fazer isto.

PARÁFRASE 09 B – Oi lelé, o nildo chegou ?

PARÁFRASE 09 C – Não mas ele telefonou dizendo que a chama duma crioula tem que ser apagada, e quem vai fazer isto é ele !

PARÁFRASE 09 D – Quando o nildo chegar ele vai ver ! e se não bastasse conta as suas sem-vergonhices para um menino com tão pouca idade...!

4.11 Charge 10 – CA98



TEXTO NÃO VERBAL 10 – Na imagem desta charge, aparecem dois homens em pé, colocados no centro do quadro, em situação de diálogo, vestidos com uma indumentária típica dos gaúchos (o primeiro mais a esquerda com uma boina, com

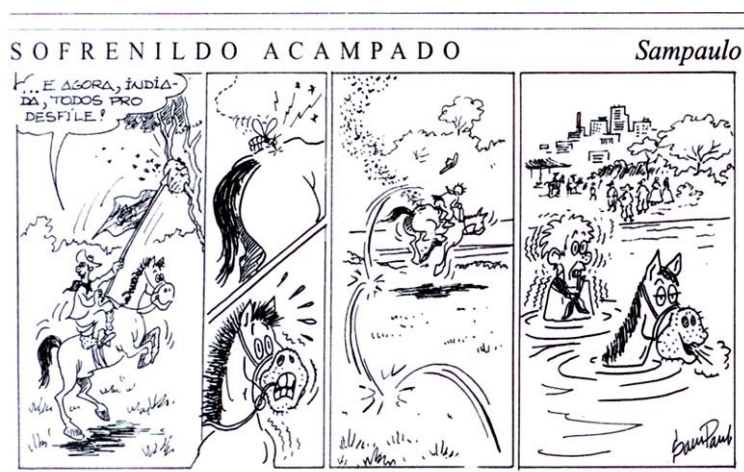
lenço no pescoço e umas botas com esporas; o segundo, a sua direita, com um chapéu de barbicacho, um lenço no pescoço, uma faca na cintura e alpargatas), porém as suas roupas estão todas remendadas. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é quadrado, o ângulo de visão da charge é médio, não existe balão para o texto, que está solto, tendo apenas um traço que une a base do texto à cabeça do homem de boina da esquerda, o texto está escrito em letras de imprensa, esta charge não tem um letreiro, a metáfora visual mostra o personagem de boina com os olhos arregalados de pavor e não tem montagem.

TEXTO VERBAL 10 – Os textos desta charge dizem o seguinte: o título é “FARRAPOS II”; O texto do balão, disposto em três linhas é “QUEM SABE A GENTE SE RENDE”?

INTERTEXTO 10 – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha. O seu reconhecimento da intertextualidade é possível a partir de um título que remete aos farrapos. Este texto visual, presente na charge, se relaciona com o texto verbal da data. Aqui dois textos verbais serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculada socialmente a relação de sinonímia entre a Revolução Farroupilha e a Guerra dos Farrapos, que é celebrada no dia 20 de setembro. Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, em 1998.

PARÁFRASE 10 – Eles já se renderam !

4.12 Charge 11 – ZA98



TEXTO NÃO VERBAL 11 A – Na imagem desta charge, o quadro aparece dividido em quatro outros quadros com imagens distintas, o primeiro mais à esquerda e que ocupa mais ou menos um quarto do quadro principal, tem um homem de lado, voltado

para a direita, vestindo uma indumentária típica dos gaúchos (chapéu de aba larga e lenço no pescoço), com uma bandeira de três listras na diagonal na metade inferior do quadro, e em cima de um cavalo que também está de lado e voltado para a direita, com apenas as patas de trás no chão (numa posição típica de ataque militar de cavalaria). Esta cena está ambientada num lugar rural, e o homem está tocando numa colméia de abelhas com a ponta do mastro da bandeira que ele segura com a mão esquerda. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é retangular horizontal, o ângulo de visão da charge é médio, o texto está inserido em um balão-fala e a sua forma é oval, ondulada com um rabicho que sai da boca do homem a cavalo, o texto está escrito em letras de imprensa, esta charge não tem um letreiro.

TEXTO VERBAL 11 A – O texto desta charge são cinco um em cada quadro e um que vai acima do quadro principal e diz o seguinte: “SOFRENILDO ACAMPADO”, já o texto do balão do homem diz o seguinte em três linhas: “...E AGORA, INDIADA, TODOS PRO DESFILE !”.

TEXTO NÃO VERBAL 11 B – O segundo, a direita do primeiro quadro e ocupando mais ou menos um quarto do quadro principal, está dividido pela metade na diagonal (como se fosse a lâmina de uma grilhotina), na metade superior aparece a traseira do cavalo sendo picada por uma abelha; na metade inferior aparece a cabeça, o pescoço e o peito do cavalo, que tem os olhos arregalados e os dentes trincados, além de estar suando.

TEXTO VERBAL 11 B – Não existe texto neste quadro.

TEXTO NÃO VERBAL C – No terceiro, a direita do segundo quadro e ocupando mais ou menos um quarto do quadro principal, mostra uma cena onde aparece em primeiro plano um gramado, e ao fundo em segundo plano e de lado, o cavalo em disparada, com o cavaleiro tentando se assegurar no cavalo e perdendo seu chapéu (que já está no ar acima dele), e com uma nuvem de abelhas atrás dos dois. Esta cena está ambientada num lugar rural.

TEXTO VERBAL 11 C – Não existe texto neste quadro.

TEXTO NÃO VERBAL 11 D – No quarto e último, a direita do terceiro quadro e ocupando mais ou menos um quarto do quadro principal, aparece uma cena que mostra em primeiro plano o cavalo (do pescoço para cima) e o cavaleiro (do peito para cima), ambos submersos em uma superfície líquida. O cavalo está baforando e o

cavalheiro esta tremendo e com os olhos arregalados. Ao fundo aparecem em segundo plano nas margens desta superfície líquida sei pessoas, que pelas suas siluetas parecem estar trajadas com roupas típicas dos gaúchos, além de dois homens a cavalo de perfil. A cena parece estar ambientada num lugar rural próximo de uma cidade, porque ao fundo aparecem os prédios de uma cidade. A metáfora visual aqui é a do homem tremendo de vergonha dentro da água e a montagem mostra o espaço organizado em espaços contíguos.

TEXTO VERBAL 11 D – Não existe texto neste quadro.

INTERTEXTO 11 – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha. O seu reconhecimento da intertextualidade é feito por um título que remete ao acampamento farroupilha, que se encerra no dia 20 de setembro. Este texto verbal, presente na charge, se relaciona com o texto verbal da data. Aqui dois textos verbais serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculada socialmente o hábito de acampar em parques durante a semana farroupilha que vai de 14 a 20 de setembro.

Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, em 1998.

PARÁFRASE 11 A – Vamo lá gauderiada, desfilando !

PARÁFRASE 11 B – (o cavalo sai correndo.)

PARÁFRASE 11 C – (pisa num buraco.)

PARÁFRASE 11 D – (e acabam caindo cavalo e cavalheiro.)

4.13 Charge 12 – ZA99X



TEXTO NÃO VERBAL 12 – Na imagem desta charge, aparece um homem caminhando (da esquerda para a direita), colocado no centro do quadro e a direita de um pedestal, vestido com uma indumentária típica dos gaúchos (com uma faixa na testa prendendo o cabelo, com lenço no pescoço, bombachas e botas com esporas, um tirador no lado esquerdo, um laço dobrado na mão esquerda e um mastro com uma bandeira do MST na mão direita; acima da sua cabeça), o homem tem um grande bigode. Aproximando-se do solo, vê-se um avião de passageiros. O plano em que a charge foi construída é total, o formato da charge é quadrado, o ângulo de visão da charge é médio, esta charge não tem um letreiro, não tem metáfora e não tem montagem.

TEXTO VERBAL 12 – Não existe texto nesta charge.

INTERTEXTOS 12 – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha.

O seu reconhecimento da intertextualidade é possível por um recurso explorado na maioria das imagens que representam a figura do gaúcho, que é a sua indumentária característica, o lenço no pescoço, a bota com esporas, etc.

Este texto visual, presente na charge, se relaciona com o texto verbal da data.

Aqui um texto visual e outro verbal serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculada socialmente a relação de complementariedade entre o gaúcho e a sua indumentária característica, estátuas, pinturas e ilustrações que fazem parte do dia a dia dos gaúchos demonstram a relação estreita entre esta indumentária e a figura do gaúcho. Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, em 1999.

PARÁFRASE 12 – A bandeira teria o símbolo do PT.

4.13 Charge 13 – ZA99Y



TEXTO NÃO VERBAL 13 – Na imagem desta charge, aparecem dois homens sentados em bancos típicos de galpão de estância com pelego como almofada, os dois estão um de frente para o outro, e no meio vê-se um fogo de chão, do lado direito do fogo uma chaleira chiando no chão, e no lado esquerdo, dois espetos de madeira

cravados no chão e espetando uma costela. Atrás do homem da direita uma superfície de madeira, composta por três tábuas que parecem um portão aberto, este homem tem atrás de si um cavalo e um cachorro. Atrás do homem da esquerda uma superfície de madeira, composta por oito tábuas que parecem um portão aberto, este homem tem atrás de si, pendurados nesta superfície um laço à direita, uma guampa do lado à esquerda e uma ferradura em baixo da guampa também à esquerda, do lado esquerdo do homem da direita no chão, uma garrafa e um pequeno copo típicos de água ardente. No centro e ao fundo, como no espaço deixado entre as duas portas abertas, aparece o perfil dos prédios de uma cidade e acima da cidade o balão do texto. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é quadrado, o ângulo de visão da charge é médio, o texto está inserido em um balão-fala e a sua forma é oval, ondulada com um rabicho que sai da boca do homem da direita da charge que está falando ao telefone celular, o texto está escrito em letras de imprensa, esta charge não tem um letreiro, não tem metáfora visual e não tem montagem.

TEXTO VERBAL 13 – O texto desta charge diz o seguinte, em cinco linhas: “GOSTEI DA LIDA, CLOTILDE ! TROQUEI O CORSA POR UM MANGA LARGA...AVISA O PESSOAL DO ESCRITÓRIO QUE NÃO VOLTO MAIS !”.

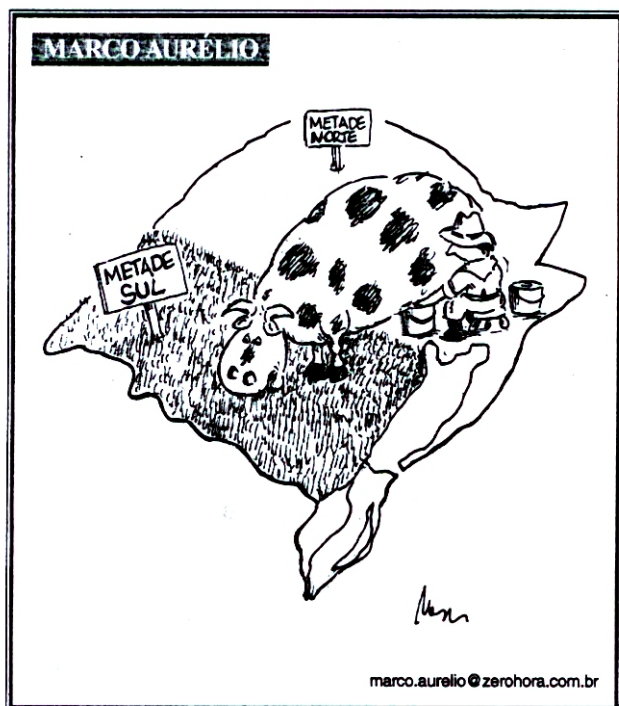
INTERTEXTO 13 – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha.

O seu reconhecimento da intertextualidade é feito por um texto que remete a rotina de trabalho do gaúcho, no meio rural, que está sendo comemorada dia 20 de setembro como tradição. Este texto verbal, presente na charge, se relaciona com o texto verbal da data.

Aqui dois textos verbais serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculada socialmente o hábito de chamar carinhosamente a rotina de trabalho nas propriedades rurais de lida. Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, em 1999.

PARÁFRASE 13 – Gostei desta vida clotilde ! agora eu trabalho a cavalo...avisa ai na empresa que eu vou ficar aqui de muda !

4.14 Charge 14 – ZB99



TEXTO NÃO VERBAL 14 – Na imagem desta charge, aparece um mapa do Rio Grande do Sul, colocado no centro do quadro e ocupando 50% deste. O mapa está dividido na sua diagonal de cima a esquerda para baixo a direita, numa metade inferior com grama, e numa metade superior sem grama. Na metade inferior com grama uma placa quadrada fixada em uma estaca e cravada na grama. Na metade superior sem grama uma placa quadrada fixada em uma estaca e cravada no chão. No centro do mapa, aparece uma vaca branca com manchas pretas, que está com as patas dianteiras e pastando, na metade inferior com grama, mas está sendo ordenhada por um homem que está sentado na metade superior e sem grama. Este homem está sentado num banco típico de galpões de estância, de costas para o leitor e vestindo uma indumentária típica dos gaúchos (chapéu de aba larga, lenço no pescoço, bombacha e botas), ele está com um balde embaixo da vaca do lado direito, e com outro balde do seu lado esquerdo. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é quadrado, o ângulo de visão da charge é superior, esta charge não tem um letreiro, a metáfora visual é a do mapa do Brasil, onde o território de cada estado membro da federação tem uma cor diferente, e por fim não tem montagem.

TEXTO VERBAL 14 – Não existe texto proferido pelo personagem, os textos desta charge dizem o seguinte, na placa da metade inferior e com grama, em letras de corpo maior: “METADE SUL”, na placa da metade superior e sem grama, em letras de corpo menor: “METADE NORTE”.

INTERTEXTO 14 – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha. O seu reconhecimento da intertextualidade é feito pelos textos que remetem as metades norte e sul do Rio Grande do Sul, e pelo mapa deste estado brasileiro; e é um fator de identificação com a sua história, com as suas tradições e com a sua identidade, e portanto com o 20 de setembro. Este texto visual, presente na charge, se relaciona com o texto verbal da data. Aqui dois textos, um visual e outro verbal serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculada socialmente o hábito de significar a identidade gaúcha, a partir da imagem do seu território, ou seja do seu mapa. Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, em 1999.

PARÁFRASE 14 – Metade dos que trabalham/ /metade dos que exploram

4.14 - Charge 15 – ZB00



TEXTO NÃO VERBAL 15 – Na imagem desta charge, aparecem dois homens caminhando e conversando, o homem da esquerda trás um jornal aberto que lhe tapa o corpo da altura da boca até a altura do joelho, e esta com a cabeça voltada para o homem da direita; este, esta vestido de terno e gravata e com as duas mãos para trás. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é quadrado, o ângulo de visão da charge é médio, o texto esta inserido em um balão-fala e a sua forma é oval, lisa com um rabicho que sai da boca dos homens da charge, o texto esta escrito em letras de imprensa, esta charge não tem um letreiro, não tem metáfora visual e não tem montagem.

TEXTO VERBAL 15 – O textos desta charge dizem o seguinte, o do homem da esquerda, em quatro linhas: “O PROBLEMA É QUE O MUNDO ESTA CONSUMINDO MUITO PETRÓLEO”, já o texto do homem da direita diz o seguinte, também em quatro linhas: “É A CHAMA CRIOULA A CHAMA OLÍMPICA...”.

INTERTEXTO 15 – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha. O seu reconhecimento da intertextualidade é feito por um texto que remete a chama crioula, que é apagada no dia 20 de setembro, no encerramento da semana farroupilha. Este texto verbal, presente na charge, se relaciona com o texto verbal da data. Aqui dois textos verbais serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculada socialmente o hábito de encerrar a semana farroupilha que vai de 14 à 20 de setembro, numa cerimônia realizada junto ao monumento à Bento Gonçalves, em Porto Alegre, onde a chama crioula (fogo simbólico que representa a tradição gaúcha), é extinto.

Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, em 2000.

PARÁFRASE 15 – A solução para o mundo esta na economia de petróleo/ /é apagar a chama crioula e a chama olímpica...

4.14 Charge 16 – ZA02



TEXTO NÃO VERBAL 16 – Na imagem desta charge, aparecem dois homens num estúdio de áudio, onde se vê á esquerda uma janela de vidro que separa a ilha de edição do estúdio propriamente dito, acima da janela uma placa iluminada que indica se o programa esta no ar, e abaixo desta janela um braço articulado com um microfone, que esta próximo, a boca do homem da esquerda e uma série de equipamentos de áudio dispostos na horizontal e alguns em cima dos outros, o homem da esquerda esta sentado de lado numa poltrona, com grandes fones nos ouvidos, com os olhos arregalados e com a mão esquerda sobre a barriga; o homem da direita esta vestido uma indumentária típica dos gaúchos (chapéu de barbicacho, lenço no pescoço, cinto de guaiaca na cintura com fivela em forma de ferradura, bombacha e botas. Com a sua mão direita ele aponta um revolver para o ouvido do homem da esquerda, já com a mão esquerda ele segura um long play dentro de sua capa, com uma parte para fora da capa. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é quadrado, o ângulo de visão da charge é médio, o texto esta inserido em um balão-fala e a sua forma é oval, ondulada com um rabicho que sai da boca do homem da direita da charge com revolver na mão, o texto esta escrito em letras de imprensa, esta charge não tem um letreiro, a metáfora visual mostra o locutor-operador da rádio com os olhos esbugalhados de pavor e não tem montagem.

TEXTO VERBAL 16 – O textos desta charge dizem o seguinte: “TOCA MEU LONG-PLAY AÍ, MAGRO !”, na capa do long-play esta escrito o seguinte: “TIO NERSO DA JAQUIRANA”, e por fim na placa iluminada esta escrito o seguinte: “NO AR”.

INTERTEXTO 16 – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha. O seu reconhecimento da intertextualidade é feito a partir da indumentária típica dos gaúchos, utilizada por um dos protagonistas. Aqui dois textos, um visual e outro verbal serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculada socialmente o hábito de vestir esta indumentária característica dos gaúchos durante a semana farroupilha que vai de 14 à 20 de setembro. Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, em 2002.

PARÁFRASE 16 – Bota o meu disco pra tocar ai, magrinho !

4.15 Charge 17 – CB03



TEXTO NÃO VERBAL 17 – Na imagem desta charge, aparece um homem e um menino, que é da metade do seu tamanho, ocupando 80% do quadro a esquerda, em situação de diálogo, vestidos com uma indumentária típica dos gaúchos (o homem, mais a esquerda, curvado, olhando para baixo, com chapéu de aba larga, lenço no pescoço, cinturão-guaiaca na cintura, botas com esporas; o menino tem somente uma boina na cabeça e um lenço no pescoço), porém as roupas do homem esta toda remendada. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é

quadrado, o ângulo de visão da charge é médio, não existe balão para o texto, que esta solto, tendo apenas um traço que une a base do texto a cabeça do menino da direita, o texto esta escrito em letras de imprensa, esta charge não tem um letreiro, a metáfora visual mostra o senhor da esquerda com uma expressão de melancolia, e não tem montagem.

TEXTO VERBAL 17 – O texto desta primeira charge diz o seguinte disposto em quatro linhas: “O SENHOR TEM CERTEZA QUE ESTA TAL REVOLUÇÃO JÁ TERMINOU”?

INTERTEXTO 17 – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha. O seu reconhecimento da intertextualidade é feito por um título que remete aos farrapos. Este texto verbal, presente na charge, se relaciona com o texto verbal da data. Aqui dois textos verbais serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculada socialmente o hábito que os gaúchos tem de sentirem descendentes dos farrapos, e portanto se identificarem com eles. Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, em 2003.

PARÁFRASE 17 – O senhor não acha que a revolução esta continuando ?

4.16 CHARGE 18 – ZA03



TEXTO NÃO VERBAL 18 – Na imagem desta charge, aparecem dois homens caminhando e conversando, o homem da esquerda trás um jornal aberto que lhe tapa o

corpo da altura da boca até a altura do joelho, e esta com a cabeça voltada para o homem da direita; este está vestido, de terno e gravata, e segura uma pasta com a mão esquerda. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é quadrado, o ângulo de visão da charge é médio, o texto está inserido em um balão-fala e a sua forma é oval, ondulada com um rabicho que sai da boca dos homens da charge, o texto está escrito em letras de imprensa, esta charge não tem um letreiro, não tem metáfora visual e não tem montagem.

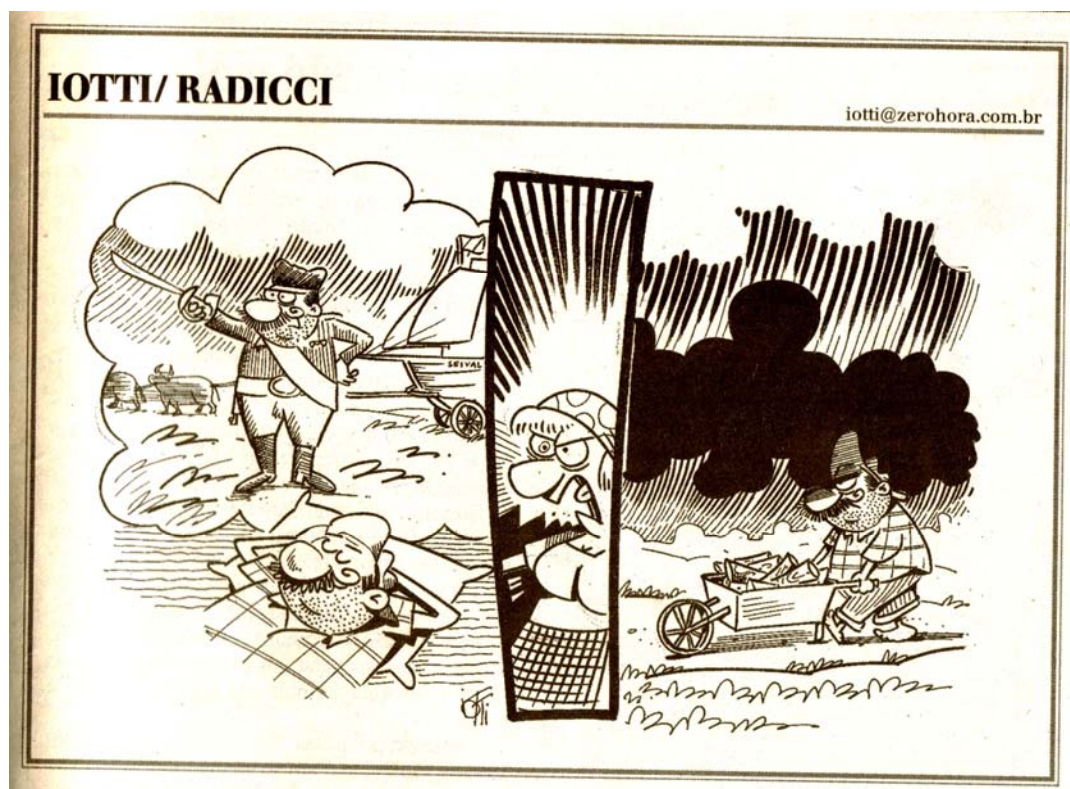
TEXTO VERBAL 18 – Os textos desta charge dizem o seguinte, o do homem da esquerda, em cinco linhas: “NÓS GAÚCHOS TEMOS VÁRIOS MOTIVOS PARA COMEMORAR O 20 DE SETEMBRO”, já o texto do homem da direita diz o seguinte, em sete linhas: “SE O INTER E O GRÊMIO VENCEREM E SE O LULA ANUNCIAR A LIBERAÇÃO DOS TRANSGÊNICOS...”.

INTERTEXTO 18 – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha. O seu reconhecimento da intertextualidade é feito por um texto que remete ao 20 de setembro, que é a data do jornal. Este texto verbal, presente na charge, se relaciona com o texto verbal da data.

Aqui dois textos verbais serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculada socialmente o hábito de celebrar a identidade gaúcha durante a semana farroupilha que vai de 14 à 20 de setembro. Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos ,em 2003.

PARÁFRASE 18 – Nós gaúchos temos vários motivos para celebrar a revolução farroupilha./ /se a dupla granal for bem na rodada do brasileirão e se o presidente liberar a soja transgênica...

4.18 Charge 19 – ZB03



TEXTO NÃO VERBAL 19 – Na imagem desta charge, aparecem três blocos de imagens distintos, o primeiro mais a esquerda ocupa três sétimos do quadro principal e mostram um homem, enquadrado do umbigo para cima, dormindo sobre um travesseiro e com uma camisa quadriculada, tem a barba por fazer, um nariz grande e redondo e a aba do seu chapéu na parte da frente, virado para cima; acima da sua cabeça, aparece um balão de pensamento, que ocupa os dois terços superiores deste bloco, onde aparece o mesmo homem que esta dormindo, vestindo um uniforme de alta patente militar, e com a mão direita segurando uma espada apontada para a esquerda, e com o braço esquerdo encostado na cintura como um espadachim, ao fundo e a direita do bloco aparece a frente de um navio com rodas; no segundo bloco mais ao centro e ocupando um sétimo do quadro principal, aparece uma mulher com um lenço no cabelo, ela esta gritando com alguém com uma expressão do rosto irada, veste um vestido de manga curta e decote quadrado, e tem um avental de cozinha na cintura; por fim no terceiro bloco bem a direita do quadro, aparece em primeiro plano o homem do primeiro bloco indo da direita para a esquerda e carregando um carrinho de mão cheio de madeira cortada, ao fundo vê-se nuvens pretas e cinzas carregadas de chuva. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é

quadrado, o ângulo de visão da charge é médio, esta charge não tem um letreiro, a metáfora visual mostra o homem sonhando feliz, a mulher brava e o homem trabalhando incomodado e a maneira como estão organizados os espaços e os tempos significativos gera uma alteração da continuidade linear do tipo sonho-realidade-futuro próximo.

TEXTO VERBAL 19 – Não existe texto nesta charge.

INTERTEXTO 19 – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha. O seu reconhecimento da intertextualidade é feito por uma cena (composta por um homem vestido como militar de alta patente do século 19 e um navio viajando por terra em cima de umas carretas), que remete a revolução farroupilha, comemorada no dia 20 de setembro. Este texto visual, presente na charge, se relaciona com o texto verbal da data. Aqui dois textos, um visual e outro verbal serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculada socialmente o episódio da travessia dos lanchões (navios de pequeno porte), de Garibaldi, por terra, da lagoa dos patos para o oceano atlântico. Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, em 2003.

PARÁFRASE 19 – Primeiro a mulher reclamando que o marido passa sonhando, no quadro pequeno o marido sonhando nem ser garibaldi, e depois a mulher gritando que ele tem que trabalhar.

4.19 Charge 20 – CB04



TEXTO NÃO VERBAL 20 – Na imagem desta charge, aparecem ocupando 80% do quadro, mais para a metade inferior, uma fila de cinco carros, sendo que dois em primeiro plano com a cor branca e três segundo plano com a cor cinza (os dois que estão em primeiro plano são respectivamente um com design redondo e o outro com design quadrado, ambos de dois volumes, dentro do primeiro apenas um motorista e dentro do segundo na parte de trás em primeiro plano uma criança de boné virado para trás e em segundo plano um outro ser – animado ou inanimado – maior que a criança e que tem um volume na cabeça no lado esquerdo, tem também duas malas fixadas na sua parte externa superior; dos carros que estão em segundo plano, o primeiro bem a esquerda do quadro é uma van de design quadrado com o motorista, o segundo é um três volumes com uma mala e um molinete de pescaria marinha fixadas na sua parte externa superior, e cuja a parte posterior esta encoberta pelo carro da frente, por fim o terceiro carro em segundo plano, que aparece no quadro somente da metade para trás, não tem nenhum passageiro, tem a parte traseira reta como a de uma van, e traz uma mala fixada na sua parte externa superior); além de tudo isso, na metade esquerda do quadro, na parte mais próxima do meio, aparece um homem a cavalo, segurando o mastro portátil com uma bandeira dividida em três partes iguais e horizontais, e vestindo uma indumentária típica dos gaúchos (boina na cabeça, lenço no pescoço, cinturão na cintura) e uma calça larga com um pontilhado no meio da perna de perfil. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é quadrado, o ângulo de visão da charge é médio, esta charge não tem um letreiro, não tem metáfora visual e não tem montagem.

TEXTO VERBAL 20 – Não tem texto proferido pelo personagem, o texto desta charge, que ocupa o lugar de um título, diz o seguinte: “A VOLTA DO FERIADÃO”.

INTERTEXTO 20 – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha. O seu reconhecimento da intertextualidade é feito por um título que remete ao feriado do dia anterior, que era o 20 de setembro. Este texto verbal, presente na charge, se relaciona com o texto verbal da data. Aqui dois textos verbais serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculado socialmente a idéia de que quando o dia 20 de setembro, que é geralmente ponto facultativo no Rio Grande do Sul, é uma sexta feira ou uma segunda feira, então o feriado vira feriadão. Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, em 2004.

PARÁFRASE 20 – Voltando pela free-way !

4.20 charge 21 – CA05



TEXTO NÃO VERBAL 21 – Na imagem desta charge, aparecem dois homens sentados, colocados no centro, e ocupando 70% do quadro, na metade inferior, em situação de diálogo, vestidos com uma indumentária típica dos gaúchos (o primeiro mais a esquerda com uma boina, um poncho, lenço no pescoço e uma cuia com bomba de chimarrão ; o segundo, a sua direita, com um chapéu de aba larga, um lenço no pescoço, um poncho e segurando uma chaleira), porém os seus ponchos estão cheios de remendos. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é quadrado, o ângulo de visão da charge é médio, não existe balão para o texto, que esta solto, tendo apenas um traço que une a base do texto a cabeça do homem da direita, o texto esta escrito em letras de imprensa, esta charge não tem um letreiro, a metáfora visual mostra o homem da direita com os olhos esbugalhados de espanto, e não tem montagem.

TEXTO VERBAL 21 – Os texto desta charge dizem o seguinte, o primeiro mais a esquerda e que ocupa o lugar de um título: “FARRAPOS”; e o segundo: “NA REALIDADE A GUERRA NÃO TERMINOU”?

INTERTEXTO 21 – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha. O seu reconhecimento da intertextualidade é feito por um título que remete aos farrapos. Este texto verbal, presente na charge, se relaciona com o texto verbal da data. Aqui dois textos verbais serão os responsáveis pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculada socialmente o hábito que os gaúchos tem de sentirem descendentes dos farrapos, e portanto se identificarem com eles. Esta charge utilizara desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, em 2005.

PARÁFRASE 21 – Na realidade nós ainda estamos em guerra !

4.21 charge 22 – ZB06



TEXTO NÃO VERBAL 22 – Na imagem desta charge, aparece o presidente Lula, colocado na metade esquerda de quem olha, ocupando 30% do quadro e falando sozinho, vestido com uma blusa vermelha e uma calça azul; nos outros 70% do quadro, a direita, tendo como fundo uma mancha cinza, que na sua extremidade esquerda termina em forma de raio, e ainda numa proporção menor, aparecem da esquerda para a direita o presidente Lula escutando o seu assador particular, com uma blusa com listras na vertical vermelhas e brancas, calça azul e avental verde um espeto virado para baixo com uma peça de costela na mão direita e uma espátula na mão esquerda. O plano em que a charge foi construída é geral, o formato da charge é quadrado, o ângulo de visão da charge é médio, os textos estão inseridos em dois balões-fala e a sua forma é oval, lisa com um rabicho que sai da boca do presidente a direita da charge; e outro que sai da boca de seu assador particular a esquerda da

charge, o texto está escrito em letras de imprensa, esta charge não tem um letreiro, a metáfora visual mostra o assador particular do presidente Lula com os olhos esbugalhados de pavor, e não tem montagem. Toda esta charge está colocada sob um fundo azul e a palavra assador, no balão da direita está escrita em vermelho.

TEXTO VERBAL 22 – Os textos desta charge dizem o seguinte, o primeiro do presidente Lula: “SE HOUVER IRREGULARIDADE...CORTAREMOS NA PRÓPRIA CARNE !!”; e o segundo do assador: “POR LALÁ NISSO...VAI FICAR SEM ASSADOR !”

INTERTEXTO 22 – Nesta charge o dia da semana e o próprio mês, nos remetem para um dia festivo: o dia 20 de setembro, que é considerado por todos os gaúchos a “data farroupilha”, dia em que se comemora a identidade gaúcha. O seu reconhecimento da intertextualidade é feito por uma cena onde aparece uma churrasqueira com vários espetos prontos para serem assados dentro dela, o que remete a tradição de assar um churrasco no dia 20 de setembro nos vários acampamentos farroupilhas espalhados pelo Rio Grande do Sul. Este texto visual, presente na charge, se relaciona com o texto verbal da data. Aqui um texto visual é o responsável pelo reconhecimento da intertextualidade. É muito veiculada socialmente o hábito que os gaúchos têm de assar churrasco em datas festivas como o 20 de setembro. Esta charge utilizou desses conhecimentos para parodiar a situação vivida pelos gaúchos, em 2005.

PARÁFRASE 22 – Se existirem irregularidades...cortaremos a nossa carne !! // falando nisso vai perder o assador !

4.22 Charge 01 – CA90



INTERDISCURSO 01 – Vai-se agora explorar uma possibilidade de relação interterdiscursiva que é a relação da charge, como seqüência discursiva, com outros discursos presentes na charge, em forma de pré-construído. Assim o jornal é apresentado como funcionando devido a sua estruturação como espelho da realidade. Essas relações justificam-se como interdiscursivas por envolverem conhecimentos que fazem parte do repertório de outros discursos, conhecidos por toda a comunidade, como o motivo pelo qual se comemora aquela data, portanto, fazem parte do senso comum. O leitor, para compreender as informações da charge, pode relacionar o discurso da charge com estes outros discursos. Ao se deparar com a data, e sabendo que ela é um dia considerado especial, vai relacionar o discurso da charge com outros discursos que fazem parte do seu conhecimento de mundo. Vinculando a charge, como discurso com outros discursos e, daí, com seu conhecimento de mundo, o leitor estabelece as relações interdiscursivas e chega ao humor do texto.

Para que essa relação aconteça, como já se disse, a data pode ser festiva, por exemplo, “o vinte de setembro”. Mas, na presente pesquisa, vai se deter, a princípio, em casos nos quais o discurso chargístico se relaciona, no jornal, apenas com os discursos da história e do MTG (movimento tradicionalista gaúcho), porém outros discursos podem aparecer, e caso isso aconteça, serão descritos e interpretados, para que se possa compreender como produzem sentido.

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 01 – Não tem.

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 01 – A relação entre a seqüência discursiva da mídia impressa, e o discurso da história materializada nas palavras “eles” e “farrapos”.

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 01 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada na imagem do chapéu de aba larga.

INTERDISCURSO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 01 – Não tem.

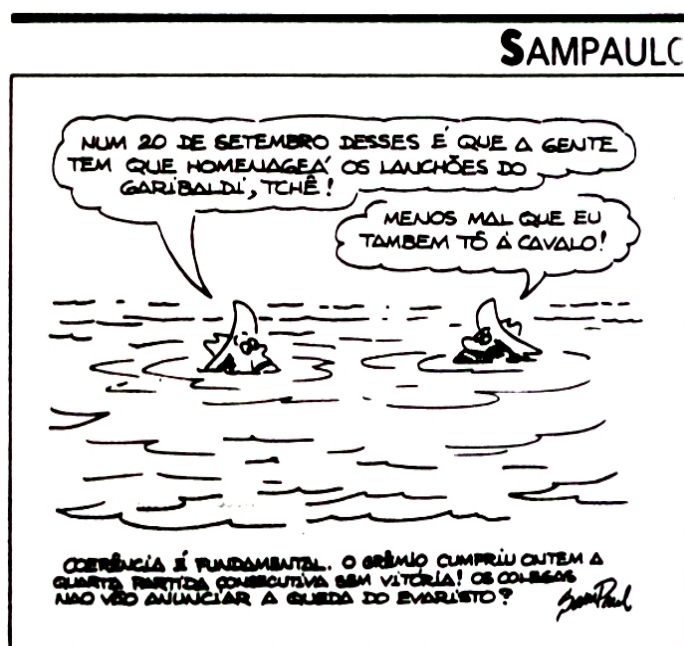
OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 01 – A relação da seqüência discursiva, ou seja, da charge com o discurso da mídia (cinema e histórias em quadrinhos), materializada na imagem do barril de madeira que remete a pobreza.

OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 01 – Não tem.

PRESSUPOSTO 01 – Nós não temos nem farrapos; SUBENTENDIDO 01 – Os gaúchos do presente são mais pobres que os gaúchos do passado.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 01 – Os gaúchos do passado tinham farrapos, os gaúchos do presente, como eu, não tem nem farrapos e estão com o pé na lama, pois empobreceram.

4.23 Charge 02 – ZA90



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 02 – Não tem.

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 02 – A relação entre a seqüência discursiva da mídia impressa, e o discurso da história, materializada nas expressões “20 de setembro” e “lanções do Garibaldi”.

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 02 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada nos chapéus de aba larga.

INTERDISCURSO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 02 – A relação da

seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada nas expressões “20 de setembro” e “tô a cavalo”, e na palavra tchê.

OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 02 – A relação entre a seqüência discursiva da mídia impressa, e o discurso da meteorologia, pois é a superfície líquida que remete ao clima daquele momento do ano, quando provavelmente tinha chovido muito.

OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 02 – A relação entre a seqüência discursiva da mídia impressa, e o discurso do futebol, o texto abaixo da charge remete a um traço cultural particular do Rio Grande do Sul, que é a bipolaridade, no caso entre os torcedores do Grêmio Futebol Portoalegrense e o Sport Club Internacional.

PRESSUPOSTO 02 – Existe dias “20 de setembro” que são diferentes;

SUBENTENDIDO 02 – São diferentes porque não chove.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 02 – Quando os gaúchos estão na água, os cavalos não são o melhor veículo.

4.24 Charge 03 – ZA91



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 03 – Não tem.

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 03 – A relação entre a seqüência discursiva da mídia impressa, e o discurso da história, materializada na expressão “a cada ano que passa”, e na palavra farrapos.

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 03 – A

relação entre a seqüência discursiva da mídia impressa, e o discurso da tradição gaúcha, materializada na imagem do chapéu de aba larga e do chimarrão.

Interdiscurso Verbal das Tradições Inventadas Tendo Como Base A História Particular do Rio Grande Do Sul 03 – Não tem.

OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 03 – Não tem.

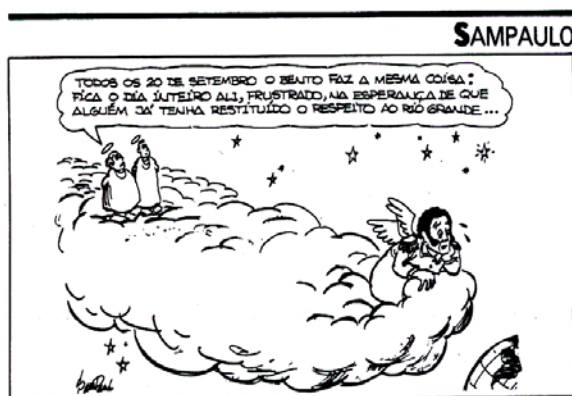
OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 03 – Não tem.

PRESSUPOSTO 03 – Antes a gente homenageava menos os farrapos;

SUBENTENDIDO 03 – Por que nós éramos mais ricos.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 03 – A cada ano que passa mais os gaúchos do presente empobrecem e se parecem com os gaúchos do passado, ou seja, os farrapos.

4.25 Charge 04 – ZB91



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da história, materializada na figura de Bento Gonçalves.

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da história, materializada ns expressões “20 de setembro” e “restituído o respeito ao rio grande”, e o nome Bento.

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL – Não tem.

INTERDISCURSO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada na expressão “20 de setembro”.

OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 04 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso religioso, materializado nas figuras dos anjos.

OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 04 – Não tem.

PRESSUPOSTO 04 – Alguém instituiu o desrespeito pelo Rio Grande do Sul;

SUBENTENDIDO 04 – .Não tem

PRODUÇÃO DE SENTIDO 04 – Apesar de todo o tempo que se passou desde a Revolução Farroupilha, o Rio Grande do Sul continua sendo desrespeitado pelo governo central.

4.26 CHARGE 05 – ZB92



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 05 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da história materializada na imagem do cavaleiro desfilando com seu cavalo.

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 05 – A expressão 20 de setembro e primeira vitória no interior, a palavra farroupilha.

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 05 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada na indumentária do protagonista da charge, ou seja, o chapéu de aba larga, o lenço no pescoço, a bota, a bombacha, o cavalo e o desfile.

INTERDISCURSO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 05 – Não tem.

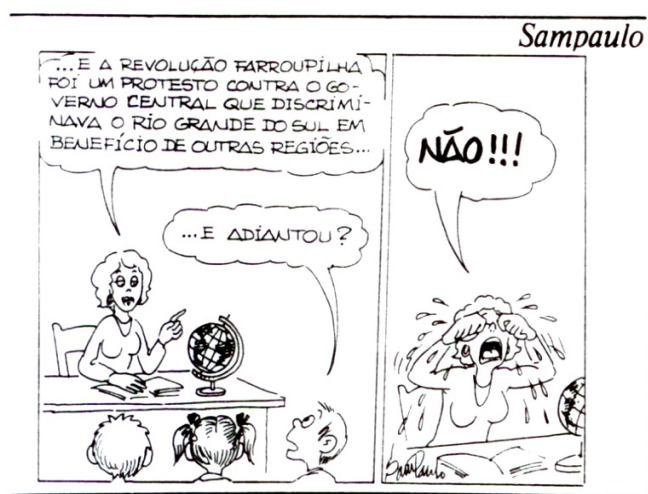
OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 05 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso do esporte, ou seja, do futebol, materializada nas bandeiras do Grêmio e do Inter, e nas camisas listradas dos torcedores do Grêmio.

OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 05 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso do esporte, ou seja, do futebol, materializada na frase “ele só esta festejando a primeira vitória no interior...!”

PRESSUPOSTO 05 – Ele pode ser farroupilha; SUBENTENDIDO 05 – Mesmo sendo negro.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 05 – O negro no Rio Grande do Sul pode ser colorado, mas não pode ser gaúcho.

4.27 Charge 06 – ZA95



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 06 – Não tem.

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 06 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da história, materializada no texto simbólico como um todo.

Interdiscurso Não Verbal Das Tradições Inventadas Tendo Como Base A História Particular Do Rio Grande Do Sul 06 – Não tem.

Interdiscurso Verbal Das Tradições Inventadas Tendo Como Base A História Particular Do Rio Grande Do Sul 06 – Não tem.

OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 06 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da educação, materializada no cenário de sala de aula com mesa e cadeira do professor, com livro aberto e globo terrestre em cima da mesa.

OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 06 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da educação, materializada no diálogo em forma de pergunta e resposta tipo aluno mestre.

PRESSUPOSTO 06 – O RS já foi pacífico e igual aos outros estados do Brasil;
SUBENTENDIDO 06 – Mas também não adiantou.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 06 – A Revolução Farroupilha já foi sistematizada pela história como ciência, mas os motivos que a causaram ainda persistem no presente.

4.28 Charge 07 – ZB96



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 07 – Não tem.

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL – Não tem.

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 07 – Não tem.

INTERDISCURSO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 07 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada na expressão que feriado foi ontem.

OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 07 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso campanha política, materializada nos carros com bandeiras e nos papéis no chão.

OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 07 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da campanha política, materializada na palavra santos (santinhos)

PRESSUPOSTO 07 – Existem feriados nos quais não ocorrem eleições;
SUBENTENDIDO 07 – Mas eu não lembro quais são.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 07 – Não sei que feriado foi ontem, mas acho que foi dia de campanha política.

4.29 Charge 08 – ZA97



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 08 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da história, materializada na imagem do desfile.

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 08 – Não tem

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 08 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição

gaúcha, materializado na imagem das bandeiras, dos chapéus de aba larga, dos lenços no pescoço, das bombachas, das botas e dos cavalos.

INTERDISCURSO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 08 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada na palavra desfile.

OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 08 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso econômico, materializada na imagem dos gaúchos a pé, empobrecidos, desfilando.

OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 08 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso econômico, materializada nas expressões “sem-terras” e “sem-cavalos”.

PRESSUPOSTO 08 – Os da frente não podem ser sem-terra; SUBENTENDIDO 08 – Porque sem terra não pode ter cavalo.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 08 – Existem gaúchos ricos e gaúchos pobres, mas não existem gaúchos sem-terra.

4.30 CHARGE 09 – ZB97



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 09 – Não tem

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 09 – Não tem

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 09 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada na imagem do chapéu de aba larga e do lenço no pescoço.

INTERDISCURSO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 09 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada nas expressões “sofrenildo e a tradição” e “chama crioula”.

OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 09 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso machista, materializada na imagem da mulher sentada esperando o seu companheiro, que segundo ela penda esta com outra mulher, com um rolo de massa na mão.

OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 09 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso machista, materializada no texto “hoje ele me paga!...e ainda fica contando a suas patifarias pra uma criança...!”.

PRESSUPOSTO 09 – O lelé não sabe o que é a chama crioula; SUBENTENDIDO 09 – Não aprendeu porque é criança e mora na cidade.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 09 – As crianças gaúchas não conhecem o discurso da identidade gaúcha, baseado nas tradições, e ainda colocam os mais velhos em apuros.

4.31 Charge 10 – CA98



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 10 – Não tem.

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 10 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da história, materializada na expressão “se rende” e na palavra farrapos.

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 10 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada na imagem do chapéu de aba larga, da boina, das bombachas, das botas com esporas, das alpargatas e da faca na cintura.

INTERDISCURSO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 10 – Não tem.

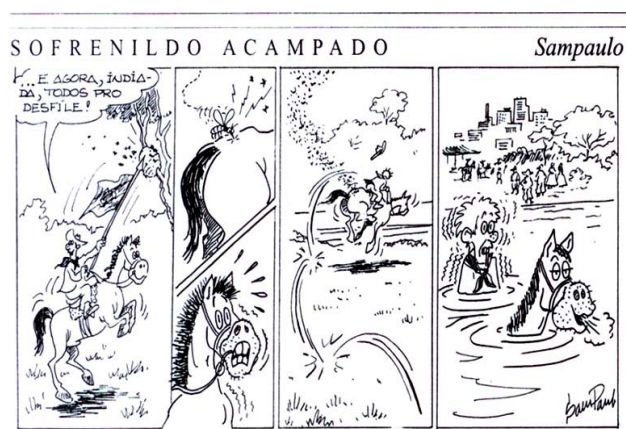
OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 10 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da economia, materializada na imagem das roupas esfarrapadas, que remete por sua vez a pobreza.

OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 10 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da economia, materializada no texto “quem sabe a gente se rende”, que remete a luta pela sobrevivência.

PRESSUPOSTO 10 – Os gaúchos não se renderam ainda; SUBENTENDIDO 10 – Porque são teimosos.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 10 – Os gaúchos do passado já se renderam na luta deles pelo respeito, quem sabe a gente se rende na nossa luta pela sobrevivência.

4.31 Charge 11 – Za98



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 11 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o

discurso da história, materializada na imagem do líder de uma carga de cavalaria em posição de ataque.

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 11 – Não tem

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 11 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada na imagem da bandeira, do chapéu de aba larga, do lenço no pescoço e do cavalo, e também a expressão facial do sofrenildo e os prédios da cidade ao fundo, no último quadro, que remetem para a incompatibilidade das tradições inventadas tendo como base um passado majoritariamente rural e o presente dos gaúchos, que é majoritariamente urbano.

INTERDISCURSO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 11 – As palavras indiada e desfile.

OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 11 – Não tem.

OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 11 – Não tem.

PRESSUPOSTO 11 – O sofrenildo não sabe controlar o cavalo; SUBENTENDIDO 11 – Porque mora na cidade.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 11 – O gaúcho que não vive a tradição o ano inteiro, e quer vive-la durante a semana farroupilha, acaba fazendo fiasco.

4.32 Charge 12 – Za99x



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 12 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da história, materializada na imagem do laçador, figura mítica do gaúcho que nos primórdios da civilização rio-grandense, utilizava a pata do cavalo, depois de morto, como bota, a chamada bota de garrão, que deixava os dedos do pé e o calcanhar de fora.

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 12 – Não tem

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 12 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada na imagem da faixa no cabelo, do lenço no pescoço, da bombacha, do tirador, da bota, da espora e do laço.

INTERDISCURSO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 12 – Não tem.

OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 12 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da política, materializada na imagem do laçador fora do pedestal, que nos remete a possibilidade de existir dois tipos de gaúchos um superior e outro inferior.

OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 12 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da política, materializada na sigla MST da bandeira do laçador que desceu do pedestal, o que nos remete ao fato de que os gaúchos que pegam a bandeira do MST, baixaram de nível.

PRESSUPOSTO 12 – Antes o gaúcho estava no pedestal; SUBENTENDIDO 12 – Porque ele não tinha a bandeira do MST.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 12 – Os gaúchos que pegam a bandeira do MST, são gaúchos inferiores.

4.33 Charge 13 – Za99y



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 13 – Não tem.

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 13 – Não tem.

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 13 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada na imagem do chapéu de aba larga, da boina, dos lenços no pescoço, dos cinturões de guaiaca, das bombachas, das alpargatas, do chimarrão, da guampa de cachaça, do laço, da ferradura, da faca na cintura, do churrasco de fogo de chão, da chaleira, do cachorro (cusco) e do cavalo.

INTERDISCURSO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 13 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada nas palavras lida e mangalarga (cavalo).

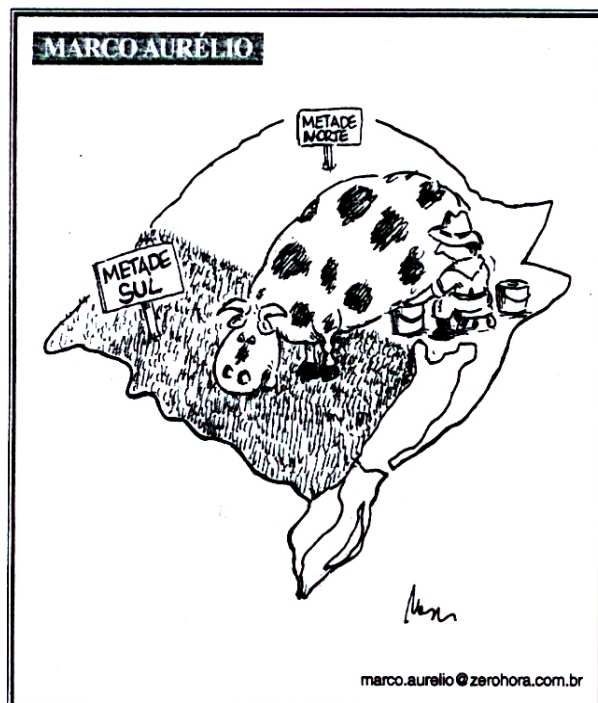
OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 13 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tecnologia, materializado na imagem de um telefone celular e dos prédios da cidade no centro e ao fundo, remetendo a incompatibilidade da vida rural das tradições do passado, com a vida urbana do presente; e a relação do discurso da mídia com o discurso da identidade ítalo-gaúcha, materializada na personagem com traço muito semelhante ao do personagem Radicci.

OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 13 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso do trabalho, materializado na expressão “avisa o pessoal do escritório que não volto mais!”, remetendo ao fato de que o personagem acaba de trocar a vida do trabalho urbano pela vida do trabalho rural.

PRESSUPOSTO 13 – Eu não conhecia a lida; SUBENTENDIDO 13 – Porque não era gaúcho.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 13 – Agora me achei como gaúcho, continuo perto da cidade, mas tenho uma vida campeira, com tecnologia é claro.

4.34 Charge 14 – Zb99



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 14 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da história, materializada na imagem do mapa, da vaca e dos campos, que remetem a principal atividade econômica do Rio Grande do Sul, a criação de gado; e também ao contorno do seu território, conquistado com muita luta no passado.

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 14 – Não tem.

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 14 – A

relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada na imagem do chapéu de aba larga, da bombacha, da bota e do tarro de tirar leite.

INTERDISCURSO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 14 – Não tem.

OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 14 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da política, no qual mais de uma vez, representantes políticos da metade sul do Rio Grande do Sul, já propuseram a criação de um novo estado brasileiro, fruto da divisão entre metade norte que continuaria se chamando Rio Grande do Sul e o novo estado que teria a área da metade sul.

OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 14 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da política-economia, que separa a metade sul do Rio Grande do Sul, agropecuária, e a metade norte do Rio Grande do Sul, industrializada.

PRESSUPOSTO 14 – O Rio Grande do Sul esta dividido; SUBENTENDIDO 14 – Entre os que trabalham e os que não trabalham.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 14 – Os gaúchos da metade sul do Rio Grande do Sul, são explorados pelos gaúchos da metade norte do Rio Grande do Sul.

4.35 Charge 15 – Zb00



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 15 – Não tem

INTERDISCURS VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 15 – Não tem

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 15 – Não tem.

INTERDISCURSO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 15 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada na expressão “chama crioula”.

OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 15 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da própria mídia, materializado na imagem do homem lendo jornal e se informando a partir dele.

OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 15 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da economia, materializado na frase “o problema é que o mundo está gastando muito petróleo...”.

PRESSUPOSTO 15 – Se o mundo não consumisse muito petróleo não haveria problemas; SUBENTENDIDO 15 – Só os problemas dos capitalistas são problemas no jornal, O jornal é um meio de expressão dos capitalistas.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 15 – A semana farroupilha e as olimpíadas são um problema.

4.36 Charge 16 – Za02



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 16 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da história, materializada na imagem do gaúcho armado.

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 16 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da história, materializado no texto que remete a questão da discriminação do que é gaúcho em relação ao que não é gaúcho, ou seja, o fato de que para os gaúchos, o Rio Grande do Sul é considerado, pelos não gaúchos, como tendo menor importância que o resto do Brasil.

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 16 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada na imagem do chapéu de aba larga, do lenço no pescoço, do cinturão de guaiaca com fivela de ferradura, da bombacha e das botas, e a relação do discurso da mídia com o discurso da música tradicionalista gaúcha, materializado na imagem da capa do disco de vinil com uma parte do disco para fora da capa.

INTERDISCURSO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 16 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada no nome do autor do disco de vinil que é “tio.nerso da jaquirana”, que nos remete a tradição que a música tradicionalista gaúcha tem produzir autores com nomes engraçados, como por exemplo o famoso “porca velha”.

OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 16 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da própria mídia, materializada na imagem dos estúdio de rádio com locutor; e também a relação do discurso da mídia com o discurso da identidade ítalo-gaúcha, materializada na imagem do personagem principal, com um traço muito semelhante ao do personagem Radicci, símbolo desta identidade.

OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 16 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da própria mídia, materializada na imagem do logotipo da rádio Atlântida na camisa do locutor.

PRESSUPOSTO 16 – A musica tradicionalista gaúcha não toca na rádio Atlântida;

SUBENTENDIDO 16 – Porque os seus ouvintes não gostam.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 16 – Se nas rádios gaúchas a musica tradicionalista gaúcha não toca por bem, vai tocar por mal.

4.37 Charge 17 – Cb03



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 17 – Não tem.

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 17 – As palavras farrapos e revolução.

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 17 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada na imagem do chapéu de aba larga, da boina, do cinturão de guaiaca, da bombacha, das botas e das esporas.

INTERDISCURSO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 17 – Não tem.

OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 17 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da economia, materializada nas roupas esfarrapadas dos personagens que remetem ao empobrecimento do Rio Grande do Sul.

OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 17 – Não tem.

PRESSUPOSTO 17 – Teve uma revolução; SUBENTENDIDO 17 – Mas não sabemos se ela terminou ou não.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 17 – A situação atual do Rio Grande do Sul é tão parecida com a do final da Guerra dos Farrapos, que parece que a guerra não terminou.

4.38 Charge 18 – Za03



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 18 – Não tem.

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 18 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da história, materializada na expressão “20 de setembro”.

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 18 – Não tem.

INTERDISCURSO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 18 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada na expressão “20 de setembro”

OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 18 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da própria mídia, materializada na imagem do homem lendo o jornal; e a relação do discurso da mídia com o discurso do trabalho urbano, materializado pela imagem dos ternos com gravatas e da maleta de escritório.

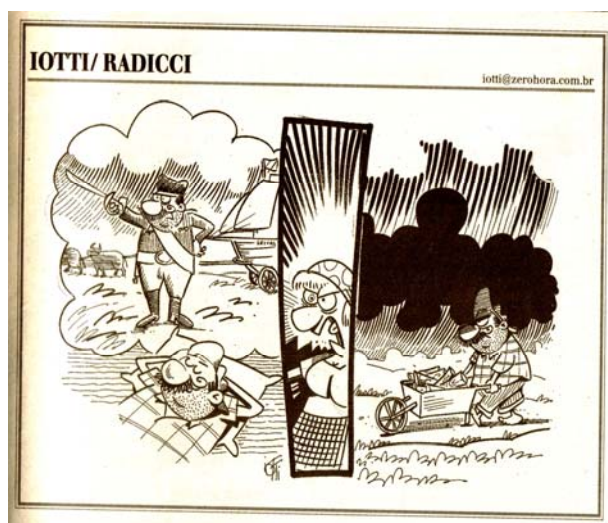
OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 18 – A relação da seqüência discurso da mídia impressa, com o discurso do futebol materializada no início da frase “se o inter e o grêmio vencerem”; e a relação do discurso da mídia com o discurso da economia-

política, materializada no final da frase”e se o lula anunciar a liberação dos transgênicos”.

PRESSUPOSTO 18 – Quem não é gaúcho não tem motivo para comemorar o 20 de setembro; SUBENTENDIDO 03 – O grêmio, o inter e o lula são gaúchos.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 18 – Os gaúchos só vão comemorar o 20 de setembro se a dupla grenal e o lula deixarem.

4.39 Charge 19 – Zb03



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 19 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da história, materializada na imagem que faz uma paródia à figura de Garibaldi, e nos lanchões sobre carretas.

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 19 – Não tem.

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 19 – Não tem.

INTERDISCURSO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 19 – Não tem.

OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 19 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da identidade ítalo-gaúcha, materializada na

imagem do Radicci, personagem que protagoniza a charge, e que simboliza esta identidade cultural, e a relação do discurso da mídia com o discurso machista, materializada pela indumentária da mulher que é típica da cozinha, e pelo lugar onde o homem trabalha, que é fora de casa.

OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 19 – Não tem.

PRESSUPOSTO 19 – Os outros não trabalham para mim, e eu não trabalho para mim; SUBENTENDIDO 19 – Para trabalhar para os outros, eu tenho que sonhar que mando nos outros.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 19 – Quando eu durmo, sonho que sou Garibaldi; quando acordo com os gritos da minha mulher, encaro a realidade do trabalho.

4.40 Charge 20 – Cb04



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 20 – Não tem

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 20 – Não tem

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 20 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada na imagem da bandeira tricolor, da boina, do lenço no pescoço, do cinturão de guaiaca, da bombacha e do cavalo, o que remete a incompatibilidade entre o gaúcho do presente que anda de carro e o gaúcho da tradição que anda a cavalo.

INTERDISCURSO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 20 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada na expressão “a volta do feriadão”.

OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 20 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da meteorologia, materializada pelo fundo cinza, remetendo ao tempo nublado do feriadão.

OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 20 – Não tem.

PRESSUPOSTO 20 – Teve a ida para o feriadão; SUBENTENDIDO 20 – No feriadão os gaúchos viajam em massa.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 20 – No 20 de setembro, quase ninguém mais lembra da tradição.

4.41 Charge 21 – Ca05



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 21 – Não tem.

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 21 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da história, materializada nas palavras farrapos e guerra.

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 21 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição

gaúcha, materializada na imagem do chapéu de aba larga, da boina, dos lenços no pescoço, dos ponchos e do chimarrão.

INTERDISCURSO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 21 – Não tem.

OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 21 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da economia, materializada na imagem dos ponchos esfarrapados, que remetem ao empobrecimento do Rio Grande do Sul.

OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 21 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da economia, materializada na frase “na realidade a guerra não terminou”.

PRESSUPOSTO 21 – Alguém disse que a guerra terminou; SUBENTENDIDO 21 – Para que pensássemos que estávamos em paz.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 21 – Esta realidade de 2005 é tão parecida com a realidade da guerra dos farrapos, que parece que a guerra não terminou.

4.42 Charge 22 – Zb06



INTERDISCURSO NÃO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 22 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da história particular do Rio Grande do Sul, materializada na imagem do

churrasco, que como conhecemos surgiu no Pampa, região de planícies que compreende o norte da Argentina, o Uruguai e o sul do Brasil (Rio Grande do Sul), no século XVII, quando o Rio Grande do Sul era a grande fronteira viva entre a América Espanhola e a América Portuguesa. Naquela época a carne tinha pouco valor, os produtos mais valiosos eram o couro e o sebo. Quando o boi era carneado nas vacarias, grandes criações de vaca introduzidas no Rio Grande do Sul pelos jesuítas e soltas nos campos, o vaqueiro cortava um grande pedaço de carne, que era atravessado por um espeto de pau, fincado no chão e assado no fogo de chão.

INTERDISCURSO VERBAL DA HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 22 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da história, materializada na frase “se houver irregularidade...cortaremos na própria carne !!”, que remete a um dos personagens históricos centrais da Revolução Farroupilha, Bento Gonçalves (presidente da República Riograndense), que no final da revolução foi acusado de irregularidades, e acabou duelando e matando o seu próprio primo, Onofre Pires.

INTERDISCURSO NÃO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 22 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da tradição gaúcha, materializada na imagem da churrasqueira com vários espetos, e no espeto de costela na mão do assador, atualmente o churrasco é uma tradição muito presente na vida dos gaúchos a ponto de ser elevado a símbolo oficial do Rio Grande do Sul, através da lei 11.929 de 20 de junho de 2003.

INTERDISCURSO VERBAL DAS TRADIÇÕES INVENTADAS TENDO COMO BASE A HISTÓRIA PARTICULAR DO RIO GRANDE DO SUL 22 – Não tem.

OUTRO INTERDISCURSO NÃO VERBAL 22 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da política, materializada na imagem do presidente da república em época de eleição e do assador pivô de um escândalo político recente.

OUTRO INTERDISCURSO VERBAL 22 – A relação da seqüência discursiva da mídia impressa, com o discurso da política, materializada na frase “se houver irregularidades...cortaremos na própria carne !!”.

PRESSUPOSTO 22 – Alguém disse que houve irregularidades; SUBENTENDIDO 22 – Para que o lula perdesse o que ele tem de gaúcho.

PRODUÇÃO DE SENTIDO 22 – Se houver irregularidades no seu governo o presidente lula vai perder o que tem de tradição no Rio Grande do Sul.

4.43 Formações Discursivas

a) A História Oficial do Rio Grande Do Sul

CHARGE 01 (CA90)

Aqui a história é cultuada, no momento que o discurso verbal utiliza as palavras “eles”, que remete aos gaúchos do passado; e “farrapos”, que remete à Revolução Farroupilha.

CHARGE 02 (ZA90)

Aqui a história é cultuada, no momento que o discurso verbal utiliza as expressões “Num 20 de setembro desses”, e “os lanchões do Garibaldi”, que remetem à Revolução Farroupilha.

CHARGE 03 (ZA91)

Aqui a história é cultuada, no momento que o discurso verbal utiliza a expressão “a cada ano que passa”, que remete ao tempo decorrido; e a palavra “farrapos”, que remete à Revolução Farroupilha.

CHARGE 04 (ZB91)

Aqui a história é cultuada, no momento que o discurso verbal utiliza as expressões “Todos os 20 de setembro”, que remete a revolução farroupilha; e “na esperança de que alguém já tenha restituído o respeito ao rio grande”, que remete ao principal motivo pelo qual os gaúchos se rebelaram contra o império brasileiro e pelo nome “Bento”, que remete à Revolução Farroupilha, além do discurso não verbal, que trás a imagem de um anjo vestido com um uniforme militar do século XIX e com as costeletas semelhantes as de Bento Gonçalves.

CHARGE 05 (ZB92)

Aqui a história é cultuada, no momento que o discurso verbal utiliza as expressões “20 de setembro”, “farroupilha nada” e “primeira vitória no interior”, que remetem à Revolução Farroupilha.

CHARGE 06 (ZA95)

Aqui a história é cultuada, no momento que o discurso verbal diz o seguinte: “...E a revolução farroupilha foi um protesto contra o governo central que discriminava o Rio Grande do Sul em benefício de outras regiões...”, que remete à Revolução Farroupilha.

CHARGE 08 (ZA97)

Aqui a história é cultuada, no momento que o discurso verbal utiliza a palavra “desfile”, que remete ao tradicional desfile do 20 de setembro, tradição inventada tomando como base a história particular do Rio Grande do Sul, que remete à Revolução Farroupilha, pois no final desta o exército farrapo voltou para casa dos campos de batalha, dando origem ao desfile, um século depois.

CHARGE 10 (CA98)

Aqui a história é cultuada, no momento que o discurso verbal utiliza a palavra “rende”, palavra típica do jargão da militar da guerra, que remete à Revolução Farroupilha.

CHARGE 11 (ZA98)

Aqui a história é cultuada, no momento que o discurso verbal utiliza as palavras “indiada”, que remete a um dos episódios da formação do Rio Grande do Sul, que foi a Guerra Guaranítica, entre índios e jesuítas de um lado e portugueses e espanhóis do outro, e também a origem mestiça de índios com outras raças dos gaúchos; e “desfile”, que remete à Revolução Farroupilha.

CHARGE 12(ZA99X)

Aqui a história é cultuada, no momento que o discurso não verbal utiliza a imagem do laçador, figura mítica que remete aos gaúchos do passado.

CHARGE 14 (ZB99)

Aqui a história é cultuada, no momento que o discurso não verbal utiliza a imagem do mapa do Rio Grande do Sul, que remete a história particular do Rio Grande do Sul, como primeira fronteira no tempo entre Portugal e Espanha, e os episódios que deram origem ao Rio Grande do Sul atual, e por tanto ao seu mapa.

CHARGE 16 (ZA02)

Aqui a história é cultuada, no momento que o discurso não verbal utiliza a imagem de um gaúcho armado, tentando conseguir algo pela força, que remete à Revolução Farroupilha.

CHARGE 17 (CB03)

Aqui a história é cultuada, no momento que o discurso verbal utiliza as palavras “farrapos” e “revolução”, que remetem à Revolução Farroupilha.

CHARGE 18 (ZA03)

Aqui a história é cultuada, no momento que o discurso verbal utiliza a expressão “comemorar o 20 de setembro”, que remete à Revolução Farroupilha.

CHARGE 19 (ZB03)

Aqui a história é cultuada, no momento que o discurso não verbal utiliza a imagem de uma pessoa vestida com trajes militares do século XIX e a imagem de um navio ao fundo sobre rodas, que remete à Revolução Farroupilha no episódio da tomada de Laguna pelos farroupilhas, por terra, e por Garibaldi por mar.

CHARGE 20 (CB04)

Aqui a história é cultuada, no momento que o discurso não verbal utiliza a imagem de uma pessoa vestida com trajes militares do século XIX e a imagem de um navio ao fundo sobre rodas, que remete à Revolução Farroupilha no episódio da tomada de Laguna pelos farroupilhas, por terra, e por Garibaldi por mar.

CHARGE 21 (CA05)

Aqui a história é cultuada, no momento que o discurso verbal utiliza as palavras “farrapos” e “guerra”, que remetem à Revolução Farroupilha.

CHARGE 22 (ZB06)

Aqui a história é cultuada pela linguagem verbal, por meio das palavras “irregularidades” e a frase “cortar na própria carne”, que remetem à Revolução Farroupilha.

Assim se pode perceber claramente, a existência de uma regularidade, no que diz respeito a escolha temática, que é a história oficial do Rio Grande do Sul. A partir daí se pode identificar esta seqüência de enunciados, como sendo uma formação discursiva.

b) – AS TRADIÇÕES GAÚCHAS

CHARGE 01 (CA90)

Aqui a tradição gaúcha é cultuada, pela linguagem não verbal por meio da imagem do chapéu de aba larga, que remetem à tradição gaúcha.

CHARGE 02 (ZA90)

Aqui a tradição gaúcha é cultuada, pela linguagem verbal por meio das expressões “num 20 de setembro desses” e “à cavalo”, que remetem à tradição gaúcha.

CHARGE 03 (ZA91)

Aqui a tradição gaúcha é cultuada, pela linguagem não verbal por meio da imagem do chapéu de aba larga e do cimarrão, que remetem à tradição gaúcha.

CHARGE 04 (ZB91)

Aqui a tradição gaúcha é cultuada, pela linguagem verbal por meio da expressão “Todos os 20 de setembro”, que remetem à tradição gaúcha.

CHARGE 05 (ZB92)

Aqui a tradição gaúcha é cultuada, pela linguagem verbal por meio da palavra “farroupilha” e pela linguagem não verbal por meio da imagem de um gaúcho a cavalo vestido com a indumentária típica dos gaúchos, que remetem à tradição gaúcha.

CHARGE 07 (ZB96)

Aqui a tradição gaúcha é cultuada, pela linguagem verbal por meio da palavra “feriado”, que remete à tradição gaúcha.

CHARGE 08 (ZA97)

Aqui a tradição gaúcha é cultuada, pela linguagem verbal por meio da palavra “desfile”, que remete à tradição gaúcha; e pela linguagem não verbal por meio da imagem de gaúchos vestindo a sua indumentária típica tanto a cavalo como a pé.

CHARGE 09 (ZB97)

Aqui a tradição gaúcha é cultuada, pela linguagem verbal por meio do título “sofrenildo e a tradição” e a expressão “chama crioula”, que remetem à tradição gaúcha.

CHARGE 10 (CA98)

Aqui a tradição gaúcha é cultuada, pela linguagem não verbal por meio da imagem de dois homens vestindo a indumentária típica dos gaúchos, que remete à tradição gaúcha.

CHARGE 11 (ZA98)

Aqui a tradição gaúcha é cultuada, pela linguagem verbal por meio da palavra “desfile”, e pela linguagem não verbal por meio da imagem de um gaúcho a cavalo, vestido com a indumentária típica dos gaúchos, o que remete à tradição gaúcha.

CHARGE 12 (ZA99X)

Aqui a tradição gaúcha é cultuada, pela linguagem não verbal por meio da imagem de um homem vestindo a indumentária típica dos gaúchos, o que remete à tradição gaúcha.

CHARGE 13 (ZA99Y)

Aqui a tradição gaúcha é cultuada, pela linguagem não verbal por meio da imagem de uma cena típica de um galpão de estância com homens vestindo a indumentária típica dos gaúchos, cavalo e apetrechos do dia-dia do gaúcho, o que remete à tradição gaúcha.

CHARGE 14 (ZB99)

Aqui a tradição gaúcha é cultuada, pela linguagem não verbal por meio da imagem de um homem vestindo a indumentária típica dos gaúchos e tirando leite de uma vaca, o que remete à tradição gaúcha.

CHARGE 15 (ZB00)

Aqui a tradição gaúcha é cultuada, pela linguagem verbal por meio da expressão “chama crioula”, o que remete à tradição gaúcha

CHARGE 16 (ZA02)

Aqui a tradição gaúcha é cultuada, pela linguagem não verbal por meio da imagem de um homem vestindo a indumentária típica dos gaúchos e com a capa de um disco de vinil típica da música gauchesca, o que remete à tradição gaúcha.

CHARGE 17 (CB03)

Aqui a tradição gaúcha é cultuada, pela linguagem não verbal por meio da imagem de um homem e de um menino vestindo a indumentária típica dos gaúchos, o que remete à tradição gaúcha.

CHARGE 18 (ZA03)

Aqui a tradição gaúcha é cultuada, pela linguagem verbal por meio da expressão “20 de setembro”, o que remete à tradição gaúcha.

CHARGE 20 (CB04)

Aqui a tradição gaúcha é cultuada, pela linguagem verbal por meio da expressão “A volta do feriadão” e pela linguagem não verbal por meio da imagem de um homem a cavalo e vestindo a indumentária típica dos gaúchos, o que remete à tradição gaúcha.

CHARGE 21 (CA05)

Aqui a tradição gaúcha é cultuada, pela linguagem não verbal por meio da imagem de dois homens vestindo a indumentária típica dos gaúchos e tomando chimarrão, o que remete à tradição gaúcha.

CHARGE ZB06

Aqui a tradição gaúcha é cultuada, pela linguagem não verbal por meio da imagem da churrasqueira e por conseguinte ao churrasco, que remetem à uma tradição gaúcha gastronômica antiga, que foi incorporada a pós-modernidade no Rio Grande do Sul.

Assim pode-se perceber claramente, a existência de uma regularidade, no que diz respeito a escolha temática, que são as tradições gaúchas. A partir daí pode-se identificar esta seqüência de enunciados, como sendo uma formação discursiva.

c) A Identidade Ítalo-Gaúcha

CHARGE 13 (ZA99Y)

Aqui a identidade ítalo-gaúcha é promovida de duas formas, primeiro pelo culto a tradição gaúcha a partir da linguagem não verbal, por meio das imagens tanto presentes nas vestimentas dos personagens como no cenário que remetem a tradição gaúcha; por outro lado os personagens tem um traço muito semelhante ao do personagem “Radicci”, do mesmo cartunista, e que representa a identidade italiana no Rio Grande do Sul.

CHARGE 16 (ZA02)

Aqui a identidade ítalo-gaúcha é promovida de duas formas, primeiro pelo culto a tradição gaúcha a partir da linguagem não verbal, por meio das imagem presente na vestimenta de um dos personagens que remetem a tradição gaúcha; por outro lado os personagens tem um traço muito semelhante ao do personagem “Radicci”, do mesmo cartunista, e que representa a identidade italiana no Rio Grande do Sul.

CHARGE 19 (ZB03)

Aqui a identidade ítalo-gaúcha é promovida de duas formas, primeiro pelo culto a história oficial do Rio Grande do Sul a partir da linguagem não verbal, por meio da imagem presentes na vestimenta de um dos personagens como no cenário que remetem à esta história; por outro lado os personagens tem um traço muito semelhante ao do personagem “Radicci”, do mesmo cartunista, e que representa a identidade italiana no Rio Grande do Sul.

Aqui a identidade oferecida é mostrada, no momento que o enunciado desta charge produz o sentido de eu sonho em ter sido um ítalo-gaúcho herói farroupilha no passado, mas acordo sendo um ítalo-gaúcho trabalhador da roça no presente, o que remete à importância dada aos ítalo-gaúchos.

Assim se pode perceber claramente, a existência de uma regularidade, no que diz respeito a escolha temática, que é a identidade ítalo-gaúcha. A partir daí se pode identificar esta seqüência de enunciados, como sendo uma formação discursiva.

d) A Identidade Político-Esportiva Gaúcha

CHARGE 14 (ZB06)

Aqui a identidade político-esportiva gaúcha é cultuada pela linguagem não verbal por meio da imagem do presidente lula junto com um assador.

CHARGE 18 (ZA03)

Aqui a identidade político-esportiva gaúcha é cultuada pela linguagem verbal por meio da expressão “SE O INTER E O GRÊMIO VENCEREM E SE O LULA ANUNCIAR A LIBERAÇÃO DOS TRANSGÊNICOS...”

Assim se pode perceber claramente, a existência de uma regularidade, no que diz respeito à escolha temática, que é a identidade político-esportiva gaúcha. A partir daí se pode identificar esta seqüência de enunciados, como sendo uma formação discursiva.

e) Outras Identidades

CHARGE 07 (ZB96)

Aqui outras identidades são mostradas, pela linguagem verbal por meio das expressões “QUE FERIADO FOI ONTEM” e “ACHO QUE FOI O DIA DE TODOS OS SANTOS”, pela linguagem não verbal a partir da imagem de cidadãos urbanos.

CHARGE 09 (ZB97)

Aqui outras identidades são mostradas, pela linguagem verbal que deixa claro que tanto o menino como a mulher não sabe o que é chama crioula nem que dia é aquele, e pela linguagem não verbal a partir da imagem de cidadãos urbanos.

CHARGE 11 (ZA98)

Aqui outras identidades são mostradas, pela linguagem não verbal a partir do resultado da seqüência de imagens, que demonstra a falta de domínio da tradição gaúcha de andar a cavalo e pelo cenário tipicamente urbano de um parque próximo aos prédios da cidade.

CHARGE 13 (ZA99Y)

Aqui outras identidades são mostradas, pela linguagem verbal por meio da palavra “CORSA” e das expressões “AVISA O PESSOAL DO ESCRITÓRIO QUE EU NÃO VOLTO MAIS”, e pela linguagem não verbal dos prédios urbanos próximos aos personagens.

CHARGE 15 (ZB00)

Aqui outras identidades são mostradas, pela linguagem verbal por meio das expressões “...A CHAMA OLÍMPICA...”, pela linguagem não verbal a partir da imagem de cidadãos urbanos.

CHARGE 16 (ZA02)

Aqui outras identidades são mostradas, pela linguagem verbal por meio das expressões “MAGRO” e do símbolo da rádio Atlântida FM, na camisa do operador de áudio; e também pela linguagem não verbal a partir da imagem de um cenário tipicamente urbano, que é o estúdio de uma rádio de um personagem tipicamente urbano que é o operador de rádio.

CHARGE 20 (CB04)

Aqui outras identidades são mostradas, pela linguagem não verbal a partir da imagem de cidadãos urbanos dentro de seus carros na volta do feriadão em uma auto estrada chamada free-way, que lava os gaúchos de para o litoral do Rio Grande do Sul.

Assim pode-se perceber claramente, a existência de uma regularidade, no que diz respeito a escolha temática, que são outras identidades. A partir daí pode-se identificar esta seqüência de enunciados, como sendo uma formação discursiva.

f) A Identidade Econômica Gaúcha

CHARGE 01 (CA90)

Aqui a identidade econômica gaúcha é mostrada pela linguagem verbal por meio da expressão “ÊLES PELO MENOS TINHAM FARRAPOS”, e pela linguagem não verbal por meio da imagem do gaúcho sem roupa e pés descalços.

CHARGE 03 (ZA91)

Aqui a identidade econômica gaúcha é mostrada pela linguagem não verbal por meio da imagem dos gaúchos com roupas manchadas de preto e pés descalços.

CHARGE 08 (ZA97)

Aqui a identidade econômica gaúcha é mostrada pela linguagem não verbal por meio da imagem dos gaúchos sem cavalos.

CHARGE 10 (CA98)

Aqui a identidade econômica gaúcha é mostrada pela linguagem não verbal por meio da imagem dos gaúchos com roupas remendadas.

CHARGE 12 (ZA99X)

Aqui a identidade econômica gaúcha é mostrada pela linguagem não verbal por meio da imagem do gaúcho que desceu do pedestal e esta segurando a bandeira do MST.

CHARGE 17 (CB03)

Aqui a identidade econômica gaúcha é mostrada pela linguagem verbal por meio da expressão “FARRAPOS”, e pela linguagem não verbal por meio da imagem do gaúcho com roupas remendadas.

CHARGE 21 (CA05)

Aqui a identidade econômica gaúcha é mostrada pela linguagem verbal por meio da expressão “FARRAPOS”, e pela linguagem não verbal por meio da imagem do gaúcho com roupas remendadas. Assim se pode perceber claramente, a existência de uma regularidade, no que diz respeito a escolha temática, que é a identidade econômica gaúcha. A partir daí se pode identificar esta seqüência de enunciados, como sendo uma formação discursiva.

h) A Identidade Gaúcha Esteriotipada

CHARGE 05 (ZB92)

Aqui a identidade gaúcha esteriotipada é mostrada, pela linguagem verbal por meio da expressão “FARROUPILHA NADA”, e pela linguagem não verbal por meio da imagem de um negro.

CHARGE 06 (ZA95)

Aqui a identidade gaúcha estereotipada é mostrada, pela linguagem não verbal por meio da imagem de uma professora inconsolável.

CHARGE 08 (ZA97)

Aqui a identidade gaúcha estereotipada é mostrada, pela linguagem verbal por meio da expressão “NÃO FILHO...”.

CHARGE 09 (ZB97)

Aqui a identidade gaúcha estereotipada é mostrada, pela linguagem verbal por meio da expressão “E AINDA FICA CONTANDO AS SUAS PATIFARIAS PRA UMA CRIANÇA...”, e pela linguagem não verbal por meio da imagem de uma mulher sentada, esperando o seu homem com um rolo de massa na mão.

CHARGE 11 (ZA98)

Aqui a identidade gaúcha estereotipada é mostrada, pela linguagem não verbal por meio da imagem de um gaúcho urbano em uma situação ridícula.

CHARGE 12 (ZA99X)

Aqui a identidade gaúcha estereotipada é mostrada, pela linguagem não verbal por meio da imagem de um gaúcho com a bandeira do MST, que desceu do pedestal.

CHARGE 13 (ZA99Y)

Aqui a identidade gaúcha estereotipada é mostrada, pela linguagem não verbal por meio da imagem de um gaúcho no ambiente rural, ainda que próximo ao meio urbano.

CHARGE 14 (ZB99)

Aqui a identidade gaúcha estereotipada é mostrada, pela linguagem não verbal por meio da imagem de um gaúcho da metade norte do Rio Grande do Sul, tirando leite de uma vaca que se alimenta do pasto da metade sul do Rio Grande do Sul.

CHARGE 15 (ZB00)

Aqui a identidade gaúcha estereotipada é mostrada, pela linguagem verbal por meio das expressões “O PROBLEMA” e “É A CHAMA CRIOLA”, e pela linguagem não verbal por meio da imagem de um homem urbano.

CHARGE 19 (ZB03)

Aqui a identidade gaúcha estereotipada é mostrada, pela linguagem não verbal por meio da imagem de uma mulher com vestimenta de trabalho doméstico.

Assim pode-se perceber claramente, a existência de uma regularidade, no que diz respeito à escolha temática, que é a identidade gaúcha estereotipada. A partir daí pode-se identificar esta seqüência de enunciados, como sendo uma formação discursiva.

CHARGE 07 (ZB96)

Aqui a mídia é cultuada pela linguagem não verbal, por meio da imagem de um homem com impressos de papel.

CHARGE 15 (ZB00)

Aqui a mídia é cultuada pela linguagem não verbal, por meio da imagem de um homem lendo um jornal impresso.

CHARGE 16 (ZA02)

Aqui a mídia é cultuada pela linguagem não verbal, por meio da imagem de um homem com um disco de vinil na mão, e do cenário que é um estúdio de rádio.

CHARGE 18 (ZA03)

Aqui a mídia é cultuada pela linguagem não verbal, por meio da imagem de um homem lendo um jornal impresso.

Assim pode-se perceber claramente, a existência de uma regularidade, no que diz respeito à escolha temática, que é a mídia. A partir daí pode-se identificar esta seqüência de enunciados, como sendo uma formação discursiva.

No terceiro procedimento, serão identificadas as relações que existem entre as formações discursivas acima, e as formações ideológicas.

i) Formações Ideológicas

Segundo Pêcheux (1990), vai-se falar de formação ideológica para caracterizar este aspecto da luta de classe nos aparelhos, suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento histórico.

As formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito, articulado sob a forma de discurso a partir de uma posição dada numa conjuntura, e inscrita numa relação de classes. As formações discursivas são governadas pelas formações ideológicas.

São as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada.

Assim cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras.

Para Brum (1997), durante o processo de redemocratização do Brasil, durante as décadas de 1980 e 1990, as posições político ideológicas do quadro político-partidário brasileiro foram se definindo, de forma que podem ser identificadas três grandes grupos de posições político-ideológicas, que são o neoliberal, o social-democrata moderado e o democrático social.

Estão afinados ou próximos do grupo de posições neoliberal, principalmente parcelas do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro e do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, bem como o PDS – Partido Democrático Social(depois PPR, depois PPB e atualmente PP – Partido Progressista), o PFL – Partido da Frente liberal e o PL – Partido Liberal. O PP e o PFL, formavam juntos a ARENA – Aliança Renovadora Nacional, partido que deu sustentação política a ditadura militar que governou o Brasil de 1964 à 1984. Este grupo representa o interesse da produção agropecuária rural e da produção industrial urbana, ou seja, da classe empresarial, bem como os interesses do capital privado em geral.

Estão afinados ou próximos do grupo de posições social-democrata moderada, principalmente parcelas do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro e do PDT – Partido Democrático Trabalhista, bem como o PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira. Este grupo, também é

chamado de capitalismo organizado ou capitalismo reformado e humanizado, porque aceita este sistema, considerando o modo de produção capitalista o mais eficiente, mas por outro lado propõe o seu aperfeiçoamento e a sua humanização.

Estão afinados ou próximos do grupo de posições democrático social, principalmente parcelas do PDT – Partido Democrático Trabalhista, bem como o PT – Partido dos Trabalhadores, o PSB – Partido Socialista Brasileiro, e o PPS – Partido Popular Socialista. Este grupo coloca-se na perspectiva do trabalho e representa os interesses das camadas populares – assalariados e setores economicamente e socialmente marginalizados como o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

g) Formações Discursivas

Esta formação discursiva, que inicia em 1990, no primeiro ano do governo Collor, se relaciona com a formação ideológica deste momento histórico da seguinte maneira: em termos de governo da República Federativa do Brasil, onde fica a sede dos dois jornais estudados, a organização das posições político – ideológicas, que se afrontam, e que podem manter entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação, caracterizando assim as relações de classe, no interior dos aparelhos ideológicos do estado, são as seguintes : de 1990, e portanto no início período estudado, até 2002, era a de dominação da aliança entre a posição social – democrata moderada, que estava no poder político primeiro com o PRN – Partido da Renovação Nacional (partido criado pelo ex presidente Fernando Collor de Melo) e depois com o PSDB, com a linha neoliberal, representada pelo PP, PFL, PL, PTB, e PMDB, que lhe dava sustentação no parlamento, e o antagonismo desta aliança com a posição democrático social representada pelo PT, PSB, PPS e PDT, que estava na oposição. Assim esta caracterizada uma dominação das classes populares pela classe empresarial, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, durante este momento histórico.

Em 1990, como em 1947, quando iniciou o culto a identidade gaúcha no século XX, as mudanças em curso no mundo, no Brasil e no Rio Grande do Sul, traziam temor. Para os gaúchos na sua maioria urbanos, mas morando em um estado de economia eminentemente rural, a globalização em curso no mundo e no Brasil, causava medo e fascinação ao mesmo tempo, mas no fundo eles preferiam a segurança do pago, com seus hábitos campeiros. Impressionados com o neo-liberalismo do presidente Collor, e com a globalização, que abria o Rio Grande do Sul para se relacionar com outros estilos de vida e outras culturas, os gaúchos voltam a buscar abrigo na identidade

gaúcha baseada na história particular do Rio Grande do Sul, que se configurava como alternativa segura para enfrentar estes tempos de mudanças no Rio Grande do Sul.

Por este motivo, se existe uma dominação das classes populares pela classe empresarial, no interior do aparelho ideológico de estado da imprensa, e sendo as formações discursivas governadas pelas formações ideológicas. E se as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. Logo em 1990, a formação discursiva do “Culto à identidade gaúcha através da história do particular do Rio Grande do Sul” é governada pela dominação das classes populares pela classe empresarial, da qual as empresas jornalísticas fazem parte, e por este motivo esta formação discursiva determina que o que pode e deve ser dito, neste caso, tem que tematizar a história oficial do Rio Grande do Sul.

Em 2006, depois de quatro vitórias consecutivos do candidato Luiz Inácio Lula da Silva (1989, 1994, 1998 e 2002), do Partido dos Trabalhadores, para presidente da República, era preciso mudar esta história de sucesso eleitoral de Lula no Rio Grande do Sul. Para os gaúchos, que na sua maioria optaram pela mudança a n'vel federal em 2002, era importante não valorizar a história de sucesso eleitoral do presidente Lula no passado, em terras gaúchas.

Por este motivo, se existe uma relação de antagonismo entre duas alianças iguais entre as classes populares pela classe empresarial, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, e sendo as formações discursivas governadas pelas formações ideológicas. E se as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. Logo em 2005, a formação discursiva do “Culto à identidade gaúcha através da história particular do Rio Grande do Sul” é governada pelo antagonismo entre duas alianças entre as classes populares e a classe empresarial, uma na situação e outra na oposição, e por este motivo esta formação discursiva determina que o que pode e deve ser dito, neste caso, não tem mais que tematizar a história oficial do Rio Grande do Sul.

h) As Tradições Gaúchas

Esta formação discursiva, que inicia em 1990, no primeiro ano do governo Collor, se relaciona com a formação ideológica deste momento histórico da seguinte maneira: em termos de governo da República Federativa do Brasil, onde fica a sede dos dois jornais estudados, a organização das posições político – ideológicas, que se afrontam, e que podem manter entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação, caracterizando assim as relações de classe, no interior dos aparelhos ideológicos do estado, são as seguintes : de 1990, e portanto no início período estudado, até 2002, era a de dominação da aliança entre a posição social – democrata moderada, que estava no poder político primeiro com o PRN – Partido da Renovação Nacional (partido criado pelo ex presidente Fernando Collor de Melo) e depois com o PSDB, com a linha neoliberal, representada pelo PP, PFL, PL, PTB, e PMDB, que lhe dava sustentação no parlamento, e o antagonismo desta aliança com a posição democrático social representada pelo PT, PSB, PPS e PDT, que estava na oposição. Assim esta caracterizada uma dominação das classes populares pela classe empresarial, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, durante este momento histórico.

Em 1990, como em 1947, quando iniciou o culto a identidade gaúcha no século XX, as mudanças em curso no mundo, no Brasil e no Rio Grande do Sul, traziam temor. Para os gaúchos na sua maioria urbanos, mas morando em um estado de economia eminentemente rural, a globalização em curso no mundo e no Brasil, causava medo e fascinação ao mesmo tempo, mas no fundo eles preferiam a segurança do pago, com seus hábitos campeiros. Impressionados com o neo-liberalismo do presidente Collor, e com a globalização, que abria o Rio Grande do Sul para se relacionar com outros estilos de vida e outras culturas, os gaúchos voltam a buscar abrigo na identidade gaúcha baseada na história particular do Rio Grande do Sul, que se configurava como alternativa segura para enfrentar estes tempos de mudanças no Rio Grande do Sul.

Por este motivo, se existe uma dominação das classes populares pela classe empresarial, no interior do aparelho ideológico de estado da imprensa, e sendo as formações discursivas governadas pelas formações ideológicas. E se as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. Logo em 1990, a formação discursiva do “Culto à identidade gaúcha através da tradição gaúcha” é governada pela dominação das classes populares pela classe empresarial, da qual as empresas jornalísticas fazem

parte, e por este motivo esta formação discursiva determina que o que pode e deve ser dito, neste caso, tem que tematizar as tradições gaúchas.

i) A Identidade Ítalo-Gaúcha

Esta formação discursiva que inicia em 1999, durante o primeiro ano do governo de Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul, se relaciona com a formação ideológica deste momento histórico da seguinte maneira: em termos de governo do estado do Rio Grande do Sul, onde fica a sede dos dois jornais estudados, a organização das posições político – ideológicas, que se afrontam, e que podem manter entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação, caracterizando assim as relações de classe, no interior dos aparelhos ideológicos do estado, em termos de governo do estado do Rio Grande do Sul, onde fica a sede dos dois jornais estudados, a organização das posições político – ideológicas, que se afrontam, e que podem manter entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação, caracterizando assim as relações de classe, no interior dos aparelhos ideológicos do estado, a partir de 1999 até 2002, passou a ser o antagonismo entre a posição democrático-social, que estava no poder político com o PT e o PDT, e a aliança entre a posição democrático social, social – democrata moderada e neoliberal representadas pelo PMDB, PFL, PP, PTB, PPS, PDT (que rompeu com o governo Olívio Dutra – PT, em 2000) e PSDB, que estavam na oposição; o que caracteriza ao mesmo tempo, uma dominação e uma aliança das classes populares pela e com a classe empresarial, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, durante este momento histórico

Em 1999, iniciava pela primeira vez um governo do PT no Rio Grande do Sul, depois de três mandatos consecutivos do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura de Porto Alegre, e a hegemonia das posições político ideológicas contrárias ao PT no Rio Grande do Sul, estava ameaçada; paralelamente a este processo, a cidade de Caxias do Sul e a sua população ítalo-gaúcha, que já vinham tendo importância política desde o final do século XIX, agora se tornavam o terceiro maior colégio eleitoral do Rio Grande do Sul, atrás apenas de Porto Alegre e Canoas, na grande Porto Alegre.

Se existe uma relação de aliança e dominação entre as classes populares e a classe empresarial, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, e sendo as formações discursivas governadas pelas formações ideológicas. E se as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma

relação de classe, determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. Logo em 1999, a formação discursiva da “Identidade política gaúcha única oferecida” é governada por uma relação de aliança e dominação, ao mesmo tempo, entre as classes populares e a classe empresarial, da qual as empresas jornalísticas pertencem, e por este motivo esta formação discursiva determina que o que pode e deve ser dito, neste caso, tem que tematizar sobre a identidade ítalo-gaúcha.

Esta mesma formação discursiva, que termina em 2003, no primeiro ano do governo de Germano Rigotto (político tradicional gaúcho de descendência ítalo-gaúcha natural de Caxias do Sul), no Rio Grande do Sul, em termos de governo do estado do Rio Grande do Sul, onde fica a sede dos dois jornais estudados, a organização das posições político – ideológicas, que se afrontam, e que podem manter entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação, caracterizando assim as relações de classe, no interior dos aparelhos ideológicos do estado, de 2003 até 2006, era de dominação da aliança entre a posição social-democrata moderada, que estava no poder político com o PMDB, com a linha neoliberal e a linha democrático-social, representada pelo PP, PL, PFL, PTB, PSDB e PPS, que lhe dava sustentação no parlamento, e o antagonismo desta aliança com a posição democrático social representada pelo PT, que estava na oposição; o que caracteriza ao mesmo tempo, uma dominação e uma aliança das classes populares pela e com a classe empresarial, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, durante estes momentos históricos.

Com o final do primeiro governo do PT no Rio Grande do Sul, e a volta do grupo político ideológico hegemônico durante a maior parte da história dos Rio Grande do Sul ao poder, a hegemonia das posições político ideológicas contrárias ao PT no Rio Grande do Sul, estava restaurada. Desta forma, a estratégia de utilização do um discurso de oferecimento da identidade política gaúcha única aos ítalo-gaúchos, já tinha atingido o seu objetivo, se tornando portanto desnecessária.

Se existe uma relação de aliança e dominação entre as classes populares e a classe empresarial, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, e sendo as formações discursivas governadas pelas formações ideológicas. E se as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. Logo em 1999, a formação discursiva da “Identidade

política gaúcha única oferecida” é governada por uma relação de aliança e dominação, ao mesmo tempo, entre as classes populares e a classe empresarial, da qual as empresas jornalísticas pertencem, e por este motivo esta formação discursiva determina que o que pode e deve ser dito, neste caso, não tem mais que tematizar sobre a identidade ítalo-gaúcha.

j) A Identidade Político-Esportiva Gaúcha

Esta formação discursiva que inicia e termina com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, em termos de governo da República Federativa do Brasil, onde fica a sede dos dois jornais estudados, a organização das posições político – ideológicas, que se afrontam, e que podem manter entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação, caracterizando assim as relações de classe, no interior dos aparelhos ideológicos do estado, a partir de 2002 até 2006, passou a ser o antagonismo entre a aliança da posição democrático-social, que estava no poder político com o PT e o PSB, e a posição neoliberal representada pelo PL e o PP, e ainda a posição social-democrata moderada representada pelo PMDB e PTB; e a aliança entre a posição social – democrata moderada e a posição neoliberal representadas e ainda a posição democrático-social, representadas pelo PSDB, PFL, PDT, PPS e PMDB, que estavam na oposição; o que caracteriza uma relação de antagonismo entre duas alianças entre as classes populares e a classe empresarial, uma na situação e outra na oposição, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, durante este momento histórico.

A partir de 2003, com o final do primeiro governo do PT no Rio Grande do Sul, e a volta do grupo político ideológico hegemônico durante a maior parte da história dos Rio Grande do Sul ao poder, se por um lado a hegemonia das posições político ideológicas contrárias ao PT no Rio Grande do Sul, estava restaurada; por outro em nível de Brasil, o PT chegava ao poder pela primeira vez na sua história. Desta forma, a maioria dos gaúchos que tinham votado pela saída do PT do governo estadual, agora dependia do PT no governo federal.

Se existe uma relação de aliança e dominação entre as classes populares a classe empresarial, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, e sendo as formações discursivas governadas pelas formações ideológicas. E se as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. Logo em 1999, a formação discursiva da “Identidade

gaúcha dependente” é governada por uma relação de antagonismo entre as alianças das classes populares com a classe empresarial, da qual as empresas jornalísticas pertencem, uma na situação e outra na oposição. Por este motivo esta formação discursiva determina que o que pode e deve ser dito, neste caso, tem que tematizar sobre a identidade político-gaúcha.

k) Outras Identidades

Esta formação discursiva tem início em 1996, com a possibilidade de um terceiro mandato do PT na prefeitura de Porto Alegre, em termos de governo do município de Porto Alegre, onde fica a sede dos dois jornais estudados, a organização das posições político – ideológicas, que se afrontam, e que podem manter entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação, caracterizando assim as relações de classe, no interior dos aparelhos ideológicos do estado, a partir de 1988, e portanto anterior ao início período estudado, até 2004, era de antagonismo entre a posição democrático-social, que estava no poder político com o PT e a aliança entre a posição social – democrata moderada, a posição neoliberal e a posição democrático-social, representadas pelo PMDB, PFL, PP, PTB, PDT, PL, e PSDB, que estavam na oposição; o que caracteriza um antagonismo entre as classes populares e a classe empresarial, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, durante este momento histórico.

Em 1996, depois de dois governos bem sucedidos do PT a frente da prefeitura de Porto Alegre, a população portoalegrense já estava identificada com o modo petista de governar, por este motivo era importante valorizar a não identidade gaúcha.

Se existe uma relação de antagonismo entre duas alianças entre as classes populares e a classe empresarial, uma na situação e outra na oposição, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, e sendo as formações discursivas governadas pelas formações ideológicas. E se as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. Logo em 1996, a formação discursiva da “Não identidade gaúcha” é governada por uma relação de antagonismo entre as classes populares e a classe empresarial, da qual as empresas jornalísticas pertencem. Por este motivo esta formação discursiva determina que o que pode e deve ser dito, neste caso, tem que tematizar outras identidades.

Esta mesma formação discursiva tem o seu final em 2003, no primeiro ano do governo Germano Rigotto, em termos de governo do estado do Rio Grande do Sul, onde fica a sede dos dois jornais estudados, a organização das posições político – ideológicas, que se afrontam, e que podem manter entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação, caracterizando assim as relações de classe, no interior dos aparelhos ideológicos do estado, de 2003 até 2006, era de dominação da aliança entre a posição social-democrata moderada, que estava no poder político primeiro com o PDT e depois com o PMDB, com a linha neoliberal e a linha democrático-social, representada pelo PP, PL, PFL, PTB, PSDB e PPS, que lhe dava sustentação no parlamento, e o antagonismo desta aliança com a posição democrático social representada pelo PT, que estava na oposição; o que caracteriza ao mesmo tempo, uma dominação e uma aliança das classes populares pela e com a classe empresarial, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, durante estes momentos históricos.

Durante a campanha eleitoral de 2002, o discurso eleitoral da candidatura Germano Rigotto, tinha sido o de união dos gaúchos em torno de um objetivo maior que era o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, portanto a partir da vitória de Germano Rigotto nas eleições, o momento era de se falar em identidade gaúcha e não em não identidade gaúcha.

Se existe uma relação de antagonismo entre duas alianças entre as classes populares e a classe empresarial, uma na situação e outra na oposição, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, e sendo as formações discursivas governadas pelas formações ideológicas. E se as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. Logo em 2006, a formação discursiva da “não identidade gaúcha” é governada por uma relação de antagonismo entre as classes populares e a classe empresarial, da qual as empresas jornalísticas pertencem, uma na situação e outra na oposição. Por este motivo esta formação discursiva determina que o que pode e deve ser dito, neste caso, não tem mais que tematizar outras identidades.

D) A Identidade Econômica Gaúcha

Esta formação discursiva inicia em 1990, no primeiro ano do governo do presidente Fernando Collor de Melo. Em termos de governo da República Federativa do Brasil, onde fica a sede dos dois jornais estudados, a organização das posições político – ideológicas, que se afrontam, e que podem manter entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação, caracterizando assim as relações de classe, no interior dos aparelhos ideológicos do estado, de 1990, e portanto no início período estudado, até 2002, era a de dominação da aliança entre a posição social – democrata moderada, que estava no poder político primeiro com o PRN – Partido da Renovação Nacional (partido criado pelo ex presidente Fernando Collor de Melo) e depois com o PSDB, com a linha neoliberal, representada pelo PP, PFL, PL, PTB, e PMDB, que lhe dava sustentação no parlamento, e o antagonismo desta aliança com a posição democrático social representada pelo PT, PSB, PPS e PDT, que estava na oposição; o que caracteriza uma dominação das classes populares pela classe empresarial, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, durante este momento histórico.

Em 1990, como em 1947, quando iniciou o culto a identidade gaúcha no século XX, as mudanças em curso no mundo, no Brasil e no Rio Grande do Sul, traziam temor. Para os gaúchos na sua maioria urbanos, mas morando em um estado de economia eminentemente rural, a globalização em curso no mundo e no Brasil, causava medo e fascinação ao mesmo tempo, mas no fundo eles preferiam a segurança do pago, com seus hábitos campeiros. Impressionados com o neo-liberalismo do presidente Collor, e com a globalização, que abria o Rio Grande do Sul para se relacionar com outros estilos de vida e outras culturas, os gaúchos voltam a buscar abrigo nos antepassados, e na tradição, que se configuravam como alternativas seguras para enfrentar estes tempos de mudanças no Rio Grande do Sul.

Se existe uma relação de dominação das classes populares pela classe empresarial, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, e sendo as formações discursivas governadas pelas formações ideológicas. E se as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. Logo em 2006, a formação discursiva da “Identidade gaúcha empobrecida” é governada por uma relação de dominação entre as alianças das classes populares pela classe empresarial, da qual as empresas jornalísticas pertencem. Por este motivo esta formação discursiva determina que o que pode e deve ser dito, neste caso, tem que tematizar a identidade econômica gaúcha.

Esta mesma formação discursiva, termina em 2005, no primeiro ano do governo José Fogaça, na prefeitura de Porto Alegre, Em termos de governo do município de Porto Alegre, onde fica a sede dos dois jornais estudados, a organização das posições político – ideológicas, que se afrontam, e que podem manter entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação, caracterizando assim as relações de classe, no interior dos aparelhos ideológicos do estado, a partir de 2004 até 2006, passou a ser de dominação da aliança entre a posição democrático-social, representada por uma discidência do PMDB, que chegou ao poder político com o PPS, e as posições social-democrata moderada e neoliberal, representada pelo PP, PL, PTB, PMDB, PFL, PSDB e PDT, que lhe dava sustentação no parlamento, e de antagonismo com a posição democrático-social representada pelo PT, que estavam na oposição; o que caracteriza ao mesmo tempo, uma dominação e uma aliança das classes populares pela e com a classe empresarial, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, durante este momento histórico.

Em 2005, pela primeira vez desde 1988, a posição político-ideológica hegemônica na maior parte da história do Rio Grande do Sul, voltava a ter sob seu controle simultaneamente o poder político na capital Porto Alegre e no estado do Rio Grande do Sul, assim era preciso incentivar um discurso de desenvolvimento do Rio Grande do Sul com o qual a formação discursiva da identidade gaúcha empobrecida era incompatível.

Se existe uma relação ao mesmo tempo de dominação e de aliança entre as classes populares e a classe empresarial, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, e sendo as formações discursivas governadas pelas formações ideológicas. E se as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. Logo em 2006, a formação discursiva da “Identidade gaúcha empobrecida” é governada por uma relação de dominação e de aliança das classes populares com a classe empresarial, da qual as empresas jornalísticas pertence. Por este motivo esta formação discursiva determina que o que pode e deve ser dito, neste caso, não tem mais que tematizar a identidade econômica gaúcha.

m) A Identidade Gaúcha Estereotipada

Esta formação discursiva, que inicia em 1992 com a possibilidade de um 2º mandato do PT na prefeitura de Porto Alegre, em termos de governo do município de Porto Alegre, onde fica a sede dos dois jornais estudados, a organização das posições político – ideológicas, que se afrontam, e que podem manter entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação, caracterizando assim as relações de classe, no interior dos aparelhos ideológicos do estado, a partir de 1988, e portanto anterior ao início período estudado, até 2004, era de antagonismo entre a posição democrático-social, que estava no poder político com o PT e a aliança entre a posição social – democrata moderada, a posição neoliberal e a posição democrático-social, representadas pelo PMDB, PFL, PP, PTB, PDT, PL, PPS e PSDB, que estavam na oposição; o que caracteriza um antagonismo entre as classes populares e a classe empresarial, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, durante este momento histórico.

Em 1992, depois de um primeiro governo de enfrentamento entre as classes populares representadas pelo PT e a classe empresarial representada pelas empresas privadas de transporte coletivo, existia a possibilidade de construção de uma hegemonia política do PT na capital gaúcha, Porto Alegre, que tinha iniciado em 1988, assim era preciso incentivar um discurso da identidade gaúcha pré-conceituosa, para mostrar que aquilo que é diferente na cultura gaúcha, não pode se tornar majoritário e hegemônico na cultura gaúcha.

Se existe uma relação de antagonismo entre as classes populares e a classe empresarial, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, e sendo as formações discursivas governadas pelas formações ideológicas. E se as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. Logo em 2004, a formação discursiva “A identidade gaúcha pré-conceituosa” é governada por uma relação de antagonismo entre as classes populares e a classe empresarial, da qual as empresas jornalísticas pertencem. Por este motivo esta formação discursiva determina que o que pode e deve ser dito, neste caso, tem que tematizar a identidade gaúcha estereotipada.

Esta mesma formação discursiva, que termina em 2006, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, se relaciona com a formação ideológica deste momento histórico da seguinte maneira: em termos de governo da República Federativa do Brasil, onde fica a sede dos dois jornais estudados, a organização das posições político – ideológicas,

que se afrontam, e que podem manter entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação, caracterizando assim as relações de classe, no interior dos aparelhos ideológicos do estado são as seguintes: a partir de 2002 até 2006, passou a ser o antagonismo entre a aliança da posição democrático-social, que estava no poder político com o PT e o PSB, e a posição neoliberal representada pelo PL e o PP, e ainda a posição social-democrata moderada representada pelo PMDB e PTB; e a aliança entre a posição social – democrata moderada e a posição neoliberal representadas e ainda a posição democrático-social, representadas pelo PSDB, PFL, PDT, PPS e PMDB, que estavam na oposição; o que caracteriza um antagonismo entre as classes populares e a classe empresarial, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, durante este momento histórico.

Aqui não foi possível encontrar nenhuma relação entre o final desta formação discursiva e a formação ideológica do momento histórico do seu final.

n) A Mídia

Esta formação discursiva tem início em 1996, com a possibilidade de um terceiro mandato do PT na prefeitura de Porto Alegre, em termos de governo do município de Porto Alegre, onde fica a sede dos dois jornais estudados, a organização das posições político – ideológicas, que se afrontam, e que podem manter entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação, caracterizando assim as relações de classe, no interior dos aparelhos ideológicos do estado, a partir de 1988, e portanto anterior ao início período estudado, até 2004, era de antagonismo entre a posição democrático-social, que estava no poder político com o PT e a aliança entre a posição social – democrata moderada, a posição neoliberal e a posição democrático-social, representadas pelo PMDB, PFL, PP, PTB, PDT, PL, e PSDB, que estavam na oposição; o que caracteriza um antagonismo entre as classes populares e a classe empresarial, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, durante este momento histórico.

Em 1996, depois de dois governos bem sucedidos do PT a frente da prefeitura de Porto Alegre, a população portoalegrense já estava identificada com o modo petista de governar e com a visão crítica que o PT tem do papel desempenhado pela mídia na construção do imaginário político gaúcho, por este motivo era importante valorizar a própria mídia.

Se existe uma relação de antagonismo entre duas alianças entre as classes populares e a classe empresarial, uma na situação e outra na oposição, no interior do aparelho ideológico de estado de imprensa, e sendo as formações discursivas governadas pelas formações ideológicas. E se as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. Logo em 1996, a formação discursiva da “O culto a própria mídia” é governada por uma relação de antagonismo entre as classes populares e a classe empresarial, da qual as empresas jornalísticas pertencem. Por este motivo esta formação discursiva determina que o que pode e deve ser dito, neste caso, tem que tematizar a mídia.

Aqui não foi possível encontrar nenhuma relação entre o final desta formação discursiva e a formação ideológica do momento histórico do seu final.

Neste quarto procedimento, identificamos a existência de duas regularidades que apesar de já terem sido detectadas ainda não foram descritas nem interpretadas. São elas: o pertencimento de todas as charges investigadas a mais de uma formação discursiva e a ocorrência de formações discursivas que são pontuais por terem ocorrido em apenas um ano.

A charge de número 01 (CA90), pertence as seguintes formações discursivas: 01 – História oficial do Rio Grande do Sul; 02 – As tradições gaúchas e 06 – A identidade econômica gaúcha.

A charge de número 02 (ZA90), pertence as seguintes formações discursivas: 01 – História oficial do Rio Grande do Sul e 02 – As tradições gaúchas.

A charge de número 03 (ZA91), pertence as seguintes formações discursivas: 01 – História oficial do Rio Grande do Sul; 02 – As tradições gaúchas e 06 – A identidade econômica gaúcha.

A charge de número 04 (ZA91), pertence as seguintes formações discursivas: 01 – História oficial do Rio Grande do Sul e 02 – As tradições gaúchas.

A charge de número 05 (ZB92), pertence as seguintes formações discursivas: 01 – História oficial do Rio Grande do Sul; 02 – As tradições gaúchas e 07 – A identidade gaúcha estereotipada.

A charge de número 06 (ZA95), pertence as seguintes formações discursivas: 01 – História oficial do Rio Grande do Sul e 07 – A identidade gaúcha estereotipada.

A charge de número 07 (ZB96), pertence as seguintes formações discursivas: 02 – As tradições gaúchas; 05 – Outras identidades; 07 – A identidade gaúcha esteriotipada e 08 – A mídia.

A charge de número 08 (ZA97), pertence as seguintes formações discursivas: 01 – História oficial do Rio Grande do Sul; 02 – As tradições gaúchas; 06 – A identidade econômica gaúcha e 07 – A identidade gaúcha esteriotipada.

A charge de número 09 (ZB97), pertence as seguintes formações discursivas: 02 – As tradições gaúchas e 07 – A identidade gaúcha esteriotipada.

A charge de número 10 (CA98), pertence as seguintes formações discursivas: 01 – História oficial do Rio Grande do Sul; 02 – As tradições gaúchas e 06 – A identidade econômica gaúcha.

A charge de número 11 (ZA98), pertence as seguintes formações discursivas: 01 – História oficial do Rio Grande do Sul; 02 – As tradições gaúchas e 07 – A identidade gaúcha esteriotipada.

A charge de número 12 (ZA99X), pertence as seguintes formações discursivas: 01 – História oficial do Rio Grande do Sul; 02 – As tradições gaúchas; 06 – A identidade econômica gaúcha e 07 – A identidade gaúcha esteriotipada.

A charge de número 13 (ZA99Y), pertence as seguintes formações discursivas: 02 – As tradições gaúchas; 03 – A identidade ítalo-gaúcha e 07 – A identidade gaúcha esteriotipada.

A charge de número 14 (ZB99), pertence as seguintes formações discursivas: 01 – História oficial do Rio Grande do Sul; 02 – As tradições gaúchas; 06 – A identidade econômica gaúcha e 07 – A identidade gaúcha esteriotipada.

A charge de número 15 (ZB00), pertence as seguintes formações discursivas: 02 – As tradições gaúchas; 05 – Outras identidades; 07 – A identidade gaúcha esteriotipada e 08 – A mídia.

A charge de número 16 (ZA02), pertence as seguintes formações discursivas: 01 – História oficial do Rio Grande do Sul; 02 – As tradições gaúchas; 03 – A identidade ítalo-gaúcha; 07 – A identidade gaúcha esteriotipada e 08 – A mídia.

A charge de número 17 (CB03), pertence as seguintes formações discursivas: 01 – História oficial do Rio Grande do Sul; 02 – As tradições gaúchas e 06 – A identidade econômica gaúcha.

A charge de número 18 (ZA03), pertence as seguintes formações discursivas: 01 – História oficial do Rio Grande do Sul; 02 – As tradições gaúchas; 04 – A identidade político-esportiva gaúcha; 05 – Outras identidades e 08 – A mídia.

A charge de número 19 (ZB03), pertence as seguintes formações discursivas: 01 – História oficial do Rio Grande do Sul; 03 – A identidade ítalo-gaúcha e 07 – A identidade gaúcha esteriotipada.

A charge de número 20 (CB04), pertence as seguintes formações discursivas: 01 – História oficial do Rio Grande do Sul; 02 – As tradições gaúchas e 07 – A identidade gaúcha esteriotipada.

A charge de número 21 (CA05), pertence as seguintes formações discursivas: 01 – História particular do rio grande do sul; 02 – As tradições gaúchas e 06 – A identidade econômica gaúcha.

A charge de número 22 (ZB06), pertence as seguintes formações discursivas: 01 – História oficial do Rio Grande do Sul; 02 – As tradições gaúchas e 07 – A identidade gaúcha esteriotipada.

o) Discussão dos resultados

Parte-se agora para a discussão da análise de discurso que foi desenvolvida, tal discussão será guiada pelos objetivos específicos e pelo objetivo geral desta investigação. Para tal vai-se apresentar primeiramente os resultados de cada um dos objetivos específicos na ordem inversa daquela em que eles são apresentados na introdução, para só então, apresentar-se os resultados do objetivo geral desta investigação.

Foram Identificados alguns dos efeitos de sentido produzidos a partir das charges, são eles : Os gaúchos do passado eram pobres e os gaúchos do presente continuam pobres; Quando chove muito no Rio Grande do Sul, os cavalos não são o melhor veículo; Apesar de todo o tempo que se passou desde a Revolução Farroupilha, o Rio Grande do Sul continua sendo desrespeitado pelo governo central; O negro no Rio Grande do Sul pode ser colorado, mas não pode ser gaúcho.

Outros efeitos de sentido identificados são: as mulheres são incompetentes até para trabalharem com crianças; Quando é época de campanha política, nada é mais importante do que a campanha política; Existem gaúchos ricos e gaúchos pobres, mas não existem gaúchos sem-terra; As crianças gaúchas não conhecem o discurso da

identidade gaúcha, baseado nas tradições; No Rio Grande do Sul as mulheres tem que ser passivas até quando são traídas; O gaúcho que não vive a tradição o ano inteiro, e quer vive-la durante a semana farroupilha, acaba se tornando ridículo.

Foram identificados também: Os gaúchos que pegam a bandeira do MST, são gaúchos inferiores; O gaúcho do presente, continua perto da cidade, mas tem uma vida campeira, com tecnologia é claro; Os gaúchos da metade sul do Rio Grande do Sul, são explorados pelos gaúchos da metade norte do Rio Grande do Sul; A semana farroupilha e as olimpíadas são um problema; A musica tradicionalista gaúcha esta perdendo espaço dentro do Rio Grande do Sul; Os gaúchos só vão comemorar o 20 de setembro se a dupla grenal e o lula deixarem.

E por fim foram identificados os seguintes sentidos: os gaúchos sonham em votarem ao passado e serem heróis, mas no presente encaram a realidade do trabalho para sustentarem suas famílias; No dia 20 de setembro, quase ninguém mais lembra da tradição; Se houver irregularidades no seu governo o presidente lula vai perder o que tem de tradição no Rio Grande do Sul.

A partir do que precede, podemos afirmar que existe uma ruptura na linha de produção de sentido, quando observamos as charges cronologicamente. Até 1998, a identidade política gaúcha é apresentada como sendo única e independente; o ano de 1999 marca uma ruptura nesta linha de produção de sentido, pois se inicia uma nova formação discursiva, chamada de “A Identidade Dividida”, que apresenta a identidade política gaúcha como sendo dividida em duas. Também o ano de 1999, marca o aparecimento de uma nova linha de produção de sentido, com o surgimento da formação discursiva chamada de “O Novo Separatismo”. Por fim este mesmo ano marca o surgimento da formação discursiva “A Identidade Oferecida”.

Quatro anos depois em 2003, surge uma nova linha de produção de sentido, e com ela uma nova formação discursiva, apresentando a identidade política gaúcha, como sendo dependente. Já no ano passado, em 2006, passa a se desenvolver uma nova linha de produção de sentido, e também uma nova formação discursiva, chamada de “A Identidade Retirada”.

A materialização discursiva do conceito de “comunidade gaúcha imaginada” nas charges, ocorre a partir da intertextualidade, ou seja, da relação que existe entre as charges como texto e a data “20 de setembro”, também como texto, e portanto, da tematização anual da identidade e do nacionalismo gaúchos pelos dois jornais mais

antigos e de circulação regional do Rio Grande do Sul, nas edições dos dias 20 e 21 de Setembro.

A materialização discursiva do conceito de “tradição gaúcha inventada” nas charges, ocorre a partir da interdiscursividade, ou seja, da relação que existe entre os pré-construídos presentes nas charges, tomadas aqui como sequências discursivas do discurso da mídia, e veiculadas nas edições dos dias 20 e 21 de Setembro nos jornais Correio do Povo e Zero Hora; e os discursos da história e das tradições inventadas a partir desta história.

Alguns dos “não ditos” que foram encontradas em cada uma das charges são os seguintes: Nós não temos nem farrapos; Porque somos mais pobres que os gaúchos do passado; Existe dias “20 de setembro” que são diferentes; diferentes porque não chove; Antes a gente homenageava menos os farrapos; Por que nós éramos mais ricos; Alguém instituiu o desrespeito pelo Rio Grande do Sul; Não tem; Ele pode ser farroupilha; Mesmo sendo negro; O RS já foi pacífico e igual aos outros estados do Brasil; Mas também não adiantou; Existem feriados nos quais não ocorrem eleições; Mas eu não lembro quais são.

Também: Os da frente não podem ser sem-terra; Porque sem terra não pode ter cavalo; O lelé não sabe o que é a chama crioula; Não aprendeu porque é criança e mora na cidade; Os gaúchos não se renderam ainda; Porque são teimosos; O *sofrenildo* não sabe controlar o cavalo; Porque mora na cidade; Antes o gaúcho estava no pedestal; Porque ele não tinha a bandeira do MST; Eu não conhecia a lida; porque não era gaúcho.

Ainda: O Rio Grande do Sul esta dividido; Entre os que trabalham e os que não trabalham; Se o mundo não consumisse muito petróleo não haveria problemas; Só os problemas dos capitalistas são problemas no jornal, O jornal é um meio de expressão dos capitalistas; A musica tradicionalista gaúcha não toca na rádio Atlântida; Porque os seus ouvintes não gostam; Teve uma revolução; Mas não sabemos se ela terminou ou não.

E por fim: Quem não é gaúcho não tem motivo para comemorar o 20 de setembro; O grêmio, o inter e o lula são queridos pelos gaúchos; Os outros não trabalham para mim, e eu não trabalho para mim; Para trabalhar para os outros, eu tenho que sonhar que mando nos outros; Teve a ida para o feriadão; No feriadão os gaúchos viajam em massa; Alguém disse que a guerra terminou; Para que pensássemos que estávamos em

paz; Alguém disse que houve irregularidades; Para que o Lula perdesse o que ele tem de gaúcho.

Depois do resgate de todos esses “não ditos”, é importante destacar os “não ditos”: os negros são gaúchos, os sem-terras são gaúchos, os petistas são gaúchos, as mulheres gaúchas são iguais aos homens gaúchos, os gaúchos petistas são iguais aos gaúchos não petistas, os gaúchos da metade norte do Rio Grande do Sul são iguais aos gaúchos da metade sul do Rio Grande do Sul, os ítalo-gaúchos da serra não eram considerados gaúchos como passaram a ser considerados recentemente.

As formas com as quais a identidade gaúcha está materializada determinam que as charges sejam interpretadas levando sempre em consideração a relação que existe entre o acontecimento “20 de setembro” e a memória da tradição gaúcha e da história particular do Rio Grande do Sul. As charges estão investidas de significância para e por sujeitos, a partir do uso na sua elaboração de signos simbólicos e icônicos que remetem à história particular do Rio Grande do Sul, bem como as tradições inventadas a partir desta história.

Os domínios do campo enunciativo presentes nas charges são caracterizados assim: o domínio de memória, está relacionado, no corpus investigado, à materialização discursiva do conceito de tradição inventada e o domínio de atualidade, está relacionado, também no corpus investigado, à materialização do conceito de comunidade imaginada.

Verificando a existência de algum deslocamento epistemológico entre a forma como o conceito de comunidade imaginada e o conceito de tradição inventada estão materializados nas charges, concluímos que existe um deslocamento epistemológico, na medida em que o campo discursivo de observação da intertextualidade é menor do que o campo discursivo de observação da interdiscursividade, havendo portanto uma ampliação do campo discursivo observado, quando nos procedimentos metodológicos da presente investigação, se passa do primeiro procedimento para o segundo procedimento, ou seja, da análise da intertextualidade para a interdiscursividade.

A materialização discursiva da identidade gaúcha nas charges ocorre a partir da intertextualidade e da interdiscursividade. A intertextualidade, materializa nas charges a comunidade imaginada dos gaúchos, enquanto a interdiscursividade materializa nas charges as tradições gaúchas inventadas, tendo como base a história particular do Rio Grande do Sul, e portanto fazendo referência explícita a esta história.

5. CONCLUSÃO

Vamos verificar cada objetivo específico mostrando como foi atingido. A intertextualidade, materializa nas charges a comunidade imaginada dos gaúchos, enquanto a interdiscursividade materializa nas charges as tradições gaúchas inventadas, tendo como base a história particular do Rio Grande do Sul, e portanto fazendo referência explícita a esta história.

Assim nesta análise de discurso se procurou encontrar um sentido real das charges em sua materialidade lingüística e histórica. A ideologia e o inconsciente se manifestaram nas charges. Observou-se que tanto a linguagem não verbal como a verbal funcionam ideologicamente. Todo enunciado das charges foi lingüisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível oferecendo lugar à várias interpretações também possíveis. O sentido mostrou-se sempre suscetível de ser ou tornar-se outro. Esse lugar do outro enunciado nas charges analisadas, é o lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos.

Mostrou-se que a materialização discursiva das charges investigadas, é o encontro da linguagem, ou seja, a estrutura com a história, que é o acontecimento da enunciação; na produção de sentidos em uma forma material, que é o discurso representado pelas sequências discursivas chargísticas, e que é a forma encarnada na história para produzir sentidos. As charges são portanto lingüístico-históricas.

Observou-se que a dimensão histórica do sentido constitui sua materialidade e sua conseqüente opacidade. Desfeita a ilusão da transparência da linguagem, ou seja, a ilusão de um único sentido possível, tanto na linguagem verbal como na linguagem não verbal, foi exposta à materialidade do processo de significação e da constituição do sujeito, e retomou-se a questão inicial desta investigação, que é como a identidade gaúcha se materializa nas charges?

Esta questão esteve no início, como elemento desencadeador da análise e da construção do dispositivo analítico correspondente, e, no final, ela retornou, gerindo a maneira como os resultados da análise foram referidos à compreensão teórica do seu domínio disciplinar específico, que são o dos estudos culturais da mídia. Todos esses elementos, a natureza dos materiais analisados, a questão colocada, as diferentes teorias dos distintos campos disciplinares, constituíram o dispositivo analítico construído pelo analista.

O texto é a charge na sua estrutura material lingüística, e é uma totalidade que tem uma natureza específica e uma qualidade particular, é a unidade de sentido que constrói o efeito-autor, considerado como princípio de agrupamento da seqüência discursiva chargística, como origem e unidade de suas significações. Assim como autor, o chargista ao mesmo tempo que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir.

Assim o chargista também se remete a sua interioridade, construindo a sua identidade como autor. Percebemos, nesta investigação, que cada chargista analisado tem a sua identidade. Os chargistas, como concluiu Vadovato (2000), em sua dissertação de mestrado, aqui também extraem um aspecto da notícia e posicionam-se diante dos fatos, e nesse posicionamento produzem efeitos de sentido, que podem ir da simples diversão a crítica mais feroz.

A charge é uma materialidade verbal e não verbal que tem espessura semântica. As charges como textos são produtos culturais, ou seja, são as formas empíricas do uso da linguagem verbal e não verbal no interior de práticas sociais contextualizadas histórica e socialmente. O mais comum na cultura midiática contemporânea são os textos mistos, como as charges investigadas, que reúnem texto simbólico ou verbal, impresso em letras; e imagens, que são textos icônicos ou não verbais.

O intertexto é a relação da charge, como um texto, com a data da edição do jornal como outro texto, dentro de um mesmo espaço discursivo, que é a mídia impressa de circulação regional no Rio Grande do Sul. Levar em conta a intertextualidade no processo de leitura das charges, é ter em mente que os sentidos das charges se estabelecem pela relação que elas mantêm com a data em que são publicadas. A intertextualidade no interior de um discurso deve ser entendida como o diálogo entre as charges e a data de sua publicação.

Intertextualidade é o processo através do qual toda a charge como texto constrói-se como um mosaico de citações, assim toda charge é absorção e transformação de uma outra charge. A intertextualidade designa as diferentes maneiras pelas quais a produção e a recepção de uma determinada charge como texto, dependem do conhecimento, por parte dos chargistas e dos leitores, de outras charges como textos.

Como podemos observar, as relações que as charges como textos estabelecem com as datas especiais, de publicação do jornal, como é o caso do “20 de setembro”, justificam-se como intertextuais por envolverem conhecimentos que fazem parte do repertório de toda a comunidade imaginada gaúcha. Portanto, fazem parte da chamado

senso comum. O leitor, para compreender as informações da charge, pode buscar no próprio jornal a data em questão.

Tanto o chargista como o leitor, ao deparar-se com a data, e sabendo que ela é um dia considerado especial, vai relacioná-la com seu conhecimento da identidade gaúcha. Vinculando a charge com a data e, daí, com seu conhecimento da identidade gaúcha, o chargista e o leitor estabelecem as relações intertextuais e chegam ao humor da charge. Na presente investigação, ficou-se detido em casos nos quais o texto chargístico se relaciona, no jornal, apenas com a data, livre de qualquer vínculo com outro texto publicado que enfoque questões políticas, seja ele verbal ou visual, mas sabe-se que estes vínculos existem.

A palavra discurso, etimologicamente falando, remete a idéia de curso, percurso e de movimento. Neste estudo, o discurso são as seqüências discursivas chargísticas, tomadas como signos compostos em movimento, prática de linguagem, com este estudo do discurso chargístico, observou-se o homem produzindo linguagem a partir das charges. O interdiscurso, nesta investigação, é o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob forma de pré-construído, o já dito em outras charges, que está na base do dizível, sustentando cada retomada dos signos icônicos e simbólicos.

O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o chargista e os leitores significam uma charge em uma situação discursiva dada. Definimos interdiscurso aqui, a partir desta análise, como sendo aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente, ou seja, o saber discursivo que torna possível, toda charge e que retorna sob a forma do pré-construído, do já dito, que esta na base do dizível, sustentando cada nova retomada de um signo ou conjunto de signos.

O interdiscurso aciona dizeres que, numa situação discursiva determinada, como as charges analisadas, afetam o modo como o chargista e o leitor significam. Todos os sentidos já ditos por alguém no passado, em outro momento qualquer, e em outro lugar, tem um efeito sobre a charge do presente. Este dizer não é propriedade particular, ele significa pela história e pela linguagem. O que é dito em outra charge em outro lugar também significa no que é dito nestas charges analisadas.

O chargista pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem na sua charge para os seus leitores. Por tanto, do ponto de vista discursivo, não tem sentido perguntar para o chargista, o que ele quis dizer quando disse o que disse, pois o que ele sabe, sobre o que ele disse, não é

suficiente para que possamos compreender que efeitos de sentido estão presentes no seu dizer, quando este dizer é interpretado pelos leitores da charge, principalmente quando trata-se de comunicação de massa.

Existe então uma relação entre o já-dito em outras charges, e o que está-se dizendo nas charges analisadas, ou seja, entre o interdiscurso e o intradiscurso. Considera-se o interdiscurso como sendo representado por um eixo vertical, onde teria-se todos os dizeres já ditos em outras charges e esquecidos em uma seqüência de enunciados, que em seu conjunto, representa todo o dizível, e considera-se também o intradiscurso como sendo representado por um eixo horizontal, onde teria-se aquilo que está-se dizendo na charge analisada, naquele momento, e naquelas condições em que está-se dizendo o que está-se dizendo nesta charge.

O intradiscurso está determinado pela relação que é estabelecida com o interdiscurso. O interdiscurso determina o intradiscurso, pois só pode-se dizer algo em uma charge, se for colocado na perspectiva do que já foi dito em outras charges anteriores a esta. Todo dizer se encontra na junção do intradiscurso e do interdiscurso, e é desta junção que tiram seus sentidos. O interdiscurso é também a historicidade, que determina aquilo que é relevante para a discursividade, das condições de produção de um discurso. É o interdiscurso que especifica as condições nas quais um acontecimento histórico, o “20 de setembro”, por exemplo, descontínuo e exterior pode inscrever-se no espaço potencial de coerência, contínuo e interior, próprio de uma memória discursiva.

Para que o que é dito em uma charge tenha sentido é preciso que o que é dito nesta charge já faça sentido. E este é o efeito do interdiscurso, ou seja, é preciso que o que foi dito por um chargista específico, em um momento particular se apague na memória para que passando para o “esquecimento”, possa fazer sentido em uma charge que foi produzida depois. No interdiscurso fala uma voz sem nome, quando algo é dito em uma charge, quem diz se filia a redes de sentidos, e se fica então por conta do inconsciente e da ideologia.

São a história, o acaso e o jogo da linguagem e do equívoco que determinam o porquê os leitores das charges são afetados por certos sentidos e não por outros. Mas certamente ao dizer o que dizem nas charges analisadas, os chargistas o dizem determinados por nossa relação com a linguagem e com a história; e ainda por essa experiência simbólica e de mundo, através da ideologia.

Assim percebemos que o discurso verbal ou não verbal da identidade política gaúcha não é autônomo, na medida de que este discurso sempre remete a outros discursos, como por exemplo o discurso do tradicionalismo gaúcho (MTG) e o discurso da história oficial do Rio Grande do Sul; e por tanto, suas condições de possibilidades semânticas caracterizam-se num espaço de trocas, e não como uma identidade fechada. A noção de formação discursiva implica, portanto na sua relação com o interdiscurso, a partir do qual ela define-se.

A partir desta análise mostrou-se que uma unidade de análise pertinente é o espaço de trocas entre os discurso da mídia e os discursos da história e do tradicionalismo gaúcho. Esta afirmação pode ser interpretada de duas maneiras. A primeira é que o estudo da especificidade de um discurso faz-se colocando-o em relação com outros discursos. A segunda é que o interdiscurso passa a ser o espaço de regularidade pertinente, do qual os diversos discursos não seriam senão componentes. Estes discursos teriam sua identidade estruturada a partir da relação interdiscursiva, e não independentemente uns dos outros, para depois serem colocados em relação.

As condições de produção compreendem basicamente os chargistas e os leitores os jornais analisados, como sujeitos que relacionam-se a partir das charges, a situação em que da-se a produção das charges e a memória acionada a partir das charges. Em sentido estrito, as condições de produção compreendem as circunstâncias da enunciação, ou seja, o contexto imediato; já num sentido mais amplo, elas vão compreender o contexto sócio-histórico e ideológico. Por sua vez a memória quando pensada em relação ao discurso tem as sua características, nessa perspectiva ela é chamada de memória discursiva ou interdiscurso.

Formação discursiva define-se como aquilo que numa organização das posições políticas e ideológicas, que se afrontam, e que podem manter entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação, caracterizando assim as relações de classe, no interior dos aparelhos ideológico da imprensa, num determinado momento histórico., determina o que pode e deve e o que não pode e não deve ser dito.

Desta maneira, pode-se dizer que o sentido das charges não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que os discursos são produzidos e consumidos. As charges como seqüências discursivas mudam de sentido segundo as posições daqueles que os empregam, tanto na sua produção como na sua recepção. Elas tiram seu sentido dessas posições, ou seja, em relação às formações ideológicas, que são a organização

das posições políticas e ideológicas, de 1990 à 2006, no Rio Grande do Sul e portanto no Brasil. nos quais essas posições se inscrevem.

As formações discursivas, podem ser identificadas, porque é possível descrever, dentro do conjunto das suas charges como enunciados, as suas escolhas temáticas, na caso desta investigação, o tema é sempre a identidade política gaúcha, já que o sub-nacionalismo gaúcho é, como afirma Anderson (1989), uma ideologia política, e que portanto o tema é uma regularidade, assim, vamos dizer por convenção que as charges constituem os objetos discursivos analisadas.

Como decorrência desta afirmação, passa-se a expor dois pontos. O primeiro ponto é que as charges constituem o seu sentido porque aquilo que o chargista diz inscreve-se em uma formação discursiva e não em outra para ter um sentido e não outro. As charges, não tem um sentido nelas mesmas, elas tiram seus sentidos das formações discursivas nas quais inscrevem-se. As formações discursivas representam no discurso as formações ideológicas, que caracterizam um aspecto da luta de classes no aparelho ideológico da mídia, que são capazes de atuar como forças de confronto com outras forças de confronto, numa conjuntura ideológica contextualizada no Rio Grande do Sul como estado federado do Brasil capitalista do final do século XX e início do XXI. Portanto, os sentidos das charges são sempre determinados ideologicamente. Tudo que é dito numa charge tem um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos, e isto não esta na essência dos dizeres, mas na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. As charges falam com outras charges. Toda charge sempre faz parte de um discurso, e todo discurso delinea-se em relação a outros discursos, charges do presente e charges que encontram-se na memória. As formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. Então, o sentido é sempre uma charge tomada por outra charge, de modo que essa superposição, essa transferência de elementos significantes passam a confrontar-se, de modo que se revestem de sentido.

Já o segundo ponto, é que é pela referência à formação discursiva, que pode-se compreender, os diferentes sentidos no funcionamento das charges. Charges iguais, como pudemos comprovar nesta investigação, significam de maneiras diferentes, porque inscrevem-se em formações discursivas diferentes. As maneiras de usar-se as charges dão-se em condições de produção diferentes e podem ser associadas a diferentes formações discursivas. Observando as condições de produção e verificando

o funcionamento da memória, deve-se remeter a charge a uma formação discursiva e não a outra, para poder-se compreender o sentido que ali está dito. A organização das posições políticas e ideológicas, que se afrontam, e que podem manter entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação, caracterizando assim as relações de classe, no interior do aparelho ideológico da imprensa, num determinado momento histórico.

A partir da distinção de universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. Afirmamos que o universo discursivo é constituído pelo conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem durante o período de 1990 à 2006, na mídia gaúcha e não pode ser apreendido na sua globalidade; o campo discursivo é constituído por um conjunto de formações discursivas que encontram-se em concorrência, se delimitam reciprocamente neste mesmo período de tempo mídia impressa gaúcha como uma região determinada do universo discursivo, geralmente não é possível estudar um campo discursivo na sua integralidade; por fim, os espaços discursivos são recortes discursivos que o analista isola no interior de um campo discursivo, tendo em vista propósitos específicos desta análise, como por exemplo as formações discursivas que tem como tema a identidade gaúcha publicadas nos jornais Correio do Povo e Zero hora de 1990 à 2006.

As formações ideológicas são constituídas pela organização das posições políticas e ideológicas gaúchas e brasileiras, que se afrontam, e que podem manter entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação, caracterizando assim as relações de classe, no interior do aparelho ideológico da imprensa, no momento histórico que vai de 1990 à 2006. Falaremos de formação ideológica para caracterizar este aspecto da luta de classe no aparelho ideológico da imprensa, suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica do Rio Grande do Sul e do Brasil capitalistas entre 1990 e 2005.

Pudemos comprovar que as formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito, articulado sob a forma de discurso a partir de uma posição dada na conjuntura gaúcha e brasileira, já mencionadas anteriormente, e inscritas numa relação de classes. As formações discursivas são governadas pelas formações ideológicas.

Cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam

mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras. A espécie discursiva pertence, assim pensamos, ao gênero ideológico, O discurso deve ser concebido como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica.

O único momento histórico em que a formação discursiva da a identidade gaúcha não foi a formação discursiva dominante no período de tempo analisado, é quando aparece a formação discursiva “Outras Identidades”, já que esta contradiz a primeira. Este fato significa que a linha de produção de sentido iniciada em 1990, deixa de existir como linha dominante, passando a coexistir com outra linha que a contradiz, pois se pensarmos de acordo com o raciocínio lógico do tipo “ou isto é aquilo, ou isto não é aquilo”, o princípio lógico da não contradição, ou a identidade política gaúcha é uma só, ou ela é varias ao mesmo tempo.

A partir do que precede, podemos afirmar que existe uma ruptura na linha de produção de sentido, quando observamos as charges cronologicamente. Até 1998, a identidade política gaúcha é apresentada como sendo única e independente; o ano de 1999 marca uma ruptura nesta linha de produção de sentido, pois paralelamente a linha que existia antes, se iniciam novas formações discursivas, que apresentam a identidade política gaúcha como sendo dividida, o gaúcho do MST e o gaúcho anti-MST ou o gaúcho da metade sul e o gaúcho da metade norte do Rio Grande do sul. Assim confirma-se o que Machado (2004) afirma em sua tese de doutorado, que o próprio jornal Zero Hora, na edição de 02/01/2000, mostrou que 1999 foi um ano de “mudanças”.

O ano de 1999 é o primeiro ano de uma nova organização das posições políticas e ideológicas gaúchas e brasileiras, que se afrontam, e que mantém entre si relações de antagonismo, caracterizando assim as relações de classe, no interior do aparelho ideológico da mídia, neste momento histórico. Pudemos comprovar que as formações discursivas são governadas pelas formações ideológicas e como mudou a formação ideológica mudou também a formação discursiva.

Todos estes fatos são explicados no seu conjunto pela mudança na formação ideológica no governo do estado do Rio Grande do Sul, pois o novo governador Olívio Dutra era uma figura identificada com o tradicionalismo, e portanto o aparelho ideológico da mídia não podia mais sustentar o discurso da identidade política gaúcha única, pois esta identidade (a identidade sub-nacionalista gaúcha), também era a identidade de um candidato e de um partido socialistas e que portanto buscam o fim

da iniciativa econômica privada, e no limite o fim da Rede Brasil Sul de Comunicação dona do jornal Zero Hora.

Este fato explica também o surgimento do discurso do novo separatismo, que pretendia constituir um novo estado federado tendo como território a metade sul do Rio Grande do Sul, defendido inicialmente por líderes políticos da metade sul do Rio Grande do Sul, inconformados com o fato do PT estar no governo, e logo adotado pelo jornal Zero Hora.

Por fim, o fato da cidade de Caxias do Sul, ter se tornado um importante colégio eleitoral no Rio Grande do Sul, fato histórico comprovado pela elevação de Caxias a cidade com eleição municipal em 02 turnos, explicada pelo significativo aumento de eleitores, justifica a estratégia do jornal Zero Hora, de aliciar os ítalo-gaúchos como sendo gaúchos tradicionalista e anti-PT, já que o próximo ano, 2000, era ano de eleições para prefeito, e o PT governando as prefeituras de Porto Alegre, Pelotas e Caxias, tinha garantido a eleição de Olívio Dutra um ano antes.

Quatro anos depois, segundo Machado (2004), a ONU volta a indicar Porto Alegre como a capital líder em qualidade de vida no Brasil. Em 2003, primeiro ano de uma nova mudança de formação ideológica, agora com a chegada do PT ao governo federal, e com a possibilidade do PT em 2004 consolidar 20 anos de poder na capital gaúcha, surge uma nova linha de produção de sentido, e com ela uma nova formação discursiva, apresentando a identidade política gaúcha, como sendo dependente.

Aqui a estratégia do aparelho ideológico da imprensa, representado pelo jornal Zero Hora, é de sabendo do poder que o governo federal representa para o funcionamento da principal atividade econômica do Rio Grande do Sul, que é a agropecuária, tentar pressionar o governo federal para liberar o cultivo e a comercialização da soja geneticamente modificada, que fora proibida junto com o seu plantio, durante o mandato do governador Olívio Dutra do PT (1999 - 2002); ou jogar a opinião pública gaúcha contra o governo do PT e o próprio PT.

Já no ano passado, em 2006, durante a campanha eleitoral para a presidência da república, o jornal Zero Hora, passa a desenvolver uma nova linha de produção de sentido, e também uma nova linha de produção de sentido, na qual tenta convencer o eleitorado gaúcho, que nas últimas três eleições presidenciais, 1989, 1994 e 1998, deu a vitória para o candidato Luiz Inácio Lula da Silva no rio Grande do Sul; que Lula não merece mais a tradicional confiança do povo gaúcho.

A ideologia é externa como o inconsciente freudiano, é uma representação das relações imaginárias do indivíduo com as suas reais condições de vida. A ideologia é a condição para a constituição dos sentidos e dos sujeitos. O indivíduo é interpelado como chargista ou como leitor, pela ideologia para produzir ou ler uma charge. Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamentos, dizemos que a característica comum a estas estruturas é a de dissimularem sua existência no interior do seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências subjetivas, nas quais constitui-se tanto o chargista como o leitor.

A evidência do sentido, ou seja, aquela que faz com que uma charge designe alguma coisa, nos faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas. A charge recebe seus sentidos de formações discursivas em suas relações, esta determinação é o efeito do interdiscurso. Já a evidência do sujeito, ou seja, a de que já somos sempre sujeitos, apaga o fato de que o chargista e o leitor são interpelados em sujeitos pela ideologia. Essas duas evidências que transformam a realidade num sistema de significações percebidas e experimentadas tanto pelo chargista como pelo leitor.

A relação do mundo com a ordem simbólica faz-se de tal modo que, para existir sentido, é preciso que a linguagem, como sistema sintático sujeito à falhas, inscreva-se na história. A discursividade é essa inscrição dos efeitos lingüísticos materiais na história. O sentido é assim uma relação determinada do chargista e do leitor com a história, e afetada pela linguagem. E é o gesto de interpretação que realiza essa relação do chargista e do leitor com a linguagem, com a história e com os sentidos. Não existe charge sem chargista e sem leitor, e não existe chargista e leitor sem ideologia, e a ideologia está materialmente ligada ao inconsciente. A interpretação é a ideologia pensada nesta perspectiva. Para a linguagem fazer sentido é preciso à intervenção da história, pelo equivoco, pela opacidade, pela espessura material do significante.

Por tanto a interpretação é regulada em suas possibilidades e em suas condições de apreensão dos sentidos, e não um mero gesto de decodificação. A interpretação não é livre de determinações que mudam de acordo com as mudanças das formações ideológicas, e não é qualquer uma a interpretação da realidade possível de ser feita através das charges pelo chargista, esta interpretação é determinada pela sua relação com a formação ideológica.

Existem duas formas de esquecimento no discurso. O primeiro é da ordem do inconsciente e do ideológico, quando o chargista cria uma charge, ele tem a ilusão de que quem cria a charge, no caso ele, é a origem do que é dito na charge, quando, na realidade, retoma-se sentidos pré-existentes, que aparecem nas charges analisadas na forma de pré-construídos. Este esquecimento se dá numa zona inacessível ao sujeito, e por esta razão é o lugar constitutivo da subjetividade. Por este esquecimento o chargista rejeita ou apaga inconscientemente qualquer elemento que o remeta para o exterior da formação discursiva a qual se filia a sua charge. Na realidade os sentidos apenas representam-se como originando-se em nós, embora tenhamos a impressão de que os sentidos realizem-se em nós.

A maneira como os chargistas e os leitores inscrevem-se na língua e na história, determina os sentidos, e é por isto que eles significam, e não pela sua vontade. Quando eles nascem os discursos já estão no processo e eles é que entram neste processo. Os discursos não se originam neles, o que não significa que não exista originalidade na forma com que a linguagem e a história lhes afetam, mas significa sim que eles não são o início nem da linguagem e nem da história. Os chargista e os leitores esquecem que o que estão criando ou lendo, já foi dito ou lido, para, ao identificarem-se com o que dizem ou o que leem, constituírem-se como sujeitos, interpelados pela ideologia.

Já o segundo esquecimento, que está presente no corpus analisado, por exemplo nas charges sobre a pobreza do gaúcho, e que é da ordem do sistema pré-consciente e consciente, na medida que o chargista e o leitor retomam o discurso para tornar explícito a si mesmos o que está se dizendo ou se interpretando do que foi dito, para reformulá-lo mais adequadamente aos seus propósitos comunicativos; e também é da ordem da enunciação, pois ao ser dito algo em uma charge, diz-se de uma maneira e não de outra.

É a operação de seleção lingüística, que quem diz algo através de uma charge faz, entre a forma com a qual, o que diz-se é dito, e as formas com as quais, também seria possível de se dizer, mas deixa-se de dizer o que é dito. Esta operação elege algumas formas e seqüências que encontram-se em relação de paráfrase, como podemos ver nas charges analisadas, e esquece ou oculta outras formas e seqüências. A partir desta operação o sujeito tem a ilusão de que somente o seu discurso reflete o conhecimento objetivo que tem da realidade.

Quanto à materialização discursiva da história particular do Rio Grande do Sul, predominou, o discurso verbal; enquanto com relação a materialização discursiva das tradições inventadas gaúchas que tem como base a história particular do Rio Grande do Sul, predominou o discurso não verbal. Este fato pode ser explicado a partir do fato de que o enunciado icônico (a imagem), é sempre polissêmica, e por serem assim, na mídia a maioria das imagens esta acompanhada de algum tipo de enunciado simbólico, ou seja, algum tipo de texto verbal constituído por palavras impressas.

Desta forma o discurso da história oficial, que é considerado científico, se materializa de uma forma menos polissêmica apoiado no discurso verbal, enquanto o discurso do tradicionalismo e do sub-nacionalismo gaúcho, que não são considerados discursos científicos, mas sim discursos do senso comum, podem materializar-se de uma forma mais polissêmica, apoiados no discurso não verbal.

Considera-se que todo o funcionamento da linguagem, inclusive o das charges, está baseado na tensão entre processos parafrasísticos e processos polissêmicos. Nos processos parafrasísticos, sempre que é dito algo, existe algo que se mantém, ou seja, o dizível, a memória, o interdiscurso. A paráfrase é a produção de diferentes formulações de um mesmo dizer sedimentado. A paráfrase esta do lado da estabilização. Por outro lado nos processos polissêmicos, sempre que é dito algo, produzimos uma mexida na rede de filiações dos sentidos. A polissemia é a produção do deslocamento e da ruptura dos processos de significação. A polissemia joga com o equívoco.

Em análise de discurso, vai-se estar sempre entre a produtividade e a criatividade. Produtividade é a criação em sua dimensão técnica, repetição de processos já cristalizados. A produtividade, regida pelo processo parafrasístico, mantém o sujeito num processo constante retorno ao mesmo dizer, produzindo uma variedade do mesmo, podemos observar este fato nas charges analisadas. Criatividade, por sua vez, implica na ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a linguagem, aparecendo desta forma sentidos diferentes. O que é observado com mais freqüência, na mídia, por exemplo, é a produtividade e não a criatividade.

As condições de produção, que constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Um deles é o que é chamado de relação de sentido, ou seja, os sentidos resultam de relações, uma charge aponta para outras charges que a sustentam, assim

como para charges futuras. Toda charge, entendida como seqüência discursiva, é vista como um estado de um processo discursivo mais amplo e contínuo. O discurso, desse modo, não tem começo absoluto nem ponto final. Um discurso tem relações com outros discursos realizados, imaginados ou possíveis.

Outro fator, é o mecanismo de antecipação, segundo o qual todo o chargista tem a capacidade de colocar-se no lugar em que o seu leitor lê a sua charge. O chargista antecipa-se ao seu leitor, quanto ao sentido que o sua charge produz. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o chargista dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu leitor. Este aspecto varia amplamente desde a previsão de um leitor que é seu cúmplice até aquele que é seu adversário. Dessa maneira, este mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o leitor.

O conceito de contrato de leitura implica que o discurso de um veículo de imprensa, como são os casos dos jornais Correio do Povo e Zero Hora, é um espaço habitado, cheio de atores, de decoração e objetos, e ler é por em movimento esse universo, aceitando ou recusando-o. É o contrato de leitura quem dá o aval à ligação entre o veículo, ou seja o jornal, e seu público leitor. O rompimento deste contrato pode ser feito por ambas as partes, de um lado, o leitor vai elegendo, ao longo do tempo novas modalidades de dizer, e quando o veículo não percebe esta mudança, fatalmente ocorrerá uma estagnação ou uma diminuição do seu leitorado; por outro lado, o próprio veículo, ao introduzir modos diferentes de dizer, sem a cumplicidade de seu parceiro, gera uma incoerência no contrato estabelecido, provocando assim o rompimento do mesmo.

O discurso da ruptura da linha de produção de sentido dominante sobre a identidade gaúcha, que teve início em 1990 e terminou em 1998, é 100% não verbal. Este fato pode ser explicado, porque como vimos acima o discurso não verbal é mais polissêmico ou ambíguo do que o discurso verbal. E esta ruptura da linha de produção de sentido dominante sobre a identidade gaúcha tem que correr o menor risco possível de romper o contrato de leitura existente entre o jornal Zero Hora e os seus leitores, que são gaúchos na sua maioria.

Por fim, tem-se um terceiro fator que é a relação de forças, segundo qual pode-se dizer que o lugar a partir do qual o chargista diz algo em uma charge, é constitutivo do que ele diz nesta charge. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares,

que se fazem valer na comunicação. Todos esses fatores de funcionamento do discurso repousam no que chamamos de formações imaginárias. Assim, são as imagens dos chargistas e de seus lugares empíricos, resultantes de suas projeções, que funcionam no discurso. São essas projeções que permitem passar dos lugares dos indivíduos, ou seja, das situações empíricas, para as posições dos chargistas no discurso, e essa é a distinção entre lugar e posição.

Em toda linguagem existem regras de projeção que permitem ao sujeito passar dos lugares de indivíduo para as posições de sujeito no discurso. O que tem significado no discurso são essas posições. As posições de sujeito significam em relação ao contexto sócio-histórico e também em relação à memória, ao saber discursivo, ao já-dito. As condições de produção do discurso são constituídas em três níveis. O primeiro é o nível material, ou seja, a linguagem sujeita ao equívoco e a historicidade; já o segundo é o nível institucional, que é a formação social em sua ordem; por fim o terceiro é o nível do mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz as imagens dos sujeitos e a imagem do objeto do discurso, dentro de uma determinada conjuntura sócio-histórica. Tem-se assim a imagem do chargista para ele mesmo, ou seja, quem sou eu para criar charges desta forma; a imagem do leitor para ele mesmo, ou seja, quem sou eu para que me dêem para ler a charges desta forma; a imagem do leitor para chargista, ou seja, quem é ele para que eu crie charges desta forma; a imagem do chargista para o leitor, ou seja, quem é ele para que crie charges para mim desta forma; a imagem do assunto da charge para o chargista, ou seja, do que eu estou falando na charge; e a imagem do assunto da charge para o chargista, ou seja, do que ele está falando na charge.

Na relação discursiva, são as imagens que constituem as diferentes posições. O que funciona na charge é a posição discursiva produzida pelas formações imaginárias. É assim que as condições de produção estão presentes nos processos de identificação dos sujeitos (chargistas e leitores), trabalhados nos discursos. E as identidades resultam desses processos de identificação, em que o imaginário tem sua eficácia. Pensando as relações de sentido, a antecipação, a relação de força sob o modo de funcionamento das formações imaginárias, pode-se ter muitas e diferentes possibilidades regidas pela maneira como a formação social está na história.

O chargista ajusta seu dizer aos seus objetivos políticos, trabalhando esse jogo de imagens. Como num jogo de xadrez, o melhor chargista é aquele que consegue antecipar o maior número de jogadas, ou seja, aquele que mobiliza melhor o jogo de

imagens na constituição dos sujeitos, esperando-os onde eles estão, com as palavras que eles gostariam de ouvir. Na análise de discurso não se deve desprezar a força que a imagem tem na constituição do dizer das charges. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz e assenta-se no modo como as relações sociais inscrevem-se na história e são regidas, numa sociedade como a nossa, por relações de poder. Os sentidos não estão nos signos, estão aquém e além deles.

Se levada em conta a ideologia, somos capazes de apreender, de forma crítica, a ilusão que está na base do estatuto primitivo da literalidade, o fato de que ele é produto histórico, efeito de discurso que sofre as determinações dos modos de assujeitamento das diferentes formas-sujeito na sua historicidade e em relação às diferentes formas de poder. O chargista e o leitor falante não operam com a literalidade como algo fixo e irreduzível, uma vez que não há um sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do chargista e do leitor com a linguagem das charges e que faz parte das condições de produção do discurso, quais seus efeitos.

A noção de história é fundamental para a compreensão da noção de sujeito, pois o sujeito é marcado espacialmente e temporalmente, ele é essencialmente histórico. É porque seu dizer é produzido a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo, a concepção de um sujeito histórico articula-se a outra noção fundamental que é a de sujeito ideológico. Todo dizer, inclusive o das charges analisadas, é uma representação de um tempo histórico e de um espaço social, desta forma o chargista e o leitor, estando projetados num espaço e num tempo, e orientados socialmente, situam o seu discurso em relação aos discursos dos outros. Outro que envolve ao mesmo tempo, de um lado o seu destinatário, ou seja, os leitores, para quem planeja e ajusta o dizer de sua charge, ou seja, o nível intradiscursivo; e de outro lado outros discursos historicamente já constituídos e que emergem no seu dizer, ou seja, o nível interdiscursivo a partir do pré-construído.

Os domínios do campo enunciativo presentes nas charges são caracterizados assim: o domínio de memória está relacionado, no corpus investigado, à materialização discursiva do conceito de tradição inventada e o domínio de atualidade, esta relacionado, também no corpus investigado, à materialização do conceito de comunidade imaginada.

A mídia impressa gaúcha, na maioria dos anos estudados, ou seja em 1990, 1991, 1992, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2002, 2003, 2004 2005 e 2006, nas suas

edições dos dias 20 e 21 de setembro, a partir das suas seqüências discursivas chargísticas, faz trabalhar ao mesmo tempo, o acontecimento, ou seja, o fato novo, o “20 de setembro” deste ano, em seu contexto de atualidade; é o espaço de memória que ele convoca. Uma charge pode ser trabalhada como um acontecimento, ou seja, como o ponto de encontro de uma atualidade com uma memória. O acontecimento é o fato novo e seus desdobramentos, ele é trabalhado em seu contexto de atualidade, mas também no espaço da memória que este acontecimento evoca. Este acontecimento que aparece na mídia, é o acontecimento jornalístico e dos mass-mídia que remete a um conteúdo sócio-político.

Verificando a existência de algum deslocamento epistemológico entre a forma como o conceito de comunidade imaginada e o conceito de tradição inventada estão materializados nas charges, concluímos que existe um deslocamento epistemológico, na medida em que o campo discursivo de observação da intertextualidade é menor do que o campo discursivo de observação da interdiscursividade, havendo portanto uma ampliação do campo discursivo observado, quando nos procedimentos metodológicos da presente investigação, se passa do primeiro procedimento para o segundo procedimento, ou seja, da análise da intertextualidade para a interdiscursividade.

A maioria das charges apresenta enquadramento de plano geral, formato quadrado, ângulo médio, texto em balão de fala, texto escrito em letras de imprensa, metáforas visuais e sem montagem. Este fato detectado comprova aquilo que diz Fialho et alii (1996), para quem as vinhetas sempre apresentaram uma estrutura repetitiva, variando dentro de grupo de categorias que foram apresentadas por este autor.

Todas as charges pertencem a no mínimo 02 formações discursivas diferentes. Este fato comprova que a heterogeneidade discursiva é uma das características mais marcantes do discurso, pois por mais que se tente fechar a produção de sentidos, durante a produção do discurso, para que este discurso produza somente um sentido, o inconsciente e a história fazem com que um discurso, como podemos observar nas seqüências discursivas chargísticas do corpus analisado, seja heterogêneo na produção de sentidos, ou seja, uma única seqüência discursiva chargística, sempre produz, nesta investigação, no mínimo quatro sentidos diferentes, e portanto pertencem a duas formações discursivas diferentes.

Quanto a diferença entre os veículos analisados, podemos afirmar que enquanto o jornal Correio do Povo demonstra uma presença menor da determinação histórica dos processos semânticos nas suas seqüências discursivas chargísticas, o jornal Zero Hora,

por sua vez, demonstra uma presença maior da determinação histórica dos processos semânticos nas suas charges.

Os “não ditos”: os negros são gaúchos, e a invisibilidade do índio nas charges, mostram que apesar da identidade gaúcha baseada na história particular do Rio Grande do Sul e nas tradições inventadas tendo como base esta história, o não dito que está presente no pré-construído mobilizado pelo interdiscurso, exclui os negros e os índios da identidade gaúcha. O mesmo acontece com os sem-terras e os petistas. Já as mulheres gaúchas são sempre mostradas em posição de subserviência, dentro de uma visão tipicamente machista.

Quanto aos ítalo-gaúchos da serra, com o crescimento da população desta região, a ponto das eleições municipais, passarem a ser realizadas em dois turnos, o peso eleitoral desta região aumentou consideravelmente, o que justifica a adoção de uma estratégia por parte da mídia, com o objetivo de cooptar estes eleitores para o campo ideológico da livre iniciativa.

A mídia impressa gaúcha, na maioria dos anos estudados, ou seja em 1990, 1991, 1992, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006, nas suas edições dos dias 20 e 21 de setembro, a partir das suas sequências discursivas chargísticas, faz trabalhar ao mesmo tempo, o acontecimento, ou seja, o fato novo, o “20 de setembro” deste ano, em seu contexto de atualidade; é o espaço de memória que ele convoca.

Os não ditos produzem os seguintes sentidos: os gaúchos do presente são mais pobres que os gaúchos do passado; os dias “20 de setembro” são diferentes uns dos outros; o desenvolvimento e a difusão do tradicionalismo no Rio Grande do Sul, é cronologicamente paralelo ao empobrecimento e a perda de importância política deste estado no contexto brasileiro, principalmente da metade sul; o Rio Grande do Sul não é respeitado como deveria ser; os negros riograndenses são gaúchos.

Ainda: Tudo que o Rio Grande do Sul fizer não será reconhecido como deveria ser; o significado do “20 de setembro” está se perdendo para os próprios gaúchos; os sem-terra não podem ser gaúchos; os gaúchos são orgulhosos e não admitem que estão ficando pobres; o gaúcho urbano é incompatível com as tradições rurais; o gaúcho que quer manter as coisas como sempre foram no campo, é o gaúcho de verdade; os ítalo-gaúchos não eram considerados gaúchos de verdade pelos gaúchos da metade sul.

Também: O Rio Grande do Sul está dividido entre a produção agro industrial da metade sul e a produção industrial urbana da metade norte; a ecologia é um problema;

a mídia defende os interesses do capital; na RBS a identidade local é importante enquanto for lucrativa econômica ou politicamente; o Lula é querido pelos gaúchos; para viver produtivamente nesta realidade, eu tenho que imaginá-la de outra forma; o feriado do “20 de setembro” é visto por muitos gaúchos apenas como mais um feriado; o Rio Grande do Sul não está em paz.

A produção de sentidos destes não ditos é a seguinte: a mídia tenta dar a menor visibilidade possível ao fato de que: apesar da revolução farroupilha ter tido motivos econômicos, a economia gaúcha continuou piorando; apesar de comemorar a identidade gaúcha sempre no dia 20 de setembro, este dia é sempre diferente dos anteriores, o tempo não para; começamos a tentar viver uma tradição baseada no passado, quando o passado passa a ser melhor do que o presente.

Também: Os gaúchos se acham sempre desrespeitados; os negros são importantes na construção da identidade gaúcha; apesar do esforço feito por determinados setores da sociedade gaúcha em cultivar e manter a tradição e a identidade gaúcha baseada no sub-nacionalismo gaúcho, existem muitos gaúchos que não cultivam a tradição gaúcha; a reforma agrária pode significar o fim da identidade gaúcha, pois a quantidade de terra na tradição gaúcha é o que dá poder aos gaúchos que são seus donos.

Ainda: A tradição é incompatível com a atualidade, pois não se pode ter orgulho da pobreza; as tradições gaúchas que são eminentemente rurais cada vez mais são voltadas para gaúchos urbanos; a mudança do status quo rural gaúcho pode destruir a identidade gaúcha; os colonos italianos e alemães, entre outros, historicamente sofreram muito preconceito por parte dos gaúchos que aqui já moravam, quando estes europeus aqui chegaram; existe uma diferença cultural e econômica entre a metade sul e a metade norte do Rio Grande do Sul.

E por fim: A atividade econômica da agroindústria baseada na monocultura destrói a natureza; a atividade econômica privada da mídia é a venda de espaços de tempo publicitário para as organizações com fins lucrativos que queiram comprar este espaço; a identidade gaúcha para a RBS é um produto simbólico que tem que ser vendido e gerar lucro; o partido dos trabalhadores – PT e o seu candidato a presidente da república conquistaram grande prestígio político no Rio Grande do Sul; não existe realidade sem ideologia, vista aqui como a relação imaginária, que um sujeito tem com as suas reais condições de vida; na atualidade a identidade gaúcha está sendo

perdida por muitos gaúchos e não existe paz sem uma desconcentração dos meios de gerar riqueza.

As charges como chistes são um jogo cúmplice com as palavras e as imagens, que libera as amarras da censura, desferindo verdades que colocam o riso no lugar do mal estar ou da dor. Na psicanálise, o chiste junto com os sonhos, lapsos e sintomas, é uma das formas do inconsciente se manifestar. O elemento denúncia está presente na maioria das obras humorísticas de todos os tempos. Denuncia-se o poder, os costumes, a moral, a estética; enfim, o humor permite que fale-se de quase tudo na posição onipotente de denunciar o que sabe-se sobre o outro.

A charge como chiste é uma piada verbal e visual. Em português ou em espanhol, a charge como chiste é uma anedota qualquer. A palavra "chiste" é derivada do castelhano e significa dito gracioso ou pilhéria. Em alemão, Witz quer dizer piada e espírito ao mesmo tempo. Em inglês, wit significa também graça e humor, porém engenhosos. Em francês, mot d'esprit dá o tom espirituoso à palavra.

Etimologicamente, chiste deriva de chistar ou falar em voz baixa, a charge como chiste significa também falar em espaço pequeno, e tem sua origem na interjeição espanhola "chist!", que é usada para chamar ou fazer calar alguém. A charge como chiste ganha formas e valores diferentes no tempo e no espaço, e de acordo com a cultura e língua em que ele é expressado. Assim, a charge Bahia não tem o mesmo sentido do que no Rio Grande do Sul; e nem na Inglaterra ou no Brasil, onde todas as formas de humor são uma piada.

Por sua vez a charge como chiste tem a vantagem de reunir a condensação da metáfora e o deslocamento típico da metonímia. Para que a charge como chiste ocorra é preciso um reconhecimento implícito, partilhado pelos interlocutores, e que a significação formada seja reconhecida como mensagem dentro do código. A charge como chiste emerge diante de alguém, o leitor e, precisa desse alguém para efetivar-se. Então, ela não apenas constrói um laço social, mas o faz com ajuda do inconsciente num processo de irrupção que precisa do código e, ao mesmo tempo, da os significantes para ele.

Na charge como chiste, o inconsciente, que é o significante da Psicanálise, e a mensagem, que é o significante da Comunicação, unem-se em uma rede sancionada, como diria Bakhtin, pela expressão semiótica. O caráter descartável e efêmero do jornal que embrulha o peixe no dia seguinte, que talvez revele-se como a melhor

forma de expressão para a charge como chiste. A escrita é empregada como instrumento da oralidade permitindo que o leitor use sua própria voz ao ler o jornal.

A charge que é uma espécie de caricatura, esta entre o chiste e o cômico. A comicidade se interessa pelo feio, em qualquer uma das suas manifestações. Se o que é feio for escondido, deve ser revelado à luz da maneira cômica de olhar as coisas; se é pouco notado, deve ser apresentado e tornado óbvio, de modo que permaneça claro, Desta maneira, nasce à caricatura.

Uma charge como chiste, é um juízo que produz contraste cômico; é um juízo lúdico. ela é a habilidade de fundir, com surpreendente rapidez, várias idéias, de fato diversas umas das outras, tanto em seu conteúdo interno, como no nexos aquilo a que pertencem. O processo psicológico que a charge como chiste nos provoca, e sobre o qual repousa o processo cômico, consiste na imediata transição dessa descoberta da verdade, para a impressão de relativa nulidade.

O efeito de uma charge como chiste se manifesta primeiro com um desconcerto que é sucedido por um esclarecimento. Este estágio de esclarecimento pode ser dividido em dois, primeiro o esclarecimento do significado da palavra desconcertante, que é seguido por um segundo estágio, no qual se percebe que a palavra sem sentido que havia confundido os observadores, mostra então o sentido verdadeiro.

É apenas esse segundo esclarecimento, de que a palavra sem sentido, conforme o uso lingüístico normal, é a responsável por todo processo, que produz o efeito cômico. A brevidade é corpo e alma da charge como chiste, sua própria essência. Uma charge como chiste diz o que tem a dizer, às vezes em poucas palavras, mas sempre em palavras que são insuficientes do ponto de vista da estrita lógica ou dos modos usuais de pensamento e de expressão. Já sabemos, pela conexão dos chistes com a caricatura, que elas devem apresentar alguma coisa ocultada ou escondida.

A classificação das charges como chistes, que se encontra na literatura descansa, no uso que se faz das charges como chistes no discurso, ou seja, chistes usados com o objetivo de charges, que são uma espécie de caricatura. As principais técnicas pelas quais as charges como chistes são formulados são a condensação e o deslocamento. A condensação é a técnica pela qual uma palavra que designa uma coisa passa a designar outra, por haver entre elas traços de semelhança, como por exemplo, na frase “a sua boca é um cadeado”, para se referir a uma pessoa que sabe guardar segredo. Na condensação teria-se uma sobreposição dos significantes dando origem a metáfora.

Já o deslocamento é a técnica pela qual uma palavra que usualmente significa uma coisa passa a ser usada com outro significado. Essa transposição de significados é feita com base num relacionamento, ou seja, na contigüidade entre eles, como por exemplo, na frase “a mão que toca o violão, se for preciso vai a guerra”, para se referir ao homem dono da mão. No deslocamento, pela substituição dos significantes com base na contigüidade, teria-se a metonímia.

Condensação, para este autor, é a técnica que consiste na síntese do curso do pensamento, na condensação da ênfase psíquica de um tópico para outro similar. Deslocamento é a técnica que consiste no desvio do curso do pensamento, no deslocamento da ênfase psíquica para outro tópico que não o original. O chiste de deslocamento independe, em auto grau, da expressão verbal. Depende aqui não das palavras mas do curso do pensamento.

Os métodos técnicos da charge como chiste possuem o poder de evocar um sentimento de prazer no leitor. A charge como chiste se trata de uma atividade que visa derivar prazer dos processos mentais. De modo geral, uma charge como chiste requer três pessoas, aquele que faz o chiste, o que é tomado como objeto do chiste e uma terceira pessoa, que é o leitor, na qual se cumpre o objetivo da charge como chiste de produzir prazer. As charges como chistes tornam possível a satisfação de um instinto hostil face a um obstáculo. Evitam esse obstáculo e assim extraem prazer de uma fonte que o obstáculo torna inacessível.

Uma charge como chiste de agressividade hostil, permite explorar no inimigo algo de ridículo que não se pode tratar aberta ou conscientemente, devido a obstáculos no caminho. A charge como chiste evitará essas restrições e abrirá fontes de prazer que estavam inacessíveis. Além do mais, subornará o observador com a sua produção de prazer, fazendo com que ele se alinhe conosco sem uma investigação mais detida.

A charge como chiste garante uma recepção do observador, segundo este autor, que não é possível de outra forma, a despeito da verdade que possa conter ou não. As charges como chistes tendenciosos são especialmente utilizados para possibilitar a agressividade ou a crítica contra pessoas em posições elevadas, que reivindicam o exercício da autoridade. A charge como chiste assim significa a rebelião contra a autoridade, uma liberação de sua pressão.

A ocorrência da autocrítica, para este autor, como determinante da charge como chiste pode explicar como é que inúmeros das mais adequadas charges como chistes tenham germinado na vida popular do povo gaúcho. São charges como chistes criados por

gaúchos e dirigidos contra as características dos gaúchos. Deve-se também classificar as charges como chistes tendenciosos, essas histórias pessimistas em vista da alusão que elas fazem às diversas e desesperançadas misérias dos gaúchos.

Quando afirma-se que a ideologia é recalcada, e por tanto inconsciente; e que este recalque é de natureza inconsciente, no sentido em que a ideologia é constitutivamente inconsciente dela mesma. Fica faltando uma explicação de como isto acontece. A partir dos resultados desta investigação, proponho a seguinte explicação, como a psicanálise nos ensina, a primeira divisão a que o indivíduo é submetido, resulta de seu nascimento. Cortado o cordão umbilical, e todos sofremos este corte sem exceção, o indivíduo que até então se caracterizava por formar um único indivíduo junto com a sua mãe, nos nove meses da vida intra-uterina, e se sentia igual a sua mãe; agora sofre um trauma físico, que é o corte em si, passa a se caracterizar como um ser separado, diferente da sua mãe.

O recalçamento é o processo que consiste no fato de afastar determinada representação do sistema consciente, mantendo-a a distância. O objeto do recalçamento é um dos representantes da pulsão, que é o representante ideativo, capaz de provocar desprazer em face das exigências da censura do sistema pré-consciente – consciente.

Devemos ter em mente que o que pode ser tornado inconsciente é a idéia à qual o afeto estava ligado, podendo este último ser deslocado para outra idéia semelhante. O que o recalçamento produz é uma ruptura entre o afeto e a idéia à qual ele pertence. Existem três fases no processo de recalçamento, que são o recalçamento originário, o recalçamento secundário e o retorno do recalçado.

O recalçamento originário é uma fase “precursora e condição necessária de todo recalçamento”, é descrito como o mecanismo segundo o qual a pulsão à igualdade, que é o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, é inibida em seu desenvolvimento, após o nascimento, permanecendo fixada num estágio infantil, e mantendo-se inconsciente, não no inconsciente recalçado, pois este ainda não se constituiu.

O recalçamento secundário é uma pressão posterior, além disso é errado dar ênfase apenas à repulsão que atua a partir da direção do consciente sobre o que deve ser recalçado; igualmente importante é a atração exercida por aquilo que foi primeiramente repellido sobre tudo aquilo com que ele possa estabelecer uma ligação, como igualdade corpórea e igualdade social.

O recalçamento secundário é efeito do conflito entre o sistema inconsciente e o sistema pré-consciente – consciente, sendo que é a partir do sistema pré-consciente – consciente, que o recalçamento secundário é exercido. A função do recalçamento secundário é a de impedir que certas representações da igualdade social, como o socialismo e tudo que se relaciona a ele, pertencentes ao sistema inconsciente, tenham acesso ao sistema pré-consciente – consciente. O recalçamento secundário incide sobre o representante ideativo da pulsão à igualdade.

O que é recalçável é o representante ideativo da pulsão à igualdade, ao qual um afeto está ligado. Uma vez recalçado, o representante ideativo continua a ter existência independente, produzindo derivados e estabelecendo novas conexões, agora com a idéia de igualdade social. O recalçamento interfere apenas na relação do representante ideativo da igualdade social com o sistema pré-consciente – consciente, mas não com o seu modo de ser no interior do sistema inconsciente. Se alguma influência existe, é a de possibilitar ao representante ideativo da igualdade social, desenvolver-se mais profusamente e estabelecer articulações mais numerosas exatamente pelo fato de ele estar livre da influência consciente pelo efeito do recalçamento.

O recalçamento é uma defesa do sistema pré-consciente – consciente, e ele vai afetar não só o representante ideativo da pulsão à igualdade, mas também seus derivados como a idéia de igualdade social, e estes serão tanto mais afetados quanto mais próximos se encontrarem do representante ideativo em questão. Por um raciocínio inverso, podemos admitir que, se alguns desses derivados se encontram suficientemente afastados do representante ideativo original, eles podem conseguir escapar à censura do sistema pré-consciente – consciente, e terem acesso à consciência.

Ao desenvolvermos este trabalho, analisamos o que o chargista produziu como chistes derivados do recalçado. A chamada regra fundamental, sobre a qual se instituiu a situação analítica, que é a “associação livre” aplicada à análise de discurso, nada mais é do que um convite a que o analisado, ou seja, o chargista produza derivados do recalçado que, por sua distância no tempo ou pela distorção a que foram submetidos, possam romper a censura do sistema pré-consciente – consciente, e servir de acesso ao material inconsciente. Praticar o método da “associação livre” aplicada à análise de discurso é, dentro do possível, afrouxar a censura consciente e permitir que os derivados do componente ideativo de igualdade social, em questão, ainda que remotos, possam aflorar à consciência para serem analisados.

Cada derivado do recalçado tem sua vicissitude especial. Assim um determinado derivado pode vir a constituir uma charge. Esta é a razão pela qual o mesmo autor afirma que o recalçamento é um processo não só individual mas extremamente móbil. Além do mais, o recalçamento não é um processo que ocorre uma vez e daí por diante o destino do representante ideativo recalçado esteja definitivamente selado. Ele exige um dispêndio permanente de força, de tal forma que qualquer relaxamento poderá ter como resultado o afloramento do recalçado em nível de consciência.

A terceira e última fase do processo de recalçamento, é o “retorno do recalçado”. O retorno do recalçado num sentido quase que literal, ou seja, o recalçado retornaria utilizando os mesmos caminhos associativos adotados por ocasião do recalçamento. Recalçamento e retorno do recalçado seriam, pois, operações simétricas e inversas.

Uma das condições segundo as quais se dá o retorno do recalçado é se uma experiência recente, como a crescente bipolarização político-ideológica que passou a existir, de maneira mais forte, no Rio Grande do Sul a partir de 1999 com a mudança da formação ideológica no governo do estado do Rio Grande do Sul, entre um projeto político-ideológico de igualdade social, portanto socialista, representado principalmente pelo partido dos trabalhadores – PT e pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST; e outro projeto político-ideológico, representado principalmente pelos partidos liberais e sociais-democratas, de desigualdade social, portanto neo-liberal, que por sua estreita semelhança com o material recalçado, desperta este último.

Nesse caso, a experiência atual é reforçada pela energia do recalçado. Seja qual for, porém, a condição que possibilita o retorno do recalçado, este nunca se dá na sua forma original. O deslocamento, que pode ser relacionado à figura da metonímia; e a condensação, que pode ser relacionada a figura da metáfora, são os meios mais freqüentes utilizados para que esse acesso seja possível.

O que proponho é que existe uma relação entre, de um lado, o recalçamento e retorno do recalçado como operações simétricas e inversas; e de outro lado, ascensão aos governos estadual e federal, respectivamente do Rio Grande do Sul e do Brasil, ora de formações ideológicas desigualitárias, ora de formações ideológicas igualitárias. Esta relação explicaria as mudanças de formações discursivas paralelas as mudanças de formações ideológicas observadas nos anos de 1999 e 2003, e a possibilidade de manutenção de uma formação ideológica igualitária no poder executivo federal em 2006.

Quando a formação ideológica no poder tem a mesma ideologia do aparelho ideológico da mídia, que é uma empresa privada, as formações discursivas até podem criticar a formação social atual, mas quando a formação ideológica no poder é contrária a ideologia do aparelho ideológico da mídia, as formações discursivas tem que criticar esta formação ideológica, caracterizando assim a determinação histórica dos processos semânticos. Tudo isto vem ao encontro do que diz Vedovatto (2000), ou seja, o humor se aproxima muito da defesa de uma idéia. Não se faz humor com algo que se acredita verdadeiro e não se provoca o riso com algo humorístico, se este algo vai de encontro a uma verdade respeitada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane de. Achados chistosos da psicanálise na escrita de José Simão. São Paulo: Editora Escuta, EDUC, 1998.
- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. Rio de Janeiro : Ática, 1989.
- AZEVEDO, Domingos Sávio Campos de. O discurso dissonante: um estudo da comunicação temática sobre o '20 de setembro' e a produção e reprodução da identidade gaúcha na mídia impressa de Porto Alegre. Dissertação de mestrado apresentada ao Mestrado em Comunicação da UFRJ, 1999, 115p. Orientadora: Ilana Strozenberg.
- BAHIA, Juarez. Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo. São Paulo: Ática, 1980.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CARUSO, Chico. Era uma vez FH: o humor da história no Brasil de 1994 a 2002. São Paulo: Devir, 2002.
- FLÔRES, Onici. A leitura da charge. Canoas, RS: Editora da ULBRA, 2002.
- FREUD, Sigmund. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Os chistes e sua relação com o inconsciente. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- GALLO, Solange Leda. Introdução à análise do discurso. Material apresentado para os alunos do Mestrado em Ciência da Linguagem – UNISUL. Palhoça, SC, 2005, Mimeo.
- GARCIA-ROSA, Luiz Alfredo. Freud e o inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- GUIMARÃES, Eduardo. Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2002.

HALL, Stewart. Identidades culturais na pós-modernidade. Rio de Janeiro, D, P & A, 1999.

HOBSBAWN, Eric e Ranger Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.

INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni P. Orlandi e RODRIGUES, Suzy Lagazzi (orgs). Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade. Campinas – SP: Pontes, 2006.

QUEVEDO, Júlio. História compacta do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2003.

MACHADO, Maria Berenice da Costa. Estratégias híbridas de ação política e mercadológica: estudo dos discursos normativo, jornalístico e publicitário do jornal Zero Hora, no período 1998-2004. Tese apresentada ao Doutorado em Comunicação da PUCRS, 2004. 368p. Orientadora: Neusa Demartine Gomes.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MARTINS, Jorge S. Redação publicitária: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1997.

OLIVEN, Ruben George. A Parte e o Todo : a diversidade cultural no Brasil nação. Petrópolis : Vozes, 1992.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. Por uma análise automática do discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PENA, Felipe. Teoria do Jornalismo. São Paulo: Contexto, 2005.

PINTO, Milton José. Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

POSSENTI, Sírio. Os humores da língua: análise lingüística de piadas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

ROMUALDO, Edson Carlos. Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de S. Paulo. Maringá: Eduem, 2000.

SAVIOLI, Francisco Platão. Gramática em 44 lições. São Paulo : Ática, 1990.

SELL, Carlos Eduardo. Sociologia clássica: Durkheim, Weber e Marx. Itajaí, SC: Editora da UNIVALI, 2002.

VEDOVATTO, Inez Olinda Baraldi. A charge na mídia impressa: articulação e efeitos de sentido. Dissertação apresentada ao Mestrado em Comunicação da UNISINOS, 2000. 170p. Orientadora: Maria Lília Dias Castro.

WOLFF, Mauro. Teorias da comunicação. Lisboa: Presença, 2001.